



Análise do
Desempenho
4T25





Apresentação

O relatório Análise do Desempenho tem periodicidade trimestral e apresenta a discussão e análise da situação econômico-financeira do Banco do Brasil (BB). Destinado aos acionistas, investidores e analistas de mercado, nele o leitor encontrará informações sobre rentabilidade, produtividade, qualidade da carteira de crédito, estrutura de capital, mercado de capitais, dados estruturais, dentre outras.

O relatório Análise do Desempenho e demais documentos podem ser acessados no [portal de Relações com Investidores](#), onde também estão disponíveis informações adicionais sobre o BB, como: estrutura organizacional, composição acionária, governança corporativa e sustentabilidade, fatos relevantes e comunicados ao mercado, apresentações, calendários de eventos, dentre outras. Todos os documentos referentes às divulgações do resultado podem ser consultados na [Central de Resultados](#), e estão disponíveis para download no kit investidor.

Banco do Brasil

bb.com.br

Relações com Investidores

bb.com.br/ri



Este relatório faz referências e declarações sobre expectativas, sinergias planejadas, estimativas de crescimento, projeções de resultado e estratégias futuras sobre o Conglomerado Banco do Brasil. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios do Conglomerado.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração, podendo, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles, aqui, antecipados e discutidos. As expectativas e projeções da Administração são vinculadas às condições do mercado (mudanças tecnológicas, pressões competitivas sobre produtos, preços, entre outros), do desempenho econômico geral do país (taxa de juros e câmbio, mudanças políticas e econômicas, inflação, mudanças na legislação tributária, entre outras) e dos mercados internacionais.

Expectativas futuras decorrentes da leitura deste relatório devem considerar os riscos e incertezas que envolvem os negócios do Conglomerado. O Banco do Brasil não se responsabiliza em atualizar qualquer estimativa contida em relatório publicado em períodos anteriores.

As tabelas e gráficos deste relatório apresentam, além dos saldos e valores contábeis, números financeiros e gerenciais. As taxas de variação relativa são apuradas antes do procedimento de arredondamento em R\$ milhões. O arredondamento utilizado segue as regras estabelecidas pela Resolução 886/66 da Fundação IBGE: caso o algarismo decimal seja igual ou superior a 0,5, aumenta-se em uma unidade; caso o algarismo decimal seja inferior a 0,5, não há acréscimo de uma unidade.

Informamos em textos explicativos e notas de rodapé eventos que possam afetar a comparabilidade entre os períodos, sejam alterações nos padrões contábeis ou ajustes para melhor evidenciação e comparabilidade da informação.



Índice

Sumário do Resultado	9
Desempenho	12
Projeções Corporativas	13
Projeções Corporativas 2026	14
1. Informações Financeiras Consolidadas Resumidas	15
Balanço Patrimonial Consolidado	16
Demonstração do Resultado Consolidado	17
Abertura das Realocações	18
2. Margem Financeira Bruta	21
MFB Contábil	22
Receita Financeira de Operações de Crédito	23
Despesa Financeira de Captação Comercial	24
Despesa Financeira de Captação Institucional	25
Resultado de Tesouraria	26
Saldo da Liquidez	27
MFB Gerencial	28
Análise dos Ativos e Passivos	29
Ativos Rentáveis	29
Passivos Onerosos	30
Análise Volume e Taxa	31
Spreads	32
Spread Global	32
Spread com Clientes	33
Spread Gerencial de Crédito	33
Balanço em Moedas Estrangeiras	34
Balanço por Indexadores	35
3. Receitas de Prestação de Serviços	36
4. Despesas Administrativas	38
Canais de Atendimento	41
Indicadores	42
5. Outros Componentes do Resultado	43
Outras Receitas e Despesas	44
Informações de Controladas e Coligadas	45
6. Gestão de Capital	46
7. Crédito	53
Carteira Expandida	54
Crédito Pessoa Física	64
Crédito Pessoa Jurídica	72
Crédito Agro	81
8. Captações	89



Volume e Market Share	90
Fontes e Usos.....	92
9. Soluções Financeiras	94
Meios de Pagamento	95
Gestão de Recursos de Terceiros	97
Mercado de Capitais	100
10. Outras Informações	101
Ativo e Passivo Atuarial	102
Negócios Internacionais.....	104
Cadernos Estratégicos	107
Caderno de Clientes	108
Estratégia Digital	113
Assessoria em Investimentos	117
Sustentabilidade.....	120
Glossário	126



Índice de Tabelas

Tabela 1. Destaques do Resultado ¹	12
Tabela 2. Balanço Patrimonial ¹²³ – Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido – R\$ milhões	16
Tabela 3. Demonstração do Resultado com Realocações ¹ – R\$ milhões	17
Tabela 4. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários – R\$ milhões	19
Tabela 5. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários – R\$ milhões	20
Tabela 6. Principais Indicadores	22
Tabela 7. Composição da Margem Financeira Bruta – R\$ milhões	22
Tabela 8. Receita Financeira de Operação de Crédito – R\$ milhões	23
Tabela 9. Despesa de Captação Comercial – R\$ milhões	24
Tabela 10. Captações vs. Taxa Selic – R\$ milhões	25
Tabela 11. Despesa de Captação Institucional – R\$ milhões	25
Tabela 12. Resultado de Tesouraria – R\$ milhões	26
Tabela 13. Resultado de TVM – R\$ milhões	26
Tabela 14. Carteira de Títulos por Categoria ^{1 2} – Valor de Mercado – R\$ milhões	27
Tabela 15. Saldo da Liquidez ¹ – R\$ milhões	27
Tabela 16. Margem Financeira com Clientes e Mercado – R\$ milhões	28
Tabela 17. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (anual) – R\$ milhões	29
Tabela 18. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (trimestral) – R\$ milhões	29
Tabela 19. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (YTD) – R\$ milhões	29
Tabela 20. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (anual) – R\$ milhões	30
Tabela 21. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (trimestral) – R\$ milhões	30
Tabela 22. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (YTD) – R\$ milhões	31
Tabela 23. Variação de Volume/Taxa – R\$ milhões	31
Tabela 24. Spread Global e Margem Financeira Bruta – R\$ milhões	32
Tabela 25. Spread Global e Spread Ajustado pelo Risco – %	32
Tabela 26. Spread com Clientes Ajustado pelo Risco – R\$ milhões	33
Tabela 27. Balanço em Moedas Estrangeiras – R\$ milhões	34
Tabela 28. Descasamento por Vencimento (Banco Múltiplo) – R\$ milhões	35
Tabela 29. Receitas de Prestação de Serviços – R\$ milhões	37
Tabela 30. Despesas Administrativas – R\$ milhões	39
Tabela 31. Perfil dos Colaboradores	40
Tabela 32. Rede de Atendimento	41
Tabela 33. Atendimento Tradicional e Especializado	41
Tabela 34. Índices de Cobertura Ajustados – R\$ milhões	42
Tabela 35. Índices de Eficiência Ajustados – R\$ milhões	42
Tabela 36. Outras Receitas e Despesas ¹ – R\$ milhões	44
Tabela 37. Participações Societárias no Brasil e no Exterior ¹ – R\$ mil	45
Tabela 38. Índice de Basileia – R\$ milhões	48
Tabela 39. PRMR Referente à Parcela do RWA _{CPAD} ¹ – R\$ milhões	50
Tabela 40. PRMR Referente à Parcela do RWA _{OPAD} ¹ – R\$ milhões	50



Tabela 41. PRMR Referente à Parcela do RWA _{MPAD} – R\$ milhões.....	51
Tabela 42. RWA _{CPAD} ¹ Segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR – R\$ milhões	52
Tabela 43. Carteira de Crédito e Carteira de Crédito Expandida – R\$ milhões.....	54
Tabela 44. 100 Maiores Clientes em Relação à Carteira de Crédito e PR – R\$ milhões ³	56
Tabela 45. Despesa de PCLD (2024) e Custo do Crédito (2025) da Carteira Expandida ¹ – R\$ milhões	57
Tabela 46. Carteira de Crédito ¹ e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões.....	60
Tabela 47. Carteira de Créditos Renegociados e Reestruturados – Banco Múltiplo ¹ – R\$ milhões	62
Tabela 48. Carteira de Crédito Pessoa Física ¹ – R\$ milhões	64
Tabela 49. Carteira de Crédito PF e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões	69
Tabela 50. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica – R\$ milhões.....	72
Tabela 51. Carteira de Crédito MPME ¹ – R\$ milhões	76
Tabela 52. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ – R\$ milhões	77
Tabela 53. Carteira de Crédito PJ ¹ e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões.....	78
Tabela 54. Carteira de Crédito de Agronegócios – R\$ milhões.....	81
Tabela 55. Carteira de Crédito de Agronegócios por Porte – R\$ milhões	81
Tabela 56. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado – R\$ milhões	82
Tabela 57. Desembolsos por Segmento do Crédito Rural – R\$ milhões	82
Tabela 58. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola – R\$ milhões	83
Tabela 59. Carteira de Crédito de Agronegócios por Região – %	83
Tabela 60. Composição da Carteira de Negócios Sustentáveis de Agronegócios – R\$ milhões	84
Tabela 61. Carteira de Crédito Agro ¹ e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões.....	85
Tabela 62. Captações Comerciais – R\$ milhões.....	90
Tabela 63. Captações Institucionais – R\$ milhões	91
Tabela 64. Captações Comerciais no Exterior – Modalidade – US\$ milhões	91
Tabela 65. Captações Comerciais no Exterior – Produto – US\$ milhões	91
Tabela 66. Fontes e Usos – R\$ milhões	92
Tabela 67. Letras Financeiras Subordinadas no País – R\$ milhões	93
Tabela 68. Emissões Vigentes no Exterior	93
Tabela 69. Base de Cartões – Uso Recorrente ¹ – milhões	95
Tabela 70. Resultado com Negócios de Cartões – R\$ milhões	96
Tabela 71. Fundos de Investimento por Segmento – R\$ milhões	98
Tabela 72. Fundos de Investimento por Classe ANBIMA ¹ – R\$ milhões	98
Tabela 73. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais – R\$ milhões	99
Tabela 74. Previ (Plano 1) – Composição dos Ativos – %.....	102
Tabela 75. Previ (Plano 1) – Principais Premissas Atuariais – %	102
Tabela 76. Previ (Plano 1) – Efeitos da Contabilização da Resolução CVM 110/2022– R\$ milhões	102
Tabela 77. Previ (Plano 1) – Fundos de Utilização ¹ – R\$ milhões.....	103
Tabela 78. Efeitos da Contabilização da Cassi – Resolução CVM 110/2022– R\$ milhões	103
Tabela 79. Rede de Atendimento no Exterior	104
Tabela 80. Consolidado no Exterior – Ativo – R\$ milhões.....	104
Tabela 81. Consolidado no Exterior – Passivo – R\$ milhões	104
Tabela 82. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado – R\$ milhões	105
Tabela 83. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais – R\$ milhões	105



Tabela 84. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado – R\$ milhões	106
Tabela 85. Banco Patagonia – Margem Financeira Bruta – R\$ milhões	106
Tabela 86. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito – %.....	106



Índice de Figuras

Figura 1. Projeções Corporativas 2025.....	13
Figura 2. Projeções Corporativas 2026	14
Figura 3. Distribuição das Receitas de Crédito – %.....	23
Figura 4. Distribuição da Carteira de Crédito Expandida – %.....	24
Figura 5. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo) – %	27
Figura 6. Margem Financeira com Clientes ^{1 3} e com Mercado ^{2 3} – R\$ milhões.....	28
Figura 7. Spread com Clientes e Spread com Clientes Ajustado pelo Risco – %	33
Figura 8. Spread Gerencial de Crédito ¹ – %.....	33
Figura 9. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida (Banco Múltiplo) – R\$ bilhões ¹	35
Figura 10. Evolução do Índice de Basileia – %.....	47
Figura 11. Capital Principal – Composição (%)	48
Figura 12. Consumo de RWA – R\$ bilhões.....	49
Figura 13. Composição do RWA – %	49
Figura 14. Carteira Conforme Projeções Corporativas – R\$ bilhões.....	55
Figura 15. Carteira de Negócios Sustentáveis – R\$ bilhões	55
Figura 16. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) – %.....	56
Figura 17. Despesa com Perda Esperada da Carteira de Crédito Interna ^{1 2} por Segmento – R\$ milhões	57
Figura 18. Despesa com Perda Esperada da Carteira de Crédito Interna ^{1 2} por Estágio – R\$ milhões	58
Figura 19. INAD+30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito ^{1 2} – %	59
Figura 20. Participação ¹ dos Estágios na Carteira de Crédito ²	60
Figura 21. New NPL – % da Carteira de Crédito ^{1 2}	61
Figura 22. Baixa para Perda – % da Carteira de Crédito ^{1 2}	61
Figura 23. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista ¹ – %	63
Figura 24. Composição da Carteira de Crédito Interna Pessoa Física – R\$ milhões.....	65
Figura 25. Crédito Consignado – R\$ milhões	66
Figura 26. Crédito Não Consignado – R\$ milhões	66
Figura 27. Financiamento Imobiliário– R\$ milhões	67
Figura 28. Cartão de Crédito– R\$ milhões	67
Figura 29. Cartão de Crédito – Composição Carteira – %	68
Figura 30. Participação ¹ dos Estágios na Carteira de Crédito PF	69
Figura 31. INAD +30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito PF ¹ – %	70
Figura 32. INAD+90d Carteira de Crédito BB PF – em % por Linha de Crédito ¹	70
Figura 33. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Física ¹	71
Figura 34. Carteira de Crédito Expandida Pessoa Jurídica – R\$ milhões	73
Figura 35. Segmentação da Carteira de Crédito Expandida Pessoa Jurídica ¹ – R\$ milhões	74
Figura 36. Carteira de Crédito Grandes Empresas Expandida– R\$ milhões	75
Figura 37. Participação ¹ dos Estágios na Carteira de Crédito PJ ²	78
Figura 38. INAD +30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito PJ ^{1 2} – %	79
Figura 39. INAD. +90d Carteira de Crédito BB PJ – em % por Linha de Crédito ¹	79
Figura 40. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica ^{1 2}	80



Figura 41. Participação ¹ dos Estágios na Carteira de Crédito Agro ²	85
Figura 42. INAD+30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito Agro ^{1 2 3} – %	86
Figura 43. INAD. +90d Carteira de Crédito de Agronegócios – em % por Linha de Crédito ¹	86
Figura 44. New NPL – Carteira de Crédito de Agronegócios ^{1 2}	87
Figura 45. Distribuição das Garantias Vinculadas	88
Figura 46. Distribuição de Saldo por Região	88
Figura 47. Participação de Mercado das Captações do BB – R\$ bilhões	90
Figura 48. Faturamento dos Cartões BB – R\$ bilhões	95
Figura 49. Gestão de Recursos e Participação de Mercado – R\$ bilhões	97
Figura 50. Administração Fiduciária e Participação de Mercado – R\$ bilhões	97
Figura 51. Consórcios – Receitas com Prestação de Serviços e Cotas Ativas	100
Figura 52. Banco Patagonia – Captações Comerciais e Interbancárias – US\$ milhões	105
Figura 53. Destaques da Estratégia Digital	115
Figura 54. Investimentos em Tecnologia – R\$ bilhões	116
Figura 55. Renda Fixa (Títulos Públicos e Privados) x Mercado	118
Figura 56. Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável	121
Figura 57. Adicionalidade/Contribuição da Carteira de Negócios Sustentáveis	122

Sumário do Resultado



Lucro Líquido Ajustado

R\$ 20,7 bilhões – 2025
R\$ 5,7 bilhões – 4T25

RSPL

11,4% – 2025
12,4% – 4T25

Capital Principal

12,23%
12,23%

Margem Financeira

Bruta

R\$ 103,1 bilhões – 2025
R\$ 27,8 bilhões – 4T25

Custo do Crédito

R\$ 62,0 bilhões – 2025
R\$ 18,0 bilhões – 4T25

Receitas de Prestação de Serviços

R\$ 34,8 bilhões – 2025
R\$ 8,8 bilhões – 4T25

Despesas Administrativas

R\$ 38,9 bilhões – 2025
R\$ 9,9 bilhões – 4T25

Carteira de Crédito

R\$ 1.296,5 bilhões

Pessoas Físicas

R\$ 357,0 bilhões

Pessoas Jurídicas

R\$ 455,0 bilhões

Agro

R\$ 406,1 bilhões

Lucro Líquido Ajustado alcançou R\$ 20,7 bilhões em 2025, uma redução de 45,4% frente a 2024. No 4T25, somou R\$ 5,7 bilhões, com aumento de 51,7% em relação ao 3T25. Os principais componentes desse resultado são:

Margem Financeira Bruta (MFB): na comparação entre os exercícios, a retração de 0,8% na MFB, está relacionada ao crescimento das despesas de captação comercial, influenciadas pelo crescimento de 11,0% do saldo médio e pelo efeito da elevação da TMS (+345 bps) e da TR (+116 bps). Em 2025, destaque para o crescimento de 16,5% das receitas financeiras.

Na comparação trimestral, destaque para a redução das despesas de captação comercial (-4,7%), influenciadas pelo mix das captações e pelo efeito calendário. Em relação às receitas financeiras, estáveis na comparação trimestral, destaque para o desempenho das receitas de operações de crédito com pessoas físicas (+5,5%), em linha com a estratégia de diversificação do mix e com o ganho de representatividade do “Crédito do Trabalhador”.

Custo do Crédito: composto pelas perdas esperadas e descontos concedidos, líquidos das recuperações, totalizou R\$ 61,9 bilhões em 2025, refletindo o aumento do risco de crédito ao longo do ano, notadamente no setor de agronegócios. No 4T25, o custo atingiu R\$ 18,0 bilhões, estável em relação ao trimestre anterior.

Receitas de Prestação de Serviços: totalizaram R\$ 34,8 bilhões em 2025. O desempenho foi sustentado

principalmente pela performance positiva das linhas de administração de fundos, taxas de administração consórcios e rendas de mercado de capitais.

No 4T25, as receitas somaram R\$ 8,8 bilhões, apresentando retração de 0,3% em relação ao 3T25, impactada pelas linhas de administração de fundos, seguros e pela menor quantidade de dias úteis no período.

Despesas Administrativas: em 2025, as despesas administrativas cresceram 5,1%. O aumento reflete principalmente o impacto do reajuste salarial e os investimentos em tecnologia e cybersegurança.

No 4T25, as despesas administrativas totalizaram R\$ 9,9 bilhões, elevação de 0,8% em relação ao trimestre anterior, reflexo da diminuição de 1,5% em Despesas de Pessoal e do aumento de 5,4% em Outras Despesas Administrativas.

Carteira de Crédito Expandida: atingiu R\$ 1,3 trilhão, com crescimento de 2,5% em 12 meses e de 1,4% no trimestre. Os principais destaques foram:

Pessoa Física: alcançou R\$ 357,0 bilhões, crescimento de 7,6% em um ano, influenciada, principalmente, pelo desempenho do crédito consignado (+1,4% t/t e +8,1% a/a) e cartão de crédito (+11,6% t/t e +19,6% a/a). Destaque para o desempenho da linha de consignado privado (+25,0% t/t), fruto do desempenho positivo no “Crédito do Trabalhador”.

Pessoa Jurídica: atingiu R\$ 455,2 bilhões, crescimento de 0,6% na comparação anual e de 0,5% no trimestre. A carteira de Grandes Empresas totalizou R\$ 207,5 bilhões, redução de 5,0% no ano e de 0,8% no trimestre, enquanto a carteira para MPMEs chegou a R\$ 115,2 bilhões, redução de 7,9% no ano e de 2,8% no trimestre.

Destaque para o crescimento dos desembolsos de R\$ 6,1 bilhões em fundos garantidores destinados exclusivamente às linhas Pronampe e PEAC FGI, crescimento de 29% na comparação com o 4T24,

fortalecendo a qualidade das operações e melhorando o mix da carteira. A carteira das operações de governo foi de R\$ 79,5 bilhões.

Agronegócios: alcançou R\$ 406,1 bilhões, com crescimento de 2,1% em 12 meses e de 1,8% no trimestre, em linha com a estratégia de crescimento baseada na matriz de resiliência e no maior volume de operações com garantias imobiliárias.

No âmbito das operações com base na Medida Provisória (MP) nº 1.314/2025, o Banco iniciou, em outubro, a operacionalização do BB Regulariza Dívidas Agro e do Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais, para liquidação ou amortização de dívidas de custeio, investimento e CPR de produtores rurais. Até dezembro de 2025, foram contratados R\$ 22,6 bilhões, beneficiando mais de 15 mil produtores rurais. Mais informações no contexto da MP 1.314/25 estão no disponíveis no capítulo 7 - Crédito.

Indicadores de Inadimplência

O indicador acima de 90 dias encerrou dezembro em 5,17%, elevação de 66 bps na comparação com setembro/25. A inadimplência da carteira agro atingiu 6,09%, aumento de 125 bps no trimestre. A inadimplência da carteira de pessoas físicas encerrou o período em 6,56%, elevação de 55 bps. O indicador de atraso para a carteira de pessoas jurídicas foi de 3,75%, impactada por um caso específico na carteira de TVM. Desconsiderando esse efeito pontual, o indicador teria sido de 2,86%.

Em dezembro/25, o Capital Principal avançou para 12,23%, com efeitos positivos das operações no âmbito da MP 1.314/25, além da retenção orgânica de resultados. O Índice de Basileia atingiu 15,13%.

A Resolução CMN 4.966/2021, vigente desde janeiro/25, trouxe mudanças na contabilização de ativos financeiros e na provisão para perdas esperadas por risco de crédito, aplicadas de forma prospectiva, sem retroagir a períodos anteriores. As alterações envolvem a forma de cálculo das perdas esperadas, o



Desempenho

Tabela 1. Destaques do Resultado¹

R\$ milhões, exceto quando indicado	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
II Resultado Gerencial								
Lucro Líquido Ajustado	9.580	3.785	5.742	(40,1)	51,7	37.896	20.685	(45,4)
Margem Financeira Bruta	26.791	26.365	27.801	3,8	5,4	103.944	103.128	(0,8)
Custo do Crédito	(9.263)	(17.928)	(17.959)	93,9	0,2	(35.698)	(61.947)	73,5
Receitas de Prestação de Serviços	9.192	8.863	8.835	(3,9)	(0,3)	35.477	34.813	(1,9)
Despesas Administrativas	(9.502)	(9.812)	(9.888)	4,1	0,8	(36.998)	(38.872)	5,1
Lucro Líquido Contábil	8.773	3.028	4.972	(43,3)	64,2	35.440	17.808	(49,8)
R\$ milhões, exceto quando indicado	Dez/24	Set/25	Dez/25	Δ% A/A	Δ% T/T			
II Balanço Patrimonial								
Total de Ativos	2.433.868	2.538.718	2.451.621	0,7	(3,4)			
Títulos e Valores Mobiliários	580.835	661.734	729.784	25,6	10,3			
Total de Passivos	2.243.796	2.352.131	2.259.515	0,7	(3,9)			
Recursos de Clientes	873.711	891.322	897.937	2,8	0,7			
Patrimônio Líquido	190.073	186.587	192.105	1,1	3,0			
II Carteira de Crédito								
Carteira de Crédito Expandida	1.264.506	1.278.644	1.296.511	2,5	1,4			
Carteira PF	331.833	350.511	356.965	7,6	1,8			
Carteira PJ	452.552	452.967	455.150	0,6	0,5			
Carteira Agro	397.710	398.790	406.133	2,1	1,8			
INAD+90d	3,16%	4,51%	5,17%	201 bps	66 bps			
Cobertura 90d	209,47%	174,27%	155,39%	(25,8)	(10,8)			
II Indicadores de Capital								
Índice de Capital Nível I	12,66%	13,92%	14,26%	160 bps	34 bps			
Índice de Capital Principal	10,89%	11,16%	12,23%	134 bps	107 bps			
Índice de Basileia	13,75%	14,81%	15,13%	137 bps	32 bps			
Unidades conforme indicado	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
II Indicadores e Múltiplos de Mercado								
Retorno sobre Ativos (ROA)	1,6%	0,6%	0,9%	(64) bps	31 bps	1,6%	0,9%	(79) bps
Retorno sobre Patrimônio Líquido (RSPL)	20,8%	8,4%	12,4%	(840) bps	404 bps	21,4%	11,4%	(994) bps
Índice de Eficiência 12 meses	25,6%	27,6%	27,7%	214 bps	10 bps	25,6%	27,7%	214 bps
JCP/Dividendos – R\$ milhões	3.739	411	1.496	(60,0)	264,4	15.175	5.184	(65,8)
JCP/Dividendos por Ação – R\$	0,66	0,07	0,26	(60,0)	264,4	2,66	0,91	(65,9)
Lucro Líquido por Ação – R\$	1,53	0,53	0,92	(39,9)	73,6	6,18	3,18	(48,5)
Valor Patrimonial por Ação – R\$	31,69	31,08	32,21	1,6	3,6	31,69	31,08	(1,9)
Preço da Ação (BBAS3) – R\$	24,17	22,09	21,9	(9,3)	(0,8)	24,17	22,09	(8,6)
(P/LPA) Preço / Lucro por Ação 12 Meses	3,91	5,83	6,89	298 bps	106 bps	3,91	6,89	298 bps
(P/VPA) Preço / Valor Patrimonial da Ação	0,76	0,71	0,68	(8) bps	(3) bps	0,76	0,71	(5) bps

1 - Os valores a partir do 1T25 foram elaborados segundo o determinado pela Resolução 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.



Projeções Corporativas

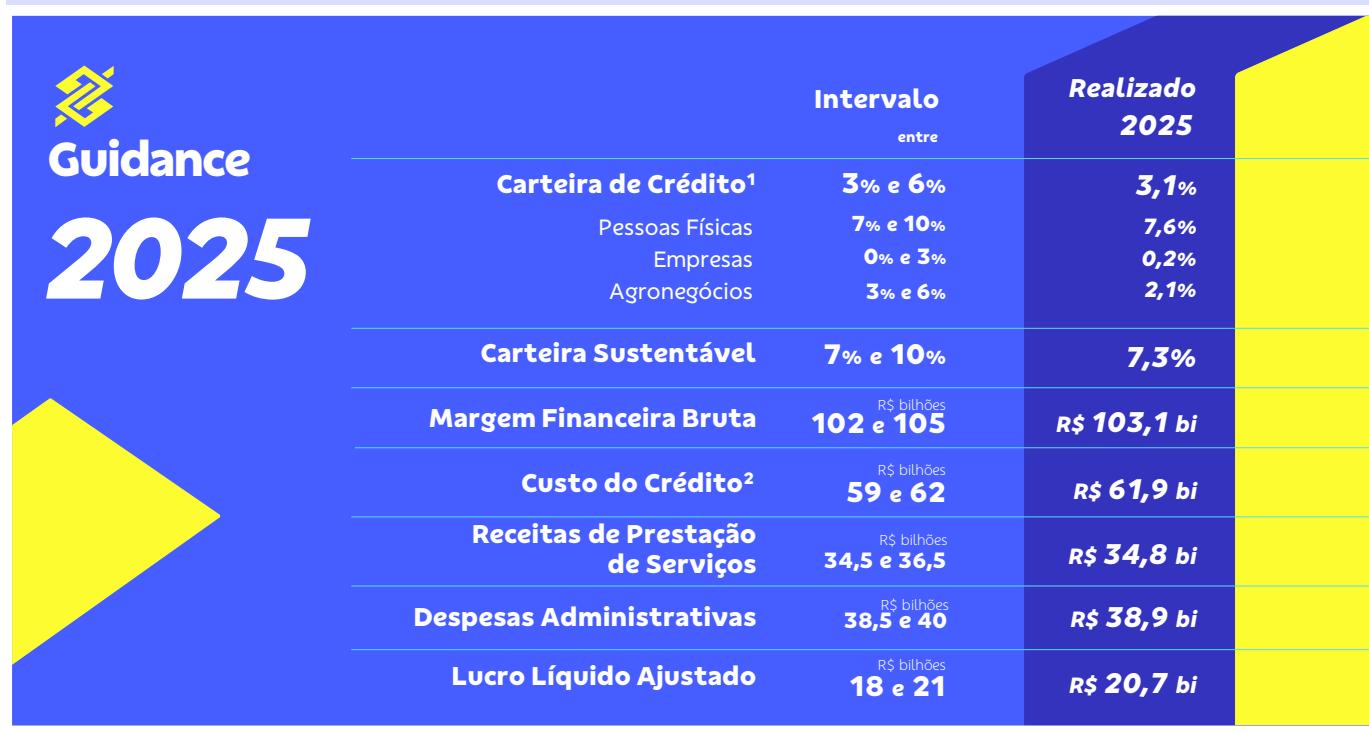
As projeções corporativas (guidance) do Banco do Brasil são elaboradas e apresentadas para o ano de referência, com acompanhamento trimestral.

As estimativas baseiam-se nas atuais expectativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios do Conglomerado BB e não são garantia de desempenho futuro, ademais, envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração, podendo, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles apresentados.

Nesse sentido, no exercício de 2025, o indicador Carteira de Crédito Agro apresentou variação em relação ao projetado para o ano, em função do menor desembolso no segundo semestre de 2025.

As expectativas e projeções da Administração são vinculadas às condições do mercado (mudanças tecnológicas, pressões competitivas sobre produtos, preços, entre outros), do desempenho econômico geral do país (taxa de juros e câmbio, mudanças políticas e econômicas, inflação, mudanças na legislação tributária, entre outras) e dos mercados internacionais. Mais informações podem ser consultadas no Formulário de Referência, seção 3, no [link](#).

Figura 1. Projeções Corporativas 2025



	Intervalo entre	Realizado 2025
Carteira de Crédito¹	3% e 6%	3,1%
Pessoas Físicas	7% e 10%	7,6%
Empresas	0% e 3%	0,2%
Agronegócios	3% e 6%	2,1%
Carteira Sustentável	7% e 10%	7,3%
Margem Financeira Bruta	R\$ bilhões 102 e 105	R\$ 103,1 bi
Custo do Crédito²	R\$ bilhões 59 e 62	R\$ 61,9 bi
Receitas de Prestação de Serviços	R\$ bilhões 34,5 e 36,5	R\$ 34,8 bi
Despesas Administrativas	R\$ bilhões 38,5 e 40	R\$ 38,9 bi
Lucro Líquido Ajustado	R\$ bilhões 18 e 21	R\$ 20,7 bi

(1) As projeções de crédito consideram a carteira doméstica adicionada de TVM privados e garantias e não considera crédito ao governo. (2) Custo do Crédito: corresponde às despesas de perda esperada (conforme Resolução CMN nº 4.966/21), somadas aos descontos concedidos e deduzidas das receitas com recuperação de crédito.



Projeções Corporativas 2026

As projeções corporativas para 2026 foram elaboradas considerando as seguintes variáveis:

Variáveis sob gestão da Administração

- a) Atuação pautada pela sustentabilidade, promovendo negócios ASG e o desenvolvimento social;
- b) Otimização e alocação de capital;
- c) Foco no relacionamento, buscando ser o principal provedor de soluções, de forma a potencializar a experiência do cliente e o resultado do banco;
- d) Preservação do atual modelo de negócios;
- e) Investimentos na aceleração digital;
- f) Ênfase na melhoria da eficiência operacional e controle das demais despesas.

Variáveis que escapam à gestão da Administração

- a) Alterações regulatórias que possam impactar os negócios;
- b) Nível de atividade econômica doméstica e mundial;
- c) Preservação da atual arquitetura da política macroeconômica doméstica.
- d) Taxa de desemprego.

Figura 2. Projeções Corporativas 2026



Intervalo entre	
Carteira de Crédito¹	
Pessoas Físicas	
Empresas	
Agronegócios	
Carteira Sustentável	
Margem Financeira Bruta	
Custo do Crédito²	
R\$ bilhões	
Receitas de Prestação de Serviços	
Despesas Administrativas	
Lucro Líquido Ajustado	

(1) As projeções de crédito consideram a carteira doméstica adicionada de TVM privados e garantias e não considera crédito ao governo. (2) Custo do Crédito: corresponde às despesas de perda esperada (conforme Resolução CMN nº 4.966/21), somadas aos descontos concedidos e deduzidas das receitas com recuperação de crédito.

1.

Informações Financeiras Consolidadas Resumidas



Balanço Patrimonial Consolidado

Tabela 2. Balanço Patrimonial¹²³ – Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido – R\$ milhões

	Dez/24	Set/25	Dez/25	Δ% A/A	Δ% T/T
II Total do Ativo	2.433.868	2.538.718	2.451.621	0,7	(3,4)
Disponibilidades	20.080	23.733	19.738	(1,7)	(16,8)
Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	12.668	17.151	12.278	(3,1)	(28,4)
TVM (Líquidos de Perda Esperada) – VJR	–	7.479	7.620	–	1,9
Instrumentos Financeiros Derivativos	12.668	9.672	4.657	(63,2)	(51,8)
Ativos Fin. ao VJ em Outros Result. Abrangentes	580.835	573.030	640.022	10,2	11,7
TVM (Líquidos de Perda Esperada) – VJORA	580.835	573.030	640.022	10,2	11,7
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	1.725.204	1.842.953	1.692.398	(1,9)	(8,2)
Depósitos Compulsórios no Bacen	115.698	120.538	120.016	3,7	(0,4)
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	399.797	354.961	189.483	(52,6)	(46,6)
TVM (Líquidos de Perda Esperada) – CA	–	81.225	82.141	–	1,1
Carteira de Crédito	1.100.471	1.214.345	1.229.907	11,8	1,3
Outros Ativos Financeiros	109.237	71.883	70.850	(35,1)	(1,4)
(Perdas Esperadas Assoc. ao Risco de Crédito)	(66.153)	(100.282)	(103.790)	56,9	3,5
(Carteira de Crédito)	(62.519)	(95.447)	(98.739)	57,9	3,4
(Outros Ativos financeiros)	(3.634)	(4.835)	(5.052)	39,0	4,5
Ativos Fiscais	81.770	97.423	101.077	23,6	3,8
Correntes	14.051	13.356	12.408	(11,7)	(7,1)
Diferidos (Créditos Tributários)	67.719	84.067	88.669	30,9	5,5
Investimentos	20.960	19.911	20.526	(2,1)	3,1
Imobilizado	11.500	15.279	17.521	52,4	14,7
Intangível	11.337	11.870	12.035	6,2	1,4
Outros Ativos Não Financeiros	35.668	37.651	39.816	11,6	5,8
II Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.433.868	2.538.718	2.451.621	0,7	(3,4)
Total do Passivo	2.235.529	2.343.237	2.259.515	1,1	(3,6)
Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	8.267	8.895	4.475		
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.267	8.895	4.475	(45,9)	(49,7)
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	2.136.825	2.234.764	2.149.935	0,6	(3,8)
Recursos de Clientes	873.711	891.322	897.937	2,8	0,7
Recursos de Instituições Financeiras	724.024	795.250	800.964	10,6	0,7
Recursos de Emissões de Títulos e Valores Mobiliários	325.565	367.888	319.802	(1,8)	(13,1)
Outros Passivos Financeiros	213.525	180.304	131.232	(38,5)	(27,2)
Provisões	31.889	35.306	37.199	16,6	5,4
Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	23.779	28.292	29.890	25,7	5,6
Outras Provisões	8.110	7.014	7.309	(9,9)	4,2
Passivos Fiscais	22.849	19.342	21.180	(7,3)	9,5
Correntes	9.578	6.817	6.425	(32,9)	(5,7)
Diferidos	13.271	12.525	14.754	11,2	17,8
Outros Passivos Não Financeiros	43.965	53.825	46.727	6,3	(13,2)
Patrimônio Líquido	190.073	186.587	192.105	1,1	3,0
Capital	120.000	120.000	120.000	0,0	0,0
Instrumento Elegível ao Capital Principal	5.100	4.100	4.100	(19,6)	(0,0)
Reservas de Capital	1.412	1.417	1.417	0,4	0,0
Reservas de Lucros	81.215	75.822	82.301	1,3	8,5
Outros Resultados Abrangentes	(21.892)	(22.380)	(19.659)	(10,2)	(12,2)
(Ações em Tesouraria)	(264)	(258)	(258)	(1,9)	0,1
Lucros ou Prejuízos Acumulados	–	3.033	–	–	–
Participação dos Não Controladores	4.501	4.853	4.204	(6,6)	(13,4)

(1) Elaborada a partir de base contábil, mas pode apresentar ajustes gerenciais, para possibilitar um melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa.

(2) Os valores a partir do 1T25 seguem as regras da Resolução 4.966/21, enquanto períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024. (3) De forma a permitir a comparabilidade com os pares, a partir do 4T25, o BP passou a ser divulgado com a abertura de TVM por categoria e líquido de Perda Esperada.



Demonstração do Resultado Consolidado

Tabela 3. Demonstração do Resultado com Realocações¹ – R\$ milhões

	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
Margem Financeira Bruta <small>1 2 3 4 5 6 7</small>	26.791	26.365	27.801	3,8	5,4	103.944	103.128	(0,8)
Custo do Crédito <small>1 2 3 8 9 16</small>	(9.263)	(17.928)	(17.959)	93,9	0,2	(35.698)	(61.947)	73,5
Recuperação de Crédito	1.927	1.424	1.777	(7,8)	24,8	9.499	6.480	(31,8)
Despesa de Perda Esperada	(10.185)	(17.928)	(19.036)	86,9	6,2	(41.422)	(65.405)	57,9
Descontos Concedidos	(386)	(1.424)	(700)	81,5	(50,9)	(2.020)	(3.022)	49,6
Perdas por Imparidade	(620)	–	–	–	–	(1.754)	–	–
Margem Financeira Líquida	17.528	8.437	9.842	(43,8)	16,6	68.246	41.181	(39,7)
Receitas de Prestação de Serviços	9.192	8.863	8.835	(3,9)	(0,3)	35.477	34.813	(1,9)
Despesas Administrativas	(9.502)	(9.812)	(9.888)	4,1	0,8	(36.998)	(38.872)	5,1
Despesas de Pessoal ¹⁷	(6.285)	(6.567)	(6.470)	2,9	(1,5)	(24.321)	(25.804)	6,1
Outras Despesas Administrativas ¹⁰	(3.216)	(3.244)	(3.418)	6,3	5,4	(12.677)	(13.068)	3,1
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.301)	(1.465)	(1.353)	4,0	(7,6)	(5.390)	(5.374)	(0,3)
Participações em Controladas e Coligadas	2.059	1.989	2.445	18,7	22,9	7.789	8.317	6,8
PREVI – Plano de Benefícios I ¹¹	700	822	822	17,4	0,0	2.631	3.601	36,9
PREVI – Atualização de Fundo Utilização ¹²	309	208	177	(42,7)	(14,7)	1.102	1.039	(5,8)
Despesas Tributárias ⁶	(2.255)	(2.235)	(2.361)	4,7	5,6	(8.667)	(8.885)	2,5
Outras Receitas/Despesas ^{4 7 8 9 10 11 12 13 18}	(2.115)	(2.249)	(2.437)	15,2	8,3	(8.245)	(9.446)	14,6
Provisões	(2.084)	(1.782)	(2.145)	2,9	20,3	(7.585)	(7.573)	(0,2)
Cíveis, Fiscais e Trabalhistas ^{13 14}	(2.228)	(1.782)	(2.145)	(3,7)	20,3	(7.533)	(7.560)	0,4
Outras Provisões	144	–	(0)	–	–	(52)	(13)	(75,4)
Resultado Operacional	13.832	4.241	5.291	(61,8)	24,7	53.750	24.176	(55,0)
Resultado Não Operacional	80	80	206	156,6	156,4	274	424	55,0
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	13.912	4.322	5.497	(60,5)	27,2	54.024	24.600	(54,5)
Imposto de Renda e Contr. Social ^{5 15 19}	(2.249)	716	1.830	–	155,7	(7.657)	2.008	–
Participações Estatutárias ²⁰	(1.214)	(438)	(732)	(39,7)	67,0	(4.814)	(2.597)	(46,1)
Participações Minoritárias	(869)	(814)	(853)	(1,9)	4,8	(3.656)	(3.326)	(9,0)
Lucro Líquido Ajustado	9.580	3.785	5.742	(40,1)	51,7	37.896	20.685	(45,4)
Itens Extraordinários	(807)	(757)	(769)	(4,6)	1,7	(2.456)	(2.877)	17,1
Planos Econômicos ¹⁴	(1.557)	(1.461)	(1.485)	(4,6)	1,7	(4.751)	(5.415)	14,0
Adesão ao Programa de Transação ^{17 18}	–	–	–	–	–	–	(1.192)	–
Autorregularização Incentivada de Tributos ¹⁵	–	–	–	–	–	949	–	–
Imparidade de TVM ¹⁶	–	–	–	–	–	(1.717)	–	–
Efeitos Fiscais e de PLR ^{19 20}	751	704	716	(4,6)	1,7	3.063	3.731	21,8
Lucro Líquido	8.773	3.028	4.972	(43,3)	64,2	35.440	17.808	(49,8)

(1) Os valores a partir do 1T25 seguem as regras da Resolução 4.966/21, enquanto períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.



Abertura das Realocações

Na próxima tabela são demonstrados os ajustes realizados na Demonstração do Resultado, na visão BB Consolidado, apresentada nas Demonstrações Contábeis do período, para a obtenção da DRE com Realocações. Tais ajustes têm como objetivo:

- a)** segregar os itens extraordinários e apresentar o lucro líquido ajustado do período;
- b)** realocar a disposição dos itens de receitas e despesas, para possibilitar um melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa;
- c)** permitir que a Margem Financeira Bruta (MFB) reflita, efetivamente, o ganho de todos os ativos rentáveis.
- d)** destacar os efeitos relacionados ao custo do crédito. Para tal, foi necessário integrar em itens específicos:
 - I.** as despesas referentes a Perdas Associadas ao Risco de Crédito;
 - II.** as receitas de recuperação de créditos baixados como prejuízo, originalmente contabilizadas em Receitas da Intermediação Financeira;
 - III.** as perdas permanentes de ativos financeiros, os ganhos (perdas) na alienação e/ou transferência de ativos financeiros e os ganhos (perdas) na alienação de bens arrendados, contabilizados em Receitas da Intermediação Financeira; e
 - IV.** as despesas de descontos concedidos em renegociação, originalmente contabilizadas em Outras Despesas Operacionais.

**Tabela 4.** Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários – R\$ milhões

#	De	Para	Evento	4T24	3T25	4T25	2024	2025
1	Margem Financeira Bruta	Custo do Crédito	Recuperação de Crédito	1.927	1.424	1.777	9.899	6.480
2	Margem Financeira Bruta	Custo do Crédito	Descontos Concedidos	(47)	(1.040)	(205)	(588)	(1.553)
3	Margem Financeira Bruta	Custo do Crédito	Perdas por Imparidade	(620)	–	–	(3.471)	–
4	Margem Financeira Bruta	Outras Receitas/Despesas	Reversão de Provisões Operacionais	9	–	–	48	–
5	Imposto de Renda e Contr. Social	Margem Financeira Bruta	Rendimentos de Aplicações Financeiras	–	735	735	–	2.680
6	Despesas Tributárias	Margem Financeira Bruta	Hedge Fiscal	107	(19)	22	204	(83)
7	Outras Receitas/Despesas	Margem Financeira Bruta	Rendimentos de Aplicações Financeiras	8	–	–	29	–
8	Custo do Crédito	Outras Receitas/Despesas	Perda Esperada sem Caract. de Interm. Fin.	25	(160)	(222)	(430)	(983)
9	Outras Receitas/Despesas	Custo do Crédito	Descontos Concedidos	(338)	(384)	(494)	(1.432)	(1.470)
10	Outras Despesas Administrativas	Outras Receitas/Despesas	Verba de Relacionamento Negocial	(453)	(485)	(490)	(1.877)	(1.908)
11	Outras Receitas/Despesas	PREVI – Plano de Benefícios I	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	700	822	822	2.631	3.601
12	Outras Receitas/Despesas	PREVI – Atualização de Fundo Utilização	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	309	208	177	1.102	1.039
13	Outras Receitas/Despesas	Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	Outras Despesas com Demandas Cíveis	(149)	(60)	(149)	(583)	(509)
14	Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(1.557)	(1.461)	(1.485)	(4.751)	(5.415)
15	Imposto de Renda e Contr. Social	Autorregularização Incentivada de Tributos	Autorregularização Incentivada de Tributos	–	–	–	949	–
16	Custo do Crédito	Imparidade de TVM	Perdas por Imparidade	–	–	–	(1.717)	–
17	Despesas de Pessoal	Adesão ao Programa de Transação	Adesão ao Programa de Transação	–	–	–	–	(433)
18	Outras Receitas/Despesas	Adesão ao Programa de Transação	Adesão ao Programa de Transação	–	–	–	–	(759)
19	Imposto de Renda e Contr. Social	Efeitos Fiscais e de PLR	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	660	619	629	2.786	3.406
20	Participações Estatutárias	Efeitos Fiscais e de PLR	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	91	85	87	276	325



Glossário das Realocações

(01), (02), (03) e (09) Receitas (despesas) relacionadas ao custo do crédito contabilizadas em recuperação de créditos baixados como prejuízo, descontos concedidos em renegociação, perdas permanentes de ativos financeiros.

(04) Reversão de provisões operacionais.

(05) Realocação de resultado positivo de aplicações financeiras.

(06) Efeitos de impostos incidentes sobre *hedge* para investimentos no exterior.

(07) Receitas de aplicações financeiras de empresas não financeiras.

(08) Reversão (reforço) de provisão para créditos sem característica de intermediação financeira.

(10) Amortização de aquisição de folha de pagamentos.

(11) Receitas (despesas) financeiras da revisão dos ativos e passivos atuariais da Previ.

(12) Receitas financeiras de atualização do Fundo Utilização da Previ.

(13) Outras despesas provenientes de demandas cíveis.

(14) Despesas com provisão oriundas de ações judiciais referentes aos planos econômicos.

(15) Efeitos da adesão voluntária do Banco do Brasil ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos Administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

(16) Imparidade de títulos e valores mobiliários (TVM) por recuperação judicial prejudicada de exercícios anteriores.

(17) e (18) Efeitos da adesão ao Programa de Transição Tributária, elaborado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

(19) e (20) Segregação dos efeitos de itens extraordinários em relação ao imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e à apuração de participação nos lucros e resultados (PLR). A composição dos efeitos de itens extraordinários está disponível na tabela a seguir.

Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários

A tabela a seguir demonstra os efeitos fiscais (IR e CSLL) e de participação nos lucros e resultados (PLR) relacionados a cada um dos itens extraordinários.

Tabela 5. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários – R\$ milhões

	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acrm.
II Efeitos Fiscais e de PLR s/ Itens Extraordinários	751	704	716	(4,6)	1,7	3.063	3.731	21,8
Planos Econômicos	751	704	716	(4,6)	1,7	2.290	2.610	14,0
Autorregularização Incentivada de Tributos	-	-	-	-	-	(55)	-	-
Imparidade de TVM	-	-	-	-	-	828	-	-
Adesão ao Programa de Transação	-	-	-	-	-	-	1.121	-

2. Margem Financeira Bruta

No 4T25, a Margem Financeira Bruta (MFB) totalizou R\$ 27,8 bilhões, com crescimento trimestral de 5,4% e redução de 0,8% na comparação entre os exercícios (2025/2024).

Na comparação trimestral, destaque para a redução das despesas de captação comercial (-4,7%), influenciadas pelo mix das captações e pelo efeito calendário. Em relação às receitas financeiras, estáveis na comparação trimestral, destaque para o desempenho das receitas de operações de crédito com pessoas físicas (+5,5%), em linha com a estratégia de diversificação do mix e com o ganho de representatividade do “Crédito ao Trabalhador”.

Na comparação entre os exercícios, a retração de 0,8% na MFB, está relacionada ao crescimento das despesas de captação comercial, influenciadas pelo crescimento de 11,0% do saldo médio e pelo efeito da elevação da TMS (+345 bps) e da TR (+116 bps). Em 2025, destaque para o crescimento de 16,5% das receitas financeiras.



MFB Contábil

Tabela 6. Principais Indicadores

	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
CDI / TMS – %	2,68	3,70	3,59	34,2	(3,1)	10,88	14,32	31,7
TJLP – %	1,87	2,26	2,28	22,2	1,2	7,11	9,01	26,9
TR – %	0,24	0,52	0,51	109,9	(1,7)	0,81	1,97	142,4
RDP – %¹	1,76	2,04	2,03	15,2	(0,4)	7,07	8,24	16,5
Dias úteis	63	66	64	1,6	(3,0)	253	252	(0,4)
Dias corridos	92	92	92	–	–	366	365	(0,3)
Câmbio – US\$²	6,19	5,32	5,50	(11,1)	3,5			

(1) Remuneração dos Depósitos de Poupança; (2) Câmbio de fechamento (PTAX venda) do último dia útil do período de referência.

Tabela 7. Composição da Margem Financeira Bruta – R\$ milhões

	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
Margem Financeira Bruta	26.791	26.365	27.801	3,8	5,4	103.944	103.128	(0,8)
Receitas Financeiras	48.918	57.501	57.508	17,6	0,0	187.031	217.712	16,4
Operações de Crédito¹	37.102	47.245	47.352	27,6	0,2	141.517	181.875	28,5
Tesouraria^{1,2}	11.816	10.256	10.156	(14,0)	(1,0)	45.514	35.838	(21,3)
Despesas Financeiras	(22.127)	(31.136)	(29.707)	34,3	(4,6)	(83.088)	(114.584)	37,9
Captação Comercial	(18.675)	(26.240)	(25.000)	33,9	(4,7)	(70.465)	(95.979)	36,2
Captação Institucional ³	(3.452)	(4.896)	(4.707)	36,4	(3,9)	(12.622)	(18.605)	47,4

(1) Em função da Resolução nº 4.966/21, a partir do 1T25, houve a migração do resultado da carteira de TVMs Privados com característica de crédito da Tesouraria para as Receitas Financeiras de Crédito. O movimento impactou, na mesma medida, negativamente o resultado de tesouraria (TVM – Receitas de Juros) e positivamente as receitas com operações de crédito, em cerca R\$ 16,9 bilhões em 2025. Desconsiderando este efeito, o Resultado de Tesouraria seria de R\$ 52,9 bilhões e as Receitas de Operações de Crédito seriam de R\$ 165,0 bilhões em 2025, o que representaria um crescimento de 15,8% e de 16,6% na comparação entre os exercícios, respectivamente; (2) Inclui o resultado com juros, hedge fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado; (3) Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD (exceto instrumento elegível ao Capital Principal).

Receita Financeira de Operações de Crédito

A partir do 1T25, em virtude da adoção da Resolução nº 4.966/21, as receitas de TVM Privados com característica de crédito, que anteriormente estavam no Resultado de Tesouraria, foram incorporadas nas linhas de Operações de Crédito – Agro (CPR e CDCA) e PJ (TVM Privados). Essa reclassificação trouxe um incremento nas receitas de crédito de cerca de R\$ 16,9 bilhões em 2025, em contrapartida da redução em mesmo volume do resultado de Tesouraria, o que prejudica a comparabilidade com o ano anterior.

No 4T25, destaque para o crescimento das receitas de crédito da carteira PF (+5,5%), em linha com a estratégia de diversificação do mix e com o ganho de representatividade do “Crédito ao Trabalhador”.

Tabela 8. Receita Financeira de Operação de Crédito – R\$ milhões

Receita Financeira de Op. de Crédito	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
	37.102	47.245	47.352	27,6	0,2	141.517	181.875	28,5
Operações de Crédito – PF	14.718	16.760	17.687	20,2	5,5	57.511	65.645	14,1
Operações de Crédito – PJ ¹	10.470	17.262	15.971	52,5	(7,5)	40.146	64.413	60,4
Operações de Crédito – Agronegócio ²	9.642	10.953	11.379	18,0	3,9	36.056	42.988	19,2
Operações de Crédito – Rede Externa	1.653	2.020	2.006	21,4	(0,7)	5.626	7.695	36,8
Op. de Venda ou de Transf. de Ativos Fin.	283	202	256	(9,7)	26,8	1.109	944	(14,9)
Operações de Arrendamento Mercantil	31	33	39	26,5	17,9	101	127	25,1
Demais Operações de Crédito	305	14	15	(95,0)	9,0	968	63	(93,5)

(1) A partir do 1T25, conforme a Resolução nº 4.966/21, contém as receitas com TVM Privados com características de crédito as quais até 2024 sensibilizavam as receitas de juros de TVM no resultado de Tesouraria; (2) A partir do 1T25, conforme a Resolução nº 4.966/21, contém as receitas com CPR e CDCA, as quais até 2024 sensibilizavam as receitas de juros de TVM no resultado de tesouraria.

Figura 3. Distribuição das Receitas de Crédito – %



Figura 4. Distribuição da Carteira de Crédito Expandida – %

Despesa Financeira de Captação Comercial

Tabela 9. Despesa de Captação Comercial – R\$ milhões

Despesa de Captação Comercial	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
	(18.675)	(26.240)	(25.000)	33,9	(4,7)	(70.465)	(95.979)	36,2
Despesas de Captação com Depósitos	(15.101)	(20.037)	(19.424)	28,6	(3,1)	(57.001)	(74.206)	30,2
Depósitos a Prazo ¹	(5.696)	(8.672)	(8.119)	42,5	(6,4)	(20.634)	(30.642)	48,5
Depósitos de Poupança	(3.639)	(4.174)	(4.172)	14,6	(0,1)	(13.863)	(16.279)	17,4
Depósitos Judiciais	(5.766)	(7.190)	(7.134)	23,7	(0,8)	(22.504)	(27.285)	21,2
Despesas de Emissão de Títulos	(5.313)	(8.777)	(8.055)	51,6	(8,2)	(19.883)	(30.909)	55,5
Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	(4.983)	(8.282)	(7.553)	51,6	(8,8)	(18.598)	(29.076)	56,3
Letra de Crédito Imobiliário (LCI)	(324)	(483)	(489)	51,2	1,2	(1.259)	(1.796)	42,6
Outros Recursos de Emissões	(6)	(12)	(13)	97,8	8,2	(25)	(37)	47,5
Fundo Garantidor Créditos (FGC)	(224)	(248)	(242)	8,0	(2,6)	(857)	(965)	12,6
Res. de Depósitos no Banco Central	1.963	2.822	2.721	38,6	(3,6)	7.275	10.100	38,8

(1) Inclui despesas com Outros Depósitos.

A despesa financeira de captação comercial totalizou R\$ 25,0 bilhões no 4T25, influenciada pela queda da TMS (-11 bps), que impacta as captações pós-fixadas, e da TR (-1 bps) e do RDP (-1 bps), que influenciam as despesas com depósitos de poupança e depósitos judiciais, pelo efeito calendário, e pela retração do saldo médio das captações comerciais (-3,1%), com destaque para LCA, com queda de 8,6%.

**Tabela 10.** Captações vs. Taxa Selic – R\$ milhões

	4T24			3T25			4T25		
	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic
Depósitos Totais	1.102.550	(20.736)	70,3	1.188.879	(29.196)	66,3	1.154.529	(27.903)	67,3
Depósitos a Prazo ¹	542.093	(11.462)	79,0	593.749	(15.863)	72,1	579.756	(15.253)	73,3
Depósitos de Poupança	216.162	(3.639)	62,9	215.153	(4.174)	52,4	213.046	(4.172)	54,5
Letras de Créd. do Agronegócio	201.717	(4.983)	92,3	245.192	(8.282)	91,2	224.183	(7.553)	93,8
Depósitos à Vista	103.480	–	–	90.741	–	–	90.015	–	–
Depósitos Interfinanceiros	24.724	(328)	–	28.974	(394)	–	31.764	(436)	–
Letras de Crédito Imobiliário	14.374	(324)	84,1	15.069	(483)	86,6	15.765	(489)	86,4

(1) Inclui depósitos judiciais e outros depósitos.

Despesa Financeira de Captação Institucional

A tabela a seguir apresenta a abertura da Despesa de Captação Institucional, que é referente aos títulos corporativos emitidos pelo Banco no mercado de capitais, no Brasil e no exterior, cujos subscritores são investidores qualificados. Vale ressaltar que o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) emitido no Brasil, fruto de contrato mútuo com a União e elegível a capital principal, é apresentado no Patrimônio Líquido em Instrumento Elegível ao Capital Principal e o pagamento de sua remuneração é realizado com recursos provenientes de lucros acumulados e reserva de lucros, ou seja, não está refletido na despesa financeira de captação institucional.

A despesa financeira de captação institucional totalizou R\$ 4,7 bilhões no 4T25, com recuo de 3,9% na comparação trimestral, influenciadas, principalmente, pelo resgate (call option), em outubro de 2025, da totalidade dos títulos subordinados de nível I emitidos em 2013 com cupom 8,748% (Banbra 8,748% a.a.). Na comparação entre os exercícios, o crescimento de 47,4% foi influenciado pelas despesas com as Dívidas Subordinadas no País (Letras Financeiras Perpétuas), que refletem um ambiente de taxas mais elevadas e um maior volume.

Tabela 11. Despesa de Captação Institucional – R\$ milhões

Despesa Financ. de Captação Institucional	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
	(3.452)	(4.896)	(4.707)	36,4	(3,9)	(12.622)	(18.605)	47,4
Obrigações de Emp., Cessões e Repasses	(1.844)	(1.992)	(1.964)	6,5	(1,4)	(6.946)	(8.158)	17,4
Dívidas Subordinadas no País ¹	(640)	(1.346)	(1.234)	92,9	(8,3)	(2.219)	(4.544)	104,8
no Exterior	(420)	(1.142)	(1.203)	186,8	5,4	(1.176)	(3.874)	229,5
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	(220)	(205)	(31)	(86,0)	(84,9)	(1.043)	(670)	(35,8)
Letras Financeiras ²	(643)	(484)	(476)	(25,9)	(1,7)	(2.459)	(2.052)	(16,6)
	(326)	(1.073)	(1.033)	217,1	(3,8)	(998)	(3.851)	286,0

(1) Correspondem às despesas com Letras Financeiras Perpétuas; (2) Representam as despesas com instrumentos sêniores.



Resultado de Tesouraria

O resultado de tesouraria é formado por: (i) resultado de títulos e valores mobiliários, onde estão as receitas/despesas de juros e negociação das carteiras de negociação e bancária, além da marcação à mercado dos títulos da carteira de negociação; (ii) resultado de operações compromissadas; (iii) resultado de operações interfinanceiras; e (iv) outros componentes, onde estão os resultados de derivativos, operações de câmbio, variação cambial dos instrumentos financeiros, ganho/perda cambial sobre os investimentos no exterior e resultado do hedge fiscal (overhedge).

Importante ressaltar que em função da Resolução nº 4.966, a partir do 1T25, houve a migração do resultado da carteira de TVMs Privados com característica de crédito para as Receitas Financeiras de Crédito, reduzindo o resultado de tesouraria em cerca de R\$ 16,9 bilhões em 2025 (TVM - Receitas de Juros), em contrapartida do aumento em mesmo volume das receitas financeiras de operações de crédito, o que prejudica a comparabilidade entre os exercícios. Desconsiderando este efeito, o resultado de Tesouraria seria de R\$ 52,9 bilhões em 2025, o que corresponderia a um crescimento de 16,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Tabela 12. Resultado de Tesouraria – R\$ milhões

	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
Resultado de Tesouraria	11.816	10.256	10.156	(14,0)	(1,0)	45.514	35.838	(21,3)
Títulos e Valores Mobiliários ¹	9.719	10.035	9.865	1,5	(1,7)	36.437	34.478	(5,4)
Result. de Operações Compromissadas	182	195	213	16,8	8,8	2.335	724	(69,0)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.749	11.330	8.787	(25,2)	(22,4)	46.574	40.286	(13,5)
Captações no Mercado Aberto ²	(11.566)	(11.134)	(8.574)	(25,9)	(23,0)	(44.239)	(39.562)	(10,6)
Result. de Depósitos Interfinanceiros	695	366	446	(35,8)	22,1	2.610	1.660	(36,4)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.023	759	883	(13,8)	16,3	4.034	3.252	(19,4)
Captações em Depósitos Interfinanceiros	(328)	(394)	(436)	33,0	10,8	(1.424)	(1.592)	11,8
Outros Componentes de Tesouraria	1.219	(340)	(368)	-	8,4	4.133	(1.025)	-

(1) Contém as despesas com captação no mercado aberto (carteira própria); (2) Refere-se às despesas com carteira de terceiros.

O resultado de TVM totalizou R\$ 9,9 bilhões no 4T25, influenciado pelo efeito calendário e pela retração da TMS. A carteira de títulos é majoritariamente (84,7%) pós-fixada.

Tabela 13. Resultado de TVM – R\$ milhões

	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
Resultado de TVM	9.719	10.035	9.865	1,5	(1,7)	36.437	34.478	(5,4)
Receitas de Juros ^{1,2}	9.734	9.951	9.683	(0,5)	(2,7)	36.340	33.448	(8,0)
Resultado das Negociações	4	126	150	-	19,1	351	868	147,0
Resultado de Marcação a Mercado	(20)	(41)	32	-	-	(255)	163	-

(1) Em função da Resolução nº 4.966, a partir do 1T25, houve a migração do resultado da carteira de TVMs Privados com característica de crédito para as Receitas Financeiras de Crédito, reduzindo o resultado de tesouraria em cerca de R\$ 16,9 bilhões em 2025 (TVM - Receitas de Juros), o que prejudica a comparabilidade entre os exercícios. Desconsiderando este efeito, o resultado de TVM seria de R\$ 51,3 bilhões em 2025, o que representaria um crescimento de 40,9% com o mesmo período do ano anterior; (2) Contém as despesas com captação no mercado aberto (carteira própria).

Figura 5. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo) – %

A tabela a seguir demonstra a composição da carteira de TVM. A carteira é composta principalmente por títulos públicos federais.

Tabela 14. Carteira de Títulos por Categoria^{1 2} – Valor de Mercado – R\$ milhões

	Dez/24 ²	Part. %	Set/25	Part. %	Dez/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Títulos e Valores Mobiliários	–	–	662.337	100,0	729.784	100,0	–	10,2
Ao Valor Justo no Resultado	–	–	7.513	1,1	7.620	1,0	–	1,4
Ao Valor Justo em Outros Res. Abrangentes	–	–	573.184	86,5	640.022	87,7	–	11,7
Ao Custo Amortizado	–	–	81.640	12,3	82.141	11,3	–	0,6

(1) As categorias da carteira de TVM seguiram o padrão estabelecido pela Resolução nº 4.966/21, vigente desde 01/01/2025, conforme as Notas Explicativas. (2) Informação indisponível para períodos anteriores ao 1T25.

Saldo da Liquidez

A tabela seguinte apresenta o saldo de liquidez, diferença entre os ativos e passivos de liquidez.

Tabela 15. Saldo da Liquidez¹ – R\$ milhões

	Dez/24	Part. %	Set/25	Part. %	Dez/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Ativos de Liquidez (a)	1.000.712	100,0	1.041.031	100,0	939.005	100,0	(6,2)	(9,8)
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	580.835	58,0	662.337	63,6	729.784	77,7	25,6	10,2
Aplicações Interfinanceiras	399.796	40,0	354.961	34,1	189.483	20,2	(52,6)	(46,6)
Disponibilidades	20.081	2,0	23.733	2,3	19.738	2,1	(1,7)	(16,8)
Passivos de Liquidez (b)	643.063	100,0	712.560	100,0	642.127	100,0	(0,1)	(9,9)
Captações no Mercado Aberto	617.780	96,1	682.233	95,7	609.233	94,9	(1,4)	(10,7)
Depósitos Interfinanceiros	25.283	3,9	30.327	4,3	32.894	5,1	30,1	8,5
Saldo da Liquidez (a-b)	357.649	100,0	328.471	100,0	296.878	100,0	(17,0)	(9,6)

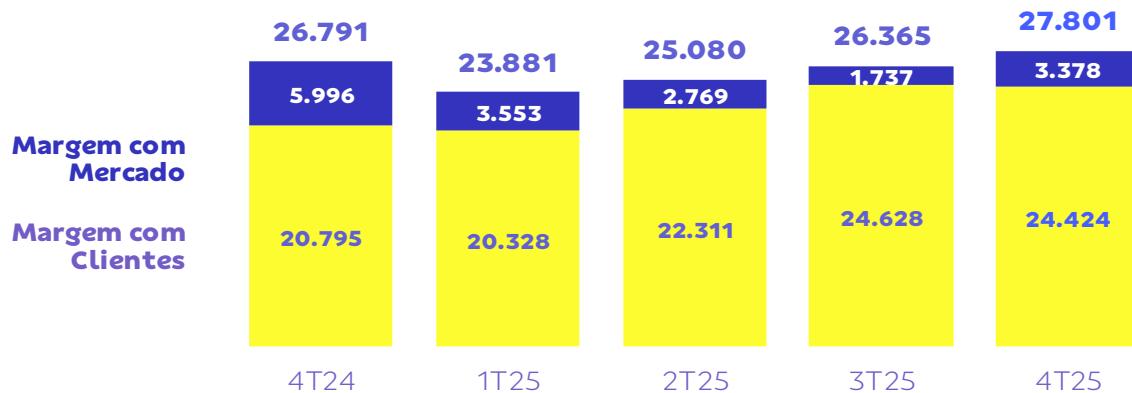
(1) A partir do 1T25, conforme a Resolução nº 4.966/21, a carteira de TVM não contempla os TVM Privados com características de crédito.



MFB Gerencial

A seguir é apresentada a MFB Gerencial, formada pela Margem com Clientes e Margem com Mercado.

Figura 6. Margem Financeira com Clientes^{1 3} e com Mercado^{2 3} – R\$ milhões



(1) A Margem com Clientes é formada pela receita de operações de crédito, acrescida de TVMs privados com característica de crédito, descontada de despesas de oportunidade para cada tipo de operação e pelas despesas de captação comercial (sem aplicações compulsórias), acrescidas de receitas de oportunidade para cada tipo de operação; (2) A Margem com Mercado é formada pelo resultado de tesouraria (sem TVMs privados), pelas despesas de captação institucional, pela margem financeira bruta do Banco Patagonia e pelo resultado líquido das oportunidades (receitas/despesas) acrescido do resultado das aplicações compulsórias.

Tabela 16. Margem Financeira com Clientes e Mercado – R\$ milhões

	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
Margem Financeira Bruta	26.791	26.365	27.801	3,8	5,4	103.944	103.128	(0,8)
Margem com Clientes	20.795	24.628	24.424	17,5	(0,8)	81.683	91.691	12,3
Saldo Médio	1.111.292	1.138.486	1.132.736	1,9	(0,5)	1.064.023	1.132.615	6,4
Spread com Clientes %	7,70	8,94	8,91	15,7	(0,3)	7,68	8,10	5,5
Margem com Mercado	5.996	1.737	3.378	(43,7)	94,4	22.261	11.437	(48,6)

A Margem com Clientes totalizou R\$ 24,4 bilhões no 4T25, recuo trimestral de 0,8%, influenciada, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) queda da TMS (-11 bps), que influencia a margem de passivos; (ii) giro da carteira de crédito; e (iii) efeito calendário (2 dias úteis a menos).

A Margem com Mercado registrou R\$ 3,4 bilhões no 4T25, favorecida pelos seguintes fatores: (i) decréscimo das despesas com captações institucionais, em virtude da estratégia de mix de funding com emissões de letras financeiras perpétuas no Brasil indexadas a TMS; e (ii) pelo desempenho da margem do Banco Patagonia, com relação direta à redução das despesas com captações comerciais e pelo crescimento do resultado de tesouraria, fruto da estratégia de aquisição de títulos soberanos com melhores taxas.

Na comparação anual, o desempenho da Margem com Clientes (+12,3%) foi influenciado tanto pelo aumento do saldo médio da carteira quanto pelo aumento do spread com clientes, fruto da gestão do mix de carteira de crédito e estratégia de captação. O recuo da Margem com Mercado, na mesma comparação, é explicado pela alta da TMS, pela desvalorização do real nas operações de câmbio, e pela queda da margem do Banco Patagonia, influenciada pela redução da taxa de juros básicos da economia argentina.



Análise dos Ativos e Passivos

Ativos Rentáveis

Tabela 17. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (anual) – R\$ milhões

	4T24			4T25		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual ³ (%)	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual ³ (%)
Ativos Rentáveis	2.197.792	68.570	13,1	2.278.296	84.635	15,7
Operações de Crédito ⁴	1.079.672	37.102	14,5	1.221.775	47.352	16,4
Títulos e Valores Mobiliários	562.507	16.734	12,4	709.510	24.893	14,8
Aplicações Interf. de Liquidez	466.907	12.772	11,4	246.594	9.669	16,6
Depósito Compulsório Rentável	88.705	1.963	9,2	100.417	2.721	11,3

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (2) Calculado com efeito parcial da variação cambial; (3) Taxa anualizada (252 dias úteis ano/dias úteis do período); (4) Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas e a partir do 1T25, conforme a Resolução nº 4.966/21, também inclui a carteira de TVM Privados com característica de crédito. O ajuste foi implementado de maneira prospectiva e sensibiliza somente as informações a partir do 1T25.

Tabela 18. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (trimestral) – R\$ milhões

	3T25			4T25		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual ³ (%)	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual ³ (%)
Ativos Rentáveis	2.304.498	85.079	15,6	2.278.296	84.635	15,7
Operações de Crédito ⁴	1.221.102	47.245	16,4	1.221.775	47.352	16,4
Títulos e Valores Mobiliários	646.606	22.923	15,0	709.510	24.893	14,8
Aplicações Interf. de Liquidez	339.401	12.089	15,0	246.594	9.669	16,6
Depósito Compulsório Rentável	97.388	2.822	12,1	100.417	2.721	11,3

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (2) Calculado com efeito parcial da variação cambial; (3) Taxa anualizada (252 dias úteis ano/dias úteis do período); (4) Inclui Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas e a carteira de TVM Privados com característica de crédito.

Tabela 19. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (YTD) – R\$ milhões

	2024			2025		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual ³ (%)	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual ³ (%)
Ativos Rentáveis	2.127.215	262.836	12,4	2.245.750	318.169	14,2
Operações de Crédito ⁴	1.031.923	141.517	13,7	1.222.227	181.875	14,9
Títulos e Valores Mobiliários	537.488	63.436	11,8	611.730	82.657	13,5
Aplicações Interf. de Liquidez	471.196	50.608	10,7	317.382	43.538	13,7
Depósito Compulsório Rentável	86.608	7.275	8,4	94.412	10.100	10,7

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (2) Calculado com efeito parcial da variação cambial; (3) Taxa anualizada (252 dias úteis ano/dias úteis do período); (4) Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas e a partir do 1T25, conforme a Resolução nº 4.966/21, também inclui a carteira de TVM Privados com característica de crédito. O ajuste foi implementado de maneira prospectiva e sensibiliza somente as informações a partir do 1T25.

Passivos Onerosos

Tabela 20. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (anual) – R\$ milhões

	4T24			4T25		
	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual (%) ³
Passivos Onerosos	1.909.598	(42.775)	8,7	1.961.616	(56.224)	11,0
Captações no Mercado Aberto	674.304	(18.581)	10,6	650.122	(23.601)	13,7
Depósitos a Prazo	542.093	(11.462)	8,2	579.756	(15.253)	10,1
Depósitos de Poupança	216.162	(3.639)	6,6	213.046	(4.172)	7,6
Letras de Crédito do Agronegócio	201.717	(4.983)	9,5	224.183	(7.553)	12,8
Obrig. por Emprest. e Repasses ⁴	155.977	(1.844)	4,6	157.074	(1.964)	4,9
Dívida Subordinada	24.313	(640)	10,1	29.671	(1.234)	15,6
Obrigações com TVM no Exterior	43.276	(643)	5,8	31.252	(476)	6,0
Depósitos Interfinanceiros	24.724	(328)	5,2	31.764	(436)	5,4
Letras de Crédito Imobiliário	14.374	(324)	8,7	15.765	(489)	11,8
Demais Letras Bancárias ⁵	12.659	(332)	10,1	28.984	(1.045)	13,7

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (2) Calculado com efeito parcial da variação cambial; (3) Taxa anualizada (252 dias úteis ano/dias úteis do período); (4) Inclui Fundos Financeiros e de Desenvolvimento; (5) Inclui Letras Financeiras, Debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Tabela 21. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (trimestral) – R\$ milhões

	3T25			4T25		
	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual (%) ³
Passivos Onerosos	2.003.760	(58.126)	11,1	1.961.616	(56.224)	11,0
Captações no Mercado Aberto	653.129	(24.022)	13,9	650.122	(23.601)	13,7
Depósitos a Prazo	593.749	(15.863)	10,3	579.756	(15.253)	10,1
Depósitos de Poupança	215.153	(4.174)	7,5	213.046	(4.172)	7,6
Letras de Crédito do Agronegócio	245.192	(8.282)	12,8	224.183	(7.553)	12,8
Obrig. por Emprest. e Repasses ⁴	154.291	(1.992)	5,1	157.074	(1.964)	4,9
Dívida Subordinada	37.315	(1.346)	13,7	29.671	(1.234)	15,6
Obrigações com TVM no Exterior	31.998	(484)	5,9	31.252	(476)	6,0
Depósitos Interfinanceiros	28.974	(394)	5,3	31.764	(436)	5,4
Letras de Crédito Imobiliário	15.069	(483)	12,2	15.765	(489)	11,8
Demais Letras Bancárias ⁵	28.889	(1.085)	14,2	28.984	(1.045)	13,7

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (2) Calculado com efeito parcial da variação cambial; (3) Taxa anualizada (252 dias úteis ano/dias úteis do período); (4) Inclui Fundos Financeiros e de Desenvolvimento; (5) Inclui Letras Financeiras, Debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários.

**Tabela 22.** Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (YTD) – R\$ milhões

	2024			2025		
	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Despesas ²	Taxa Anual (%) ³
Passivos Onerosos	1.840.752	(162.168)	8,8	1.948.004	(213.052)	10,9
Captações no Mercado Aberto	676.402	(71.238)	10,5	639.213	(87.740)	13,7
Depósitos a Prazo	512.996	(43.138)	8,4	569.967	(57.926)	10,2
Depósitos de Poupança	211.439	(13.863)	6,6	214.130	(16.279)	7,6
Letras de Crédito do Agronegócio	192.004	(18.598)	9,7	231.750	(29.076)	12,5
Obrig. por Emprest. e Repasses ⁴	137.379	(6.946)	5,1	154.464	(8.158)	5,3
Dívida Subordinada	22.682	(2.219)	9,8	33.092	(4.544)	13,7
Obrigações com TVM no Exterior	40.393	(2.459)	6,1	33.456	(2.052)	6,1
Depósitos Interfinanceiros	23.518	(1.424)	6,1	28.176	(1.592)	5,6
Letras de Crédito Imobiliário	14.367	(1.259)	8,8	15.264	(1.796)	11,8
Demais Letras Bancárias ⁵	9.571	(1.023)	10,7	28.492	(3.888)	13,6

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (2) Calculado com efeito parcial da variação cambial; (3) Taxa anualizada (252 dias úteis ano/dias úteis do período); (4) Inclui Fundos Financeiros e de Desenvolvimento; (5) Inclui Letras Financeiras, Debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários.

As tabelas a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas de juros em função do volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos.

Análise Volume e Taxa

Tabela 23. Variação de Volume/Taxa – R\$ milhões

	4T25 / 4T24			4T25 / 3T25			2025 / 2024		
	Volume Médio ¹	Taxa Média ²	Variação Líquida ³	Volume Médio ¹	Taxa Média ²	Variação Líquida ³	Volume Médio ¹	Taxa Média ²	Variação Líquida ³
Ativos Rentáveis	2.991	13.075	16.065	(973)	529	(444)	16.794	38.540	55.334
Operações de Crédito	5.507	4.743	10.250	26	81	107	28.318	12.040	40.358
Títulos e Valores Mobiliários	5.158	3.002	8.159	2.207	(237)	1.970	10.031	9.189	19.220
Aplicações Interf. de Liquidez	(8.639)	5.536	(3.103)	(3.639)	1.219	(2.420)	(21.100)	14.030	(7.070)
Depósito Compulsório Rentável	317	441	758	82	(183)	(101)	835	1.990	2.825
Passivos Onerosos	(1.491)	(11.958)	(13.449)	1.208	694	1.902	(11.730)	(39.154)	(50.884)
Captações no Mercado Aberto	878	(5.898)	(5.021)	109	312	421	5.105	(21.607)	(16.502)
Depósitos a Prazo	(985)	(2.805)	(3.791)	366	244	610	(5.595)	(9.194)	(14.789)
Depósitos de Poupança	61	(593)	(532)	41	(39)	3	(205)	(2.211)	(2.416)
Letras de Crédito do Agronegócio	(757)	(1.813)	(2.570)	708	22	729	(4.987)	(5.491)	(10.478)
Obrig. por Emprest. e Repasses	(14)	(106)	(120)	(35)	63	28	(902)	(309)	(1.212)
Dívida Subordinada	(223)	(372)	(594)	318	(206)	112	(1.430)	(896)	(2.325)
Obrigações com TVM no Exterior	183	(17)	166	11	(3)	8	426	(19)	407
Depósitos Interfinanceiros	(97)	(12)	(108)	(38)	(4)	(43)	(263)	95	(168)
Letras de Crédito Imobiliário	(43)	(123)	(166)	(22)	16	(6)	(106)	(431)	(537)
Demais Letras Bancárias	(589)	(124)	(713)	(3)	43	39	(2.582)	(283)	(2.865)

(1) Variação Líquida – Taxa Média; (2) (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior); (3) Juros Período Atual – Juros do Período Anterior.



Spreads

Spread Global

O spread global é obtido pela divisão entre a margem financeira bruta e os ativos rentáveis médios.

Tabela 24. Spread Global e Margem Financeira Bruta – R\$ milhões

	4T24	3T25	4T25	2024	2025
(a) Saldo Médio dos Ativos Rentáveis	2.197.792	2.304.498	2.278.296	2.127.215	2.245.750
(b) Saldo Médio dos Passivos Onerosos	1.909.598	2.003.760	1.961.616	1.840.752	1.948.004
(c) Margem Financeira Bruta	26.791	26.365	27.801	103.944	103.128
(d) Receita Líquida de Juros	25.795	26.953	28.411	100.668	105.117
(d.I) Receitas de Juros	68.570	85.079	84.635	262.836	318.169
(d.II) Despesas de Juros	(42.775)	(58.126)	(56.224)	(162.168)	(213.052)
(e) Demais Componentes¹	995	(588)	(610)	3.276	(1.989)
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis (b/a) – %	86,9	86,9	86,1	86,5	86,7
Rentabilidade Média dos Ativos ^{2 4} (d.I/a) – %	13,1	15,6	15,7	12,4	14,2
Custo Médio dos Passivos ^{2 4} (d.II/b) – %	9,3	12,1	12,0	8,8	10,9
Margem de Lucro Líquida ^{2 3} – %	3,8	3,5	3,7	3,5	3,2
Margem Líquida de Juros ² (d/a) – %	4,8	4,8	5,1	4,7	4,7
Spread Global ² (c/a) – %	5,0	4,7	5,0	4,9	4,6

(1) Contém resultado de derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de op. de câmbio, recuperação de crédito baixados como prejuízo, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira; (2) Taxas anualizadas; (3) Diferença entre a taxa média dos ativos rentáveis e a taxa média dos passivos onerosos; (4) Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Tabela 25. Spread Global e Spread Ajustado pelo Risco – %

	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Spread Global¹	5,3	5,1	5,0	4,9	5,0	4,5	4,6	4,7	5,0
Spread Ajustado pelo Risco²	3,2	3,4	3,4	2,9	3,2	2,6	1,7	1,5	1,7

(1) Margem Financeira Bruta dividida pelo Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado; (2) Margem Financeira Líquida (MFB menos Custo do Crédito) dividida pelo Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.



Spread com Clientes

Tabela 26. Spread com Clientes Ajustado pelo Risco – R\$ milhões

	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
Margem com Clientes	20.795	24.628	24.424	17,5	(0,8)	81.683	91.691	12,3
Custo do Crédito	9.263	17.928	17.959	93,9	0,2	35.698	61.947	73,5
Saldo Médio com Clientes	1.111.292	1.138.486	1.132.736	1,9	(0,5)	1.064.023	1.132.615	6,4
Spread com Clientes %	7,70	8,94	8,91	15,7	(0,3)	7,68	8,10	5,5
Spread c/ Clientes Ajust. pelo Risco %¹	4,22	2,37	2,30	(45,4)	(3,1)	4,32	2,63	(39,2)

(1) Margem com Clientes, líquida de Custo do Crédito, dividida pelo Saldo Médio com Clientes, anualizado.

Figura 7. Spread com Clientes e Spread com Clientes Ajustado pelo Risco – %



Spread Gerencial de Crédito

Figura 8. Spread Gerencial de Crédito¹ – %



(1) Resultado da margem gerencial de crédito dividido pelos respectivos saldos médios de cada carteira, posteriormente anualizado. Vale ressaltar que os spreads de crédito não consideram as operações de títulos privados, operações com governo e operações contratadas por unidades/subsidiárias do BB no exterior.



Balanço em Moedas Estrangeiras

O Banco do Brasil utiliza a estratégia de hedge fiscal que tem como objetivo reduzir a volatilidade do resultado, após os efeitos tributários sobre faturamento, haja vista que os ganhos com a variação cambial dos investimentos no exterior não são tributados e, similarmente, as perdas não geram dedução na base tributária.

A exposição cambial é gerenciada de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Consolidado. Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo dos ativos, passivos e derivativos do Consolidado referenciados em moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2025, a exposição cambial líquida era de US\$ 500 milhões em ativos.

Tabela 27. Balanço em Moedas Estrangeiras – R\$ milhões

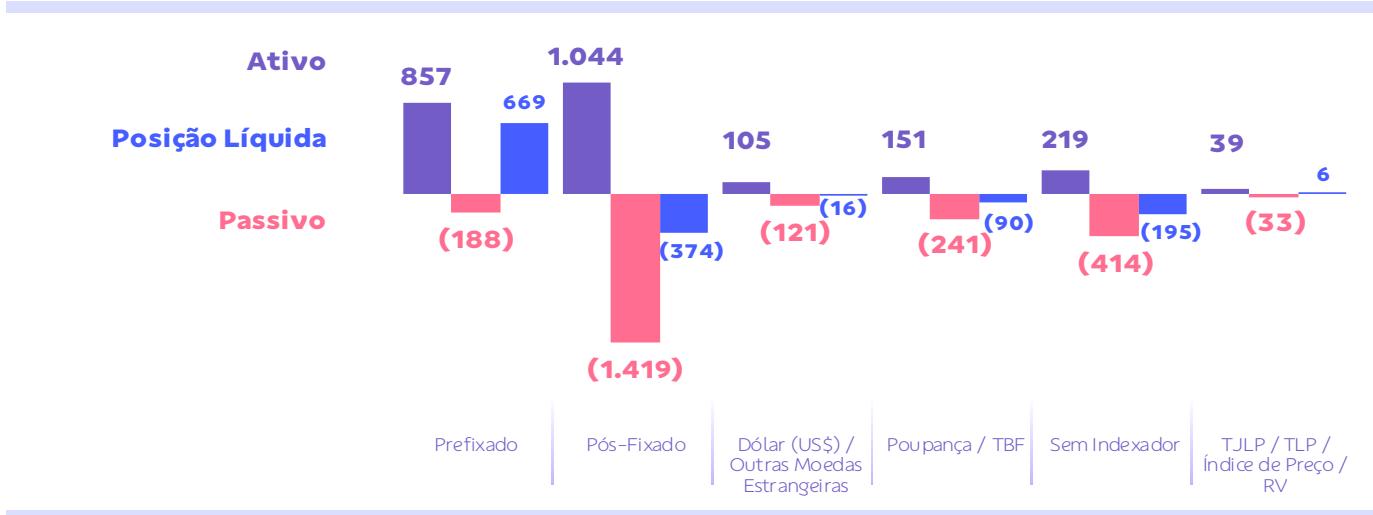
Moeda	Contas Patrimoniais		Derivativos		Total	
	Ativo	Passivo	Comprado	Vendido	Ativo + Comprado	Passivo + Vendido
Dólar dos EUA	219.864	246.168	99.385	75.678	319.249	321.846
Euro	20.451	12.874	11.275	19.089	31.726	31.963
Iene	3.238	3.728	1.356	1.013	4.594	4.741
Libra Esterlina	612	423	77	250	689	673
Franco Suíço	74	71	–	1	74	72
Ouro	376	–	–	–	376	–
Dólar Canadense	20	20	–	–	20	20
Demais	19.845	17.890	3.551	168	23.396	18.058
Total	264.480	281.174	115.644	96.199	380.124	377.373
Posição Total Líquida					2.751	
Posição Total Líquida - em US\$ milhões						500



Balanço por Indexadores

O gráfico a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos, inclusive derivativos, do Banco Múltiplo, detalhada por indexador em 31 de dezembro de 2025 e a posição líquida.

Figura 9. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida (Banco Múltiplo) – R\$ bilhões¹



(1) Classificação gerencial de ativos e passivos.

Apresenta-se, a seguir, o estoque de operações sensíveis às variações nas taxas de juros, alocados por prazo de vencimento.

Tabela 28. Descasamento por Vencimento (Banco Múltiplo) – R\$ milhões

	< 1 Mês	1 > 3 Meses	3 > 6 Meses	6 > 12 Meses	1 > 3 Anos	> 3 Anos	Total
Ativos	1.065.606	60.743	127.763	188.743	390.627	581.790	2.415.271
Prefixado	157.579	40.316	82.977	127.725	234.949	213.809	857.355
Pós-Fixado	743.335	10.965	24.687	21.981	62.275	181.219	1.044.463
Poupança / TBF	10.296	5.921	2.213	12.217	31.038	88.928	150.613
Índice de Preço	4.652	430	621	4.944	13.209	7.605	31.461
TJLP	19	38	58	101	217	7.057	7.491
Dólar (US\$) / Outras Moedas Estrang.	38.100	7.085	10.343	8.708	10.333	29.910	104.479
Renda Variável	254	–	–	–	–	–	254
Sem Indexador	111.371	(4.013)	6.862	13.067	38.607	53.262	219.156
Passivos	(799.018)	(65.294)	(64.286)	(172.776)	(390.547)	(923.350)	(2.415.271)
Prefixado	(44.871)	(9.737)	(12.096)	(62.888)	(27.847)	(30.773)	(188.212)
Pós-Fixado	(630.962)	(34.591)	(23.832)	(61.400)	(258.647)	(409.388)	(1.418.821)
Poupança / TBF	(11.830)	(9.864)	(4.128)	(16.565)	(43.344)	(155.054)	(240.784)
Índice de Preço	(7.954)	(289)	(460)	(1.168)	(4.151)	(7.805)	(21.827)
TJLP	(49)	(81)	(109)	(160)	(196)	(10.176)	(10.771)
Dólar (US\$) / Outras Moedas Estrang.	(14.894)	(8.288)	(17.417)	(19.776)	(32.080)	(28.348)	(120.803)
Sem Indexador	(88.458)	(2.444)	(6.244)	(10.820)	(24.282)	(281.806)	(414.054)
Gap	266.588	(4.551)	63.477	15.966	79	(341.559)	0
Gap Acumulado	266.588	262.037	325.514	341.480	341.559	0	0
Gap Acum. como % Ativos	25,0	431,4	254,8	180,9	87,4	0,0	

3.

Receitas de Prestação de Serviços

As Receitas de Prestação de Serviços totalizaram R\$ 8,8 bilhões no trimestre, relativamente estável na comparação com o trimestre anterior.

No ano de 2025, destacam-se as linhas de administração de fundos (+13,5%), taxas de administração de consórcios (+19,3%) e rendas do mercado de capitais (+7,9%).



A tabela a seguir apresenta a composição das receitas de prestação de serviços. Na comparação com o ano anterior, deve-se levar em conta as alterações trazidas pela Resolução CMN nº 4.966 a partir do 1T25, em que as tarifas atreladas à originação de operações de crédito passaram a ser reconhecidas de maneira diferida pelo prazo das operações na linha de Receitas Financeiras de Operações de Crédito, que integram a Margem Financeira Bruta (MFB), o que ocasionou redução de R\$ 1,3 bilhão em receitas de prestação de serviços em 2025.

Tabela 29. Receitas de Prestação de Serviços – R\$ milhões

	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
Receitas de Prestação de Serviços	9.192	8.863	8.835	(3,9)	(0,3)	35.477	34.813	(1,9)
Administração de Fundos	2.300	2.751	2.700	17,4	(1,8)	9.266	10.516	13,5
Seguros, Previdência e Capitalização	1.512	1.569	1.411	(6,7)	(10,1)	5.942	5.952	0,2
Conta Corrente ¹	1.680	1.394	1.416	(15,7)	1,6	6.650	5.494	(17,4)
Taxas de Administração de Consórcios	764	917	923	20,7	0,6	2.951	3.519	19,3
Renda de Cartões	524	500	520	(0,8)	4,0	2.085	2.033	(2,5)
Operações de Crédito e Garantias ¹	789	283	390	(50,6)	38,0	2.616	1.398	(46,5)
Cobrança	297	288	289	(2,8)	0,4	1.206	1.168	(3,2)
Arrecadações	247	236	246	(0,1)	4,5	990	969	(2,1)
Rendas do Mercado de Capitais	239	176	223	(6,6)	26,6	710	766	7,9
Tes. Nac. e Adm. de Fundos Oficiais	75	69	71	(5,7)	2,4	309	293	(5,0)
Demais ¹	764	682	645	(15,6)	(5,3)	2.753	2.704	(1,8)
Dias Úteis	63	66	64	1,6	(3,0)	253	252	(0,4)

(1) Linhas revisadas a partir do 1T25.

4.

Despesas Administrativas

No 4T25, as despesas administrativas totalizaram R\$ 9,9 bilhões, elevação de 0,8% em relação ao trimestre anterior, reflexo da diminuição de 1,5% em Despesas de Pessoal e do aumento de 5,4% em Outras Despesas Administrativas.

Em 2025, as despesas administrativas cresceram 5,1%. O aumento reflete principalmente o impacto do reajuste salarial e os investimentos em tecnologia e cybersegurança.

Nesta seção também será apresentada a plataforma de canais do BB.

**Tabela 30.** Despesas Administrativas – R\$ milhões

	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
Despesas Administrativas	(9.502)	(9.812)	(9.888)	4,1	0,8	(36.998)	(38.872)	5,1
Despesas de Pessoal	(6.285)	(6.567)	(6.470)	2,9	(1,5)	(24.321)	(25.804)	6,1
Proventos	(3.455)	(3.055)	(3.678)	6,4	20,4	(12.494)	(13.256)	6,1
Benefícios	(1.076)	(1.044)	(1.114)	3,6	6,7	(4.041)	(4.239)	4,9
Encargos Sociais	(1.092)	(995)	(1.175)	7,6	18,1	(3.887)	(4.204)	8,2
Provisões Administrativas de Pessoal	(286)	(1.166)	(65)	(77,1)	(94,4)	(2.695)	(2.789)	3,5
Previdência Complementar	(336)	(273)	(392)	16,7	43,6	(1.075)	(1.173)	9,1
Honorários de Diret. e Conselheiros	(18)	(19)	(23)	28,6	18,4	(65)	(77)	17,6
Treinamento	(23)	(14)	(23)	(0,7)	59,6	(63)	(65)	3,1
Outras Despesas Administrativas	(3.216)	(3.244)	(3.418)	6,3	5,4	(12.677)	(13.068)	3,1
Amortização e Depreciação	(332)	(777)	(918)	176,8	18,1	(2.045)	(3.000)	46,7
Imóveis e Bens de Uso	(747)	(532)	(442)	(40,8)	(16,8)	(2.846)	(2.264)	(20,4)
Comunicação e Proc. de Dados	(459)	(548)	(574)	25,0	4,8	(1.685)	(2.176)	29,1
Serv. de Vigilância, Segur. e Transp.	(408)	(392)	(395)	(3,3)	0,6	(1.575)	(1.581)	0,4
Serviços de Terceiros	(413)	(286)	(322)	(22,0)	12,8	(1.510)	(1.197)	(20,7)
Publicidade e Relações Públicas	(225)	(221)	(284)	26,1	28,2	(885)	(879)	(0,7)
Prog. de Desemp. Gratificado – PDG	(139)	(122)	(80)	(42,3)	(34,2)	(610)	(520)	(14,8)
Demais	(493)	(366)	(403)	(18,3)	10,0	(1.523)	(1.452)	(4,6)

As despesas de pessoal totalizaram R\$ 6,5 bilhões no 4T25, decréscimo de 1,5% na comparação com o trimestre anterior. Na comparação anual (2025/2024), houve aumento de 6,1%, justificado, principalmente, pelos reajustes salariais de 4,6%, em setembro/24 e de 5,7% em setembro/25 concedidos aos bancários em razão do acordo coletivo (ACT 24/26).

As outras despesas administrativas totalizaram R\$ 3,4 bilhões no 4T25, elevação de 5,4% na comparação com o trimestre anterior. No comparativo com 2024, as outras despesas administrativas cresceram 3,1%, justificado, sobretudo pelo aumento nas despesas com Amortização e Depreciação (+46,7%) e Comunicação e Processamento de Dados (+29,1%), em linha com os investimentos anunciados em tecnologia.

**Tabela 31.** Perfil dos Colaboradores

	Dez/24	Mar/25	Jun/25	Set/25	Dez/25
Funcionários	86.574	86.117	85.959	85.802	85.206
Gênero					
Feminino	35.388	35.242	35.082	34.938	34.689
Masculino	51.186	50.875	50.877	50.864	50.517
Escolaridade					
Ensino Médio	10.070	9.562	9.478	9.311	9.005
Graduação	24.646	24.353	23.951	23.625	23.129
Especialização, Mestrado e Doutorado	51.784	52.129	52.458	52.794	53.002
Demais	74	73	72	72	70
Cargo					
Gerencial	31.486	30.457	30.510	30.557	30.513
Técnico	1.248	1.302	1.321	1.326	1.331
Assessoria	12.450	12.420	12.313	12.593	12.812
Operacional	41.227	40.183	40.027	39.544	38.794
Especialista	163	1.755	1.788	1.782	1.756
Estagiários	407	475	444	420	431
II Índice de Rotatividade Trimestral (%)	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6

A variação no quantitativo de funcionários em 12 meses ocorreu devido aos desligamentos naturais, tendo o índice de rotatividade trimestral permanecido quase constante.



Canais de Atendimento

A rede de atendimento do Banco do Brasil é segmentada entre rede própria, compartilhada e correspondentes.

Tabela 32. Rede de Atendimento

	Dez/24	Set/25	Dez/25	Δ% A/A	Δ% T/T
Rede de Atendimento	51.791	55.868	56.804	9,7	1,7
Rede Própria	10.692	10.517	10.464	(2,1)	(0,5)
Agências	3.997	3.987	3.955	(1,1)	(0,8)
Postos de Atendimento	1.523	1.378	1.380	(9,4)	0,1
Postos de Atendimento Eletrônico	5.172	5.152	5.129	(0,8)	(0,4)
Rede MaisBB	16.806	20.102	19.637	16,8	(2,3)
Rede Compartilhada	24.293	25.249	26.703	9,9	5,8
Banco24Horas	24.293	25.249	26.703	9,9	5,8

Tabela 33. Atendimento Tradicional e Especializado

	Dez/24	Set/25	Dez/25	Δ% A/A	Δ% T/T
Rede Própria	10.692	10.517	10.464	(2,1)	(0,5)
Atendimento Tradicional	9.866	9.688	9.636	(2,3)	(0,5)
Agências Tradicionais	3.171	3.158	3.127	(1,4)	(1,0)
Postos de Atendimento	1.523	1.378	1.380	(9,4)	0,1
Postos de Atendimento Eletrônico	5.172	5.152	5.129	(0,8)	(0,4)
Atendimento Especializado	826	829	828	0,2	(0,1)
Agências Digitais e Especializadas	826	829	828	0,2	(0,1)
Escritórios Leve Digital	16	16	16	–	–

Indicadores

Tabela 34. Índices de Cobertura Ajustados – R\$ milhões

	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Receitas de Prestação de Serviços (A)	9.192	8.361	8.754	8.863	8.835
Desp. Administrativas (B) = (C) + (D)	(9.502)	(9.496)	(9.676)	(9.812)	(9.888)
Despesas de Pessoal (C)	(6.285)	(6.322)	(6.444)	(6.567)	(6.470)
Outras Despesas Administrativas (D)	(3.216)	(3.174)	(3.232)	(3.244)	(3.418)
 Cobertura Desp. de Pessoal (A/C) ¹ - %	146,2	132,3	135,8	135,0	136,6
 Cobertura Desp. de Pessoal 12 m ¹ - %	145,9	143,3	140,9	137,3	134,9
 Cobertura Desp. Adm. (A/B) ¹ - %	96,7	88,0	90,5	90,3	89,4
 Cobertura Desp. Adm. 12 m ¹ - %	95,9	94,4	93,1	91,4	89,6

(1) Indicador impactado pela Resolução CMN nº 4.966/21 a partir do 1T25.

Tabela 35. Índices de Eficiência Ajustados – R\$ milhões

	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Despesas Administrativas (A)	(9.502)	(9.496)	(9.676)	(9.812)	(9.888)
Despesas de Pessoal	(6.285)	(6.322)	(6.444)	(6.567)	(6.470)
Outras Despesas Administrativas	(3.216)	(3.174)	(3.232)	(3.244)	(3.418)
Receitas Operacionais (B)	36.849	32.597	34.984	34.968	37.721
Margem Financeira Bruta	26.791	23.881	25.080	26.365	27.801
Recuperação de Crédito	1.927	1.289	1.991	1.424	1.777
Descontos Concedidos	(386)	(374)	(525)	(1.424)	(700)
Perdas por Imparidade	(620)	-	-	-	-
Receitas de Prestação de Serviços	9.192	8.361	8.754	8.863	8.835
Part. em Controladas, Coligadas e JV	2.059	1.759	2.124	1.989	2.445
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.115)	(2.320)	(2.439)	(2.249)	(2.437)
 Índice de Eficiência (A/B) - % ¹	25,8	29,1	27,7	28,1	26,2
 Índice de Eficiência 12 meses - % ¹	25,6	26,5	27,0	27,6	27,7

(1) Indicador impactado pela Resolução CMN nº 4.966/21 a partir do 1T25.

5. Outros Componentes do Resultado

Nesta seção são apresentadas as principais linhas que formam o resultado de Outros Componentes do Resultado do Exercício, sendo elas: Outras Receitas, Outras Despesas e Resultado da Participação, este último, parte destacado em Resultado de Participações em Controladas, Coligadas e *Joint Ventures* e parte consolidado nas demais linhas da Demonstração do Resultado do Exercício.



Outras Receitas e Despesas

A tabela a seguir apresenta as principais linhas nas outras receitas e despesas:

Tabela 36. Outras Receitas e Despesas¹ – R\$ milhões

	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
Outras Receitas/Despesas	(2.115)	(2.249)	(2.437)	15,2	8,3	(8.245)	(9.446)	14,6
Outras Receitas (ORO)	2.350	2.178	2.790	18,8	28,1	7.931	8.906	12,3
Atualização De Depósitos Em Garantia	599	717	722	20,6	0,7	2.285	2.813	23,1
Recuperação de Encargos e Despesas	596	546	527	(11,6)	(3,5)	2.110	2.027	(3,9)
Operações com Cartões	615	346	740	20,3	114,2	1.372	1.740	26,8
Clube de Benefícios BB	127	118	114	(10,1)	(3,6)	459	484	5,4
Empresas Controladas Não Financeiras	72	39	35	(50,6)	(9,8)	292	158	(45,8)
Atualização de impostos a compensar	40	112	314	677,1	179,7	230	551	139,4
Demais ORO	300	299	338	12,3	12,8	1.184	1.133	(4,2)
Outras Despesas (ODO)	(4.464)	(4.427)	(5.227)	17,1	18,1	(16.177)	(18.352)	13,4
Operações com Cartões	(598)	(633)	(1.219)	103,9	92,5	(2.227)	(3.101)	39,3
Verba de Relacionamento Negocial	(453)	(485)	(490)	8,3	1,2	(1.877)	(1.908)	1,7
Serviços de terceiros	(443)	(458)	(450)	1,7	(1,7)	(1.789)	(1.785)	(0,2)
Bônus de Relacionamento Negocial	(365)	(436)	(435)	19,2	(0,4)	(1.377)	(1.695)	23,2
Atualização das Obrigações Atuariais	(337)	(354)	(354)	4,8	(0,0)	(1.345)	(1.377)	2,4
Empresas Controladas Não Financeiras	(284)	(234)	(135)	(52,4)	(42,1)	(876)	(813)	(7,2)
Transporte de Valores	(138)	(158)	(168)	21,6	6,1	(569)	(640)	12,5
Convênio INSS	(149)	(159)	(169)	13,4	6,4	(594)	(635)	7,0
Prêmio de Seguro de Vida – CDC	(130)	(144)	(150)	14,7	3,8	(485)	(563)	16,0
Autoatendimento	(111)	(80)	(78)	(29,4)	(2,3)	(477)	(424)	(11,2)
Falhas/Fraudes e Outras Perdas	(79)	(141)	(108)	35,4	(23,9)	(247)	(367)	48,5
Demais ODO	(1.376)	(1.145)	(1.471)	6,9	28,5	(4.314)	(5.044)	16,9

(1) Tabela impactada pela Resolução CMN 4.966/21.



Informações de Controladas e Coligadas

Tabela 37. Participações Societárias no Brasil e no Exterior¹ – R\$ mil

Participações Societárias no Brasil	Atividade	Part.	Saldo de Investimento		Resultado da Participação		
			Dez/24	Dez/25	2024	2025	
Banco Votorantim S.A.	Banco Múltiplo	(ii) 50,00%	6.926.432	6.339.492	854.636	927.046	
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(i) 100,00%	24.333	24.333	35.018	35.392	
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(i) 100,00%	1.129.791	1.142.448	1.423.549	1.756.804	
BB Banco de Investimento S.A. – BBBI	Banco de Invest.	(i) 100,00%	815.270	780.473	772.525	759.875	
► Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créd.	(i) 24.361,71%	980.832	977.169	257.292	302.526	
► UBS BB Serv. de Assessoria Fin. e Participações S.A.	Banco de Invest.	(ii) 49,99%	768.615	731.434	50.760	26.383	
BB Asset	Adm. de Ativos	(i) 100,00%	1.429.795	1.428.199	2.035.814	2.346.712	
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	(i) 100,00%	9.772.940	9.907.668	1.829.420	2.303.622	
► Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ²	Serviços	(ii) 30,00%	2.719.730	2.850.334	330.725	394.303	
► Cielo S.A. ³	Serviços	(ii) 29,17%	2.691.534	3.240.221	421.193	550.757	
► Elo Participações S.A. ⁴	Holding	(ii) 49,99%	2.260.567	1.233.804	749.691	981.553	
Alelo S.A.	Serviços	(ii) 49,99%	447.726	617.248	198.412	305.335	
Elo Serviços S.A.	Serviços	(ii) 33,33%	244.541	286.395	151.890	183.496	
BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(i) 100,00%	4.829.825	4.843.998	275.453	283.474	
BB Seguridade Participações S.A. ^{5,6}	Holding	(i) 100,00%	6.220.034	6.702.003	5.904.692	6.166.531	
BB Mapfre Participações S.A. ⁷	Holding	(ii) 100,00%	2.214.645	2.237.728	3.311.744	3.798.364	
Brasilcap Capitalização S.A. ⁷	Capitalização	(ii) 100,00%	536.641	685.207	187.464	179.179	
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁷	Seg./Previd.	(ii) 100,00%	5.203.321	5.239.601	1.801.907	1.318.673	
BB Tecnologia e Serviços S.A. – BBTS ⁸	Informática	(i) 100,00%	501.636	648.378	141.886	160.975	
Saldo de Investimento					Resultado da Participação		
Participações Societárias no Exterior		Atividade	Part.	Dez/24	Dez/25	2024	2025
Banco do Brasil Aktiengesellschaft – BBAG		Holding	(i) 100,00%	892.660	857.188	(8.562)	(21.739)
Banco Patagonia S.A.		Banco Múltiplo	(i) 80,39%	5.583.023	4.389.342	3.517.664	1.873.402
BB Americas		Banco Múltiplo	(i) 100,00%	1.752.760	1.806.736	246.908	228.576
BB Cayman Islands Holding – BBCI		Holding	(i) 100,00%	1.473.017	1.338.027	95.349	211.486
► BB Securities LTD		Corretora	(i) 100,00%	400.031	362.297	(9.638)	15.832
BB Securities LLC		Corretora	(i) 100,00%	467.512	422.924	12.585	7.420
BB USA Holding Company INC		Holding	(i) 100,00%	860	728	(60)	(35)

(i) Empresas consolidadas integralmente; (ii) Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; 1 – O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras; 2 – Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49%, em virtude da Cielo S.A. deter 70,00% de participação direta na Cateno; 3 – Participação indireta do Banco na Cielo, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A, considerando ainda as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria, bem como as participações indiretas detidas pela Livelo e pela Elo Participações Ltda.; 4 – A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01/11/2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard; 5 – O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 44.069.500 mil; 6 – Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria; 7 – Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

6. Gestão de Capital

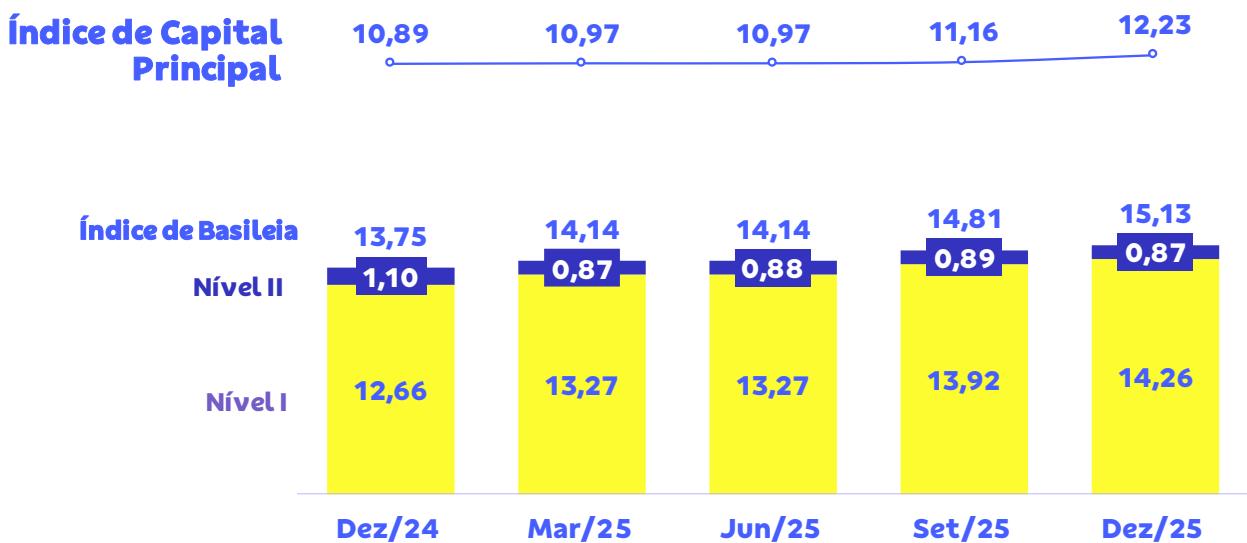
A gestão de riscos e de capital é fundamental para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte à geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.

O Índice de Basileia foi de 15,13% em dezembro de 2025. O índice de capital nível I foi de 14,26%, sendo 12,23% de capital principal. O Patrimônio de Referência, que considera os requisitos de apuração do capital regulamentar de Basileia, atingiu o montante de R\$ 204,5 bilhões, evolução de 11,1% em 12 meses.

O gerenciamento de riscos no Banco do Brasil contempla todos os riscos relevantes declarados no inventário de riscos do BB. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos e sistemas descritos em cada um desses riscos.



Figura 10. Evolução do Índice de Basileia - %



O Índice de Basileia é apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência – PR e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR em relação ao Ativo Ponderado pelo Risco – RWA, respectivamente. Os termos técnicos utilizados para regulação de capital estão disponíveis no glossário.

O BB promove a gestão do Capital com visão prospectiva de três anos e considera a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, a Estratégia Corporativa, o Plano Diretor e Orçamento Corporativo.

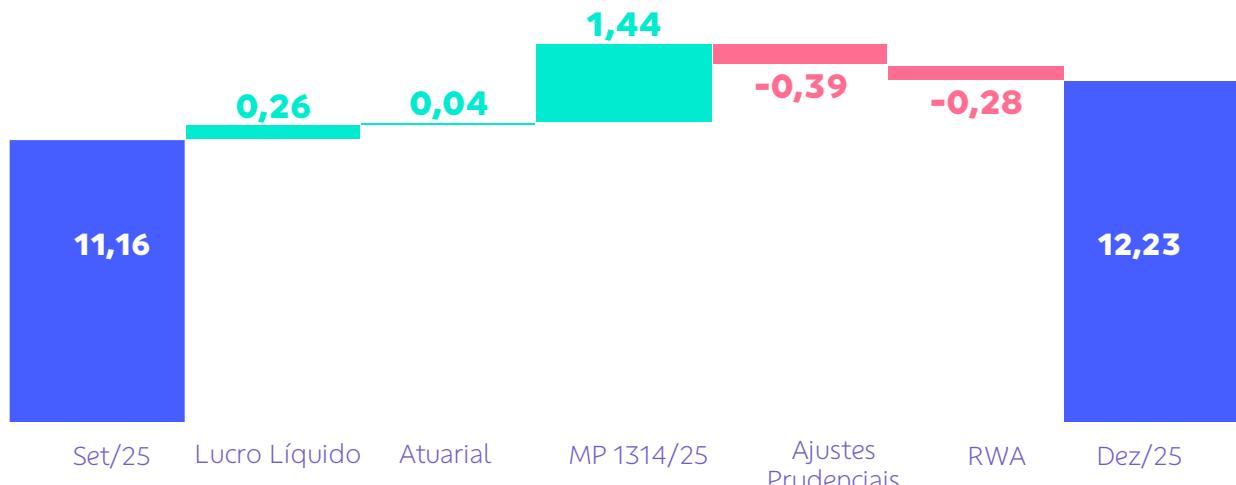
O foco está na geração orgânica de capital e no crescimento sustentável dos negócios com adequado retorno ajustado ao risco.

No 1T25, entraram em vigor as adequações regulatórias advindas da Resolução CMN nº 4.966/2021, bem como a nova metodologia de cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (Resolução BCB nº 356/2023).

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais é o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.950/2021.

Nos termos do Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o Conglomerado Prudencial abrange não só as instituições financeiras, como também administradoras de consórcios, instituições de pagamento, sociedades que realizem aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito, sobre as quais tenham controle direto e indireto e fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios.

Em outubro, iniciamos as contratações do BB Regulariza Dívidas Agro e do Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais, conforme MP 1.314/2025, que resultou no benefício da dedução em crédito tributário dessas operações e gerou impacto de +144bps no Capital Principal.

Figura 11. Capital Principal – Composição (%)**Tabela 38.** Índice de Basileia – R\$ milhões

	Dez/24	Mar/25	Jun/25	Set/25	Dez/25
II Patrimônio de Referência - PR	184.158	190.119	189.167	195.705	204.529
Nível I					
Capital Principal	145.822	147.484	146.717	147.477	165.282
Patrimônio Líquido	181.826	175.342	175.291	178.573	184.878
Instrumentos elegíveis a capital	5.100	5.100	5.100	4.100	4.100
Ajuste decorrente da aplicação da Res. CMN 5.199/24 ¹	–	8.018	8.018	8.018	8.018
Ajustes prudenciais	(41.104)	(40.977)	(41.692)	(43.214)	(31.715)
Capital Complementar	23.668	30.901	30.716	36.494	27.512
Nível II					
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	14.668	11.735	11.735	11.735	11.735
Recursos captados no FCO ²	14.668	11.735	11.735	11.735	11.735
II Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.338.854	1.344.673	1.337.457	1.321.763	1.351.829
Risco de Crédito (RWACPAD) ³	1.087.483	1.094.138	1.076.266	1.060.782	1.090.837
Risco de Mercado (RWAMPAD)	52.732	32.945	43.601	40.699	40.710
Risco Operacional (RWAOPAD)	198.638	217.590	217.590	220.282	220.282
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) - (%)⁴	12,66	13,27	13,27	13,92	14,26
Índice de Capital Principal (CP/RWA) - (%)⁴	10,89	10,97	10,97	11,16	12,23
Índice de Basileia (PR/RWA) - (%)⁴	13,75	14,14	14,14	14,81	15,13

(1) Conforme Nota Explicativa 30-f; (2) Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021, em 2025, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 40% (50% em 2024) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018; (3) Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%; (4) Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Ativo Ponderado pelo Risco – RWA

Figura 12. Consumo de RWA – R\$ bilhões

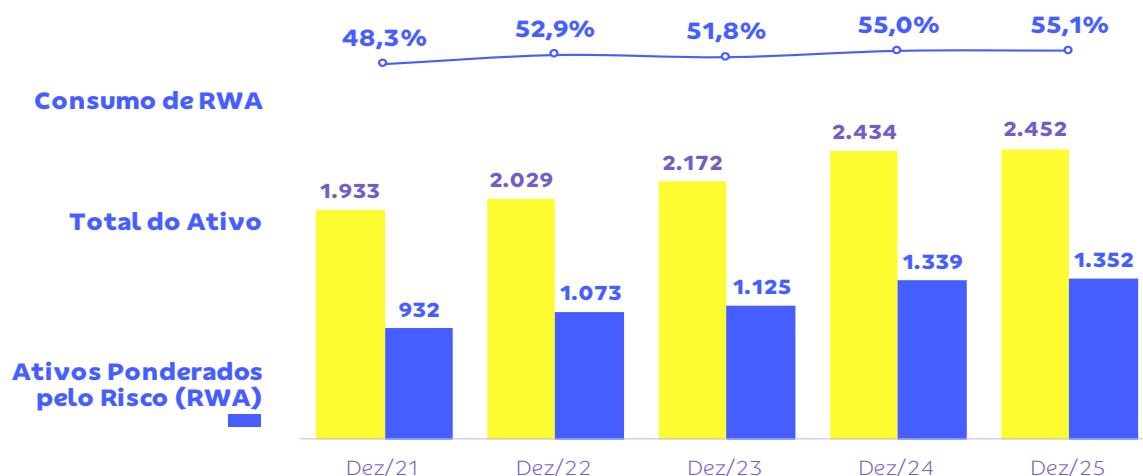


Figura 13. Composição do RWA – %



A seguir, é apresentado o PRMR referente às parcelas de RWA sujeitas aos riscos de crédito, operacional e de mercado, mediante abordagem padronizada. O fator "F" vigente é de 8,0%. Para o RWACPAD, considera-se a ponderação relativa ao cálculo do capital requerido para o risco de crédito mediante abordagem padronizada.

Tabela 39. PRMR Referente à Parcela do RWA_{CPAD}¹ – R\$ milhões

	Dez/24			Set/25			Dez/25		
	RWA _{CPAD}	PRMR	%	RWA _{CPAD}	PRMR	%	RWA _{CPAD}	PRMR	%
Total	1.087.483	86.999	100,0	1.060.782	84.863	100,0	1.090.837	87.267	100,0
Operações de Crédito	665.813	53.265	61,2	649.083	51.927	61,2	658.525	52.682	60,4
TVM e Derivativos	110.657	8.853	10,2	24.822	1.986	2,3	25.971	2.078	2,4
Créditos Tributários	75.572	6.046	6,9	90.038	7.203	8,5	96.259	7.701	8,8
Outros Direitos	72.627	5.810	6,7	152.512	12.201	14,4	150.441	12.035	13,8
Permanente	47.475	3.798	4,4	57.769	4.622	5,4	70.295	5.624	6,4
Lim. de Crédito e Créd.a Liberar	32.544	2.604	3,0	31.124	2.490	2,9	29.338	2.347	2,7
Garantias Prestadas	11.061	885	1,0	14.412	1.153	1,4	13.992	1.119	1,3
Part. Fundos de Gar. de Clearings	381	31	0,0	331	26	0,0	341	27	0,0
Demais	71.353	5.708	6,6	40.691	3.255	3,8	45.675	3.654	4,2

(1) A partir de 01.07.2023, o RWA_{CPAD} passou a ser apurado em conformidade com os procedimentos de apuração da parcela definidos por meio da Resolução BCB nº 229/22, em substituição à Circular nº 3.644/13, a qual foi revogada pelo Banco Central.

Tabela 40. PRMR Referente à Parcela do RWA_{OPAD}¹ – R\$ milhões

	Dez/24			Set/25			Dez/25		
	RWA _{OPAD}								
Total	198.638	220.282							
Componente Juros	—	—	—	—	—	—	53.512	53.512	53.512
Componente Serviços	—	—	—	—	—	—	53.075	53.075	53.075
Componente Financeira	—	—	—	—	—	—	10.273	10.273	10.273
Indicador de Negócios (BI)	—	—	—	—	—	—	116.860	116.860	116.860
BIC	—	—	—	—	—	—	17.379	17.379	17.379
Fator ILM (Multiplicador Interno de Perdas)	—	—	—	—	—	—	1,1279%	1,1279%	1,1279%
Capital Requerido (PRMR)	—	—	—	—	—	—	19.602	19.602	19.602
RWAOpad (SAOR)	—	—	—	—	—	—	245.025	245.025	245.025
RWAOpad (ASA)	—	—	—	—	—	—	212.034	212.034	212.034
Regra Percentual de Transição (Resolução Bacen nº 356)	—	—	—	—	—	—	25%	25%	25%

(1) A partir de 01.01.2025, entrou em vigor a Resolução BCB nº 356 que estabelece os novos procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa ao cálculo requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAOpad). Para as IFs cuja aplicação do novo formato resulte em um valor superior ao RWAOpad apurado na data-base de 31.12.2024, a parcela considerada para o ano de 2025 será composta pelo RWAOpad apurado em 31.12.2024, acrescido de 25% da diferença entre o novo cálculo do RWAOpad e o valor originalmente apurado na referida data-base.

**Tabela 41.** PRMR Referente à Parcela do RW_{AMPAD} – R\$ milhões

	Dez/24			Set/25			Dez/25		
	RW _{AMPAD}	PRMR	%	RW _{AMPAD}	PRMR	%	RW _{AMPAD}	PRMR	%
Total	52.732	4.219	100,0	40.699	3.256	100,0	40.710	3.257	100,0
Câmbio	20.218	1.617	38,3	20.315	1.625	49,9	21.833	1.747	53,6
Taxa de Juros	10.215	817	19,4	8.048	644	19,8	8.067	645	19,8
CVA	14.721	1.178	27,9	4.992	399	12,3	4.791	383	11,8
DRC ¹	2.819	226	5,3	4.022	322	9,9	3.071	246	7,5
Commodities	4.755	380	9,0	3.316	265	8,1	2.946	236	7,2
Ações	5	0	0,0	7	1	0,0	2	0	0,0

(1) A partir de 01.07.2024, o RWADRC passou a ser apurado em conformidade com a Resolução BCB nº 313/23.

**Tabela 42.** RWA_{CPAD}¹ Segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR – R\$ milhões

	Operações de Crédito		Créditos Tributários		TVM e Instr. Financeiros Derivativos		Outros Direitos		Permanente		Demais		Total	
	RWA _{CPAD} ²	PRMR ³	RWA _{CPAD} ²	PRMR ³	RWA _{CPAD} ²	PRMR ³	RWA _{CPAD} ²	PRMR ³	RWA _{CPAD} ²	PRMR ³	RWA _{CPAD} ²	PRMR ³	RWA _{CPAD} ²	PRMR ³
Total	658.525	52.682	96.259	7.701	25.971	2.078	150.441	12.035	70.295	5.624	89.347	7.148	1.090.837	87.267
FPR 0%	–	–	–	–	318	25	–	–	–	–	–	–	318	25
FPR 2%	–	–	–	–	195	16	–	–	–	–	343	27	538	43
FPR 20%	2.346	188	–	–	162	13	–	–	–	–	1.281	102	3.788	303
FPR 25%	1.727	138	–	–	–	–	–	–	–	–	6	0	1.733	139
FPR 30%	8.462	677	–	–	113	9	–	–	–	–	2.028	162	10.603	848
FPR 40%	1.318	105	–	–	9.147	732	7.779	622	–	–	6.570	526	24.814	1.985
FPR 45%	–	–	–	–	–	–	24.209	1.937	–	–	6.594	528	30.803	2.464
FPR 50%	1.458	117	–	–	0	(0)	30	2	–	–	502	40	1.990	159
FPR 60%	273	22	–	–	–	–	–	–	–	–	2	0	275	22
FPR 65%	43.557	3.485	–	–	1.635	131	41.333	3.307	–	–	19.218	1.537	105.743	8.459
FPR 70%	55.264	4.421	–	–	–	–	1.012	81	–	–	807	65	57.083	4.567
FPR 75%	269.836	21.587	–	–	–	–	6.961	557	–	–	5.472	438	282.268	22.581
FPR 85%	23.762	1.901	–	–	389	31	6.395	512	–	–	5.411	433	35.957	2.877
FPR 90%	18.931	1.515	–	–	–	–	597	48	–	–	263	21	19.792	1.583
FPR 100%	149.694	11.976	81.148	6.492	12.128	970	59.384	4.751	17.128	1.370	23.464	1.877	342.945	27.436
FPR 110%	50.442	4.035	–	–	–	–	2.593	207	–	–	1.222	98	54.257	4.341
FPR 112,5%	890	71	–	–	–	–	2	0	–	–	633	51	1.524	122
FPR 130%	7.463	597	–	–	–	–	0	0	–	–	2.953	236	10.416	833
FPR 150%	23.103	1.848	–	–	539	43	146	12	–	–	12.578	1.006	36.366	2.909
FPR 160%	–	–	–	–	40	3	–	–	11.469	917	–	–	11.508	921
FPR 220%	–	–	–	–	177	14	–	–	110	9	–	–	287	23
FPR 250%	–	–	15.110	1.209	–	–	–	–	41.589	3.327	–	–	56.699	4.536
FPR 1.250%	–	–	–	–	1.128	90	–	–	–	–	–	–	1.128	90

(1) A partir de 01.07.2023, o RWA_{CPAD} passou a ser apurado em conformidade com os procedimentos de apuração da parcela definidos por meio da Resolução BCB nº 229/22; (2) Somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco, ajustados pelo Fator de Conversão; (3) Exposição ponderada por Fator de Risco multiplicada por 8,0%.

7. Crédito

A carteira de crédito expandida totalizou R\$ 1,3 trilhão em dezembro/25, crescimento de 1,4% no trimestre e 2,5% em 12 meses.

A carteira expandida PF cresceu 1,8% no trimestre e 7,6% em 12 meses, influenciada, principalmente, pelo desempenho do crédito consignado (+1,4% t/t e +8,1% a/a) e cartão de crédito (+11,6% t/t e +19,6% a/a). Destaque para as operações do crédito consignado privado, ou “Crédito do Trabalhador”, lançada em março/25, com desembolsos de R\$ 4,0 bilhões no trimestre e R\$ 13,3 bilhões no ano, com a carteira alcançando R\$ 14,3 bilhões no fim do período.

A carteira expandida PJ registrou estabilidade no trimestre e em 12 meses (+0,5% t/t e +0,6% a/a).

A carteira expandida Agro alcançou o volume de R\$ 406,1 bilhões em dezembro/25 com crescimento nas comparações trimestral e anual (+1,8% t/t e +2,1% a/a).

No 4T25, os TVMs com Característica de Crédito foram reclassificados da Carteira Expandida para a Carteira de Crédito (linha de Grandes Empresas). Da mesma forma, os saldos de CPR e CDCA foram reclassificados para a carteira de crédito Agro. As mudanças vão permitir uma melhor análise das linhas, considerando que as receitas auferidas nessas linhas são contabilizadas na MFB desde o início de 2025. As séries foram reprocessadas a partir de dezembro/24 para permitir a comparabilidade.

Carteira Expandida

Tabela 43. Carteira de Crédito e Carteira de Crédito Expandida – R\$ milhões

	Dez/24	Part. %	Set/25	Part. %	Dez/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
II Carteira de Crédito (a)¹	1.215.485	100,0	1.214.345	100,0	1.229.907	100,0	1,2	1,3
Interna	1.150.733	94,7	1.152.518	94,9	1.165.218	94,7	1,3	1,1
Pessoa Física	331.765	27,3	350.416	28,9	356.878	29,0	7,6	1,8
Pessoa Jurídica	421.259	34,7	403.312	33,2	402.207	32,7	(4,5)	(0,3)
Grandes Empresas	218.402	18,0	209.207	17,2	207.500	16,9	(5,0)	(0,8)
MPME	125.034	10,3	118.540	9,8	115.192	9,4	(7,9)	(2,8)
Governo	77.824	6,4	75.566	6,2	79.516	6,5	2,2	5,2
Agronegócio	397.710	32,7	398.790	32,8	406.133	33,0	2,1	1,8
Pessoa Física	360.418	29,7	362.367	29,8	364.973	29,7	1,3	0,7
Pessoa Jurídica	37.292	3,1	36.423	3,0	41.160	3,3	10,4	13,0
Exterior	64.752	5,3	61.827	5,1	64.689	5,3	(0,1)	4,6
II TVM Privados e Garantias (b)^{2 3}	49.021	100,0	64.299	100,0	66.604	100,0	35,9	3,6
II Carteira de Crédito Expandida (a + b)¹	1.264.506	100,0	1.278.644	100,0	1.296.511	100,0	2,5	1,4
Interna	1.182.094	93,5	1.202.268	94,0	1.218.249	94,0	3,1	1,3
Pessoa Física	331.833	26,2	350.511	27,4	356.965	27,5	7,6	1,8
Pessoa Jurídica	452.552	35,8	452.967	35,4	455.150	35,1	0,6	0,5
Agronegócio	397.710	31,5	398.790	31,2	406.133	31,3	2,1	1,8
Externa	82.412	6,5	76.376	6,0	78.262	6,0	(5,0)	2,5
II Participação de Mercado BB - %	17,8		16,8		16,4			

(1) Inclui, além da carteira de crédito, TVMs com e sem características de crédito e garantias prestadas. Série reprocessada para adequação aos critérios da Resolução CMN nº 4.966/21; (2) Série reprocessada para refletir a reclassificação de TVMs, com características de crédito, CPR e CDCA para a carteira de crédito em alinhamento com a NE 12a. (3) Linha composta por TVMs privados sem características de crédito e garantias.



A próxima figura apresenta a visão da carteira expandida de Pessoa Física, Empresas e de Agronegócios, conforme as projeções corporativas para o ano de 2025.

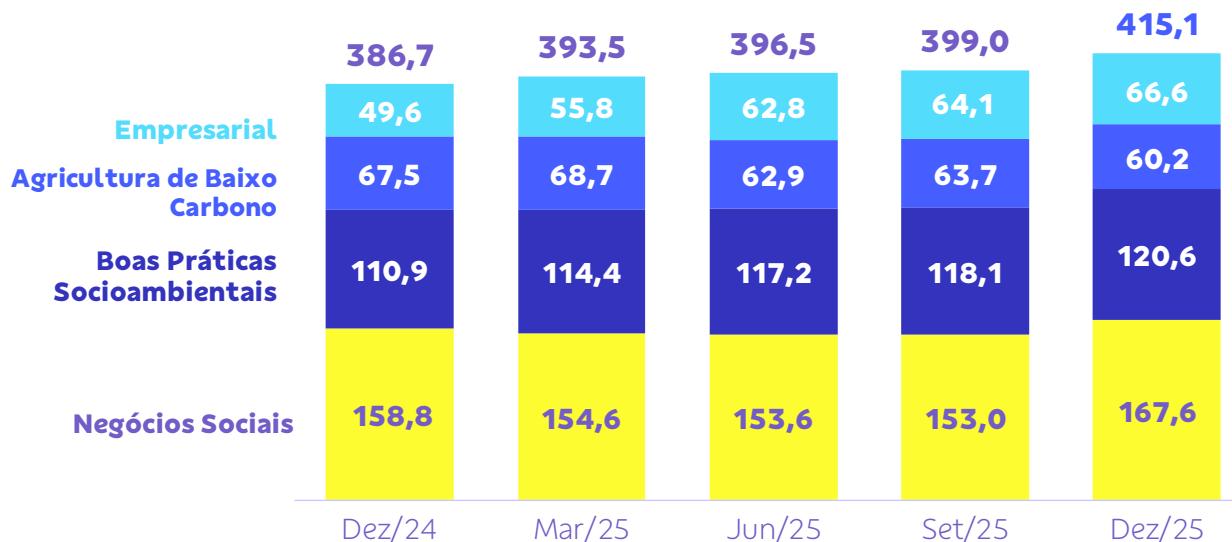
Figura 14. Carteira Conforme Projeções Corporativas – R\$ bilhões



Reforçando o compromisso do BB para um futuro mais sustentável, o Banco realiza o acompanhamento das projeções para a carteira sustentável, que abrange linhas de crédito com enfoque ambiental, social e financiamentos de atividades ou segmentos que tragam impactos socioambientais positivos, com validação de segunda opinião. Maiores informações sobre os negócios ASG do Banco do Brasil e de sua carteira sustentável estão disponíveis no Caderno ASG, ao final desse documento.

A carteira de negócios sustentáveis alcançou R\$ 415,1 bilhões, crescimento de 7,3% em 12 meses, e corresponde por 33,7% da carteira de crédito.

Figura 15. Carteira de Negócios Sustentáveis – R\$ bilhões

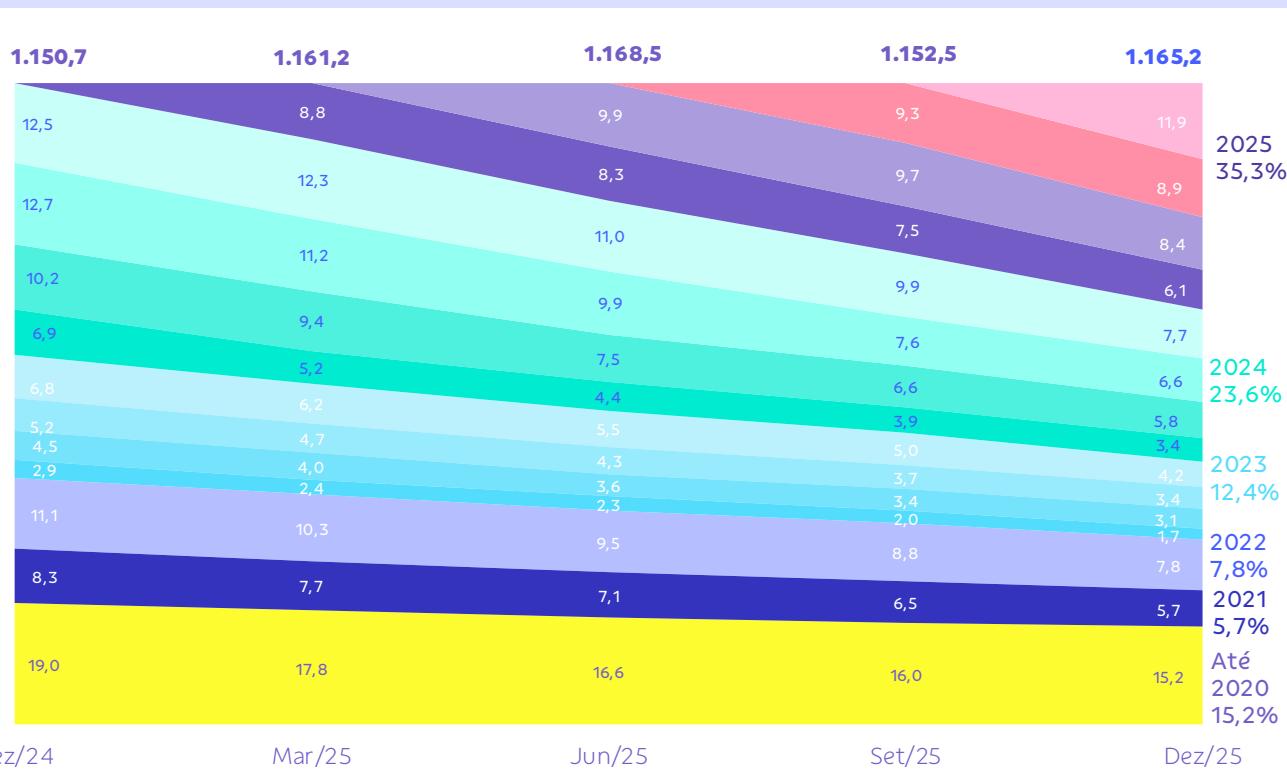




A próxima figura apresenta a carteira de crédito interna considerando o período de contratação. Em alguns casos, existe a possibilidade de o desembolso ocorrer de forma parcelada. Nesses casos todas as parcelas são consideradas no período em que foram contratadas.

Avaliando a carteira de dezembro/25, 58,9% dos ativos foram contratados entre 2024 e 2025.

Figura 16. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) – %



A tabela a seguir apresenta o nível de concentração dos clientes e grupos empresariais com os quais o Banco do Brasil se relaciona.

Tabela 44. 100 Maiores Clientes em Relação à Carteira de Crédito e PR – R\$ milhões³

	Dez/24	Set/25	Dez/25	Carteira ¹	PR ²
1º Cliente	12.199	19.790	16.866	1,4%	8,2%
2º ao 20º	78.840	89.566	91.483	7,4%	44,7%
21º ao 100º	63.034	94.393	95.260	7,7%	46,6%
100 maiores	154.073	203.749	203.609	16,6%	99,6%

(1) Carteira de Crédito; (2) Patrimônio de Referência; (3) A partir de 2025, os números da tabela estão de acordo com a NE 12 – Crédito.

Qualidade do Crédito

Custo do Crédito

O Custo do Crédito, que corresponde ao total das despesas de perda esperada (conforme a Resolução CMN nº 4.966/21), somada aos descontos concedidos e deduzidas das receitas com recuperação de crédito, totalizou R\$ 18,0 bilhões no 4T25 e R\$ 61,9 bilhões em 2025.

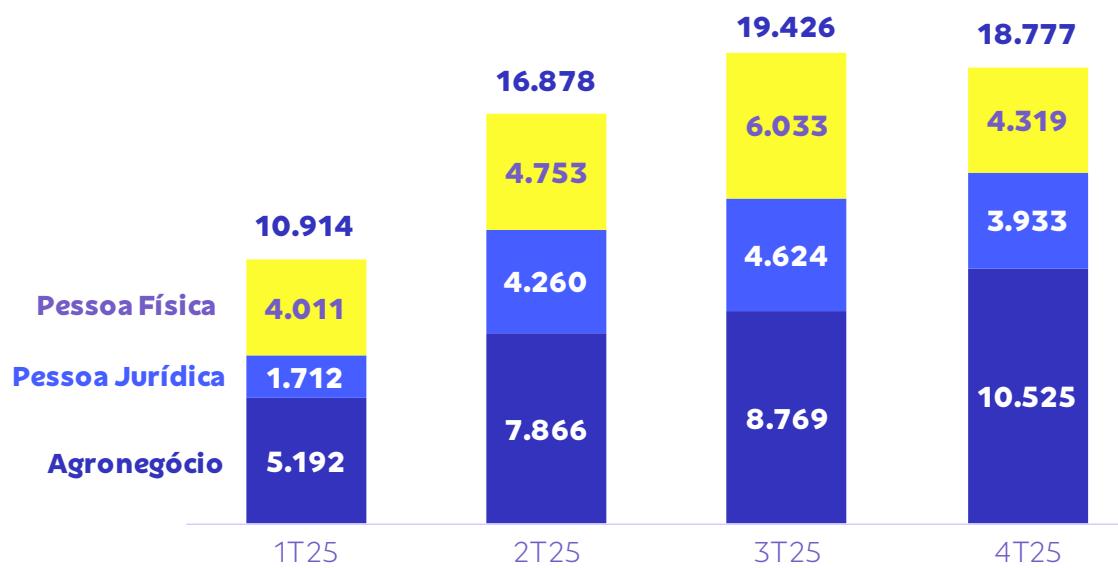
No trimestre, o custo do crédito ficou estável em relação ao trimestre anterior e o seu patamar reflete, principalmente, o aumento da inadimplência da carteira agro.

Tabela 45. Despesa de PCLD (2024) e Custo do Crédito (2025) da Carteira Expandida¹ – R\$ milhões

Custo do Crédito	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
	(9.263)	(17.928)	(17.959)	93,9	0,2	(35.698)	(61.947)	73,5
Despesa de PCLD 2024 e Perda Esperada 2025	(10.185)	(17.928)	(19.036)	86,9	6,2	(41.422)	(65.405)	57,9
Recuperação de Crédito	1.927	1.424	1.777	(7,8)	24,8	9.499	6.480	(31,8)
Descontos Concedidos	(386)	(1.424)	(700)	81,5	(50,9)	(2.020)	(3.022)	49,6
Perdas por Imparidade	(620)	–	–	–	–	(1.754)	–	–

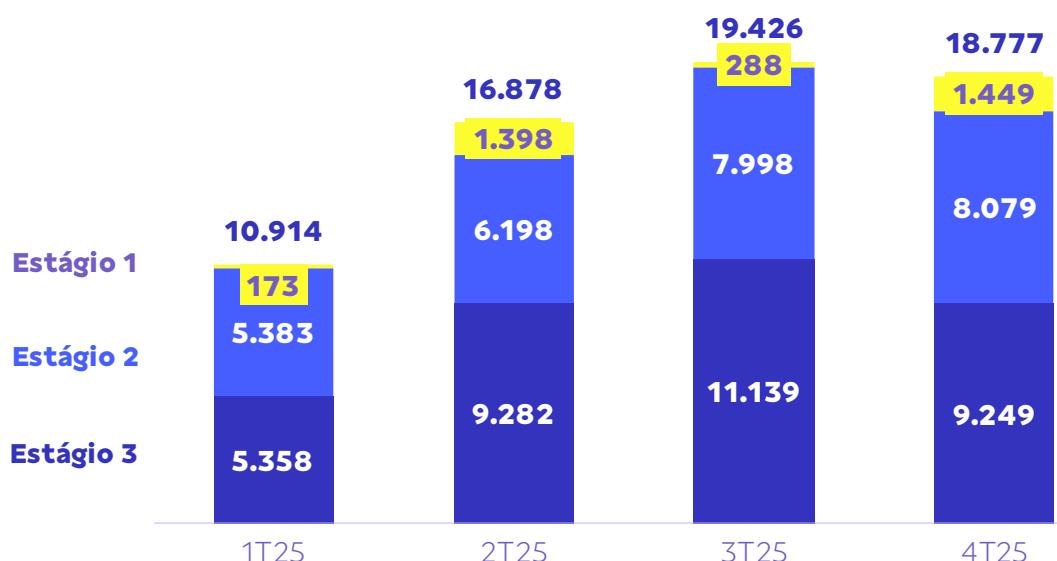
(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados de acordo com a Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.

Figura 17. Despesa com Perda Esperada da Carteira de Crédito Interna^{1 2} por Segmento – R\$ milhões



(1) Despesa com Perda Esperada revisada desde o 3T25, passando a incluir os valores de Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito. (2) Não considera as despesas com Perda Esperada da Carteira Externa, TVM sem características de crédito, garantias, créditos a liberar e outros instrumentos financeiros.

Figura 18. Despesa com Perda Esperada da Carteira de Crédito Interna^{1 2} por Estágio – R\$ milhões



(1) Despesa com Perda Esperada revisada desde o 3T25, passando a incluir os valores de Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito. (2) Não considera as despesas com Perda Esperada da Carteira Externa, TVM sem características de crédito, garantias, créditos a liberar e outros instrumentos financeiros.

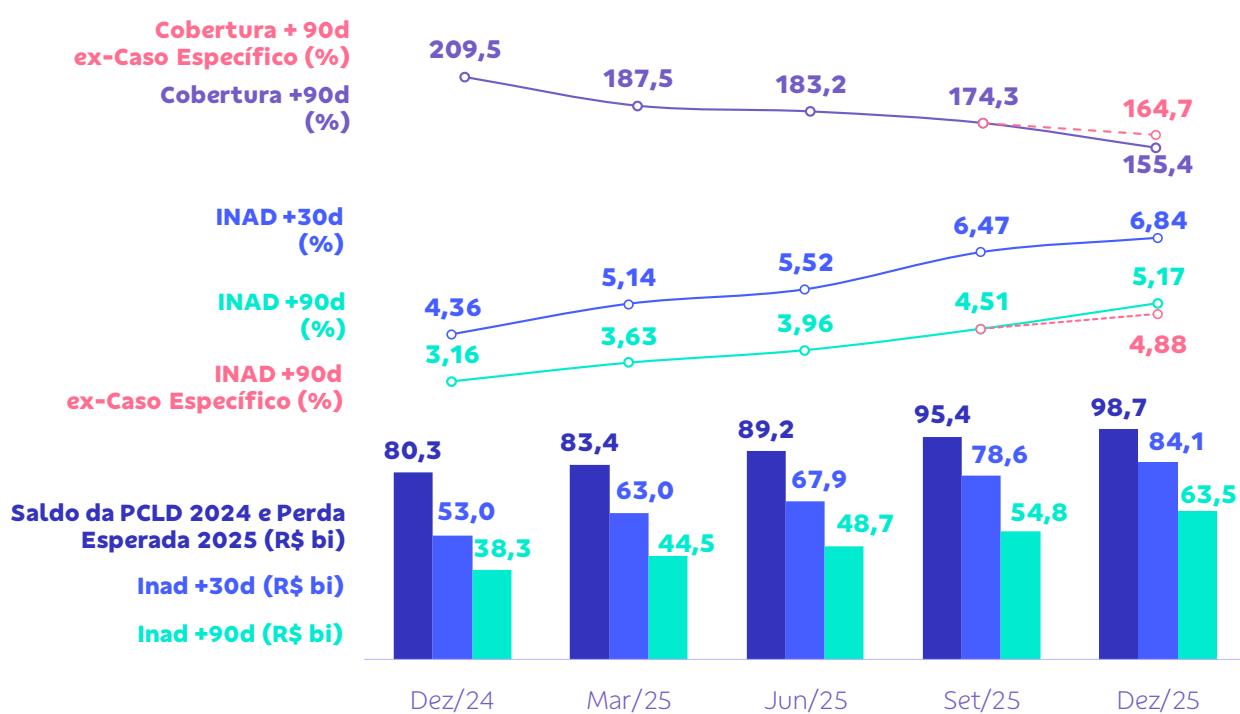
Inadimplência e Cobertura

A carteira de crédito foi revisada desde Dezembro/24, com a série reconstruída de forma retroativa, passando a incluir no seu saldo os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito.

A inadimplência acima de 90 dias alcançou 5,17%, impactada por um caso específico na carteira de TVM de uma empresa do segmento Atacado no valor de R\$ 3,6 bilhões. Desconsiderando esse caso, o indicador seria de 4,88%.

O índice de cobertura encerrou dezembro/25 em 155,4%, excluindo-se o caso específico seria de 164,7%.

Figura 19. INAD+30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito^{1 2} – %

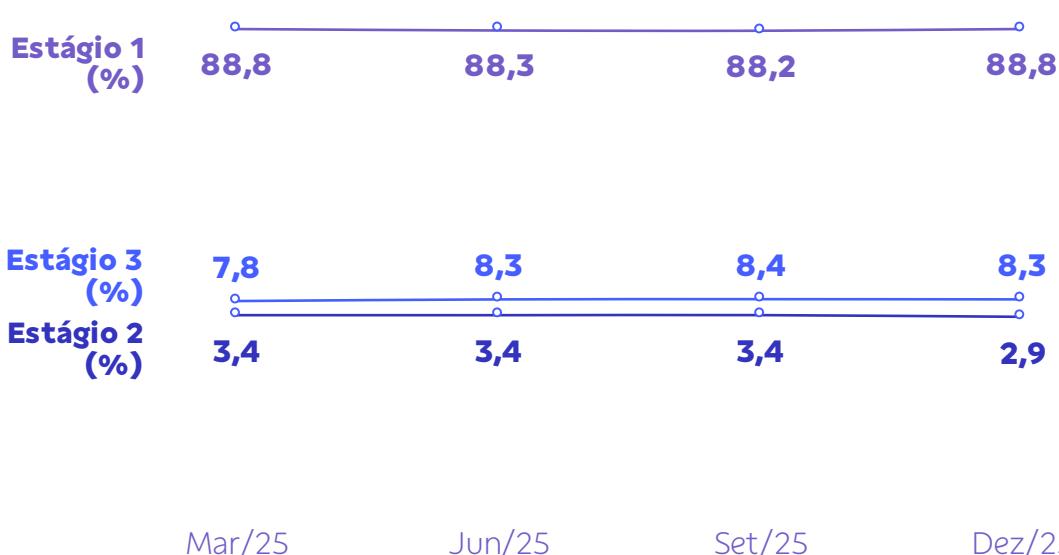


(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados de acordo com a Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024. (2) A carteira de crédito foi revisada desde o 4T24, passando a incluir no seu saldo os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito.



Em dezembro/25, 91,7% da carteira de crédito estava classificada nos estágios 1 e 2.

Figura 20. Participação¹ dos Estágios na Carteira de Crédito²



(1) Saldo da carteira no estágio sobre a carteira total. (2) A carteira de crédito foi revisada desde o 4T24, passando a incluir no seu saldo os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito.

Tabela 46. Carteira de Crédito¹ e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões

	Set/25			Dez/25				
	Carteira de Crédito	Perda Esperada		Carteira de Crédito	Perda Esperada			
		Saldo (a)	Saldo (b)	(b)/(a) - %	Saldo (a)	Δ% s/ Set/25	Saldo (b)	Δ% s/ Set/25
Estágio 1	1.070.637	11.110	1,0	1.091.933	2,0	14.600	31,4	1,3
Estágio 2	41.889	12.409	29,6	35.658	(14,9)	11.859	(4,4)	33,3
Estágio 3	101.818	71.928	70,6	102.316	0,5	72.280	0,5	70,6
Total	1.214.345	95.447	7,9	1.229.907	1,3	98.739	3,4	8,0

(1) A carteira de crédito foi revisada desde o 4T24, passando a incluir no seu saldo os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito.

O indicador New NPL/Carteira de Crédito é apurado pela relação entre: (i) a variação trimestral do saldo das operações vencidas há mais de 90 dias, acrescida das baixas para prejuízo efetuadas no trimestre; e (ii) o saldo da carteira de crédito do trimestre imediatamente anterior.

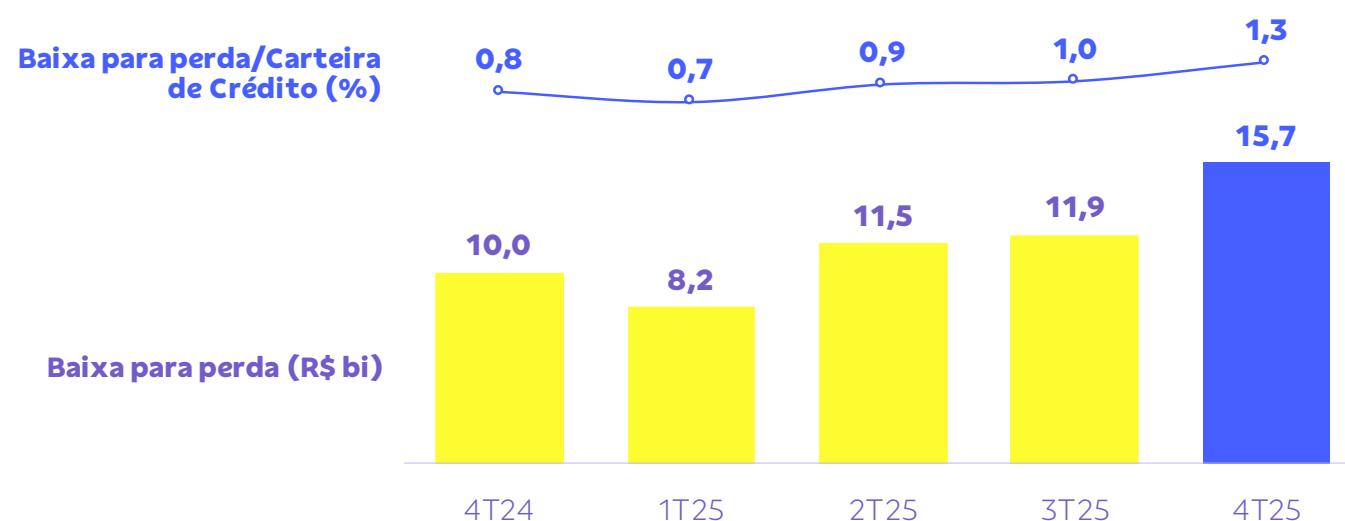
O New NPL alcançou R\$ 24,5 bilhões e a sua cobertura 77,8% impactados por um caso específico na carteira de TVM Pessoa Jurídica. Desconsiderando esse caso, os valores seriam R\$ 20,9 bilhões e 91,2%, respectivamente.

Figura 21. New NPL – % da Carteira de Crédito^{1 2}



(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados de acordo com a Resolução 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024. (2) A carteira de crédito foi revisada desde o 4T24, passando a incluir no seu saldo os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito.

Figura 22. Baixa para Perda – % da Carteira de Crédito^{1 2}



(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados de acordo com a Resolução 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024. (2) A carteira de crédito foi revisada desde o 4T24, passando a incluir no seu saldo os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito.



Créditos Renegociados e Reestruturados (2Rs)

A Resolução CMN nº 4.966/21 trouxe mudanças no tratamento de renegociações e reestruturações de dívidas, com objetivo de alinhar as práticas das instituições financeiras brasileiras aos padrões internacionais.

Créditos Renegociados

Os créditos renegociados contemplam operações com alterações nas condições originalmente pactuadas ou a substituição da linha, mediante liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da obrigação original. Destaca-se que essa repactuação não implica, automaticamente, em fragilidade da qualidade do crédito.

Créditos Reestruturados

Os créditos reestruturados são créditos renegociados que tiveram concessões significativas de vantagens ao cliente em razão da deterioração de sua qualidade creditícia, que não seriam concedidas em outra situação, com o objetivo de adequar as condições do crédito à situação do cliente.

Tabela 47. Carteira de Créditos Renegociados e Reestruturados – Banco Múltiplo¹ – R\$ milhões

	1T25	2T25	3T25	4T25	Δ% s/ 3T25
Créditos Renegociados e Reestruturados	84.898	86.725	82.332	79.770	(3,1)
Saldo Inicial	83.503	84.898	86.725	82.332	(5,1)
Renegociações	4.731	5.144	3.526	3.339	(5,3)
Reestruturações	4.876	7.670	6.804	6.755	(0,7)
Recebimentos menos Juros Líquidos ²	(4.206)	(7.668)	(9.583)	(5.924)	(38,2)
Baixas para Prejuízo	(4.006)	(3.319)	(5.141)	(6.733)	31,0
Saldo Final	84.898	86.725	82.332	79.770	(3,1)
Índice de Inadimplência 90 dias – %	19,1	21,2	21,2	25,2	403 bps
Índice de Cobertura – %	235,2	218,6	223,2	180,4	(4.275) bps
Índice de Reestruturação – %	45,6	47,1	52,1	54,0	187 bps

(1) Conforme Nota Explicativa 12-i. Não inclui os créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica; (2) Recebimentos de principal e juros menos juros capitalizados, incluindo operações alongadas no período e liquidações com recebimento integral de seu capital principal.

Regularização de Créditos

Cobrança e Recuperação de Crédito

O Banco adota estratégias para a regularização dos créditos em atraso no menor tempo possível, atuando preventivamente, de modo a evitar o agravamento dos estágios de risco. A prioridade na regularização é através do recebimento à vista, contribuindo para a redução de valores provisionados e para a qualidade dos ativos renegociados a prazo.

Recuperação de Perdas

Nos últimos doze meses, a recuperação de perdas acumulada foi de R\$ 6,5 bilhões, sendo R\$ 5,1 bilhões (78,5%) de créditos à vista. Neste ano, a abordagem de recuperação à vista foi impulsionada, evitando o incremento da perda esperada nas operações a prazo e aprimorando ainda mais a qualidade destas recuperações.

Figura 23. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista¹ – %



(1) Acumulado 12 meses.



Crédito Pessoa Física

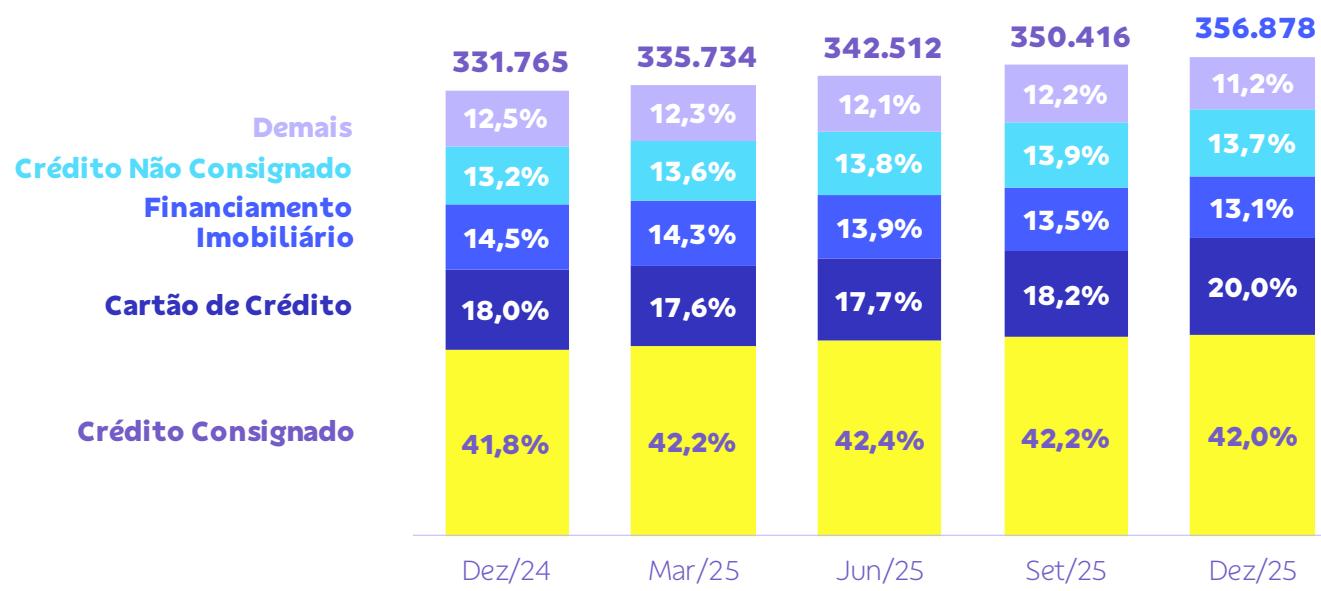
A carteira expandida PF cresceu 1,8% no trimestre e 7,6% em 12 meses, influenciada, principalmente, pelo desempenho do crédito consignado (+1,4% t/t e +8,1% a/a) e cartão de crédito (+11,6% t/t e +19,6% a/a). Destaque para o desempenho da linha de consignado privado (+25,0% t/t), fruto do desempenho positivo no "Crédito do Trabalhador", com desembolsos de R\$ 4,0 bilhões no trimestre e R\$ 13,3 bilhões no ano.

Tabela 48. Carteira de Crédito Pessoa Física¹ – R\$ milhões

	Dez/24	Part. %	Set/25	Part. %	Dez/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
II Carteira de Crédito (a)	331.765	100,0	350.416	100,0	356.878	100,0	7,6	1,8
Crédito Direto ao Consumidor	182.481	55,0	196.624	56,1	198.906	55,7	9,0	1,2
Crédito Consignado	138.705	41,8	147.893	42,2	149.978	42,0	8,1	1,4
Público	111.011	33,5	112.207	32,0	111.837	31,3	0,7	(0,3)
INSS	26.173	7,9	26.805	7,6	27.038	7,6	3,3	0,9
Privado	1.521	0,5	8.881	2,5	11.103	3,1	629,9	25,0
Crédito Não Consignado	43.776	13,2	48.731	13,9	48.927	13,7	11,8	0,4
Cartão de Crédito	59.581	18,0	63.882	18,2	71.269	20,0	19,6	11,6
Financiamento Imobiliário	48.088	14,5	47.310	13,5	46.662	13,1	(3,0)	(1,4)
Composição de Dívidas ¹	23.360	7,0	25.133	7,2	24.401	6,8	4,5	(2,9)
Pessoa Física	17.088	5,1	16.095	4,6	15.278	4,3	(10,6)	(5,1)
Produtor Rural	6.272	1,9	9.038	2,6	9.123	2,6	45,4	0,9
Financiamento de Veículos	14.231	4,3	12.795	3,7	11.044	3,1	(22,4)	(13,7)
Carteira Orgânica	4.776	1,4	3.979	1,1	3.672	1,0	(23,1)	(7,7)
Carteira Adquirida	9.455	2,8	8.816	2,5	7.372	2,1	(22,0)	(16,4)
Cheque Especial	2.700	0,8	3.356	1,0	3.253	0,9	20,5	(3,1)
Microcrédito	227	0,1	240	0,1	239	0,1	5,1	(0,7)
Demais	1.098	0,3	1.076	0,3	1.106	0,3	0,7	2,7
II TVM Privados e Garantias (b)²	68	0,0	95	0,0	87	0,0	28,0	(7,9)
II Carteira de Crédito Expandida (a + b)²	331.833	100,0	350.511	100,0	356.965	100,0	7,6	1,8

(1) Composta por créditos reestruturados e créditos renegociados, de acordo com os critérios da Res. nº 4.966/21; (2) Série reprocessada para adequação aos critérios da Resolução CMN nº 4.966/21.

Figura 24. Composição da Carteira de Crédito Interna Pessoa Física – R\$ milhões

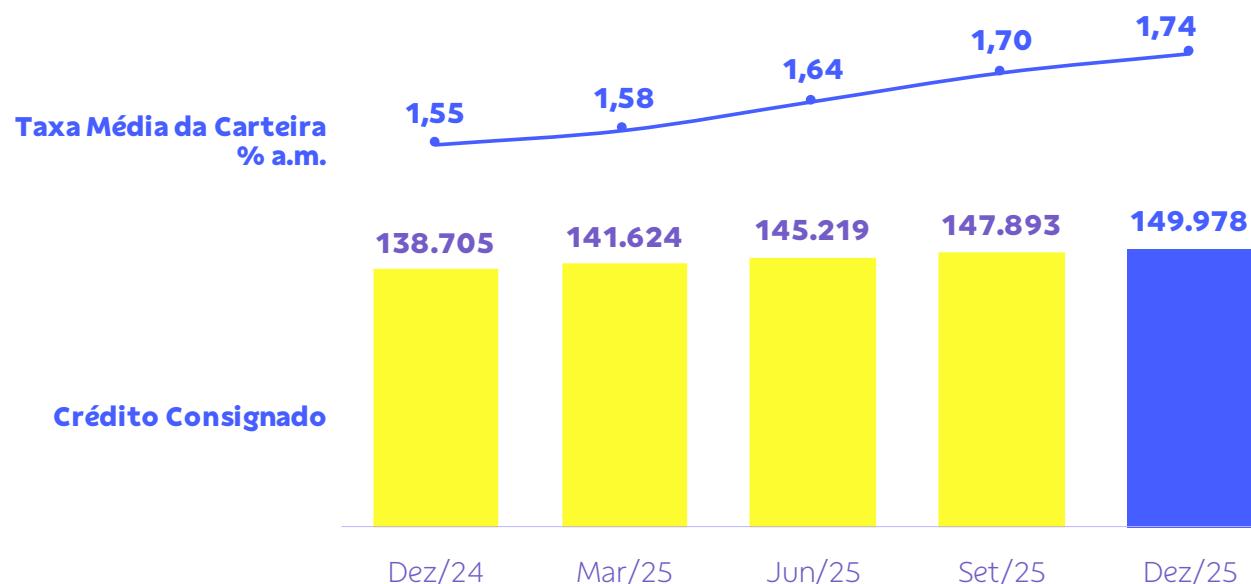


Crédito Consignado

O saldo da carteira de crédito consignado alcançou R\$ 150,0 bilhões em dezembro/25, aumento de 8,1% em 12 meses e conta com 91,3% das operações realizadas com clientes servidores públicos e aposentados/pensionistas.

A taxa média das operações de crédito consignado é de 1,74% a.m., com o prazo médio de 70 meses. A elevação da taxa média da carteira é explicada pela mudança no mix, com maior participação das operações do Crédito do Trabalhador.

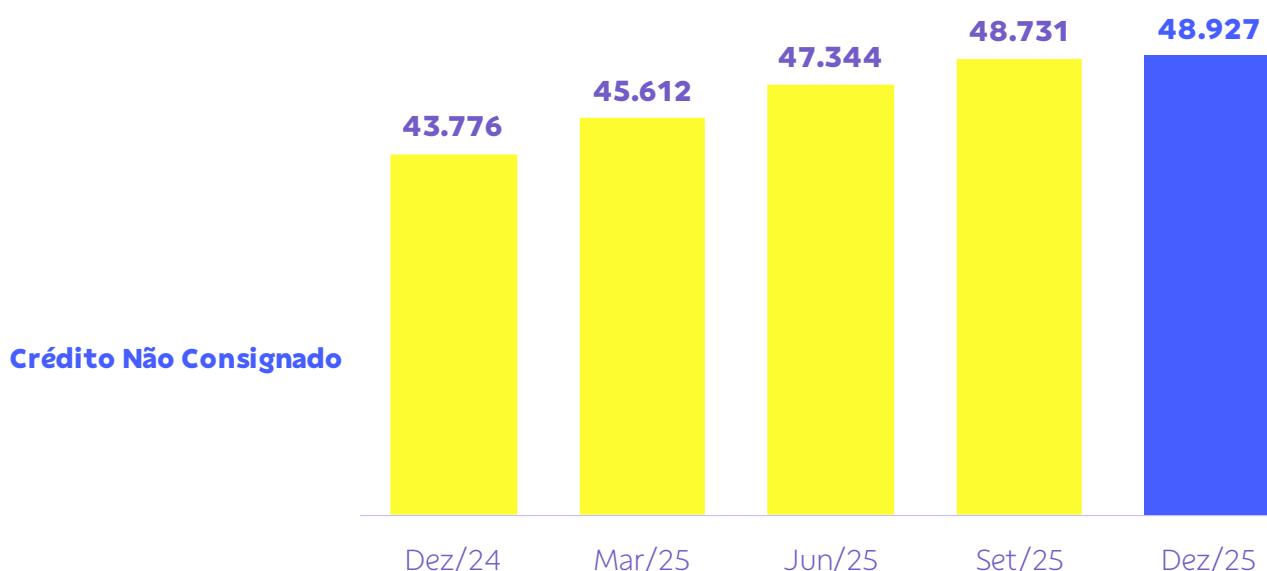
Figura 25. Crédito Consignado – R\$ milhões



Crédito Não Consignado

A carteira de crédito não consignado atingiu R\$ 48,9 bilhões em dezembro/25, crescimento de 11,8% em 12 meses e estabilidade (+0,4%) em relação a setembro/25.

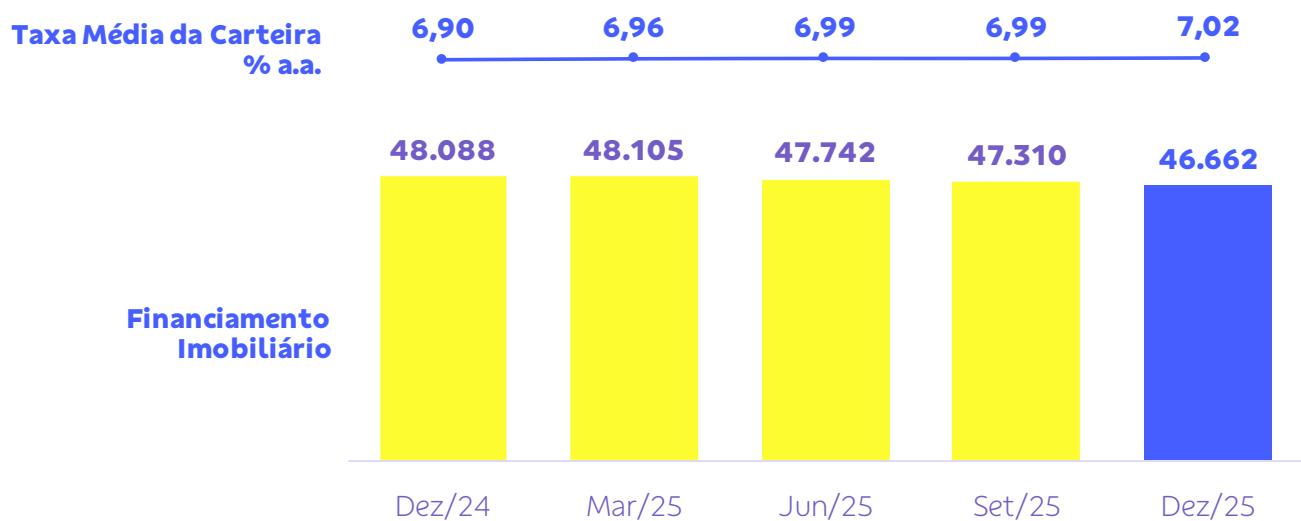
Figura 26. Crédito Não Consignado – R\$ milhões



Financiamento Imobiliário

A carteira de financiamento imobiliário encerrou dezembro/25 em R\$ 46,7 bilhões, queda de 3,0% em 12 meses, e percentual financiado de 62,1% (*loan-to-value – LTV*). No mesmo período, a carteira apresentou taxa média de 7,02% a.a, com o prazo médio de 267 meses.

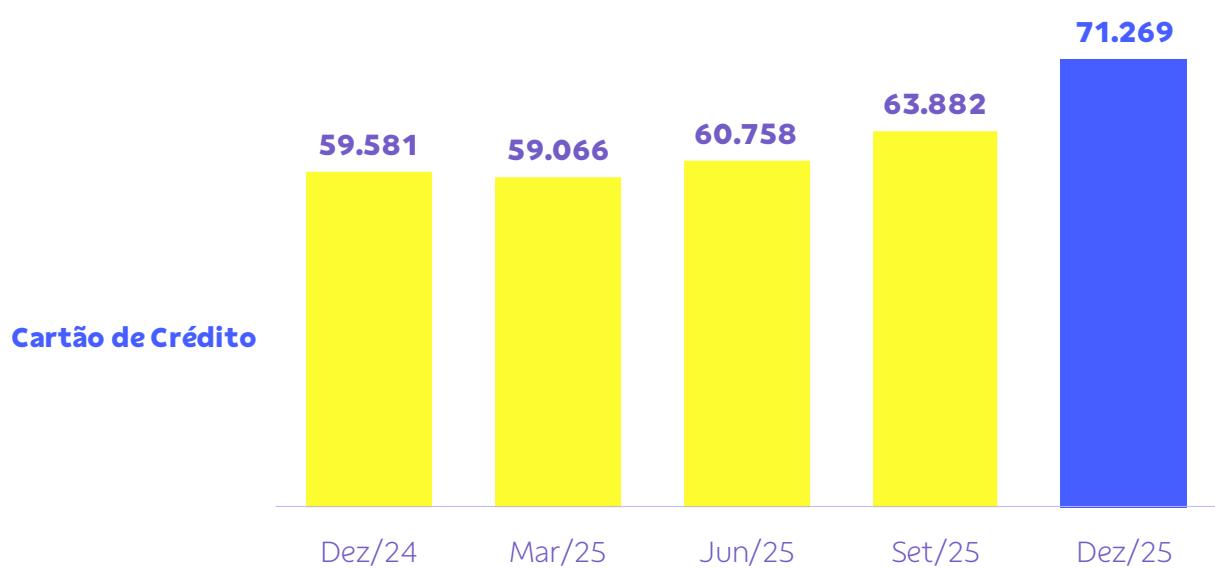
Figura 27. Financiamento Imobiliário – R\$ milhões



Cartão de Crédito

O saldo da carteira de cartão de crédito apresentou crescimento de 19,6% em 12 meses.

Figura 28. Cartão de Crédito – R\$ milhões

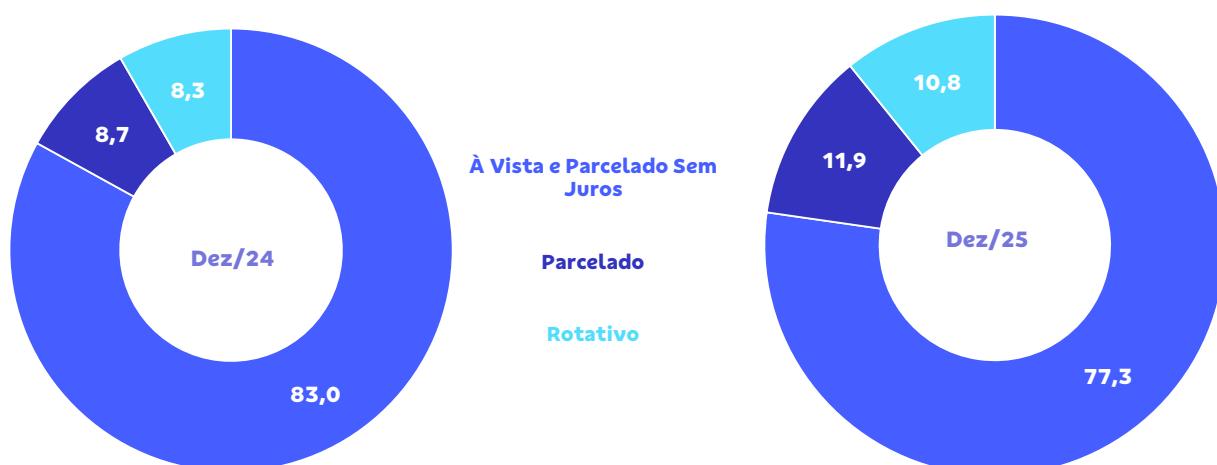


A figura a seguir apresenta o perfil da carteira de cartão de crédito pessoa física por modalidade e segregada de acordo com a sensibilidade a juros.

Vale destacar que 77,3% do volume financeiro da carteira de cartão de crédito PF está concentrado nas modalidades "à vista" e "parcelado sem juros".

Esse cenário reflete uma atuação do BB focada na construção de relacionamentos de longo prazo e *suitability* de produtos e serviços, pautada pela oferta das linhas de crédito mais adequadas às necessidades dos clientes.

Figura 29. Cartão de Crédito – Composição Carteira – %



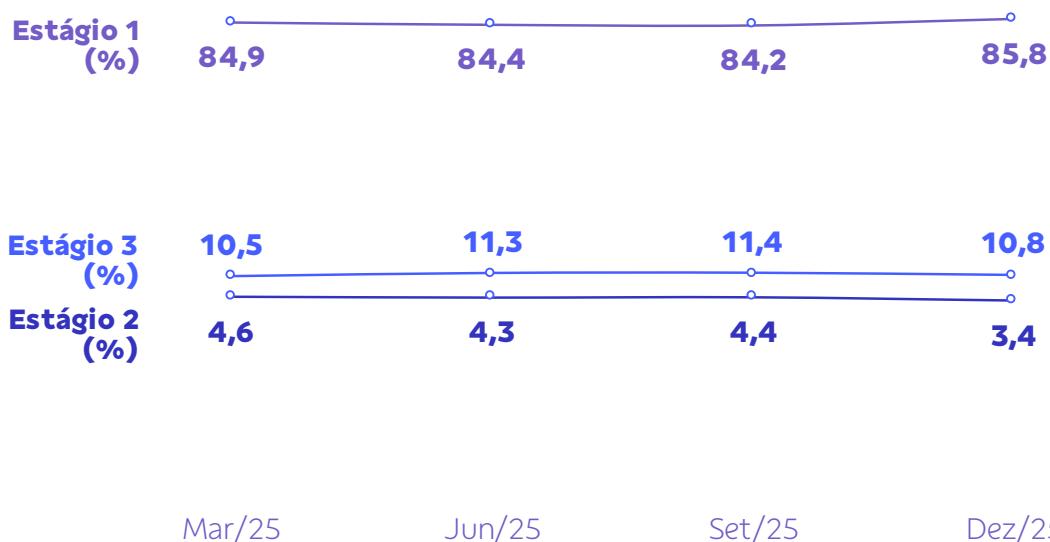
Qualidade do Crédito PF

A tabela a seguir detalha o saldo da carteira de crédito PF e da perda esperada por estágio.

Tabela 49. Carteira de Crédito PF e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões

	Set/25			Dez/25				
	Carteira de Crédito	Perda Esperada		Carteira de Crédito	Perda Esperada			
		Saldo (a)	Saldo (b)		Saldo (a)	Δ% s/ Set/25	Saldo (b)	Δ% s/ Set/25
Estágio 1	295.141	3.213	1,1	306.349	3,8	3.906	21,6	1,3
Estágio 2	15.398	3.427	22,3	11.975	(22,2)	3.446	0,6	28,8
Estágio 3	39.877	25.378	63,6	38.554	(3,3)	25.457	0,3	66,0
Total	350.416	32.019	9,1	356.878	1,8	32.809	2,5	9,2

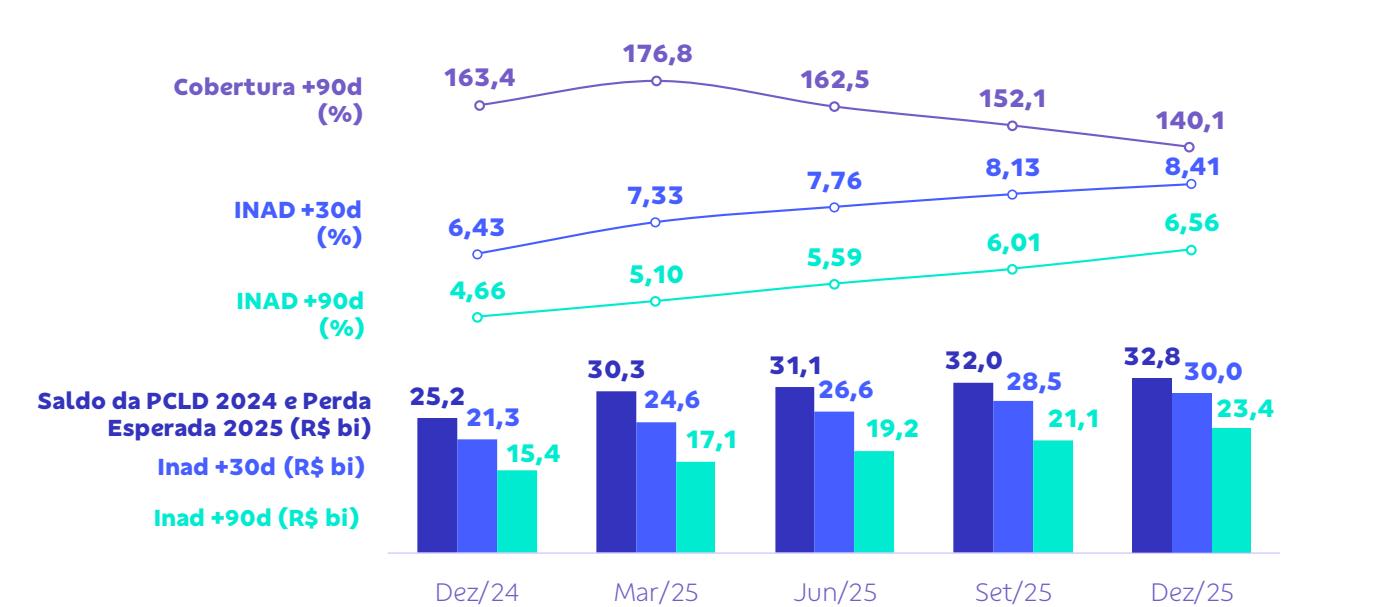
Figura 30. Participação¹ dos Estágios na Carteira de Crédito PF



(1) Saldo da carteira no estágio sobre a carteira total.

O índice de inadimplência INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito) encerrou dezembro/25 em 6,56%. Desconsiderando a linha de composição de dívidas da carteira de crédito PF, a INAD+90d seria de 5,41%.

Figura 31. INAD +30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito PF¹ – %



(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados de acordo com a Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.

Figura 32. INAD+90d Carteira de Crédito BB PF – em % por Linha de Crédito¹



(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados de acordo com a Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.

A próxima figura detalha a formação da inadimplência da Carteira PF. O índice encerrou dezembro/25 em 1,68%. A cobertura do New NPL foi de 73,3%.

Figura 33. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Física¹



(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados de acordo com a Resolução 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.



Crédito Pessoa Jurídica

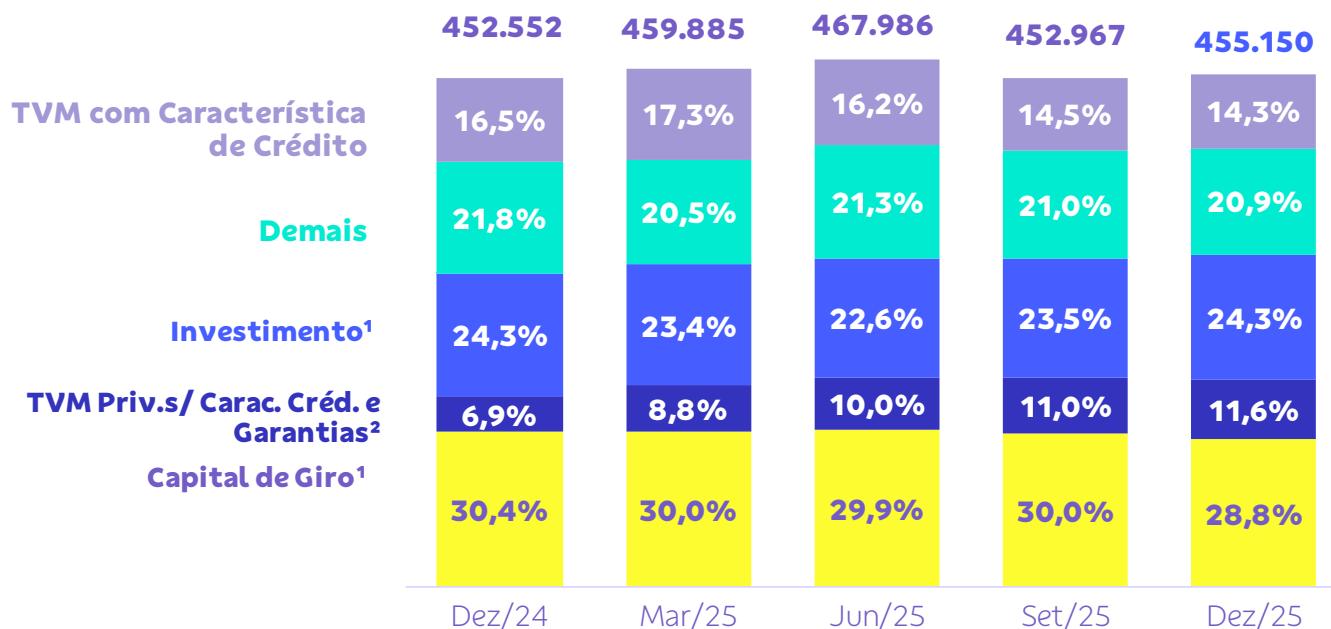
A carteira expandida PJ apresentou estabilidade no trimestre e em 12 meses (+0,5% t/t e +0,6% a/a), com destaque para a linha de Investimento, com crescimento de 4,2% no trimestre.

No 4T25, os TVMs com Característica de Crédito foram reclassificados da Carteira Expandida para a Carteira de Crédito. As séries foram reprocessadas a partir de dezembro/24 para permitir a comparabilidade.

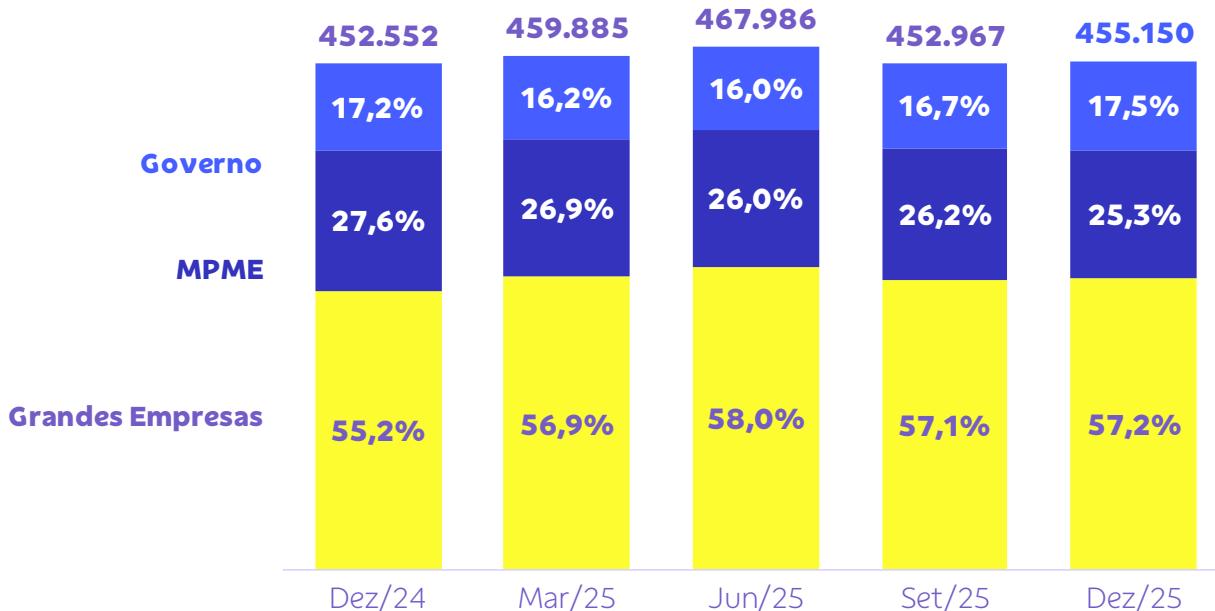
Tabela 50. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica – R\$ milhões

	Dez/24	Part. %	Set/25	Part. %	Dez/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
II) Carteira de Crédito (a)	421.259	93,1	403.312	89,0	402.207	88,4	(4,5)	(0,3)
Capital de Giro Amplo ¹	164.003	36,2	157.664	34,8	154.804	34,0	(5,6)	(1,8)
Capital de Giro ¹	137.620	30,4	136.036	30,0	131.253	28,8	(4,6)	(3,5)
Recebíveis	21.784	4,8	16.703	3,7	18.941	4,2	(13,0)	13,4
Conta Garantida	4.187	0,9	4.435	1,0	4.174	0,9	(0,3)	(5,9)
Cheque Especial	412	0,1	490	0,1	436	0,1	6,0	(11,0)
Investimento¹	109.969	24,3	106.333	23,5	110.805	24,3	0,8	4,2
ACC/ACE	29.418	6,5	27.295	6,0	26.253	5,8	(10,8)	(3,8)
Composição de Dívidas²	23.380	5,2	22.489	5,0	20.490	4,5	(12,4)	(8,9)
Grandes Empresas	8.837	2,0	9.213	2,0	9.167	2,0	3,7	(0,5)
MPME	14.543	3,2	13.276	2,9	11.324	2,5	(22,1)	(14,7)
TVM com Característica de Crédito	74.818	16,5	65.714	14,5	64.947	14,3	(13,2)	(1,2)
Cartão de Crédito	7.168	1,6	7.849	1,7	7.558	1,7	5,4	(3,7)
Crédito Imobiliário	3.621	0,8	4.390	1,0	4.662	1,0	28,7	6,2
Demais	8.883	2,0	11.578	2,6	12.689	2,8	42,9	9,6
II) TVM Priv. s/Carac. Créd. e Garantias (b)³	31.292	6,9	49.655	11,0	52.943	11,6	69,2	6,6
II) Carteira de Crédito Expandida (a+b)³	452.552	100,0	452.967	100,0	455.150	100,0	0,6	0,5

(1) Em março/25, série reprocessada, entre capital de giro e investimentos; (2) Composta por créditos reestruturados e créditos renegociados, de acordo com os critérios da Res. 4.966/21; (3) Série reprocessada para adequação aos critérios da Resolução CMN nº 4.966/21.

Figura 34. Carteira de Crédito Expandida Pessoa Jurídica – R\$ milhões

(1) Série reprocessada, entre capital de giro e investimentos; (2) Série reprocessada para adequação aos critérios da Resolução CMN nº 4.966/21.

Figura 35. Segmentação da Carteira de Crédito Expandida Pessoa Jurídica¹ – R\$ milhões

(1) Série reprocessada para adequação aos critérios da Resolução CMN nº 4.966/21 e para refletir a reclassificação de TVMs com Característica de Crédito para a Carteira de Crédito.

Crédito para Grandes Empresas

Enquadram-se no segmento grandes empresas aquelas com faturamento bruto anual superior a R\$ 200 milhões.

A carteira expandida de Grandes Empresas encerrou dezembro/25 com saldo de R\$ 260,4 bilhões, com crescimento de 0,6% no trimestre e de 4,3% em 12 meses.

TVM Privados e Garantias

Os principais instrumentos de TVM Privados utilizados pelas Grandes Empresas para financiamento dos seus negócios são debêntures, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Debêntures

As debêntures são títulos privados representativos de dívida das Sociedades Anônimas de capital aberto ou fechado ("S.A.") e o principal instrumento de captação de recursos no mercado de capitais.

Para as Grandes Empresas, as emissões de debêntures são fontes competitivas de captação de recursos quando comparado com as linhas de créditos tradicionais, por apresentarem muitas vezes menor custo de captação.

Para os investidores das debêntures, estas costumam oferecer bons rendimentos, em geral indexado ao CDI ou à Índices de Preços.

Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)

Os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios representam uma comunhão de recursos que destinam uma parcela do seu patrimônio líquido para aplicação em direitos creditórios provenientes de operações comerciais, industriais, imobiliárias, financeiras ou de prestação de serviços que as empresas têm a receber, como duplicatas, contratos, cheques, entre outros.



O direito desses créditos é negociável, ou seja, a Grande Empresa cede ao fundo, antecipando o recebimento do recurso, cuja antecipação é descontada por uma taxa variável com o risco de crédito desses recebíveis, otimizando a gestão de caixa sem a necessidade de elevar seu grau de endividamento.

Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são títulos lastreados em créditos imobiliários, representativos de parcelas de um direito creditório pertencente a uma Grande Empresa.

Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

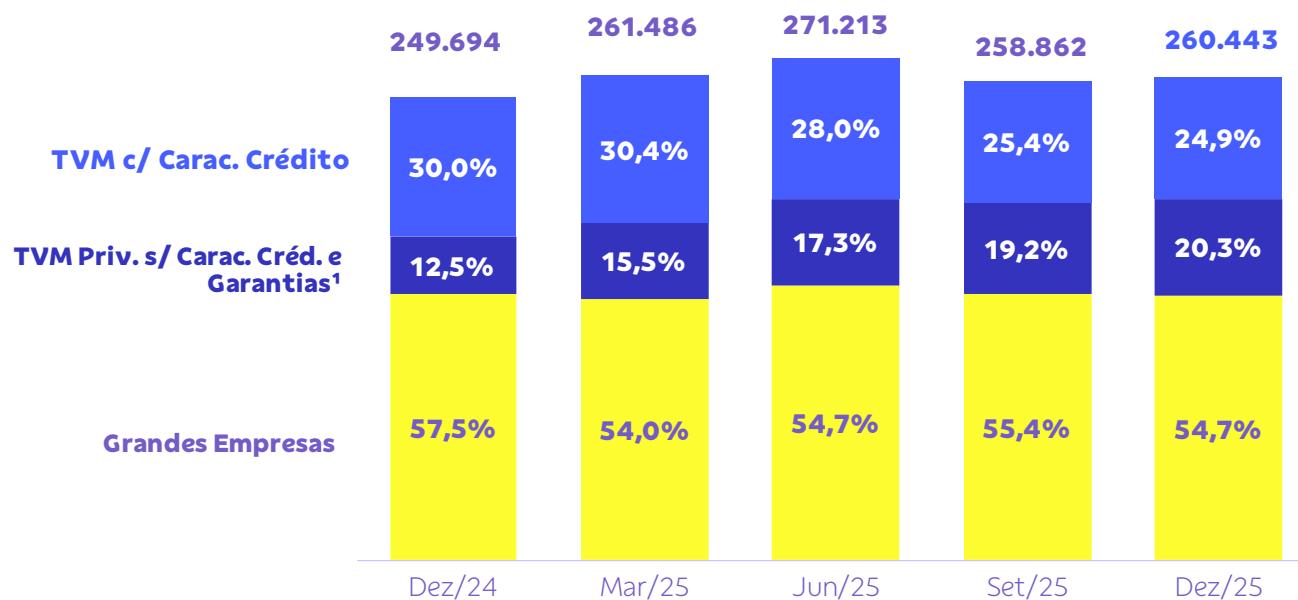
Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio são títulos lastreados em direitos creditórios originários

Figura 36. Carteira de Crédito Grandes Empresas Expandida– R\$ milhões

de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, relacionados ao financiamento das atividades do agronegócio.

Prestação de Garantias

Dentre os negócios voltados à prestação de garantias, uma importante frente de atuação é a de fianças *completion* no âmbito de *Project Finance*. Trata-se de prestação de fiança destinada a garantir os credores de projetos de investimento durante a fase de implantação dos empreendimentos. Destaca-se nessa frente o apoio do BB a projetos de infraestrutura, sobretudo os de geração de energia renovável (eólica e solar, principalmente).





Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME)

Enquadram-se no segmento micro, pequenas e médias empresas aquelas com faturamento bruto anual inferior a R\$ 200 milhões.

A carteira de crédito MPME encerrou dezembro/25 com saldo de R\$ 115,2 bilhões (-2,8% t/t e -7,9% a/a). Na comparação anual, destaque para conta garantida (+4,5% a/a) e para o crédito imobiliário (+15% a/a). Do saldo dessa carteira, 99,5% estão aplicados junto aos correntistas com tempo de relacionamento superior a dois anos.

Destaque para o crescimento dos desembolsos de R\$ 6,1 bilhões no 4T25 e R\$ 20,1 bilhões em 2025 em fundos garantidores destinados exclusivamente às linhas Pronampe e PEAC FGI, crescimento de 29% t/t e 63% a/a, fortalecendo a qualidade das operações e melhorando o mix da carteira.

Tabela 51. Carteira de Crédito MPME¹ – R\$ milhões

	Dez/24	Part. %	Set/25	Part. %	Dez/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Carteira de Crédito	125.034	100,0	118.540	100,0	115.192	100,0	(7,9)	(2,8)
Capital de Giro Amplo	83.995	67,2	77.862	65,7	75.553	65,6	(10,0)	(3,0)
Capital de Giro	74.601	59,7	68.978	58,2	67.448	58,6	(9,6)	(2,2)
Recebíveis	5.570	4,5	4.604	3,9	4.103	3,6	(26,3)	(10,9)
Conta Garantida	3.417	2,7	3.796	3,2	3.571	3,1	4,5	(5,9)
Cheque Especial	407	0,3	484	0,4	431	0,4	5,9	(10,9)
Investimento	11.926	9,5	11.825	10,0	11.891	10,3	(0,3)	0,6
Composição de Dívidas¹	14.543	11,6	13.276	11,2	11.324	9,8	(22,1)	(14,7)
ACC/ACE	5.245	4,2	4.383	3,7	4.460	3,9	(15,0)	1,8
Cartão de Crédito	4.333	3,5	4.278	3,6	4.426	3,8	2,1	3,4
Crédito Imobiliário	1.109	0,9	1.163	1,0	1.275	1,1	15,0	9,6
Demais	3.884	3,1	5.754	4,9	6.263	5,4	61,3	8,9

(1) Composta por créditos reestruturados e créditos renegociados, de acordo com os critérios da Res. N° 4.966/21.

Crédito para Governo

O Banco do Brasil apoia os estados, o Distrito Federal e os municípios em suas demandas, no financiamento de programas de investimento voltados à melhoria da qualidade e transparência da gestão pública, mobilidade urbana, saúde, educação e segurança pública, gerando benefícios efetivos para a população e contribuindo para o desenvolvimento do país.

Em dezembro/25 a carteira Governo totalizou R\$ 79,5 bilhões, crescimento de 2,2% em 12 meses. Foram desembolsados R\$ 10,7 bilhões no trimestre e R\$ 20,5 bilhões no ano em operações de crédito com estados e municípios para viabilizar a execução de

programas de investimentos constantes do plano plurianual. A maior parte das operações com o Setor Público contam com garantia do Tesouro.

De acordo com a Resolução Bacen nº 229/2022, artigo 23, deve ser aplicado o Fator de Ponderação de Risco (FPR) de 0% à parcela de exposição coberta por operações de crédito com garantias prestadas pelo Tesouro Nacional, não havendo assim, comprometimento de capital.

A carteira de governo tem uma participação importante de créditos repassados em moeda estrangeira, o que implica em variações de saldo em função do comportamento do câmbio.

Concentração PJ por Macrossetor

A próxima tabela apresenta a concentração por macrossetores econômicos da carteira PJ e Agro PJ, considerando o Banco Múltiplo, as operações com TVM sem característica de crédito e garantia e a carteira externa. A carteira é constituída a partir das exposições com clientes conforme sua respectiva atividade econômica principal, sendo agregados conforme a estrutura macrossetorial adotada pelo BB.

Tabela 52. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ – R\$ milhões

	Dez/24	Part. %	Set/25	Part. %	Dez/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Total	555.817	100,0	538.333	100,0	544.292	100,0	(2,1)	1,1
Administração Pública	78.129	14,1	75.879	14,1	79.705	14,6	2,0	5,0
Agronegócio de Origem Vegetal	61.072	11,0	56.063	10,4	55.295	10,2	(9,5)	(1,4)
Serviços	55.270	9,9	49.097	9,1	54.945	10,1	(0,6)	11,9
Instituições e Serviços Financeiros	19.483	3,5	46.213	8,6	47.667	8,8	144,7	3,1
Petroleiro	36.020	6,5	39.499	7,3	35.297	6,5	(2,0)	(10,6)
Energia Elétrica	33.063	5,9	33.752	6,3	33.192	6,1	0,4	(1,7)
Transportes	28.370	5,1	24.270	4,5	25.204	4,6	(11,2)	3,8
Mineração e Metalurgia	28.816	5,2	24.507	4,6	24.145	4,4	(16,2)	(1,5)
Agronegócio de Origem Animal	25.279	4,5	19.554	3,6	20.872	3,8	(17,4)	6,7
Automotivo	24.061	4,3	21.649	4,0	19.547	3,6	(18,8)	(9,7)
Insumos Agrícolas	20.304	3,7	16.886	3,1	18.113	3,3	(10,8)	7,3
Comércio Varejista	20.544	3,7	16.993	3,2	16.561	3,0	(19,4)	(2,5)
Químico	18.743	3,4	16.845	3,1	16.285	3,0	(13,1)	(3,3)
Eletroeletrônico	16.961	3,1	14.688	2,7	13.744	2,5	(19,0)	(6,4)
Fornecedores da Construção Civil	16.393	2,9	13.499	2,5	13.079	2,4	(20,2)	(3,1)
Imobiliário	11.638	2,1	11.374	2,1	11.349	2,1	(2,5)	(0,2)
Papel e Celulose	7.391	1,3	10.858	2,0	10.727	2,0	45,1	(1,2)
Comércio Atacadista e Ind. Diversas	12.869	2,3	10.418	1,9	10.448	1,9	(18,8)	0,3
Têxtil e Confecções	11.063	2,0	9.289	1,7	8.712	1,6	(21,2)	(6,2)
Madeireiro e Moveleiro	7.243	1,3	6.539	1,2	7.404	1,4	2,2	13,2
Construção Pesada	5.118	0,9	5.762	1,1	5.736	1,1	12,1	(0,5)
Telecomunicações	5.987	1,1	5.558	1,0	5.345	1,0	(10,7)	(3,8)
Couro e Calçados	2.846	0,5	2.294	0,4	2.371	0,4	(16,7)	3,4
Bebidas	1.675	0,3	1.450	0,3	2.126	0,4	26,9	46,6
Demais Atividades	7.479	1,3	5.396	1,0	6.421	1,2	(14,1)	19,0
Total	555.817	100,0	538.333	100,0	544.292	100,0	(2,1)	1,1
Carteira de Crédito Interna	360.202	64,8	439.735	81,7	443.367	81,5	23,1	0,8
Carteira de Crédito Externa	38.588	6,9	35.415	6,6	35.004	6,4	(9,3)	(1,2)
Garantias + TVM	157.027	28,3	63.183	11,7	65.920	12,1	(58,0)	4,3



Qualidade do Crédito PJ

A tabela a seguir detalha o saldo da carteira de crédito PJ por estágio e da perda esperada por estágio.

Tabela 53. Carteira de Crédito PJ¹ e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões

	Set/25			Dez/25				
	Carteira de Crédito		Perda Esperada	Carteira de Crédito		Perda Esperada		
	Saldo (a)	Saldo (b)	(b)/(a) - %	Saldo (a)	Δ% s/ Set/25	Saldo (b)	Δ% s/ Set/25	(b)/(a) - %
Estágio 1	360.847	1.575	0,4	362.103	0,3	1.649	4,7	0,5
Estágio 2	7.918	2.023	25,6	8.303	4,9	2.006	(0,9)	24,2
Estágio 3	34.547	24.799	71,8	31.802	(7,9)	22.564	(9,0)	71,0
Total	403.312	28.396	7,0	402.207	(0,3)	26.219	(7,7)	6,5

(1) A carteira de crédito foi revisada desde o 4T24, passando a incluir no seu saldo os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito.

Figura 37. Participação¹ dos Estágios na Carteira de Crédito PJ²

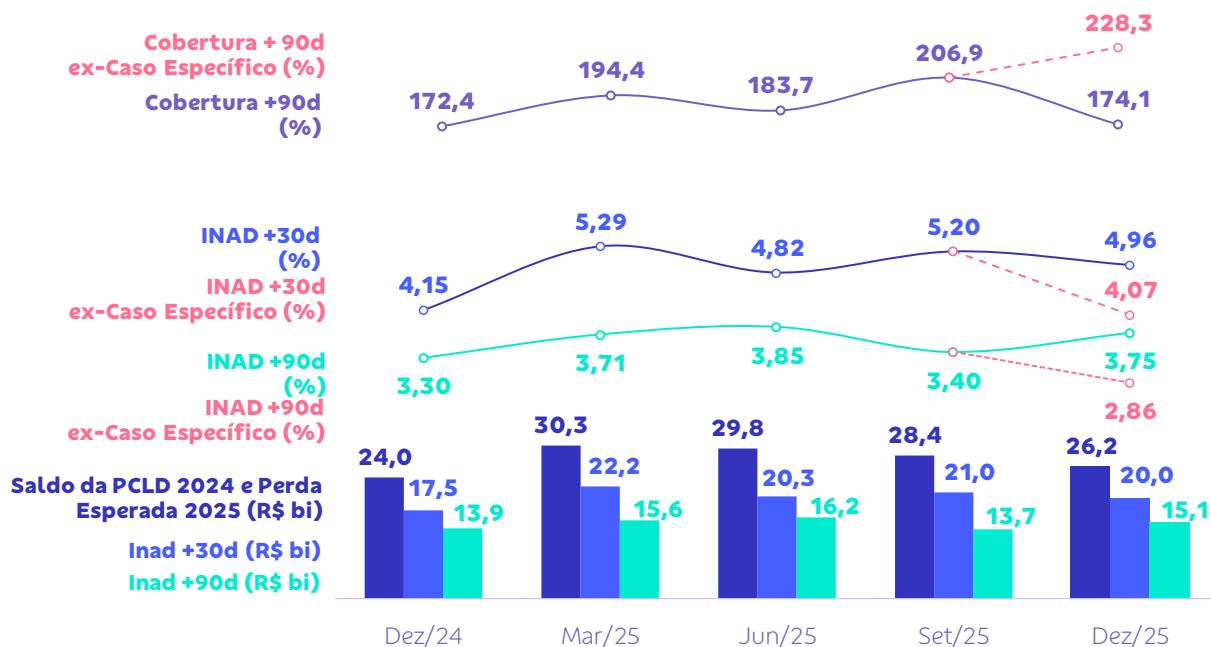


(1) Saldo da carteira no estágio sobre a carteira total. (2) A carteira de crédito foi revisada desde o 4T24, passando a incluir no seu saldo os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito.

O índice de inadimplência acima de 90 dias – INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito) encerrou dezembro/25 em 3,75% impactado por um caso específico na carteira de TVM de cliente do segmento Atacado de R\$ 3,6 bilhões. Caso este caso fosse desconsiderado, o índice seria de 2,86% e a cobertura de 228,3%, ante 174,1%. A INAD+30d, que atingiu 4,96%, seria de 4,07% sem o caso específico.

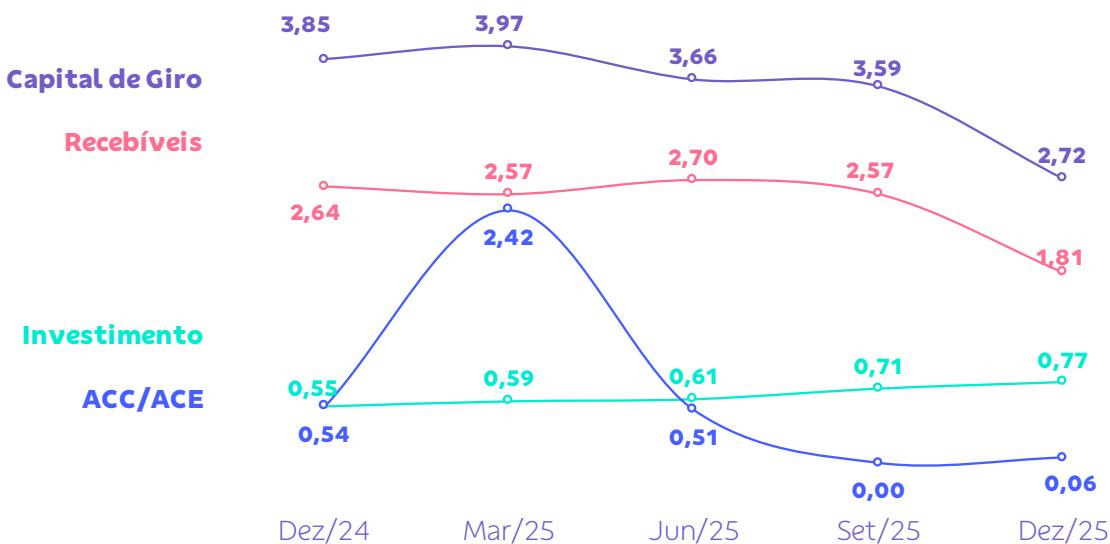
Quando se considera apenas o segmento MPME, a inadimplência das operações vencidas há mais de 90 dias foi de 9,08% e apartando a linha de composição de dívidas desta carteira, a inadimplência seria de 5,69%.

Figura 38. INAD +30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito PJ^{1 2} – %



(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados de acordo com a Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024. (2) A carteira de crédito foi revisada desde o 4T24, passando a incluir no seu saldo os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito.

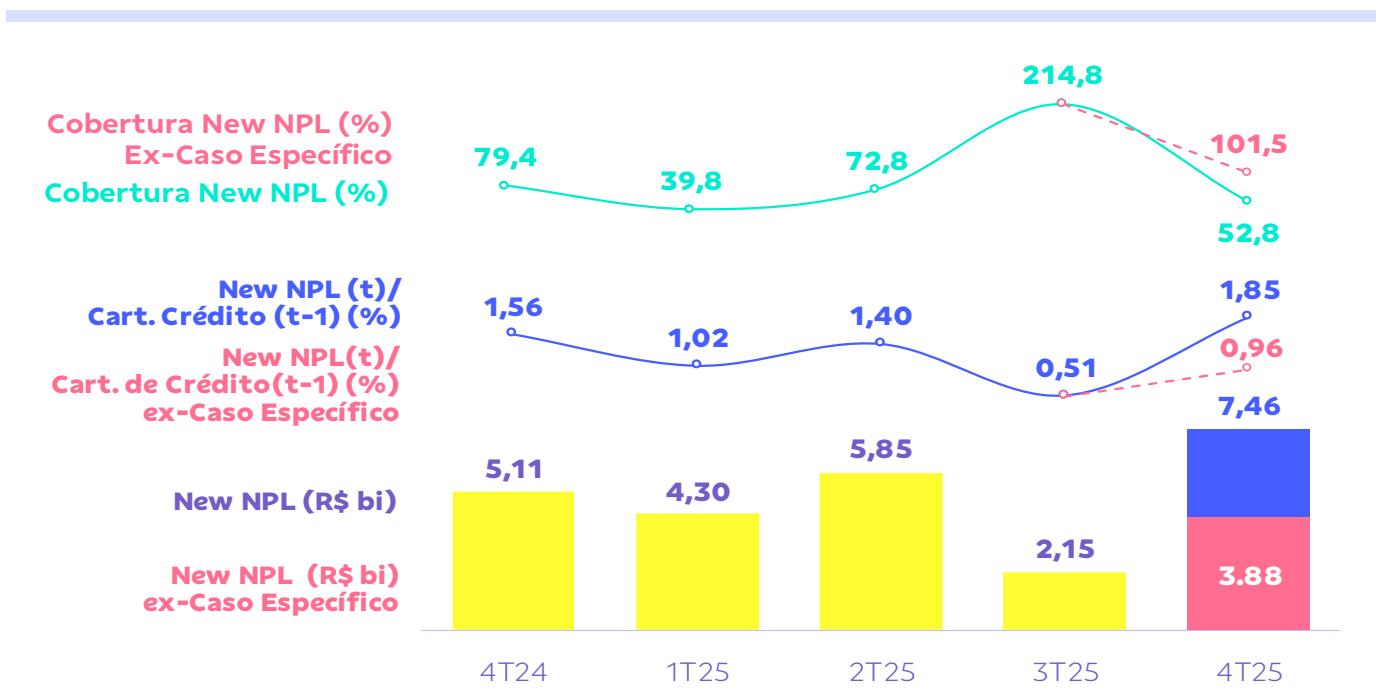
Figura 39. INAD. +90d Carteira de Crédito BB PJ – em % por Linha de Crédito¹



(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados de acordo com a Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.

A formação da inadimplência (New NPL) da Carteira PJ alcançou R\$ 7,5 bilhões e a sua cobertura encerrou dezembro/25 em 52,8% impactados por um caso específico na carteira de TVM Pessoa Jurídica. Desconsiderando esse caso, os valores seriam R\$ 3,9 bilhões e 101,5%, respectivamente.

Figura 40. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica^{1 2}



(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados de acordo com a Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024. (2) A carteira de crédito foi revisada desde o 4T24, passando a incluir no seu saldo os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito.

Crédito Agro

No 4T25, os saldos de CPR e CDCA foram reclassificados da Carteira Expandida para a Carteira de Crédito. As séries foram reprocessadas até o 4T24 para permitir comparabilidade.

Além disso, foi criada nova linha de modo a evidenciar os saldos referentes ao BB Regulariza Agro, programa criado no âmbito da MP 1.314/25.

Tabela 54. Carteira de Crédito de Agronegócios – R\$ milhões

	Dez/24	Part. %	Set/25	Part. %	Dez/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Carteira de Crédito	397.710	100,0	398.790	100,0	406.133	100,0	2,1	1,8
Crédito Rural	353.263	88,8	355.029	89,0	367.029	90,4	3,9	3,4
Custeio Agropecuário ¹	105.177	26,4	108.481	27,2	96.314	23,7	(8,4)	(11,2)
Investimento Agropecuário ¹	84.140	21,2	86.497	21,7	82.338	20,3	(2,1)	(4,8)
Pronaf	66.281	16,7	67.725	17,0	68.855	17,0	3,9	1,7
FCO Rural	34.113	8,6	36.747	9,2	38.200	9,4	12,0	4,0
Comercialização Agropecuária	15.206	3,8	8.434	2,1	6.812	1,7	(55,2)	(19,2)
Pronamp ¹	34.991	8,8	33.262	8,3	35.606	8,8	1,8	7,0
BNDES/Finame Rural ¹	6.356	1,6	7.413	1,9	7.311	1,8	15,0	(1,4)
Industrialização	4.279	1,1	4.048	1,0	6.663	1,6	55,7	64,6
Demais	2.719	0,7	2.422	0,6	2.374	0,6	(12,7)	(2,0)
BB Regulariza Agro (MP 1314)	–	–	–	–	22.557	5,6	–	–
Crédito Agroindustrial	2.706	0,7	3.608	0,9	4.815	1,2	77,9	33,5
CPR	34.138	8,6	33.849	8,5	28.339	7,0	(17,0)	(16,3)
CDCA	7.602	1,9	6.304	1,6	5.950	1,5	(21,7)	(5,6)

(1) Série reprocessada para refletir a migração de parte das operações de Custeio, Investimento e BNDES para Pronamp e migração das operações de Baixo Carbono para a linha de Investimento.

A tabela a seguir demonstra o saldo da carteira do agronegócio segregado conforme o porte do cliente.

Tabela 55. Carteira de Crédito de Agronegócios por Porte – R\$ milhões

	Dez/24	Part. %	Set/25	Part. %	Dez/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Carteira de Crédito (a)	397.710	100,0	398.790	100,0	406.133	100,0	2,1	1,8
Médio e Grande Produtor	268.108	67,4	267.405	67,1	272.212	67,0	1,5	1,8
Pequeno Produtor	74.372	18,7	77.130	19,3	80.054	19,7	7,6	3,8
Empresas	6.218	1,6	8.782	2,2	12.198	3,0	96,2	38,9
Cooperativas Agropecuárias	7.272	1,8	5.320	1,3	7.380	1,8	1,5	38,7
CPR (b)	34.138	8,6	33.849	8,5	28.339	7,0	(17,0)	(16,3)
CDCA (c)	7.602	1,9	6.304	1,6	5.950	1,5	(21,7)	(5,6)

A tabela a seguir detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por tipo de item financiado.

Tabela 56. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado – R\$ milhões

	Dez/24	Part. %	Set/25	Part. %	Dez/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Carteira de Crédito	397.710	100,0	398.790	100,0	406.133	100,0	2,1	1,8
Crédito Rural	353.262	88,8	355.029	89,0	367.029	90,4	3,9	3,4
Bovinocultura	89.126	22,4	90.644	22,7	86.366	21,3	(3,1)	(4,7)
Carne	66.700	16,8	68.337	17,1	64.663	15,9	(3,1)	(5,4)
Leite	22.426	5,6	22.307	5,6	21.703	5,3	(3,2)	(2,7)
Máquinas e Implementos	58.656	14,7	56.057	14,1	54.142	13,3	(7,7)	(3,4)
Soja	49.181	12,4	41.562	10,4	39.733	9,8	(19,2)	(4,4)
Armazenagem	15.979	4,0	17.312	4,3	17.503	4,3	9,5	1,1
Milho	20.316	5,1	17.494	4,4	16.397	4,0	(19,3)	(6,3)
Melhoramento do Solo	15.231	3,8	15.813	4,0	15.531	3,8	2,0	(1,8)
Pastagem	10.119	2,5	10.522	2,6	10.231	2,5	1,1	(2,8)
Café	11.074	2,8	11.430	2,9	9.846	2,4	(11,1)	(13,9)
Avicultura	5.343	1,3	6.037	1,5	6.453	1,6	20,8	6,9
Cana-de-açúcar	4.537	1,1	4.807	1,2	4.357	1,1	(4,0)	(9,4)
Arroz	3.139	0,8	2.678	0,7	2.474	0,6	(21,2)	(7,6)
Suinocultura	2.748	0,7	2.457	0,6	2.437	0,6	(11,3)	(0,8)
Algodão	2.221	0,6	1.984	0,5	2.426	0,6	9,2	22,3
Caminhões/Veículos	2.457	0,6	2.320	0,6	2.173	0,5	(11,6)	(6,3)
Trigo	1.780	0,4	1.471	0,4	1.308	0,3	(26,5)	(11,1)
Eucalipto/Pinus/Florestas	1.060	0,3	1.203	0,3	1.260	0,3	18,9	4,7
BB Regulariza Agro (MP 1.314/25)	-	-	-	-	22.557	5,6	-	-
Demais	60.296	15,2	71.238	17,9	71.835	17,7	19,1	0,8
Crédito Agroindustrial	2.707	0,7	3.608	0,9	4.815	1,2	77,9	33,5
CPR	34.138	8,6	33.849	8,5	28.339	7,0	(17,0)	(16,3)
CDCA	7.602	1,9	6.304	1,6	5.950	1,5	(21,7)	(5,6)

Durante os primeiros seis meses do Plano Safra 25/26 (julho/25 a dezembro/25), o Banco do Brasil desembolsou R\$ 103,9 bilhões em crédito ao agronegócio, além de R\$ 12,3 bilhões em linhas para a cadeia de valor do agro.

Foram mais de 281 mil operações contratadas no primeiro semestre do Plano Safra, sendo 73% destinadas a agricultura familiar (PRONAF) e médios produtores (PRONAMP).

Tabela 57. Desembolsos por Segmento do Crédito Rural – R\$ milhões

	Safra 24/25	Safra 25/26	Δ% Safra 24/25
Total	114.752	103.850	(9,5)
Agricultura Empresarial	63.359	45.161	(28,7)
Agricultura Familiar – Pronaf	15.016	13.059	(13,0)
Médios Produtores – Pronamp	17.264	11.868	(31,3)
BB Regulariza Agro (MP 1.314/25)	-	22.260	-
Títulos Agro	19.114	11.502	(39,8)



Mitigadores de Risco

O Banco do Brasil estimula o uso de mecanismos mitigadores de risco na contratação das operações de custeio agrícola.

A estratégia de mitigação considera diversas informações, tais como o risco da atividade, a cultura a ser financiada e o local do financiamento. Essas informações permitem direcionar o mecanismo de

proteção mais adequado ao perfil de risco de cada operação e empreendimento agropecuário.

A tabela a seguir apresenta o histórico recente de utilização de mitigadores de risco na contratação de operações de custeio agrícola, para as respectivas safras.

Tabela 58. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola – R\$ milhões

	Safra 23/24	Part. %	Safra 24/25	Part. %	Safra 25/26	Part. %
Custeio Agrícola	47.921	100,0	36.267	100,0	23.434	100,0
Total com Mitigador	25.581	53,4	18.144	50,0	9.570	40,8
Seguro Agrícola	20.559	42,9	14.235	39,3	7.045	30,1
Proagro	4.933	10,3	3.829	10,6	2.501	10,7
Proteção de Preço	88	0,2	80	0,2	23	0,1
Sem Mitigador	22.340	46,6	18.123	50,0	13.865	59,2

Os riscos assumidos, em decorrência da contratação de seguro agrícola da safra, foram distribuídos da seguinte forma no 4T25: Brasilseg 23,5%; IRB Brasil Resseguros 19,1%; Hannover Ruck SE 16,5%; Arch Re 13,0%; Mapfre Re 11,5%, dentre outros.

Participação no Agronegócio

O Banco mantém-se historicamente como o principal agente financeiro do agronegócio no país, contribuindo de forma expressiva para o atendimento da demanda de crédito do segmento. Conforme dados do Banco Central do Brasil, em dezembro/25, o BB detinha 48,3% de participação nos financiamentos destinados ao setor. No crédito direto ao produtor rural (participação de mercado no crédito agro pessoa física), a participação de mercado é de 55,0%.

A distribuição das operações de agronegócios por região do País mostra a participação de cada uma delas no desempenho do crédito.

Tabela 59. Carteira de Crédito de Agronegócios por Região – %

Região	Dez/22	Dez/23	Dez/24	Dez/25
Centro-Oeste	34,2	34,9	34,7	34,0
Sul	23,9	22,6	22,6	22,8
Sudeste	23,8	23,2	22,5	23,4
Norte	9,0	9,7	10,1	9,7
Nordeste	9,1	9,6	10,1	10,1

Em dezembro/25 as operações caracterizadas como sustentáveis agro correspondiam a 42,4% do total da carteira de crédito agro.

Tabela 60. Composição da Carteira de Negócios Sustentáveis de Agronegócios – R\$ milhões

	Dez/24	Part. %	Set/25	Part. %	Dez/25	Part. %
Carteira de Negócios Sustentáveis - Agro	169.608	100,0	173.155	100,0	172.143	100,0
Boas Práticas Socioambientais	102.139	60,2	109.447	63,2	111.940	65,0
Pronaf Mais Alimentos	46.575	27,5	47.970	27,7	48.810	28,4
Investimentos	40.838	24,1	46.300	26,7	48.198	28,0
Pronaf Custeio	14.726	8,7	15.176	8,8	14.932	8,7
Agricultura de Baixo Carbono	67.469	39,8	63.708	36,8	60.203	35,0
Custeio Plantio Direto	57.418	33,9	53.011	30,6	49.183	28,6
Programa ABC/Renovagro	10.051	5,9	10.697	6,2	11.020	6,4

Qualidade do Crédito Agro

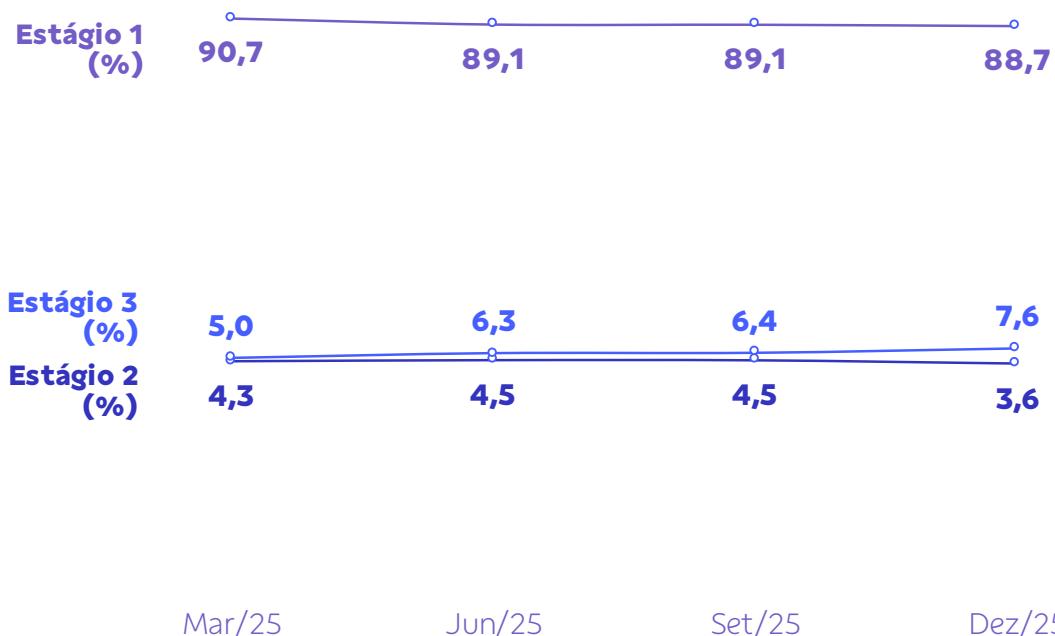
A tabela a seguir detalha o saldo da carteira de crédito Agro por estágio e da perda esperada por estágio.

Tabela 61. Carteira de Crédito Agro¹ e Perda Esperada por Estágio – R\$ milhões

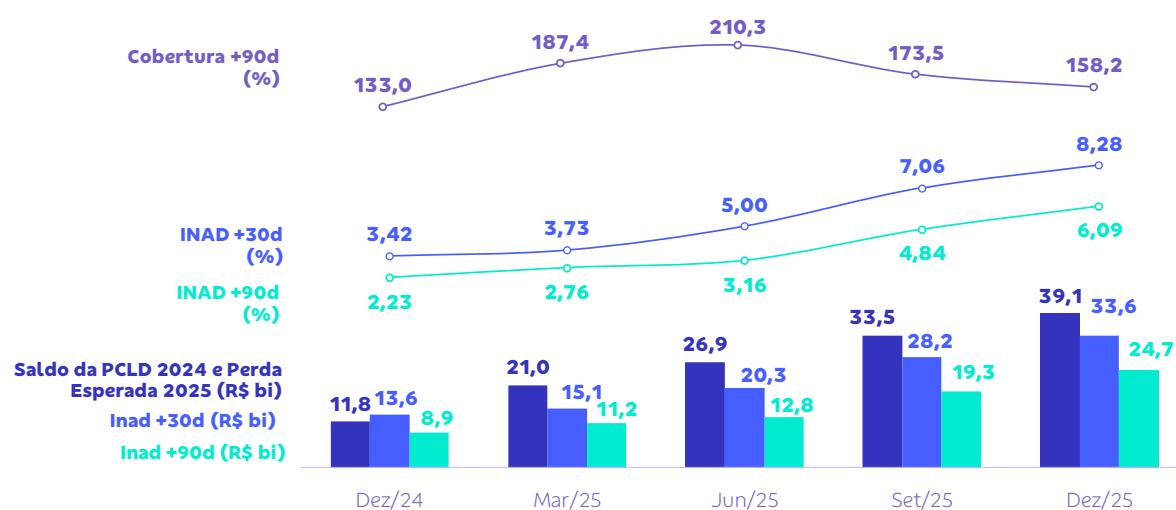
	Set/25			Dez/25				
	Carteira de Crédito	Perda Esperada		Carteira de Crédito		Perda Esperada		
		Saldo (a)	Saldo (b)	(b)/(a) - %	Saldo (a)	Δ% s/ Set/25	Saldo (b)	Δ% s/ Set/25
Estágio 1	355.206	6.099	1,7	360.299	1,4	8.817	44,6	2,4
Estágio 2	17.958	6.908	38,5	14.817	(17,5)	6.347	(8,1)	42,8
Estágio 3	25.626	20.494	80,0	31.017	21,0	23.967	16,9	77,3
Total	398.790	33.501	8,4	406.133	1,8	39.131	16,8	9,6

(1) A carteira de crédito foi revisada desde o 4T24, passando a incluir no seu saldo os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito (CPR e CDCA).

Figura 41. Participação¹ dos Estágios na Carteira de Crédito Agro²

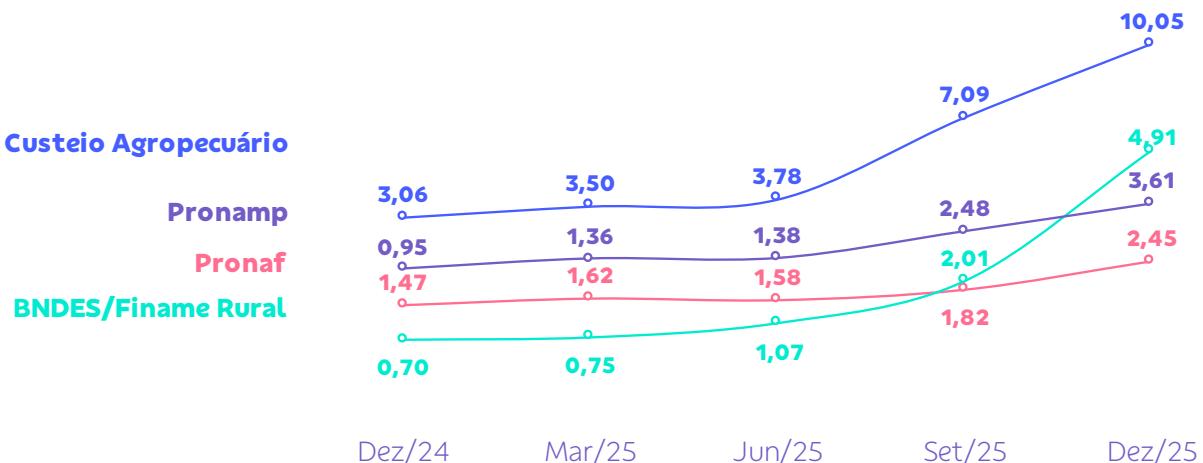


(1) Saldo da carteira no estágio sobre a carteira total. (2) A carteira de crédito foi revisada desde o 4T24, passando a incluir no seu saldo os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito (CPR e CDCA).

Figura 42. INAD+30d, INAD+90d e Índice de Cobertura da Carteira de Crédito Agro^{1 2 3} – %

(1) Os valores referentes 2025 foram elaborados de acordo com a Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024. (2) A carteira de crédito foi revisada desde o 4T24, passando a incluir no seu saldo os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito (CPR e CDCA). (3) O saldo da inadimplência das linhas de CPR e CDCA já constavam dos indicadores anteriormente divulgados. A inclusão dessas linhas no saldo da carteira a partir deste trimestre melhora a comparabilidade da qualidade da carteira.

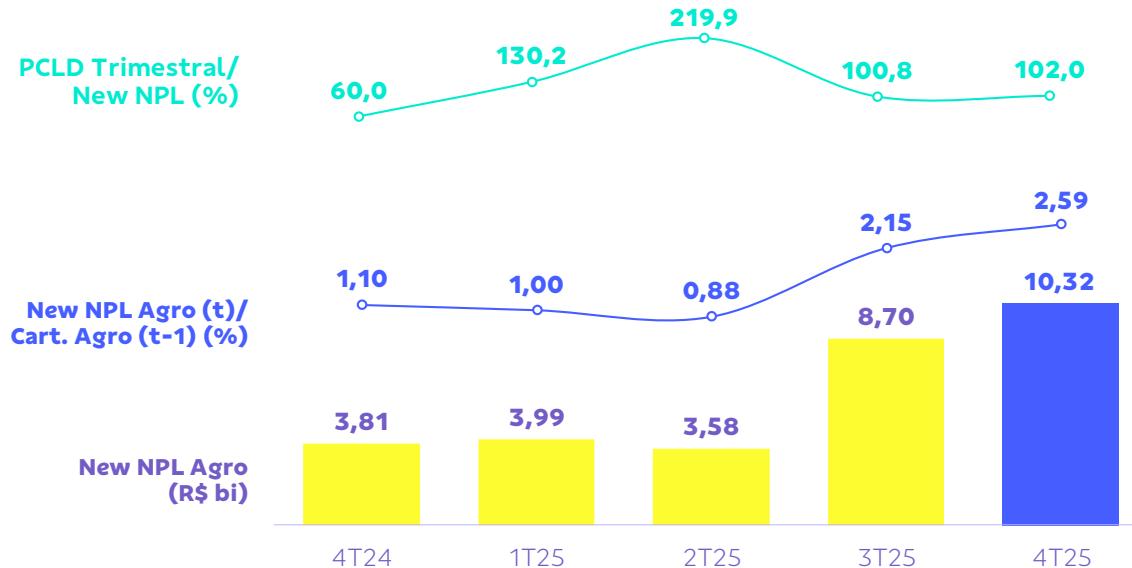
O gráfico a seguir detalha a inadimplência da Carteira Agro por linha de crédito.

Figura 43. INAD. +90d Carteira de Crédito de Agronegócios – em % por Linha de Crédito¹

(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados de acordo com a Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024.

A próxima figura detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito Agro. O índice encerrou o trimestre em 2,59%. A cobertura do New NPL foi de 102,0%.

Figura 44. New NPL – Carteira de Crédito de Agronegócios^{1 2}



(1) Os valores referentes a 2025 foram elaborados de acordo com a Resolução nº 4.966/21, enquanto os valores referentes a períodos anteriores seguem a regulação vigente até 31/12/2024. (2) A carteira de crédito foi revisada desde o 4T24, passando a incluir no seu saldo os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com características de crédito (CPR e CDCA).

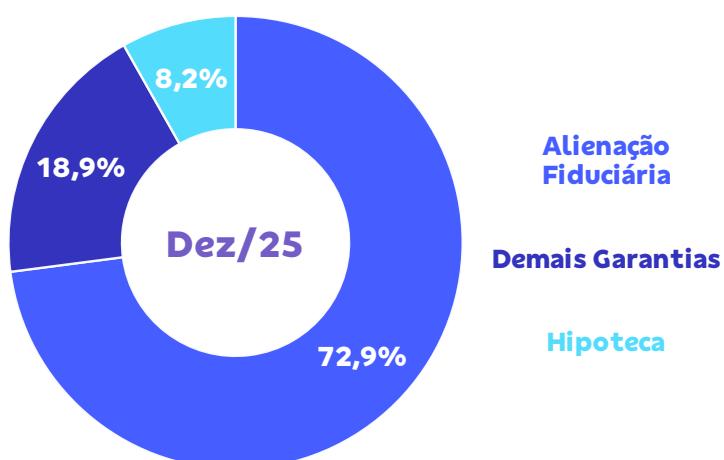
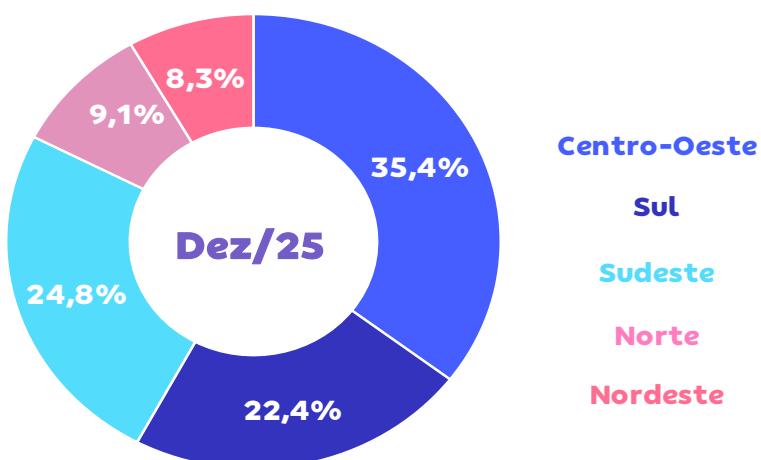
MP 1.314/25

Em 05/09/25 foi publicada a MP nº 1.314, que permitiu a disponibilização de linha de crédito rural destinada à liquidação ou amortização de dívidas de Produtores Rurais e Cooperativas agropecuárias (na qualidade de Produtor Rural), que tenham enfrentado dificuldade de fluxo de caixa, alto endividamento no SNCR e impossibilidade de quitação de operações de Crédito Rural e CPR devido a perdas acumuladas por eventos climáticos adversos.

O programa foi dividido em verticais: o BB Regulariza Dívidas Agro (Recursos Livres) e Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais (Recursos de fundo Social/BNDES), com prazos de pagamento de até 9 anos (com cobrança de juros no período de carência), amortizações semestrais ou anuais, além de garantias admitidas pelo Banco, dando preferência por imóveis, e sendo vedado penhor de safra futura e penhor de produto colhido.

Perfil das Operações

Até o final de dezembro/25, o Banco do Brasil atingiu o volume de R\$ 22,6 bilhões (93% em recursos livres), contemplando 15,3 mil clientes em 16,3 mil operações, sendo que 72,9% do volume destas teve como garantia a Alienação Fiduciária. Ainda, a razão de Perda Esperada sobre carteira é de 6,5%.

Figura 45. Distribuição das Garantias Vinculadas**Figura 46.** Distribuição de Saldo por Região

8. Captações

O montante de captações comerciais foi de R\$ 1,1 trilhão em dezembro/25, recuo trimestral de 1,9% e crescimento de 3,0% em 12 meses. Na comparação em 12 meses, destaque para o desempenho dos depósitos a prazo, com crescimento de 9,2%.

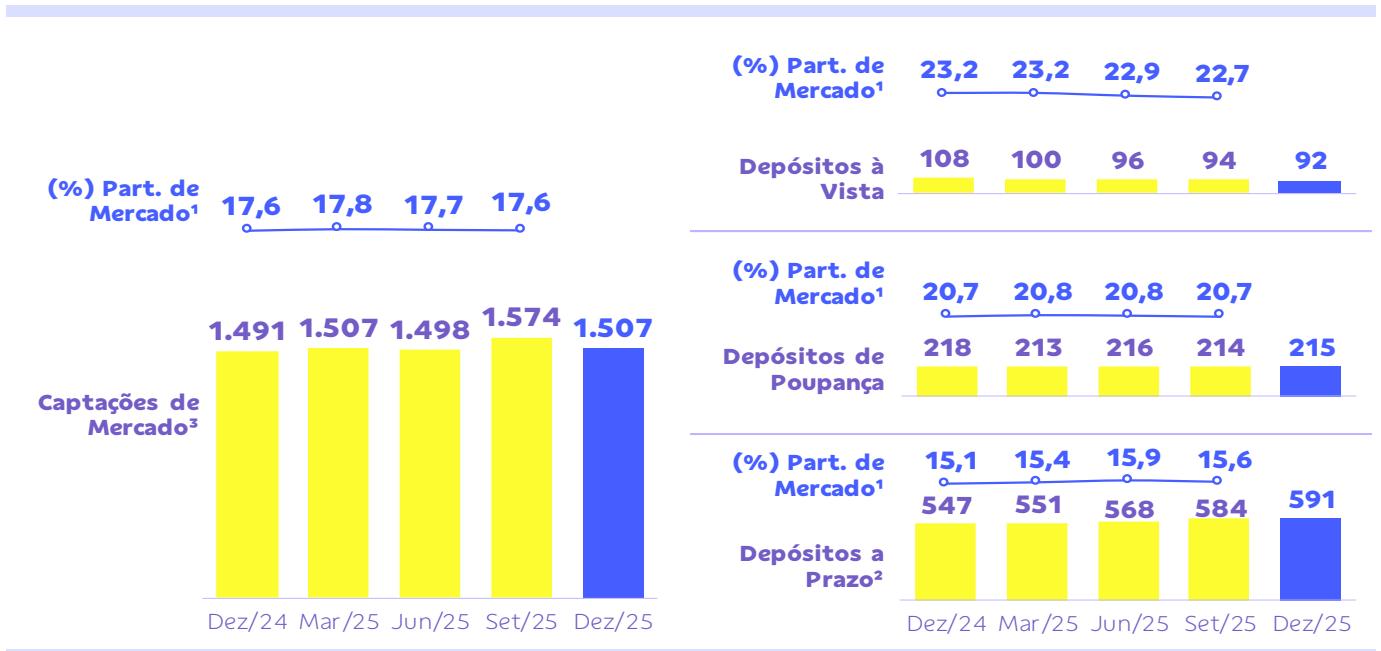
Volume e Market Share

Tabela 62. Captações Comerciais – R\$ milhões

	Dez/24	%	Set/25	%	Dez/25	%	Δ% A/A	Δ% T/T
Captações Comerciais	1.094.592	100,0	1.149.651	100,0	1.127.461	100,0	3,0	(1,9)
Depósitos a Prazo ¹	299.632	27,4	322.010	28,0	327.124	29,0	9,2	1,6
Depósitos Judiciais	247.815	22,6	261.748	22,8	263.612	23,4	6,4	0,7
Depósitos de Poupança	218.363	19,9	213.506	18,6	215.189	19,1	(1,5)	0,8
Letras de Crédito do Agronegócio	206.142	18,8	242.553	21,1	213.144	18,9	3,4	(12,1)
Depósitos à Vista	107.707	9,8	94.057	8,2	92.013	8,2	(14,6)	(2,2)
Letras de Crédito Imobiliário	14.707	1,3	15.436	1,3	16.104	1,4	9,5	4,3
Outros Recursos de Emissões	226	0,0	341	0,0	275	0,0	21,5	(19,4)

(1) Inclui o saldo de Outros Depósitos constante da Nota Explicativa 18 – Recursos de Clientes.

Figura 47. Participação de Mercado das Captações do BB – R\$ bilhões



(1) As informações sobre participação de mercado no Sistema Financeiro Nacional (SFN) são provenientes de relatórios do Bacen "Dados Selecionados de Entidades Supervisionadas", disponível em <https://www3.bcb.gov.br/ifdata>. Posição: setembro de 2025, última disponível; (2) Inclui os depósitos judiciais; (3) Considera depósitos totais e captações no mercado aberto.

A tabela a seguir mostra o saldo das captações institucionais do BB, que consistem, em sua maioria, nas emissões de títulos adquiridos por investidores qualificados.

Tabela 63. Captações Institucionais – R\$ milhões

	Dez/24	%	Set/25	%	Dez/25	%	Δ% A/A	Δ% T/T
Captações Institucionais	238.874	100,0	252.635	100,0	249.116	100,0	4,3	(1,4)
Obrig. de Emp., Cessões e Repasses	149.052	62,4	154.811	61,3	158.836	63,8	6,6	2,6
TVM no Exterior	44.681	18,7	30.900	12,2	31.463	12,6	(29,6)	1,8
Letras Financeiras	20.268	8,5	28.441	11,3	28.766	11,5	41,9	1,1
Dívidas Subordinadas no País	14.002	5,9	29.055	11,5	30.050	12,1	114,6	3,4
Dívidas Subordinadas no Exterior	10.870	4,6	9.428	3,7	—	—	—	—

As tabelas a seguir apresentam os saldos das captações no exterior (por modalidade e produto).

Tabela 64. Captações Comerciais no Exterior – Modalidade – US\$ milhões

	Dez/24	%	Set/25	%	Dez/25	%	Δ% A/A	Δ% T/T
Captações no Exterior	27.216	100,0	29.450	100,0	27.617	100,0	1,5	(6,2)
Depósitos e Emprést. Interbancários	8.607	31,6	10.963	37,2	10.619	38,5	23,4	(3,1)
Pessoa Jurídica	7.602	27,9	8.065	27,4	8.167	29,6	7,4	1,3
Tít. de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	7.111	26,1	5.852	19,9	4.110	14,9	(42,2)	(29,8)
Pessoa Física	3.147	11,6	3.181	10,8	3.350	12,1	6,4	5,3
Compromissadas	750	2,8	1.388	4,7	1.372	5,0	82,8	(1,2)

Tabela 65. Captações Comerciais no Exterior – Produto – US\$ milhões

	Dez/24	%	Set/25	%	Dez/25	%	Δ% A/A	Δ% T/T
Captações no Exterior	27.216	100,0	29.450	100,0	27.617	100,0	1,5	(6,2)
Depósitos a Prazo	8.720	32,0	10.329	35,1	9.726	35,2	11,5	(5,8)
Empréstimos	5.596	20,6	6.346	21,5	5.902	21,4	5,5	(7,0)
Tít. de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	7.111	26,1	5.852	19,9	4.110	14,9	(42,2)	(29,8)
Depósitos à Vista	2.065	7,6	1.742	5,9	1.876	6,8	(9,1)	7,7
Compromissadas	750	2,8	1.388	4,7	1.372	5,0	82,8	(1,2)
Call Account	939	3,5	1.230	4,2	1.565	5,7	66,6	27,2
Pledge	654	2,4	1.171	4,0	1.616	5,9	147,2	38,0
Depósitos de Poupança	1.130	4,2	1.111	3,8	1.186	4,3	5,0	6,8
Over	252	0,9	280	1,0	264	1,0	4,9	(5,7)



Fontes e Usos

Os indicadores apresentados na tabela a seguir demonstram a relação entre as fontes de captação e as aplicações dos recursos no Banco do Brasil. O BB busca diversificar suas fontes de captação, oferecendo alternativas atrativas aos clientes e que representem redução dos custos de captação para o Banco.

A carteira de crédito permanece sendo o principal destino dos recursos captados com participação de

97,9% do total de usos. A tabela também apresenta o indicador carteira de crédito ajustada sobre captações comerciais, que desconsidera o crédito com natureza de repasse.

Mais informações sobre a liquidez do Banco podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos do BB (RGR), disponível no site de [Relações com Investidores](#) do Banco do Brasil.

Tabela 66. Fontes e Usos – R\$ milhões

	Dez/24	%	Set/25	%	Dez/25	%	Δ% A/A	Δ% T/T
Fontes	1.217.768	100,0	1.281.748	100,0	1.256.560	100,0	3,2	(2,0)
Captações Comerciais	1.094.592	89,9	1.149.651	89,7	1.127.461	89,7	3,0	(1,9)
Depósitos a Prazo	547.447	45,0	583.758	45,5	590.736	47,0	7,9	1,2
Depósitos de Poupança	218.363	17,9	213.506	16,7	215.189	17,1	(1,5)	0,8
Letras de Crédito do Agronegócio	206.142	16,9	242.553	18,9	213.144	17,0	3,4	(12,1)
Depósitos à Vista	107.707	8,8	94.057	7,3	92.013	7,3	(14,6)	(2,2)
Letras de Crédito Imobiliário	14.707	1,2	15.436	1,2	16.104	1,3	9,5	4,3
Outros Recursos de Emissões	226	0,0	341	0,0	275	0,0	21,5	(19,4)
Captações Institucionais	238.874	19,6	252.635	19,7	249.116	19,8	4,3	(1,4)
Obrigações de Emp., Cessões e Repasses	149.052	12,2	154.811	12,1	158.836	12,6	6,6	2,6
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	44.681	3,7	30.900	2,4	31.463	2,5	(29,6)	1,8
Dívidas Subordinadas no País ¹	14.002	1,1	29.055	2,3	30.050	2,4	114,6	3,4
Letras Financeiras	20.268	1,7	28.441	2,2	28.766	2,3	17,9	1,1
Dívidas Subordinadas no Exterior	10.870	0,9	9.428	0,7	—	—	—	—
Depósitos no Banco Central	(115.698)	(9,5)	(120.538)	(9,4)	(120.016)	(9,6)	3,7	(0,4)
Usos	1.217.768	100,0	1.281.748	100,0	1.256.560	100,0	3,2	(2,0)
Carteira de Crédito	1.215.485	99,8	1.214.345	94,7	1.230.309	97,9	1,2	1,3
Recursos Disponíveis	2.283	0,2	67.403	5,3	26.251	2,1	—	(61,1)
Carteira de Crédito/Depósitos Totais	139,1		136,2		137,0		(2,1) p.p.	0,8 p.p.
Carteira de Crédito/Captações Comerciais	111,0		105,6		109,1		(1,9) p.p.	3,5 p.p.
Carteira de Crédito/Usos	99,8		94,7		97,9		(1,9) p.p.	3,2 p.p.

(1) Inclui o saldo da atualização e juros incidentes sobre o IHCD no País, no valor de R\$ 4.100 milhões em Dez/25.



A próxima tabela apresenta as letras financeiras no país, alinhadas com a estratégia de substituição de parte dos instrumentos de capital nível I no exterior por emissões no mercado local.

Tabela 67. Letras Financeiras Subordinadas no País – R\$ milhões

	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	Dez/25
Letras Financeiras Subordinadas					
	20	100% do CDI + 2,75%	2021	Perpétuo	21
	2.329	100% do CDI + 2,60%	2022	Perpétuo	2.441
	200	100% do CDI + 2,50%	2023	Perpétuo	217
	2.640	100% do CDI + 2,25%	2023	Perpétuo	2.762
	4.775	100% do CDI + 1,20%	2024	Perpétuo	5.396
	2.751	100% do CDI + 1,90%	2024	Perpétuo	3.149
	14.093	100% do CDI + 1,30%	2025	Perpétuo	15.694
	300	100% do CDI + 1,25%	2025	Perpétuo	335

A próxima tabela apresenta os títulos de renda fixa vigentes emitidos pelo Banco do Brasil, individualmente ou através de Sociedades de Propósito Específico (SPE), no mercado de capitais internacional.

O Banco do Brasil S.A. exerceu, em 15/10/2025, a opção de resgate (call option) da totalidade de seus títulos subordinados de nível I emitidos em 2013 com cupom 8,748% (Banbra 8,748% a.a.). O Banbra havia sido emitido no montante original de US\$ 2,0 bilhões, com o cupom de 6,25%.

Tabela 68. Emissões Vigentes no Exterior

Emissões do Banco do Brasil									
Data de Emissão	Data de Vencimento	Volume Emitido (US\$ mil)	Saldo Atual (US\$ mil)	Cupom e Frequência ¹ (% a.a.)	Preço de Emissão	Retorno para o Investidor (% a.a.)	Spread s/ US Treasury (bps)	Moeda Emissão	Rating S&P/Moody's/Fitch
30/09/2021	30/09/2026	750.000	750.000	3,250 S	100,000	3,250	244,5	USD	SR/ Ba2 / BB
11/01/2022	11/01/2029	500.000	500.000	4,875 S	99,561	4,950	328,7	USD	SR/ Ba2 / BB
18/04/2023	18/04/2030	750.000	750.000	6,25 S	98,612	6,500	301,8	USD	SR/ Ba2 / BB
18/03/2024	18/03/2031	750.000	750.000	6,00 S	98,323	6,300	220,0	USD	SR/ Ba2 / BB
Emissões em Sociedades de Propósito Específico									
Data de Emissão	Data de Vencimento	Volume Emitido (US\$ mil)	Saldo Atual (US\$ mil)	Cupom e Frequência ¹ (% a.a.)	Preço de Emissão	Retorno para o Investidor (% a.a.)	Spread s/ US Treasury (bps)	Moeda Emissão	Rating S&P/Moody's/Fitch
02/07/2019	15/06/2026	200.000	20.000	3,70 T	100,000	3,700	N/A	USD	BBB
06/12/2022	15/12/2029	750.000	600.000	2,75 + 3mSfr T	100,000	2,75 + 3mSfr T	N/A	USD	BBB
06/12/2022	15/12/2032	150.000	138.000	6,65 T	100,000	6,65 T	N/A	USD	BBB
09/12/2014	01/11/2034	500.000	500.000	2,92826 + 6mSfr T	100,000	2,92826 + 6mSfr T	N/A	USD	AA-
23/12/2015	16/12/2030	320.000	320.000	3,62826 + 6mSfr T	100,000	3,62826 + 6mSfr T	N/A	USD	AA-

(1) A: anual; S: semestral; T: trimestral.

9. Soluções Financeiras

O Banco do Brasil oferece aos seus clientes uma ampla variedade de soluções financeiras, que atendem às necessidades de pessoas e organizações.

O BB busca proporcionar a melhor experiência, de forma rápida e segura, por meio de sua rede de escritórios e canais digitais.

As soluções estão alinhadas às diferentes fases da vida e às demandas do público. Abrangem serviços de meios de pagamento, com portfólio para pessoa física, jurídica, agronegócio e governo. Incluem também gestão de recursos de terceiros, com variedade de produtos de investimento. Além disso, contemplam operações de mercado de capitais, importantes fontes de financiamento da atividade produtiva e instrumentos de captação. Por fim, oferecem a flexibilidade dos consórcios.



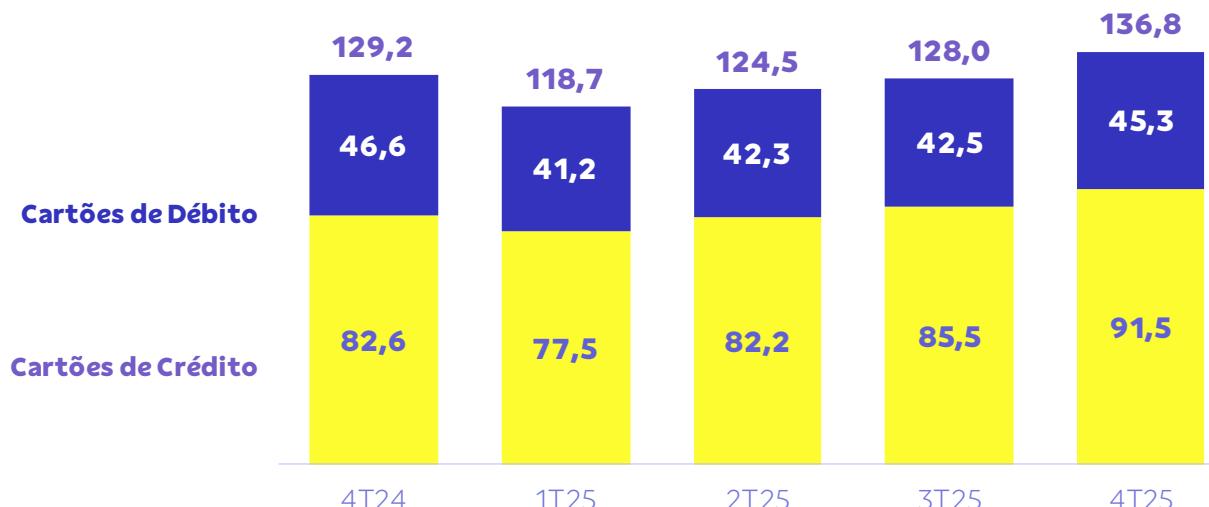
Meios de Pagamento

O Banco do Brasil tem papel relevante no mercado de meios de pagamento no país e busca manter essa posição ampliando seu portfólio de soluções, aprimorando processos e investindo em pessoas, inovação, tecnologia e desenvolvimento sustentável, sempre com o objetivo central de garantir a satisfação e a segurança dos seus milhões de clientes, que têm, à disposição, canais digitais e físicos para atendê-los de acordo com suas necessidades.

Cartão

Além de fonte de receita relevante, os cartões BB são produtos de alto valor agregado e potencializadores de recorrência com a base de clientes, funcionando como um canal para estreitar relacionamentos e abrir possibilidade de alavancar outros produtos. Eles promovem a bancarização e inclusão financeira, além de engajar e fidelizar clientes.

Figura 48. Faturamento dos Cartões BB – R\$ bilhões



Como parte da estratégia em cartões, o Banco trabalha para ampliar a base de clientes e melhorar a experiência com soluções inovadoras no contexto de soluções de pagamento e financiamento, aprimoramento do digital e integração com outros produtos do portfólio BB.

Tabela 69. Base de Cartões – Uso Recorrente¹ – milhões

	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T
Crédito	11,1	11,1	11,3	11,7	11,4	2,6	(2,4)
Débito	14,7	14,3	14,4	14,5	13,4	(8,8)	(7,0)

(1) Pelo menos uma utilização no trimestre.



Resultados com Negócios de Cartão

Para trazer uma melhor evidenciação dos resultados gerados pelos negócios de cartões, apresenta-se, tal como no trimestre anterior, o resultado do BB e das ELBBs ponderadas pela porcentagem de participação societária em cada investida, sendo de 49,99% em Livelo 49,99% em Alelo, 33,33% em Elo Serviços, 30,00% em Cateno e 29,17% na Cielo, no 4T25.

Tabela 70. Resultado com Negócios de Cartões – R\$ milhões

	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T
Receitas de Prestação de Serviços	3.346	3.267	3.415	3.581	3.517	5,1	(1,8)
Receita Financeira	1.830	2.062	2.228	2.437	2.888	57,8	18,5
Despesa Financeira ¹	(1.149)	(1.391)	(1.931)	(2.476)	(1.432)	24,6	(42,2)
Outras Receitas e Despesas ²	(1.260)	(1.657)	(1.789)	(1.928)	(1.045)	(17,1)	(45,8)
Tributos	(1.453)	(1.069)	(930)	(797)	(1.603)	10,3	101,1
Resultado Gerencial³	1.315	1.212	993	817	2.326	77,0	184,8

(1) Inclui a Perda Esperada. (2) Receita com Spread Cambial, Despesas com Programa de Relacionamento, com Bandeiras, de Processamento, Atendimento e do Serviço Prestado. (3) Consolidação do resultado líquido com emissão BB com as linhas de resultado das ELBBs de meios de pagamento.

Pix

No 4T25, o Pix manteve sua posição como protagonista na modernização dos pagamentos no Brasil. O crescimento contínuo das chaves Pix ativas mostra a ampla aceitação do sistema, que é o principal meio de pagamento no país desde 2023.

Nesse período, o BB registrou crescimento expressivo nas transações Pix, com aumento de 32% na quantidade e de 39% no volume financeiro em relação ao mesmo trimestre de 2024. Os dados reforçam a preferência de clientes pessoas físicas e jurídicas pelo canal mobile, responsável por 96% das operações, com movimentação superior a R\$ 472 bilhões em 1,1 bilhão de operações.

BB Pay

O BB Pay e ITP (Iniciador de Transações de Pagamento) são parte de uma plataforma do BB que simplifica os recebimentos, oferecendo diversas soluções como links de pagamento, *Tap on Phone* e integração com APIs para e-commerces. Com essas soluções, empresas podem operar pagamentos digitais de forma segura e prática pelo App BB.

No 4T25, o BB Pay movimentou R\$ 5,1 bilhões em 5,9 milhões de transações efetivadas, nas diversas formas de utilização dessa plataforma. No ano de 2025, foram R\$ 17,7 bilhões em pagamentos, por meio de 20,3 milhões de transações. O volume de transações efetivadas no 4T25 foi 92% superior ao observado no 4T24.

O BB se destaca como um dos principais operadores no modelo ITP dentro do ecossistema de Open Finance, permitindo oferecer aos seus clientes uma experiência mais fluida e integrada na iniciação de pagamentos, sem a necessidade de intermediação tradicional, reforçando seu papel como agente de inovação no sistema financeiro.

Serviços de Cash Management

O BB oferece soluções integradas para pagamentos, recebimentos e conciliações que permitem às empresas gerenciar seus recursos financeiros de forma eficiente. Ao fim do trimestre foram registrados mais de 51 mil clientes

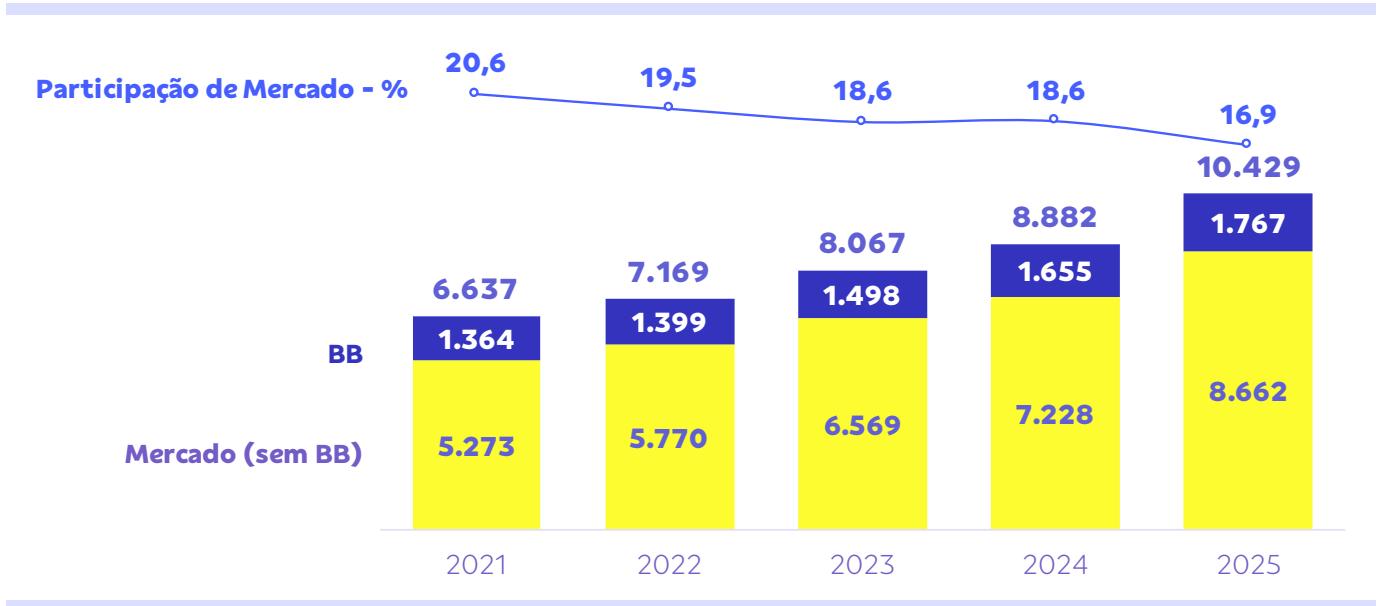
integrados via APIs de Cash, aumento de 46% em relação a 2024 e de 11% comparado ao 3T25, contando com mais de 156 parceiros estratégicos integrados via parcerias BaaS (Bank as a Service).

Gestão de Recursos de Terceiros

A BB Asset tem como principais atividades a gestão e a administração de fundos e carteiras administradas.

Os gráficos a seguir apresentam o saldo em recursos de terceiros geridos e administrados e a participação da BB Asset no Ranking de Gestão de Fundos de Investimento e no Ranking Global de Administração de Recursos da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA.

Figura 49. Gestão de Recursos e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: ANBIMA.

Figura 50. Administração Fiduciária e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: ANBIMA.



Em relação à segmentação por investidor, segundo o Ranking de Gestão da ANBIMA, a BB Asset permaneceu como líder nos segmentos: Investidores Institucionais, Poder Público, Varejo Tradicional e RPPS.

As tabelas a seguir apresentam a distribuição dos recursos sob gestão por segmento e classe ANBIMA.

Tabela 71. Fundos de Investimento por Segmento – R\$ milhões

	Dez/24	Part. %	Set/25	Part. %	Dez/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Total	1.654.859	100,0	1.768.534	100,0	1.766.734	100,0	6,8	(0,1)
Investidor Institucional	602.825	36,4	651.554	36,8	678.605	38,4	12,6	4,2
Poder Público	478.653	28,9	532.560	30,1	500.458	28,3	4,6	(6,0)
Corporate	177.451	10,7	164.544	9,3	147.299	8,3	(17,0)	(10,5)
Alta Renda	114.564	6,9	129.426	7,3	143.506	8,1	25,3	10,9
Varejo	98.224	5,9	99.286	5,6	98.200	5,6	(0,0)	(1,1)
RPPS	89.183	5,4	96.402	5,5	98.907	5,6	10,9	2,6
Demais	93.959	5,7	94.761	5,4	99.758	5,6	6,2	5,3

Fonte: ANBIMA.

Tabela 72. Fundos de Investimento por Classe ANBIMA¹ – R\$ milhões

	Dez/24	Part. %	Set/25	Part. %	Dez/25	Part. %	Δ% A/A	Δ% T/T
Fundos de Investimentos	1.654.859	100,0	1.768.534	100,0	1.766.734	100,0	6,8	(0,1)
Renda Fixa	1.107.468	66,9	1.224.517	69,2	1.219.662	69,0	10,1	(0,4)
Previdência	395.152	23,9	423.771	24,0	430.846	24,4	9,0	1,7
Multimercado	28.531	1,7	21.595	1,2	23.750	1,3	(16,8)	10,0
Ações	24.855	1,5	23.343	1,3	24.273	1,4	(2,3)	4,0
Outros ²	98.852	6,0	75.307	4,3	68.203	3,9	(31,0)	(9,4)

(1) Os dados acerca da distribuição por Classe ANBIMA são obtidos pelo Ranking de Gestão ANBIMA; (2) Inclui Cambial, FIP, FIDC, ETF, Fundo Imobiliário e Off Shore.
Fonte: ANBIMA.



Portfólio com características socioambientais

A BB Asset reafirma o compromisso com as boas práticas sociais, ambientais e de governança (ASG) e continua avançando na geração de negócios sustentáveis.

Atualmente, a BB Asset administra e gera vinte e nove fundos de investimento sustentáveis (IS) e onze fundos que integram questões ASG, de acordo com a Resolução CVM nº 175. A tabela a seguir contempla de maneira resumida o saldo dos recursos administrados nos 40 fundos com estratégia de investimento ASG, destacando-se que os fundos IS estão alinhados à Agenda 30 BB, bem como do fundo IS de distribuição ex-BB, fruto de parceria com a Régia Capital.

Tabela 73. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais – R\$ milhões

	Dez/24	Set/25	Dez/25	Δ% A/A	Δ% T/T
Total	4.068	14.233	15.664	285,0	10,1
Brasilprev TOP Estratégia JGP Equilíbrio PREV	1	3.588	3.686	-	2,7
BB Espelho JGP Institucional Equilíbrio	649	2.778	3.070	373,4	10,5
BB Espelho JGP Equilíbrio	1.917	3.222	2.927	52,7	(9,2)
Fundos IS Parceira Régia Capital – Distribuição ex-BB	–	2.025	2.192	-	8,2
BB Espelho SulAmérica Crédito ASG	244	864	1.752	618,2	102,7
BB Ações Governança	574	637	694	21,0	9,0
Brasilprev TOP ESG MM	–	385	419	-	8,9
BB Bromélia	–	122	239	-	96,2
BB Nordea Global Climate and Environment ¹	327	248	235	(28,0)	(5,1)
Demais	358	364	451	26,2	23,9

Fonte: Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Adicionalmente aos fundos com estratégia de investimento ASG listados acima, a BB Asset transfere 50% da taxa de administração do BB Renda Fixa Referenciado DI 50 FIC FI, 20% da taxa de administração do Fundo BB Ações Sustentabilidade IS, 10% da taxa de administração dos Fundos BB Multimercado Balanceado e BB Multimercado Balanceado Longo Prazo Private e 10% da taxa de administração do Fundo BB Ações Diversidade IS FIC FIA para a Fundação Banco do Brasil, onde são aplicados em projetos que visam contribuir com a transformação social e o desenvolvimento sustentável do país.



Mercado de Capitais

O mercado de capitais é uma das principais fontes de financiamento da atividade produtiva nas economias de todo o mundo. Os instrumentos de captação, além de viabilizarem o crescimento das empresas também contribuem para a geração e diluição do risco de novos investimentos.

O BB está presente com destaque no mercado de capitais brasileiro por meio de sua subsidiária integral, o BB – Banco de Investimento S.A. (BB-BI) e da Joint Venture UBS BB Investment Bank (UBS BB).

No 4T25, as empresas do conglomerado participaram de 83 operações no mercado de capitais, sendo 79 de renda fixa e quatro operações de fusão e aquisição. No ano, foram 231 operações, sendo 215 de renda fixa, três de renda variável e 13 operações de fusão e aquisição.

Os principais produtos e serviços abrangem Renda Fixa Mercado Doméstico e Securitização; Renda Fixa Mercado Internacional; Renda Variável e Assessoria em fusões, aquisições e financiamentos de projetos, incluindo consultoria em reorganizações societárias, colocações privadas e estruturação de financiamentos.

Consórcios

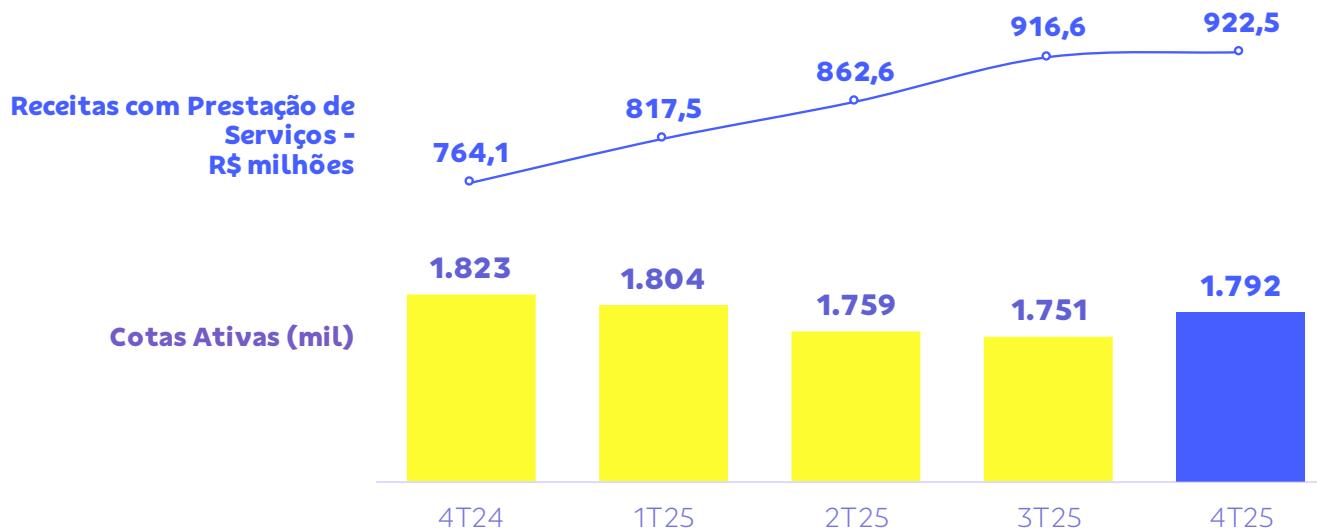
De acordo com os últimos dados divulgados pela Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios – ABAC, edição novembro/2025, o mercado de consórcios atingiu R\$ 467 bilhões em créditos comercializados ao longo de 2025, volume 32% maior em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Banco atua no mercado de consórcios por meio de sua subsidiária, a BB Administradora de Consórcios S.A., a qual apresentou carteira de 1,8 milhão de cotas ativas e apresenta participação de mercado, em

quantidade de cotas, consolidando-se como a maior administradora de consórcios entre as ligadas a instituições financeiras, bem como a líder de mercado em volume de carteira.

No 4T25, a BB Consórcios comercializou mais de 122 mil novas cotas de consórcio, alcançando um volume de negócios de R\$ 8,8 bilhões. O destaque continua sendo o segmento “Automóvel”, que registrou crescimento de 36% em relação ao 4T24. No ano, foram comercializadas 458,0 mil cotas, com um volume de R\$ 38,0 bilhões.

Figura 51. Consórcios – Receitas com Prestação de Serviços e Cotas Ativas



10. Outras Informações

Neste capítulo são apresentadas informações sobre os planos de benefícios dos funcionários do Banco do Brasil, bem como informações adicionais sobre a presença do BB no exterior.

Na primeira parte, são apresentadas informações sobre o ativo atuarial do Plano 1 da Previ e o passivo atuarial do plano de assistência administrado pela Cassi. Os valores são apurados semestralmente, com fundamento em laudo de avaliação atuarial e sua disponibilidade é condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em legislação e por autoridades reguladoras.

Na segunda parte, encontram-se as principais informações da rede BB no exterior e informações adicionais sobre o Banco Patagonia. A presença do BB no exterior tem por objetivo manter sua posição de referência para empresas e indivíduos brasileiros nos mercados internacionais.



Ativo e Passivo Atuarial

Previ

A mensuração do saldo atuarial do Plano é realizada semestralmente pelo Banco do Brasil (junho e dezembro) e contempla: (i) o montante do superávit/déficit para o final do semestre corrente; e (ii) a estimativa do resultado financeiro para o final do semestre subsequente, consideradas as projeções do custo do serviço corrente, contribuições, custos dos juros do passivo e rentabilidade dos ativos.

O BB efetua o reconhecimento antecipado mensal com base na estimativa de resultado financeiro do Plano para o final do semestre subsequente.

As variações mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

Tabela 74. Previ (Plano 1) – Composição dos Ativos – %

	Dez/24	Mar/25	Jun/25	Set/25	Dez/25
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Renda Fixa	64,0	64,0	64,0	66,6	69,3
Renda Variável	26,3	26,3	26,3	24,1	22,0
Investimentos Imobiliários	5,8	5,8	5,8	5,7	5,4
Empréstimos e Financiamentos	2,8	2,8	2,8	2,8	2,7
Outros	1,1	1,1	1,1	0,8	0,7
II Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos do Plano					
Em Instrumentos Financeiros Próprios da Entidade	4,8	4,8	4,8	4,7	4,3
Em Propried. ou Outros Ativos Utiliz. pela Entidade	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6

Tabela 75. Previ (Plano 1) – Principais Premissas Atuariais – %

	Dez/24	Mar/25	Jun/25	Set/25	Dez/25
Taxa Real de Desconto (a.a.)	10,7	10,7	6,8	9,5	9,8
Taxa Nominal de Retorno dos Investimentos (a.a.)	14,9	14,9	10,6	13,8	13,7

Tabela 76. Previ (Plano 1) – Efeitos da Contabilização da Resolução CVM 110/2022 – R\$ milhões

	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	182.839	182.839	191.481	191.481	202.191
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(129.071)	(129.071)	(142.875)	(142.875)	(139.573)
(c) Superávit/(Déficit) BB (a+b) x 0,5	26.884	26.884	24.303	24.303	31.309
(d) Saldo Inicial do Ativo Atuarial	24.036	26.884	28.023	24.303	25.282
(e) Resultado Financeiro Antecipado	697	977	977	821	821
(f) Contribuição de Fundos	208	162	162	158	210
(g) Remensuração Atuarial	1.943	–	(4.858)	–	4.995
(h) Saldo do Ativo/(Passivo) Atuarial¹	26.884	28.023	24.303	25.282	31.309

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit). Mais informações, NE 28 – Benefícios a Empregados.



Fundos de Destinação do Superávit Previ (Plano 1)

Tabela 77. Previ (Plano 1) – Fundos de Utilização¹ – R\$ milhões

	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Saldo Inicial	11.928	12.026	12.245	12.351	12.400
Contribuições ao Plano 1	(212)	(162)	(167)	(158)	(210)
Atualização	309	381	273	208	177
Saldo Final	12.026	12.245	12.351	12.400	12.368

(1) Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75 % a.a.).

Cassi

O BB é patrocinador do plano de assistência administrado pela Cassi, cujo principal objetivo é conceder auxílio para cobertura de despesas com a saúde dos associados e seus beneficiários inscritos.

A próxima tabela demonstra a evolução do passivo atuarial relacionado à Cassi, de acordo com a Resolução CVM 110/2022.

Tabela 78. Efeitos da Contabilização da Cassi – Resolução CVM 110/2022 – R\$ milhões

	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano ¹	–	–	–	–	361
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(8.459)	(8.459)	(9.333)	(9.333)	(9.166)
(c) Déficit² BB (a+b)	(8.459)	(8.459)	(9.333)	(9.333)	(8.805)
(d) Saldo Inicial do Passivo Atuarial	(9.952)	(8.459)	(8.535)	(9.333)	(9.423)
(e) Valores Reconhecidos no Resultado	(299)	(308)	(308)	(317)	(317)
(f) Contribuição BB ¹	489	–	476	–	874
(g) Remensuração Atuarial	1.303	232	(966)	227	61
(h) Saldo do Passivo Atuarial² (d+e+f+g)	(8.459)	(8.535)	(9.333)	(9.423)	(8.805)

(1) Reconhecimento do adiantamento das contribuições patronais sobre o 13º salário dos anos 2026 a 2028, como ativo garantidor do Plano de Associados da Cassi.

(2) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit). Mais informações, NE 28 – Benefícios a Empregados.



Negócios Internacionais

Atuando no exterior desde 1941, presente em pontos estratégicos de diversos países para a realização de serviços bancários, a rede externa do Banco conta com ampla experiência em mercados financeiros internacionais. O BB garante a todos os seus clientes, sejam eles instituições do setor público, empresas de todos os portes ou pessoas físicas, a solidez e a segurança de sempre mesmo fora do Brasil.

Em complemento a essa estrutura, o Banco do Brasil mantém acordo com outras instituições financeiras no exterior para atendimento aos seus clientes, contando com 500 bancos atuando como correspondentes do BB em 88 países.

Tabela 79. Rede de Atendimento no Exterior

Agências	Subagências	Unidades De Serviços Compartilhados
► Assunção – Paraguai	► Hamamatsu – Japão	► BB USA Servicing Center / Orlando – EUA
► Frankfurt – Alemanha	► Nagoia – Japão	► BB Europa Servicing Center / Lisboa – Portugal
► Grand Cayman – Ilhas Cayman		
► Londres – Inglaterra		
► Miami – Estados Unidos	► BB Americas, Inc. / Miami – Estados Unidos ¹	► Banco do Brasil Securities LLC – EUA
► Nova Iorque – Estados Unidos	► Banco Patagonia / Buenos Aires – Argentina ²	► BB Securities Ltd – Inglaterra
► Tóquio – Japão	► BB AG (Aktiengesellschaft) / Viena – Áustria ³	
► Xangai – China		

(1) O Banco do Brasil Americas, Inc. possui agências em Miami, Lighthouse Point, Orlando e Aventura; (2) O Banco Patagonia possui rede de distribuição física com 192 pontos de atendimentos e presença em todas as províncias da Argentina; (3) A BB AG possui sucursal em Lisboa.

Tabela 80. Consolidado no Exterior – Ativo – R\$ milhões

	Dez/24	Set/25	Dez/25	Δ% A/A	Δ% T/T
II Ativo	279.367	238.634	223.022	(20,2)	(6,5)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	73.495	49.244	48.800	(33,6)	(0,9)
Titulos e Valores Mobiliários	49.998	40.444	41.021	(18,0)	1,4
Operações de Crédito	64.752	60.297	64.100	(1,0)	6,3
Outros Ativos	7.793	13.476	7.867	0,9	(41,6)
Grupo BB	83.329	75.173	61.234	(26,5)	(18,5)

Tabela 81. Consolidado no Exterior – Passivo – R\$ milhões

	Dez/24	Set/25	Dez/25	Δ% A/A	Δ% T/T
II Passivo	279.367	238.634	223.022	(20,2)	(6,5)
Depósitos	82.133	78.692	80.104	(2,5)	1,8
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	33.639	22.123	22.747	(32,4)	2,8
Obrigações por Empréstimos	35.298	32.807	31.694	(10,2)	(3,4)
Dívidas Subordinadas e Bônus Perpétuos	10.870	9.428	–	0,0	0,0
Demais Passivos	19.361	34.157	34.644	78,9	1,4
Grupo BB	69.665	41.440	32.496	(53,4)	(21,6)
II Patrimônio Líquido	28.401	19.987	21.337	(24,9)	6,8
Controlador	27.040	19.048	20.266	(25,1)	6,4
Participações Minoritárias ¹	1.361	939	1.071	(21,3)	14,1

(1) Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

**Tabela 82.** Consolidado no Exterior – Itens do Resultado – R\$ milhões

	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
Lucro Após Impostos e Participações Estatutárias ¹	1.682	933	959	(43,0)	2,7	5.844	4.339	(25,8)
Participações Minoritárias ²	216	72	121	(44,3)	66,7	858	460	(46,4)
Lucro Líquido	1.898	1.005	1.079	(43,1)	7,3	6.702	4.799	(28,4)

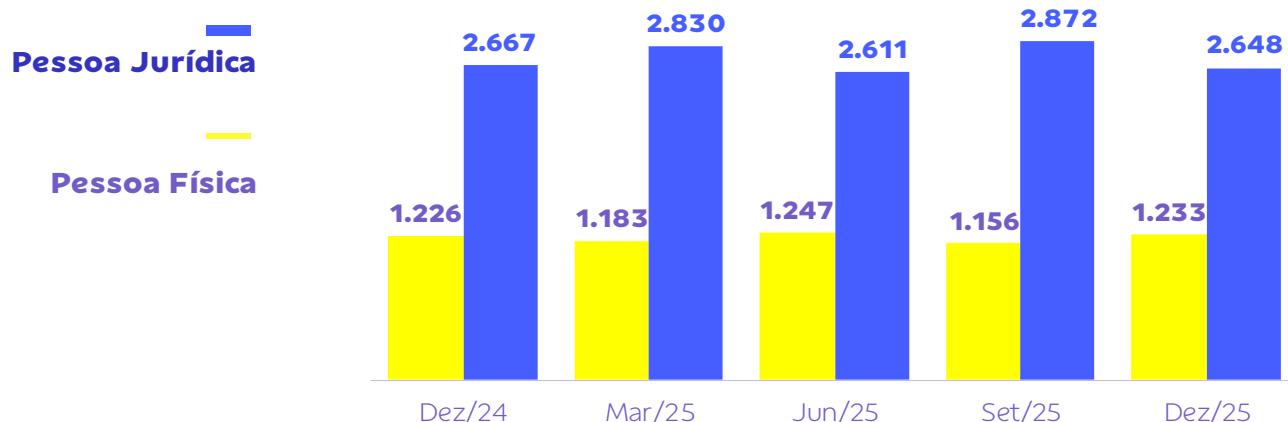
(1) Refere-se ao lucro líquido operacional, conforme Nota Explicativa 35-b. (2) Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

Banco Patagonia

Todos os números apresentados neste capítulo refletem a integralidade dos saldos, contas patrimoniais e de resultado. Informações adicionais estão disponíveis no [site oficial](#) do Banco Patagonia.

Tabela 83. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais – R\$ milhões

	Dez/24	Set/25	Dez/25	Δ% A/A	Δ% T/T
Ativos	35.304	31.782	32.365	(8,3)	1,8
Operações de Crédito	12.258	12.051	14.229	16,1	18,1
Depósitos	24.838	22.098	21.963	(11,6)	(0,6)
Patrimônio Líquido	6.945	4.771	5.467	(21,3)	14,6

Figura 52. Banco Patagonia – Captações Comerciais e Interbancárias – US\$ milhões

**Tabela 84.** Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado – R\$ milhões

	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
Resultado da Intermediação Financeira	1.245	830	1.124	(9,7)	35,4	6.122	4.284	(30,0)
Perda Esperada ¹	(46)	(42)	(190)	316,5	352,4	(105)	(395)	277,7
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.199	788	934	(22,1)	18,5	6.018	3.889	(35,4)
Receitas com Prestação de Serviços	316	289	263	(16,7)	(9,0)	1.070	1.192	11,5
Despesas Administrativas	(496)	(409)	(409)	(17,6)	0,0	(1.685)	(1.724)	2,3
Outros	(151)	(214)	(181)	20,0	(15,4)	(698)	(679)	(2,7)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro	868	454	607	(30,1)	33,7	4.705	2.678	(43,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(184)	(91)	2	0,0	0,0	(329)	(345)	4,8
Lucro Líquido	684	363	609	(11,0)	67,8	4.376	2.333	(46,7)

(1) Provisão para créditos de liquidação duvidosa nos trimestres anteriores ao 1T25.

Para gestão e controle, o Banco Patagonia possui ferramentas de mensuração, que permitem um gerenciamento integrado do risco de taxa de juros junto ao risco de liquidez (estratégia de ALM).

Tabela 85. Banco Patagonia – Margem Financeira Bruta – R\$ milhões

	4T24	3T25	4T25	Δ% A/A	Δ% T/T	2024	2025	Δ% Acm.
Margem Financeira Bruta - Banco Patagonia	1.210	811	1.281	5,9	57,9	6.283	4.472	(28,8)
Receita Financeira de Operações de Crédito	864	1.202	1.197	38,6	(0,5)	2.824	4.421	56,5
Resultado de Tesouraria	1.545	991	1.129	(26,9)	13,9	8.294	4.621	(44,3)
Despesa Financeira de Captação Comercial	(1.178)	(1.320)	(1.037)	(11,9)	(21,4)	(4.527)	(4.391)	(3,0)
Despesa Financeira de Captação Institucional	(21)	(63)	(8)	(62,8)	(87,6)	(308)	(178)	(42,1)

Tabela 86. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito – %

	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Retorno sobre o Patrimônio Líquido ¹	13,6	(1,4)	4,0	(0,3)	4,5
Índice de Basileia	31,2	29,4	26,2	22,9	28,2
Índice de Cobertura (+90 dias)	199,4	165,8	115,8	92,9	91,2
Inad+90	0,5	0,7	1,2	1,7	2,1

(1) O cálculo é anualizado (multiplicação do resultado trimestral por quatro). Considera o padrão IFRS e o lucro líquido abrangente.

Cadernos Estratégicos

Caderno de Clientes



Um banco para cada cliente

O Banco do Brasil avançou em 2025 na personalização e eficiência do relacionamento com seus clientes ao expandir capacidades analíticas, omnicanalidade e soluções digitais. Com melhorias nos canais, maior uso de IA, crescimento do engajamento e evolução dos indicadores de satisfação, o BB reforça sua atuação responsável, inovadora e próxima, oferecendo soluções completas para diferentes perfis e fortalecendo sua relevância em todas as jornadas do cliente.

Evolução da Plataforma CRM360, Omnicanalidade e IA

- A Plataforma CRM360 segue em expansão trazendo novas fontes de *leads* comportamentais e de indução para a força de vendas. No 4T25, ela foi expandida para +128 prefixos, totalizando 186 unidades em Private, Estilo, Exclusivo, Leve e Varejo.
- Essa expansão fortalece a estratégia omnicanal do Banco ao unificar telefone, vídeo, e-mail, chat e WhatsApp corporativo.
- No 4T25 foram registradas mais de quatro milhões de interações em canais de texto, crescimento de 68% em relação ao 3T25.
- A IA generativa ganhou espaço com o Resumo do Cliente, que sintetiza histórico, leads, oportunidades e insights de abordagem. Além disso, um piloto passou a automatizar registros de atendimentos, capturando temas tratados, produtos ofertados e sentimento do cliente.

- A integração com o Marketing Cloud evoluiu ao permitir que gerentes acompanhem o engajamento dos clientes nas comunicações e atuem com segmentações mais precisas.

CRM como Alavanca de Valor

- Modelos preditivos, hiperpersonalização e governança analítica sustentaram a expansão das abordagens: foram 2,5 bilhões de contatos enviados e cerca de 120 milhões de contatos efetivos, crescimentos de 36% e 92% frente ao 3T25.
- Mais de seis milhões de clientes passaram a receber e-mails em horários personalizados definidos por modelos de propensão à leitura.
- Na atuação de crédito, foram +86 milhões de abordagens no Crédito Pessoal, alcançando 13,2 milhões de clientes. As ações de CRM induziram 82% do total originado.
- No CDC Não Consignado, 42% dos desembolsos tiveram apoio de campanhas, e 65% das contratações digitais tiveram origem em ações analíticas.
- Na atuação em datas estratégicas, a BB Friday, com iniciativas realizadas durante a semana da Black Friday, foi destaque e movimentou mais de R\$ 9,3 bilhões em contratações, com incremento em consórcios e negócios realizados no Shopping BB.
- As iniciativas entre canais, conectando portais não logados a canais logados, impactaram mais de 21 milhões de usuários.

Gestão da Inadimplência

- O Banco segmentou mais de 160 perfis de clientes em jornadas de cobrança e prevenção. No 4T25, 6,9 milhões de clientes foram impactados em estratégias de cobrança e cinco milhões em ações preventivas, totalizando 75 milhões de contatos digitais.

Presença Digital, Capacitação e Governança Analítica

- O fortalecimento da infraestrutura tecnológica aumentou estabilidade e desempenho dos canais digitais, impulsionando as iniciativas de SEO (otimização para mecanismos de busca), GEO (otimização para mecanismos generativos) e a governança de conteúdo.
- O site bb.com.br registrou cerca de 70 milhões de visitas no 4T25, consolidando-se como canal estratégico para aquisição e engajamento, apoiado por curadoria reforçada e novos clusters temáticos do Blog BB.
- O BB segue fortalecendo suas competências analíticas e atuação multidisciplinar, consolidando o Centro de Excelência (CoE) em CRM e Marketing Digital, que apoia jornadas mais precisas, escaláveis e orientadas por dados.

Engajamento e Rentabilização

Satisfação dos Clientes

- A evolução da experiência refletiu-se no crescimento dos indicadores estratégicos: NPS +5,7% frente ao 4T24 e Satisfação Geral +3,5% no mesmo comparativo.
- No Ranking Bacen de Reclamações, o BB completou 14 trimestres consecutivos na melhor posição entre os cinco principais bancos dos conglomerados financeiros.

- O desempenho reforça o avanço na entrega de serviços consistentes e no alinhamento ao objetivo de “proporcionar a melhor experiência aos clientes”.

Rejuvenescimento e Inovação

- A estratégia para jovens impulsionou resultados expressivos: mais de 980 mil novos clientes de 18–40 anos rentabilizados em 2025, a base universitária atingiu 2,05 milhões de clientes e R\$ 30 bilhões em investimentos, impulsionada pela abertura de contas digitais, e o NPS universitário aumentou comparado ao mesmo período de 2024.
- Os *hackathons* e eventos alcançaram 2,5 milhões de jovens.
- O BB Cash segue em expansão, fortalecido como porta de entrada ao Banco: 39% dos clientes 0–17 anos usam a BB Cash; 71,8% possuem cartão ativo; 66% usam Pix e 63% investem.

Negócios e Rentabilização

- Como parte contínua da estratégia do Banco, foram realizadas ações específicas voltadas a clientes estratégicos, como profissionais liberais e proventistas.
- A carteira de crédito não-consignado teve crescimento destaque em relação ao 4T24 e parcerias estratégicas e campanhas específicas ampliaram aderência a seguros, investimentos e cartões.
- Com proventistas, o banco intensificou as ações de atração e fidelização, melhorando o processo de abertura da conta e ações de retenção, contribuindo para +9% na margem de contribuição e +5% em portabilidade de crédito ante ao mesmo período do ano anterior.
- O Banco foi protagonista em parcerias estratégicas com o setor público especialmente nos convênios de consignado com o setor público e no Crédito do Trabalhador.

Benefícios aos Clientes

- O Programa Benefícios BB seguiu consolidando valor ao cliente, foram mais de 6,7 milhões de participantes (+12,9% em 12 meses).
- Alguns destaques do trimestre foram: aumento de 11,9% na comparação com o trimestre anterior na conversão automática de pontos e de 3,5% em soluções de cashback com pontos e de 4,6% em receita bruta no Clube de Benefícios BB, comparados ao mesmo período de 2024.

Ponto BB

- O Ponto BB Recife consolidou-se como um polo de relacionamento e inovação ao receber mais de 55 mil visitantes entre janeiro e dezembro/25, elevando em 9% a prospecção de novos clientes, além de sediar mais de 100 eventos, incluindo palestras sobre inovação, tecnologia e transformação digital.
- No trimestre, o Ponto BB ampliou sua presença em grandes agendas culturais e ambientais, reforçando o posicionamento do BB em cultura, tecnologia e sociobioeconomia.
- As ações de educação financeira, empreendedorismo e engajamento comunitário completam um ciclo de impacto que antecede a chegada do Ponto BB Belém em 2026, reafirmando o papel do BB como articulador de conexões, desenvolvimento regional e experiências digitais.

Educação Financeira

- A educação financeira segue como foco e estratégico do BB, que no 4T25 reforçou iniciativas para ampliar o acesso ao conhecimento financeiro e promover inclusão. Destacam-se ações de comunicação clara e segmentada em canais digitais, campanhas educativas personalizadas e aprimoramento da orientação a beneficiários de programas sociais via Poupança Social.

Alta Renda

- O BB avançou na personalização do atendimento ao público de alta renda.
- O segmento Estilo passou por reposicionamento completo, reforçando brasiliade, exclusividade e personalização com o lançamento do Altus Liv, com benefícios coerentes com a segmentação desse público, nova identidade visual do segmento, app customizado e portal Estilo, campanhas em mídia digital, ativações físicas e experiências exclusivas.
- O programa RelacionaBB Estilo aprimorou as competências consultivas dos gerentes em um movimento focado em inteligência emocional, comunicação, mercado financeiro e tecnologia aplicada ao relacionamento e o segmento Exclusivo expandiu sua proposta de valor com o atendimento em horário estendido. Com essas medidas, a marca se fortalece no segmento alta renda e o cliente percebe mais valor e exclusividade.

Private

- Contempla os perfis de clientes: Investidores e Megaprodutores, subsegmentados conforme o volume de investimentos (pelas diretrizes da ANBIMA, clientes com investimentos a partir de R\$ 5 milhões são elegíveis) e/ou a Renda Bruta Agropecuária (RBA).
- O BB possui a maior rede de Escritórios Private do Brasil, distribuída em todo o país e no exterior, incluindo atendimento pelo BB Securities Miami, BB Americas e estrutura de *banking* em Lisboa.
- Os ativos domésticos sob gestão do BB Private cresceram 14,1% no ano em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto o mercado, excluindo o BB Private, evoluiu 10,9% no mesmo intervalo (ANBIMA, novembro de 2025).
- No 4T25, o segmento Private apresentou desempenho superior em relação ao mesmo período de 2024, com destaque para o crescimento de 16% em fundos de investimento

e 8,5% no faturamento com cartões. Além disso, as operações de crédito registraram expansão de 6% no acumulado de 12 meses.

- Também foram implementadas melhorias significativas nos processos e ferramentas na gestão de títulos públicos, que cresceu 37% no saldo de títulos públicos em comparação ao trimestre anterior.

Relacionamento Empresarial

Clientes MPE

- O atendimento às Micro e Pequenas Empresas (MPE) conta com uma estrutura de 7,4 mil profissionais dedicados e 4,4 mil pontos de atendimento no país, incluindo 216 agências especializadas. O BB possui uma base de mais de três milhões de clientes, com 1,3 milhão acessando regularmente os canais digitais.
- No 4T25, o BB apresentou ao mercado o novo posicionamento da marca BB Empresas, que reforça a atuação consultiva, especializada e próxima das empresas brasileiras. A nova identidade, cocriada a partir da escuta ativa dos clientes, consolida uma proposta de valor que vai além de soluções financeiras, integrando orientação estratégica, inteligência de negócios e suporte consultivo.
- Em cash management (Pix, cobrança, folha de pagamento) o BB avançou atraindo fluxo de caixa e fortalecendo relacionamento.
- A parceria com a Cielo segue avançando com a contratação de maquininhas 100% digital e aumento consistente do faturamento.
- A Conta PJ Digital apresentou crescimento de 52% em novas aberturas em relação a 2024, impulsionada pelo *onboarding* simplificado.
- Outras evoluções em jornadas digitais foram: 130 mil dispositivos liberados para uso do App PJ sem necessidade de validação presencial, saldos integrados para quem usa o Rende Fácil e o bot

do BB no WhatsApp PJ com jornadas simplificadas e direcionamento para transações no App.

Em crédito e cadeias produtivas, os destaques foram:

- Desembolso de crédito para mais de 54 mil empresas, contribuindo para preservação de 271 mil empregos.
- Ampliação da disponibilidade de linhas com fundos garantidores (Pronampe/Procred360 e PEAC-FGI): R\$ 6,1 bilhões, +23% frente a 2024.
- Dois bilhões de reais desembolsados no trimestre em comércio exterior.
- Mais de 440 marcas conveniadas pelo BB Franquias, com saldo de R\$ 1,8 bilhões (+19%).

Inteligência Analítica e Inovação

- O 4T25 apresentou a expansão do portfólio analítico: seis novos modelos foram incorporados, reforçando capacidades de machine learning e IA, aumentando a assertividade e capacidade preditiva comercial, além de aprimorar a identificação do potencial de consumo de produtos ligados ao fluxo de caixa, como Pix, cobrança e faturamento de cartões e investimento.
- O Painel PJ, solução do BB para apoiar a gestão financeira de micro e pequenas empresas, manteve adesão, com 229 mil empresas usuárias e NPS elevado, consolidando-se como um hub completo de gestão.
- A Conciliadora de Vendas alcança um marco relevante com R\$ 580 milhões conciliados, ajudando empresas a monitorarem recebíveis com simplicidade.
- Destaque especial para o avanço do ARI – Assistente de Recomendações Inteligentes. Já são 113 mil empresas ativas e 61 milhões de recomendações mensais, além da chegada do agente conversacional de IA generativa, que torna a experiência mais intuitiva e personalizada.

Inclusão, Empreendedorismo e Educação Financeira

- O BB aprofundou sua presença em eventos e movimentos ligados a empreendedorismo,

diversidade e inovação — como o Festival Rede Mulher Empreendedora, Feira do Empreendedor SP, Delas Summit, Expo Favela e outros.

- A pauta feminina é central: a base já conta com 1,3 milhão de empresas lideradas por mulheres, para as quais foi desembolsado um bilhão de reais em linhas exclusivas.
- A estratégia de conteúdo informativo segue em expansão: o Liga PJ, ecossistema do Banco do Brasil dedicado a impulsionar o empreendedorismo por meio da educação financeira e empreendedora, alcança 2,2 milhões de acessos, reforçando o papel do BB como educador e apoiador do ecossistema.

Atacado Corporate

- O atendimento Corporate é voltado a empresas com Faturamento Bruto Anual (FBA) entre R\$ 50 milhões e R\$ 1,3 bilhão, oferecendo assessoria especializada, soluções customizadas e incentivo a negócios em Cadeia de Valor, Mercado de Capitais, agronegócios, serviços e agenda ASG.
- No 4T25, o segmento apresentou avanço consistente em Mercado de Capitais, Negócios Sustentáveis, em que houve crescimento expressivo tanto na carteira quanto nos fundos ASG e em Serviços, nos quais destacaram-se o aumento no volume de Consórcios, a expansão no segmento de Seguros de grandes riscos e o crescimento dos recursos sob gestão em fundos de investimento, apoiados por assessoria especializada.

- A satisfação dos clientes é uma prioridade e o resultado reflete o compromisso do Banco sustentando desempenho consistente nos principais indicadores de experiência, NPS e CSAT, em dezembro/2025.

Corporate & Investment Banking

- O segmento é voltado a empresas com Faturamento Bruto Anual (FBA) superior a R\$ 1,3 bilhão, segmentado em Ultra e Large, com atendimento especializado por setor econômico aplicada para cerca de 1,2 mil grupos corporativos, organizados por setores âncora, promovendo sinergia entre empresas de cadeias produtivas semelhantes.
- O BB oferece portfólio completo de soluções em Corporate & Investment Banking, com suporte às operações de mercado de capitais por meio da Joint-venture UBS BB, crédito e cash management, comércio exterior, Project finance, apoio ao agronegócio e fomento a Cadeias de Valor integrando clientes do Varejo, Private e da Rede Externa.

Estratégia Digital



Fundação do Banco do Brasil	1808
Primeiro banco a usar computadores no país	1969
Primeiro banco a disponibilizar caixas eletrônicos	1984
Lançamento do Ourocard	1987
Início do Internet Banking	1996
Primeiro banco com atendimento via Mobile	2000
Big Data, Biometria no TAA e Atendimento por IA	2013
App BB: principal canal de atendimento	2015
Minhas Finanças Metodologia Ágil na TI	2016
Abertura de conta 100% digital Blockchain	2017
Chatbot Google Assistant Lançamento Pix e API Pix	2019 e 2020
Open Finance Shopping BB BB Ventures	2021
Minhas Finanças Multibanco. Agilidade Organizacional: Mov. Aceleração Digital Empréstimo via Whatsapp	2022
IA generativa 1º Ponto BB Acessibilidade no Whatsapp Diretrizes Éticas IA e Academia BB	2023 e 2024
Escalada da IA Generativa	2025

Tecnologia que Transforma

A evolução digital do Banco do Brasil consolidou, ao longo de 2025, um ecossistema integrado em que dados, tecnologia e inovação ampliam eficiência, dinamizam negócios e fortalecem a experiência do cliente. O avanço contínuo dos canais digitais, associado à intensificação do uso de Inteligência Artificial, governança de dados madura e arquitetura tecnológica moderna, fortalece a competitividade do Banco e aprofunda a capacidade do Banco em oferecer soluções financeiras e não financeiras de forma segura, personalizada e em escala.

Um dos pilares dessa transformação é a ampliação do uso de IA em processos comerciais, operacionais e de relacionamento. Modelos de recomendação, segmentação inteligente e agentes conversacionais tiveram sua utilização expandida ao longo do ano, impulsionando a assertividade nas ofertas, o tempo de resposta e a produtividade interna. O Banco opera com mais de 1.800 soluções catalogadas e mais de 1.000 modelos de IA, os quais vão desde IA tradicional até modelos generativos e agentes inteligentes.

O BB também aprimorou tecnologicamente a sua atuação no agro, ampliando o uso de análise geoespacial, modelos preditivos e indicadores ambientais. Esse conjunto permitiu maior precisão no acompanhamento de propriedades, potencializando a prospecção de crédito sustentável e iniciativas associadas ao agronegócio de baixo carbono. As ferramentas de IA aplicadas ao campo — incluindo identificação de risco, mapeamento territorial e modelos voltados à conservação ambiental — ampliaram o potencial de negócios para as próximas

safras e reforçaram a liderança do BB no segmento. A segurança digital permaneceu como uma frente prioritária, com avanços consistentes na proteção das transações e na mitigação de tentativas de fraude. A combinação de biometria avançada, análise comportamental e aprimoramentos de jornada reduziu perdas, aumentou a confiabilidade das operações e eliminou etapas antes dependentes de atendimento presencial.

A arquitetura tecnológica evoluiu com foco em escalabilidade, resiliência e velocidade de entrega. A modernização de aplicações, o uso intensivo de nuvem e a padronização de componentes aceleraram o desenvolvimento de soluções e reduziram o tempo de implantação. Esse movimento sustenta a expansão do portfólio digital, dá base para casos avançados de IA e permite ao Banco responder com agilidade a demandas do mercado e mudanças regulatórias.

O ecossistema digital de consumo expandiu de forma relevante em 2025, com 93% das transações sendo feitas pelos canais digitais. O Super App consolidou-se como um hub completo de serviços financeiros e não financeiros, incorporando funcionalidades de vida cotidiana e integrando-se ao BB Americas Bank para facilitar operações internacionais., alcançando 34,1 milhões de usuários acessando o App BB em 2025. A evolução do WhatsApp BB como um “concierge digital” ampliou o atendimento multicanal e aproximou o Banco de milhões de usuários que buscam conveniência e respostas rápidas.

Paralelamente, o Shopping BB avançou como plataforma de varejo digital, integrando parceiros, curadorias temáticas e funcionalidades que estimulam a frequência, fortalecendo o posicionamento do Banco no e-commerce.

No campo da inovação aberta, a atuação dos Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e do BB Ventures reforçou a conexão com startups de alto potencial, acelerando a incorporação de tecnologias emergentes ao portfólio do Banco. As parcerias com empresas investidas viabilizaram novos produtos e soluções para o setor público e para clientes corporativos, fortalecendo a estratégia de inovação distribuída e colaborativa.

A cultura digital foi igualmente impulsionada por meio do Movimento de Aceleração Digital (MAD). Ao unir tecnologia e negócio em torno de uma visão comum, o banco se torna mais leve, adaptável e preparado para surpreender, encantar e entregar valor real no tempo do cliente.

Por fim, a estratégia de integração digital — que inclui APIs, parcerias e modelo de negócios B2B2C — ampliou o alcance do Banco em plataformas de terceiros e potencializou novos fluxos de receita. A distribuição de serviços do BB em ambientes externos fortalece o posicionamento competitivo e aumenta a presença do Banco em jornadas financeiras e de consumo que acontecem fora de seus canais próprios.

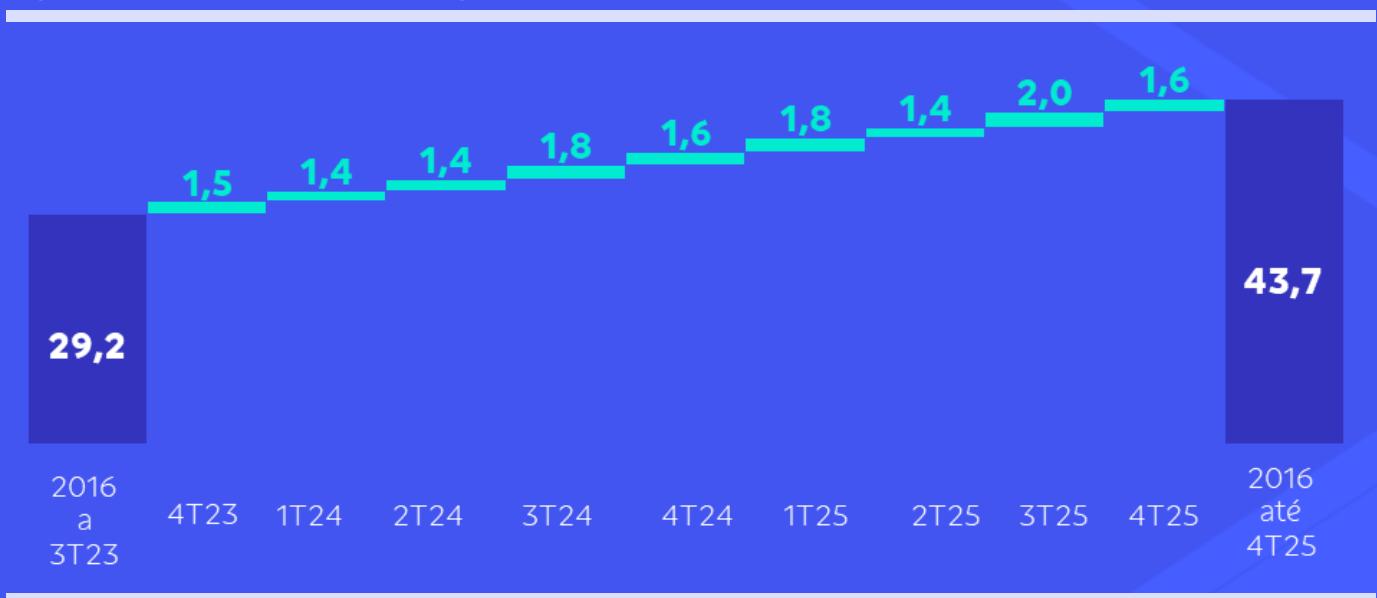
Figura 53. Destaques da Estratégia Digital

<p>BaaS/Negócios de Integração</p> <p>30+ soluções via API (pagamentos/recebimentos, crédito, seguros, gestão financeira, investimentos). 1,8 bilhão de chamadas de API/mês nos últimos 12 meses.</p>	<p>Canais digitais</p> <p>35,8 milhões de usuários ativos nos canais digitais, +16,2% A/A. Volume financeiro originado digitalmente +21,5% A/A. Renegociação de dívidas PF 100% digital +44,9% na quantidade de contratos iniciados pelo app vs 2024.</p>	<p>Cloud</p> <p>Arquitetura híbrida (nuvens pública e privada) com +100 implantações/dia em cloud, acelerando entregas com qualidade. +8.000 aplicações/serviços executam milhões de operações/dia.</p>
<p>Educação Financeira</p> <p>Minhas Finanças, solução de gestão financeira do BB: +1 bilhão de lançamentos/mês categorizados. +7 milhões de usuários/mês; Desde 03/2022: R\$ 37 bi planejados com R\$ 11 bi economia estimada. +25 milhões de usuários únicos.</p>	<p>Governança de Dados</p> <p>Índice de Maturidade da Governança de Dados: +59% em 2 anos. Índice de Maturidade Analítica: +20% vs. 2024.</p>	<p>Movimento de Aceleração Digital</p> <p>Capacitação em IA & Analytics, +67 mil funcionários em 2025, além de programas direcionados ao público geral, especialistas e aos gestores. Escalonamento do MAD em diversas unidades estratégicas do Banco.</p>
<p>Segurança Digital: Jornada Segura</p> <p>Recuperação de senha e autorização de dispositivo mais ágeis, expansão de biometria facial, alerta contra golpes, login Gov.br integrado e Liberação de computador via App.</p>	<p>Shopping BB</p> <p>Um ecossistema com centenas de lojas parceiras, gift cards, área gamer, recargas e curadoria ASG (BB Sustentabilidade). Em 2025 foram cerca de 33 milhões de transações e R\$ 1,3 bilhão em volume comercializado, além de +5,2 milhões de clientes.</p>	<p>Super APP</p> <p>+12% usuários do App BB em 2025 A/A. Alta satisfação 4,7 (Google Play) e 4,8 (Apple Store). WhatsApp BB crescimento de +40% na base de clientes em 2025, operando como “concierge digital”. Integração internacional App BB + BB Americas Bank.</p>

Investimentos em Tecnologia

Durante todo o ano de 2025, o BB seguiu investindo em tecnologia e segurança, proporcionando uma experiência digital de alta qualidade onde, quando e como o cliente quiser. De 2016 até o 4T25, o BB investiu R\$ 43,7 bilhões em tecnologia. O objetivo é garantir o Movimento de Transformação Digital, o crescimento orgânico e a continuidade dos serviços, mantendo-se as premissas de inovação, agilidade, flexibilidade, confiabilidade e segurança cibernética.

Figura 54. Investimentos em Tecnologia – R\$ bilhões



Assessoria em Investimentos

Estratégia em Investimentos

Em um mercado dinâmico, que exige atenção constante e decisões embasadas, o Banco do Brasil entrega ao investidor uma experiência que une alta expertise técnica, proximidade e visão de longo prazo. O compromisso do BB é oferecer uma assessoria de investimentos que apoie a tomada de decisões seguras e amplie oportunidades, sempre com foco na geração de valor sustentável.

A estratégia do BB se apoia em três pilares: assessoria humana próxima, isenta e especializada, portfólio completo e aberto, além de soluções de assessoria digital com amplo uso de inteligência de dados. Essa combinação fortalece posição do Banco do Brasil como parceiro estratégico para quem busca investir com consistência. Ao integrar tecnologia, análise e relacionamento, o BB está ao lado do cliente, do investidor iniciante ao mais sofisticado, oferecendo simplicidade para decisões complexas, com busca de performance consistente, confiança e com orientação em cada etapa da jornada.

Assessoria Dedicada

A rede de assessoria de investimentos do Banco do Brasil busca ser um dos principais diferenciais competitivos do banco no mercado. Além da capilaridade e proximidade atendimento da rede BB, o banco busca garantir que cada investidor tenha acesso a um modelo consultivo, especializado e conectado às soluções digitais.

Atualmente, mais de 47 mil profissionais certificados pela Anbima e pela Planejar (CFP®) compõem esse ecossistema. Esse time atua com isenção, foco no momento de vida de cada cliente e construindo estratégias personalizadas que atendem desde objetivos de curto prazo até planejamentos mais estruturados de patrimônio.

Portfólio

O Banco do Brasil mantém a gestão de portfólio como um dos eixos centrais de sua estratégia no mercado de investimentos, apoiando-se em uma visão orientada para o longo prazo, em processos decisórios sólidos e na capacidade de entregar soluções que unem estabilidade e competitividade. No 4T25, os resultados reforçam a consistência da estratégia de alocação do BB, que busca conciliar segurança e desempenho em produtos desenvolvidos para atender perfis variados de investidores e acompanhar as diferentes fases do ciclo econômico.

Entre os destaques do período, os Fundos de Investimentos Sustentáveis apresentaram crescimento de 10,3%, em relação ao 3T25, com um patrimônio líquido de R\$ 13,5 bilhões. O resultado reafirma o compromisso do BB com as melhores práticas ESG e sua capacidade de liderar a ampliação de produtos que combinam retorno financeiro com impacto positivo de longo prazo.

No mesmo período os Fundos de Renda Fixa do BB apresentaram crescimento consistente, atingindo 6,1% enquanto o desempenho do mercado foi de 3,0%, valores referentes ao mercado varejo PF e alta renda. Esse comportamento reforça a competitividade da prateleira de fundos do BB e evidencia a confiança dos investidores na gestão profissional da instituição, sustentada por histórico sólido, reputação reconhecida e forte estrutura de controle de riscos.

Além disso, os títulos de renda fixa, tanto títulos públicos quanto privados, registraram crescimento de 23,4%, quando comparado com o 4T24, superando o desempenho do mercado que foi de 20,2%, mantendo o Banco do Brasil em uma posição destacada em um segmento tradicionalmente competitivo.

Figura 55. Renda Fixa (Títulos Públicos e Privados) x Mercado



*Dados do Mercado, divulgados pela ANBIMA foram atualizadas até novembro de 2025.

Esses resultados demonstram a atuação qualificada do BB na criação de soluções sofisticadas e sua força em um nicho que exige análise criteriosa, governança robusta e relacionamento de confiança com o investidor.

Soluções Digitais em Investimentos

O Banco do Brasil no 4T25 reafirmou o papel da tecnologia como vetor de transformação da jornada do investidor, tornando-a mais simples, acessível e orientada à formação de uma cultura de investimento de longo prazo. Nesse contexto, o App Investimentos se consolidou como o importante ambiente digital de relacionamento com o cliente, ultrapassando 41,8 milhões de acessos no ano, um aumento de 12,1% comparado ao ano anterior. Seu contínuo aprimoramento resultou em uma experiência mais intuitiva e sem atritos, refletida na nota média de 4,7 entre usuários de Android e iOS, além de se fortalecer como porta de entrada para o investidor que busca autonomia e confiança na tomada de decisão.

Essa evolução também foi impulsionada pela incorporação crescente de inteligência artificial, que ampliou significativamente a personalização da jornada do cliente. As recomendações em investimento passaram a considerar preferências individuais, padrões de navegação e comportamentos semelhantes entre perfis, gerando mais de R\$ 776 milhões em contratações. A IA deixa de ser apenas um recurso tecnológico e passa a atuar como uma ferramenta de apoio ao investidor, ajudando-o a interpretar cenários, identificar oportunidades e desenvolver decisões mais conscientes e alinhadas ao seu horizonte de longo prazo, mas sempre sob a supervisão do time de especialistas do banco.

No Cofrinho BB, a estratégia digital do Banco do Brasil se conecta de forma mais direta ao propósito de inclusão financeira, simplicidade e educação na prática. Com R\$ 849 milhões em patrimônio líquido e

um público composto por 65% de clientes com até 40 anos, o Cofrinho se consolidou como uma iniciativa estruturante na formação de hábito e no incentivo ao comportamento financeiro saudável. A solução aproxima o cliente do universo de investimentos de forma leve, acessível e descomplicada, criando um caminho natural para a evolução em conhecimento e em diversificação de portfólio.

Além de todas essas inovações, podemos destacar também que a integração entre conteúdo educativo, simplicidade operacional e profundidade consultiva fortaleceu a presença digital do InvesTalk no ambiente de buscas somando mais de 25 milhões de impressões, gerando um crescimento de mais de 31% em cliques orgânicos. Esse resultado deriva de uma estratégia consistente de disseminação de conhecimento, com produção de conteúdos explicativos que atendem desde o investidor iniciante até perfis avançados que buscam análises, comparativos e vitrine de produtos.

Ao conectar tecnologia, educação e experiência centrada no usuário, o Banco do Brasil constrói uma trajetória de fortalecimento do senso de autonomia, consolidação de comportamentos saudáveis e aprofundamento do vínculo do cliente com o ecossistema de investimentos. Assim, as soluções digitais deixam de ser apenas meios transacionais e passam a cumprir um papel transformador, pedagógico e de inclusão, preparando o investidor para escolhas mais responsáveis, conscientes e sustentáveis ao longo da vida.

Sustentabilidade

Sustentabilidade Empresarial

O BB adota as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança que estabelecem ações de identificação e gerenciamento de riscos e oportunidades. Essas premissas estão incorporadas na Agenda 30 BB, materializada nos Compromissos BB 2030 para um mundo mais sustentável (compromissos de longo prazo) e no Plano de Sustentabilidade do Banco.

Os Compromissos de longo prazo estabelecem metas em três frentes estratégicas: finanças sustentáveis; governança ambiental, social e climática; e impactos positivos na cadeia de valor. Eles refletem o engajamento com as prioridades globais (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e Acordo de Paris) e fortalecem a integração da sustentabilidade à estratégia de negócios.

Dentre os objetivos, está a constituição de uma carteira com R\$ 500 bilhões em crédito sustentável até 2030, incluindo R\$ 200 bilhões direcionados à agricultura sustentável, R\$ 30 bilhões para financiamento de energias renováveis e R\$ 5 bilhões para o fomento da bioeconomia.

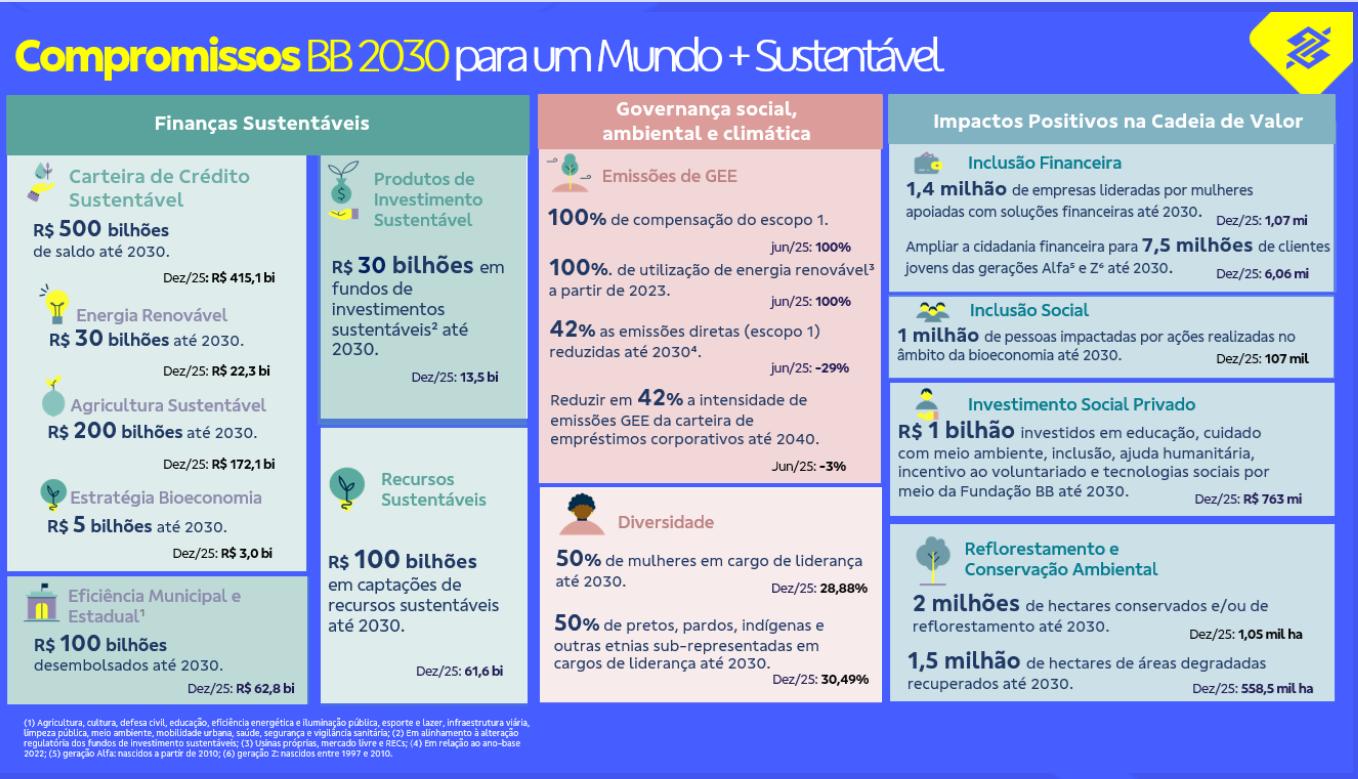
Em setembro de 2025, foi lançada, juntamente com os novos Compromissos, a 10^a versão do Plano de Sustentabilidade, com 100 ações estratégicas para o período de 2025 a 2027, vinculadas a 20 desafios em sustentabilidade. O plano mobiliza praticamente toda estrutura organizacional do Banco, engajando a maioria das Unidades Estratégicas em sua implementação. Ao longo de duas décadas, por meio dessa Agenda, têm sido aprimoradas práticas e negócios sustentáveis, com esforços voltados à gestão responsável dos recursos naturais, ao respeito aos direitos humanos e à geração de valor para a sociedade e o meio ambiente.

O compromisso de desenvolver soluções negociais com aspectos sociais, ambientais e climáticos também é orientado e declarado na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

Com destaque nacional no desenvolvimento de soluções financeiras e modelos de negócios que promovam a transição para uma economia sustentável e inclusiva, o BB considera as mudanças climáticas em seu planejamento estratégico e investe em oportunidades de negócios voltadas para uma economia de baixo carbono. O cumprimento dos indicadores e metas de sustentabilidade é refletido na remuneração de todo o corpo funcional, incluindo a alta administração, o que garante o alinhamento entre negócios, pessoas e questões sociais, ambientais e climáticas.

O BB segue comprometido com a captação de recursos para investimentos sustentáveis, alinhados à nova regulação da Anbima para fundos IS, bem como com seus objetivos estratégicos voltados à diversidade, à preservação florestal e ao reflorestamento.

Figura 56. Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável



Captações Sustentáveis

O BB alcançou R\$ 45 bilhões em captações destinadas a investimentos em iniciativas ASG. Os recursos foram obtidos por meio da emissão de Bonds com perfil ASG e de operações com instituições multilaterais, bancos de investimento e bancos comerciais internacionais.

No 4T25, foram anunciados durante a COP 30, em Belém, R\$ 3 bilhões em captações destinadas a promover pequenos negócios e empreendedorismo feminino, energia renovável e bioeconomia na região amazônica.

Com relação ao programa Eco Invest Brasil, no 4T25, o BB alcançou R\$ 2,4 bilhões em contratos, atingindo 50% do valor previsto para o primeiro leilão, que direciona recursos para economia circular, eficiência energética, bioeconomia e infraestrutura verde. No trimestre, o BB também iniciou o recebimento dos recursos referentes ao segundo leilão, que serão destinados à recuperação produtiva de áreas degradadas, cujo objetivo é alcançar 275 mil hectares e atingir R\$ 6,8 bilhões em investimentos.

No 4T25, o BB também captou 50 milhões de euros por meio do banco de desenvolvimento alemão KfW. Os recursos serão destinados ao financiamento do projeto "Fomento de Cadeias Produtivas Sustentáveis de Bioeconomia". A operação inclui ainda uma doação de 4,5 milhões de euros do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ) para contragarantia e assistência técnica, reforçando o compromisso das instituições com o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioeconômica. O projeto tem como foco ampliar o acesso ao crédito para pequenos produtores, comunidades tradicionais e agricultores familiares, especialmente na região amazônica. A meta é beneficiar mais de 4,5 mil famílias, sendo pelo menos 600 mulheres, e promover investimentos em 50 mil hectares de áreas voltadas à bioeconomia.

Negócios Sustentáveis

Em linha com os compromissos de longo prazo do BB e visando auxiliar os clientes na transição para uma economia mais sustentável, no 4T25 o saldo da Carteira de Crédito Sustentável alcançou R\$ 415,1 bilhões em operações de crédito sustentáveis, crescimento de 7,3% em 12 meses. Este montante foi contratado em linhas de crédito com foco ambiental e social ou para financiar atividades e segmentos com impacto socioambiental positivo para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, gestão de resíduos, educação, saúde e desenvolvimento local e regional, reforçando o papel do BB no desenvolvimento do país e na construção de um futuro mais sustentável.

A Carteira de Crédito Sustentável é submetida a uma avaliação independente, que considera as principais taxonomias ASG nacionais e internacionais na classificação dos clientes e das linhas de crédito que compõem a carteira. A metodologia é revisada continuamente para incorporar as melhores práticas e referências pioneiros dos últimos anos e de agregar os novos produtos com atributos.

Bioeconomia e Cadeia de Valor

O BB tem contribuído com o desenvolvimento da biodiversidade no país, disponibilizando recursos financeiros, atendimento especializado, linhas de crédito com condições atrativas e serviços de consultoria financeira para auxiliar agricultores familiares, associações e cooperativas que atuam com Bioeconomia.

A abordagem do Banco envolve escuta ativa e atendimento personalizado, com forças-tarefas dedicadas a levar serviços bancários a regiões remotas. Tecnologia e tradição são combinadas para superar barreiras logísticas e culturais. Com essa atuação, o BB se consolidou como um dos principais financiadores de produtos florestais e biodiversidade, com R\$ 3 bilhões destinados a projetos de bioeconomia na Amazônia legal, impactando positivamente mais de 100 mil pessoas.

Figura 57. Adicionalidade/Contribuição da Carteira de Negócios Sustentáveis



Mercado de Carbono

O BB tem reforçado a sua atuação no mercado voluntário de carbono apoiando os clientes na elaboração de projetos geradores de créditos de carbono com relevante adicionalidade ambiental. O Banco oferece assessoria para inventários de emissões de GEE, planos de descarbonização e ciclo de vida do produto, além de ofertar créditos de carbono para compensação das emissões não mitigadas.

Além da comercialização de créditos de carbono para compensação de emissões dos clientes, o BB atua como intermediador entre quem precisa e quem dispõe de créditos de carbono. Ainda, disponibiliza linhas específicas para fomentar projetos que contribuam para a descarbonização, como as de energia renovável e eficiência energética.

Até dezembro/25, o BB contribuiu para a preservação ou reflorestamento de 1,0 milhão de hectares por meio de projetos de carbono e operações de crédito. Os projetos de carbono de conservação florestal (REDD+) aliam preservação ambiental e geração de recursos para os proprietários.

Visando à diversificação das fontes de geração de créditos de carbono, foi iniciado, em março de 2024, o Programa de Biogás, que apoia o desenvolvimento de projetos a partir da geração de biogás e biometano na agropecuária, especialmente junto a suinocultores e pecuária de confinamento.

Em linha com a diversificação, foram formalizados 22 projetos na modalidade de carbono no solo (ALM) para recuperação de pastagens degradadas contribuindo para uma agricultura mais sustentável e gerando receitas adicionais para os produtores.

Diversidade, Equidade & Inclusão

O engajamento com a Diversidade permanece como prioridade. Atualmente, as mulheres representam 44% do Conselho Diretor (CD) e 50% do Conselho de Administração (CA). Além disso, dois membros se autodeclararam negros no âmbito do CD e um no CA. Dois membros do CD e um do CA se autodeclararam pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ e um membro do CA é PCD.

O BB possui um dos quadros de funcionários mais diversos do mercado, chancelado pela B3, por meio do iDiversa.

Esse compromisso se reflete no desenvolvimento contínuo de iniciativas voltadas à promoção da diversidade e inclusão de públicos minorizados, com atuação proativa na sociedade para cumprir esse propósito.

Em outubro, o Banco do Brasil participou da 3ª edição do Future in Black, realizada em São Paulo (SP). Reconhecido como o principal encontro de negócios, influência e conexões estratégicas protagonizado por lideranças negras da América Latina, o evento reuniu mais de mil executivos e executivas de alto impacto para debater inovação, diversidade e o futuro da liderança corporativa.

Ainda em outubro, o Banco do Brasil apresentou a primeira edição do Prêmio Chico Vive. A iniciativa homenageia o legado do líder seringueiro Chico Mendes, símbolo da luta pela preservação da Amazônia e pelos direitos das comunidades tradicionais. A presidente Tarciana Medeiros participou da iniciativa como madrinha do bioma Cerrado, reforçando o compromisso do BB com a valorização da biodiversidade e das comunidades que vivem e protegem esse território essencial para o equilíbrio ambiental do país.

Nesse mesmo mês, o Banco do Brasil esteve presente no Rec'n'Play 2025, realizado em Recife (PE), dialogando com o público jovem para reforçar o nosso compromisso com sustentabilidade e tecnologia. Com a Praça .BB, as experiências digitais e atividades gamificadas promoveram educação financeira, atividades culturais e discussões relevantes para posicionamento da marca dos nossos territórios e rejuvenescimento da base de clientes.

Em novembro, o Banco do Brasil celebrou o Mês da Consciência Negra com uma série de ações em todo o país, reforçando seu compromisso com a diversidade, a inclusão e a promoção da equidade racial. Durante novembro, o BB esteve presente em eventos culturais, fóruns empresariais e iniciativas sociais que valorizam a cultura negra, fortalecem o empreendedorismo e ampliam o diálogo sobre práticas antirracistas.

A programação teve início no Rio de Janeiro (RJ), com o Festival Gastronomia Preta, realizado no CCBB. O evento contou com 34 estandes de empreendedores negros, apresentações musicais e o Prêmio Gastronomia Preta, que reconheceu profissionais em 25 categorias. Gratuito e aberto ao público, reuniu mais de 52 mil pessoas e promoveu debates sobre identidade cultural e inclusão de pessoas pretas no mercado de trabalho, consolidando-se como referência no calendário cultural da cidade.

Já a cidade de Salvador (BA) recebeu o Afropunk Brasil, um dos maiores festivais de cultura negra do mundo, com a presença de mais de 50 mil pessoas. Com 19 atrações nacionais e internacionais, o BB marcou presença oferecendo experiências únicas e vantagens exclusivas, como acesso a áreas VIP, descontos em bares e lojas parceiras, ativações interativas e brindes personalizados. Tudo isso para celebrar a diversidade, a inovação e a força da cultura que nos conecta.

Ainda em novembro também ocorreu o evento final da Expo Favela Innovation Brasil, maior encontro de inovação e empreendedorismo das favelas, em São Paulo (SP). Patrocinado pelo BB, o evento aproximou empreendedores periféricos de investidores e promoveu debates sobre impacto social.

Já em Brasília (DF) o BB sediou o encontro Diálogos Antirracistas para a Democracia – Empregabilidade Verde e Equidade Racial. A atividade integra o eixo Diálogos Antirracistas para a Democracia, iniciativa do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) no âmbito do projeto apoiado pela Open Society Foundations em parceria com o Pacto Global da ONU, com foco na transição ecológica justa e na promoção da equidade racial no mundo do trabalho. O evento reuniu representantes do setor público, privado e da sociedade civil para refletir sobre como garantir que a economia verde seja também antirracista e inclusiva, promovendo o acesso de pessoas negras, especialmente mulheres e jovens, a empregos dignos, qualificação e oportunidades de liderança.

Em dezembro, o BB participou, no Rio de Janeiro (RJ), da última etapa do Pink Economy Experience, que celebrou a potência criativa das comunidades negras, indígenas e LGBTQIAPN+. A programação incluiu painéis, feira afro-indígena e atrações culturais. A iniciativa já passou por São Paulo (SP), Porto Alegre (RS) e Salvador (BA) destacando a diversidade como motor de transformação social e econômica.

Prêmios e Reconhecimentos em DH e DE&I

O Banco do Brasil recebeu a Menção Honrosa pelo Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) na 2ª Edição do Prêmio Infra Women Brazil (IWB), na categoria Programa Pró-Mulheres (Diversidade e Inclusão). O Prêmio Infra Women Brazil, realizado em São Paulo (SP), celebra líderes, profissionais e projetos que promovem diversidade, equidade e inclusão no setor de infraestrutura. Integrado ao Fórum Cenários para Infraestrutura 2026, o prêmio reconhece iniciativas inovadoras, programas de impacto social e profissionais que contribuem para a construção de um setor mais inclusivo.

O BB foi reconhecido em 5º lugar no pilar Ascensão do Índice de Equidade Racial Empresarial (IERE) durante a sexta edição do Fórum Internacional de Equidade Racial Empresarial, na cidade de São Paulo (SP), por suas ações voltadas para promoção da equidade racial. A Fundação Banco do Brasil foi reconhecida no Pilar Recenseamento. No geral, o BB foi o destaque entre as Empresas Não Privadas, seguido por Previ e Petrobras.

Outro marco, também em São Paulo (SP), foi a 25ª edição do Troféu Raça Negra, que homenageou Leci Brandão e reconheceu personalidades que contribuem para a valorização da cultura afro-brasileira. A presidente do Banco do

Brasil, Tarciana Medeiros, foi premiada, reforçando a relevância da liderança feminina e negra no setor financeiro. A premiação integra a Virada da Consciência, movimento nacional que celebra o Dia da Consciência Negra.

As ações apresentadas refletem de forma concreta a aderência do Banco do Brasil aos compromissos públicos assumidos no âmbito da Agenda 30 BB e dos Compromissos BB 2030, especialmente no que se refere ao fortalecimento da diversidade, da equidade e da inclusão como vetores estratégicos. Ao promover iniciativas de valorização de grupos minorizados, apoiar eventos de relevância nacional e fomentar ambientes de diálogo e desenvolvimento, o BB reafirma seu papel institucional como agente de transformação social e como organização comprometida com práticas sustentáveis, responsáveis e alinhadas aos direitos humanos. Essas entregas reforçam a atuação do Banco como referência em governança ambiental, social e climática, consolidando sua contribuição para o desenvolvimento do país e para a construção de uma sociedade mais diversa, inclusiva e equitativa.



Glossário

Ativos Rentáveis: refletem a soma de todos os ativos que geram retorno financeiro para a instituição.

Captações Comerciais: inclui Depósitos a Prazo, Depósitos Judiciais, Depósitos de Poupança, Depósitos à Vista, Letras de Crédito de Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI) e Outros Recursos de Emissões.

Captações Institucionais: inclui captações direcionadas a investidores institucionais, são elas: Obrigações de Empréstimos, Cessões e Repasses, Dívidas Subordinadas no País e no Exterior, TVM no exterior e Letras Financeiras.

Carteira de Crédito: total das operações de empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

Carteira de Crédito Expandida: corresponde à carteira de crédito acrescida das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas.

Carteira de Crédito Interna: corresponde à carteira de crédito ou à carteira de crédito expandida, considerando apenas as operações realizadas no país.

Carteira de Crédito Orgânica: corresponde à carteira de crédito desconsiderando-se as carteiras adquiridas.

Correspondentes Bancários: são empresas contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições.

Créditos renegociados: são operações de crédito com alteração das condições originalmente pactuadas ou com a substituição do instrumento financeiro original por outro instrumento, seja pela

liquidação da respectiva obrigação seja pelo seu refinanciamento parcial ou integral.

Créditos reestruturados: são operações de crédito renegociadas com concessões significativas à contraparte em decorrência de deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

Custo do Crédito: corresponde às despesas de perda esperada somadas aos descontos concedidos e deduzidas das receitas com recuperação de crédito.

Despesas/Receitas de Oportunidade: a despesa de oportunidade é definida, no caso de operações prefixadas, considerando o custo de captação no momento da contratação, não sendo impactado pelas variações da taxa Selic e/ou da ETTJ (Estrutura a Termo de Taxa de Juros). Em relação ao crédito destinado para pessoas físicas e jurídicas, com recursos livres, a despesa de oportunidade pode ser lastreada à TMS (Taxa Média Selic) e/ou à ETTJ. No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, a despesa de oportunidade é calculada de acordo com a origem dos recursos captados e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso. A receita de oportunidade, de modo análogo, é predominantemente pós-fixada e baseada na TMS do período.

Garantias: são operações em normalidade às quais o BB assegura a liquidação financeira dos contratos (aval e fiança).

Hedge Estrutural: operações realizadas para anular os efeitos de variações em moedas estrangeiras sobre os ativos no exterior.



Hedge Fiscal: operações realizadas para minimizar o efeito da tributação sobre resultados positivos decorrentes do hedge estrutural.

INAD +90d: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso acima de 90 dias e o saldo da carteira.

Índice de Cobertura da Carteira de Crédito: relação entre o saldo de provisões e o saldo de operações vencidas há mais de 90 dias da carteira de crédito (total, PF, PJ, Agro ou Renegociada).

Índice de Cobertura das Despesas Administrativas: relação entre as receitas de prestação de serviços e as despesas administrativas.

Índice de Cobertura das Despesas de Pessoal: relação as receitas de prestação de serviços e as despesas de pessoal.

Índice de Eficiência: indicador de produtividade que expressa a relação entre as despesas administrativas e as receitas operacionais.

Itens Extraordinários: receitas ou despesas relevantes identificadas no resultado do período e que não se referem aos negócios normais do Banco e/ou se referem a eventos que ocorreram em exercícios anteriores.

Lucro Líquido Ajustado: lucro líquido sem itens extraordinários.

Margem com Clientes: é formada essencialmente pela receita de operações de crédito, acrescida de TVMs privados com característica de crédito, descontada de despesas de oportunidade para cada tipo de operação e pelas despesas de captação comercial (sem aplicações compulsórias), acrescidas de receitas de oportunidade para cada tipo de operação.

Margem com Mercado: formada pelo resultado de tesouraria (sem TVMs privados), pelas despesas de captação institucional, pela margem financeira bruta do Banco Patagonia e pelo resultado líquido das oportunidades (receitas/despesas) acrescido do resultado das aplicações compulsórias.

Margem de Lucro Líquida: diferença entre a taxa média de retorno dos ativos rentáveis e a taxa média de custo dos passivos onerosos.

Margem Financeira Bruta: é calculada pela diferença entre as receitas e despesas de intermediação financeira considerando as realocações. Representa o resultado das operações de intermediação financeira, antes da provisão para risco de crédito.

Margem Financeira Gerencial: é calculada pelo somatório da Margem com Clientes e da Margem com Mercado.

Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME): clientes pessoas jurídicas com faturamento bruto anual de até R\$ 200 milhões.

MSD: Média de Saldos Diários.

Passivos Onerosos: refletem a soma de todos os passivos que acarretam despesa financeira para a instituição.

PCLD Ampliada: conforme a Resolução BCB nº 2.682/99, revogada pela Resolução CMN nº 4.966/21 em 01/01/2025, corresponde às despesas com o risco de crédito somadas aos valores recuperados de perdas, além de descontos concedidos e perdas por imparidade.

Perda Esperada: expectativa de perdas associadas ao risco de crédito de instrumentos financeiros.

Perdas por Imparidade: registra as perdas permanentes em títulos e valores mobiliários, as despesas com provisão por imparidade em títulos e valores mobiliários e o resultado negativo apurado em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que foram baixados pela instituição vendedora ou cedente.

Reallocações: ajustes realizados na Demonstração do Resultado com o objetivo de possibilitar melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa.

Retorno sobre Patrimônio Líquido Anualizado (RSPL): razão entre o lucro líquido ajustado e a média



do patrimônio líquido, deduzida das participações de minoritários. Os valores são anualizados.

Risco de Crédito: despesa com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) da Carteira de Crédito, conforme a Resolução BCB nº 2.682/99.

Risco Médio: relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira de crédito.

Spread com Clientes: é o resultado da margem financeira gerencial com clientes ("margem com clientes") dividida pelos respectivos saldos médios das operações ativas (crédito, TVMs privados e similares).

Spread de Crédito: é o resultado da margem financeira gerencial de crédito (total, PF, PJ e Agro) dividida pelos respectivos saldos médios. Os spreads de crédito não consideram as operações de TVM Privados, adquiridas e/ou contratadas por unidades/subsidiárias do BB no exterior. O spread de crédito da carteira Pessoa Jurídica (PJ), diferente do spread de crédito total, não considera operações da carteira Governo.

Spread Global: relação entre a margem financeira bruta e os ativos rentáveis médios.

TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

Regulação do Capital no Banco do Brasil

Ajustes Prudenciais: são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais cuja qualidade pode ser comprometida em decorrência de sua baixa liquidez, difícil avaliação ou dependência de lucro futuro para serem realizados.

Capital Complementar: são os IHCD que atendam aos requisitos definidos pela Resolução CMN nº 4.955/21 para compor o Capital Complementar, desde que autorizados pelo Banco Central.

Capital Nível I: somatório do Capital Principal e Capital Complementar.

Capital Nível II: são os Instrumentos de Dívidas Subordinadas (IDS) que atendam aos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.955/21 para compor o Nível II, desde que autorizados pelo Banco Central.

Capital Principal: composto pelo Patrimônio Líquido e contas de resultado, sendo deduzidos os Ajustes Prudenciais.

Patrimônio de Referência (PR): é o somatório do Capital Nível I e II.

Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR): é o patrimônio exigido (volume de capital necessário) das instituições e dos conglomerados autorizados a funcionar pelo Banco Central, para fazer face aos riscos a que estão expostos, em função das atividades por eles desenvolvidas, e é definido pela Resolução CMN nº 4.958/21.

Risk Weighted Assets (RWA): ativos ponderados pelo risco.

RWACPAD: ponderação dos ativos relativa às exposições ao risco de crédito.

RWAMPAD: ponderação dos ativos relativa às exposições ao risco de mercado.

RWAOPAD: ponderação dos ativos relativa às exposições ao risco operacional.



Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Vice-Presidente

Marco Geovanne Tobias da Silva

Gerente Geral de RI

Janaína Storti

Gerente Executivo

Felipe de Mello Pimentel

Especialista

Marcelo Oliveira Alexandre

Gerentes

Daniela Priscila da Silva

Fabíola Lopes Ribeiro

Hilzenar Souza Alves da Cunha

Assessores

Adriano Gonçalves de Souza

Bruno Santos Garcia

Caroline Rosa

Clodoaldo Oliveira de Melo Neto

Diogo Simas Machado

Fernanda Vasconcelos de Meneses

Fernando Cassimiro de Macedo

Filipe Cardoso Duda

Gustavo Correia de Brito

Laura Daiana Fernandes Cunha

Luiz Felipe Alves Abreu

Luiz Fernando de Almeida

Márcia Lima Rodrigues

Marco Antonio Datolo Fernandes

Nathalia Barbieri

Pedro Tavares Pegorer

Regina Knysak

Tais Pereira Martins

Vitor Lopes Rodrigues

Viviane Hilpert Rego

William Vladimir Rosales Merida da Silva

Relações com Investidores

bb.com.br/ri



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório de Asseguração Limitada dos auditores independentes sobre as informações contábeis consolidadas suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho

Aos
Acionistas, Conselho de Administração e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Introdução

Fomos contratados pelo Banco do Brasil S.A. (“Banco”) para a elaboração de um relatório sobre a apresentação das informações contábeis consolidadas suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho do Banco do Brasil S.A. para os períodos de três e doze meses findos em 31 de dezembro de 2025, na forma de uma conclusão de asseguração limitada independente que, com base no trabalho realizado e nas evidências obtidas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a afirmação do Banco de que as informações contábeis consolidadas suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho não estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, relativas à data-base de 31 de dezembro de 2025, registros contábeis do Banco, e com as informações referidas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco (“informações contábeis suplementares”), que incluem o item “Abertura das Realocações”, preparadas pela e sob a responsabilidade da Administração do Banco.

As informações contábeis suplementares foram compiladas e apresentadas partindo das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, relativas à data-base de 31 de dezembro de 2025 e registros contábeis do Banco, auditados por nós de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sobre as quais emitimos relatório de auditoria em 10 de fevereiro de 2026.

As informações contábeis suplementares compiladas incluem realocações de acordo com as interpretações e os julgamentos da Administração do Banco, conforme critérios para elaboração descritos na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas, no item Abertura das Realocações do Relatório de Análise do Desempenho.

Responsabilidades da Administração do Banco

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Banco, relativas à data-base de 31 de dezembro de 2025, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como pela apresentação das informações contábeis consolidadas suplementares, incluídas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco, cujos valores são obtidos das demonstrações contábeis consolidadas do Banco auditadas por nós, ou dos registros contábeis do Banco. A Administração do Banco é responsável pelo desenho, implementação e manutenção dos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir que tais informações estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre se a apresentação das informações contábeis consolidadas suplementares incluídas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco referentes aos períodos de três e doze meses findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas pelo Banco, não estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, registros contábeis do Banco, e com as informações referidas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco (“informações contábeis suplementares”), que incluem o item “Abertura das Realocações”, preparadas pela e sob a responsabilidade da Administração do Banco, e elaborar um relatório na forma de uma conclusão de asseguração limitada independente com base nas evidências obtidas.

Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000, Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e International Auditing and Assurance Standards Board, respectivamente. Essas normas requerem o planejamento dos trabalhos e a execução dos procedimentos de forma a obter um nível significativo de segurança sobre se as informações contábeis consolidadas suplementares incluídas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco, estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, relativas à data-base de 31 de dezembro de 2025 e com as informações referidas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco, como base para a nossa conclusão de asseguração limitada.



A KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") aplica a Norma Brasileira de Gestão de Qualidade (NBC PA 01), que requer que a firma planeje, implemente e opere um sistema de gestão de qualidade, incluindo políticas ou procedimentos relacionados ao cumprimento de requerimentos éticos, normas profissionais e exigências legais e regulatórias aplicáveis. Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de Ética Profissional do Contador e das Normas Profissionais (incluindo as Normas de Independência), baseados nos princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e devido zelo, confidencialidade e comportamento profissional.

Os procedimentos selecionados dependem do nosso entendimento, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante na apresentação das informações contábeis consolidadas suplementares, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os procedimentos realizados em um trabalho de asseguração limitada variam em termos da natureza e época, e sua extensão é menor do que um trabalho de asseguração razoável. Assim, o nível de segurança obtido em um trabalho de asseguração limitada é significativamente menor do que a segurança que teria sido obtida caso um trabalho de asseguração razoável tivesse sido realizado, consequentemente, não expressamos opinião de auditoria ou asseguração razoável sobre a apresentação das informações contábeis consolidadas suplementares incluídas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco, referentes aos períodos de três e doze meses findos em 31 de dezembro de 2025.

Nossa conclusão não contempla aspectos relacionados com as informações prospectivas contidas no Relatório de Análise de Desempenho, nem fornece qualquer garantia se as premissas utilizadas pela Administração proporcionam uma base razoável para as projeções apresentadas. Portanto, nosso relatório não proporciona qualquer tipo de asseguração sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo, metas, expectativas e planos futuros) e informações descritivas e/ou gerenciais que são sujeitas à avaliação subjetiva.

Conclusão

Nossa conclusão foi baseada e está limitada aos assuntos descritos neste relatório.

Acreditamos que as evidências que obtivemos são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa conclusão.



Com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a apresentação das informações contábeis consolidadas suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho não foi elaborada adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, relativas à data-base de 31 de dezembro de 20251 registros contábeis do Banco, e com as informações referidas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas, no item "Abertura das Realocações", do Relatório de Análise do Desempenho do Banco.

Brasília, 11 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0


João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2



Relatório da
Administração

2025



Relatório da Administração | 2025



Lucro Líquido

R\$ 17,8 bilhões

Resultado da Intermediação Financeira

R\$ 39,1 bilhões

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

R\$ 66,4 bilhões

Receita de Prestação de Serviços

R\$ 34,8 bilhões

Despesas Administrativas e de Pessoal

R\$ 41,2 bilhões

Índice de Basileia

15,13 %

Índice de Capital Principal

12,23 %

O ano de 2025 foi um ano de ajustes. Atuamos com responsabilidade para controlar a inadimplência, impulsionar novos negócios e diversificar receitas, além de avançar em inovação e sustentabilidade, com investimentos consistentes em pessoas e promoção da diversidade.

Reafirmamos nosso compromisso com todos os públicos com os quais nos relacionamos, alinhados ao nosso propósito de ser próximos e relevantes na vida das pessoas em todos os momentos. Seguimos fortalecendo nossa atuação como o banco do agro - do pequeno produtor ao grande exportador - apoiando trabalhadores, famílias, empresas e o setor público.

Em dezembro/25, nossos ativos alcançaram R\$ 2,5 trilhões, a carteira de crédito superou R\$ 1,2 trilhão, com crescimento em todos os segmentos, enquanto os recursos de clientes totalizaram R\$ 898 bilhões. O Capital Principal foi de 12,23%, robusto para continuar suportando o crescimento da nossa operação.

O resultado da intermediação financeira refletiu o aumento das despesas de captação, impulsionado pelo maior volume de depósitos e pela elevação da Taxa Média Selic e da Taxa Referência ao longo do ano, parcialmente compensado pelo crescimento da carteira de crédito e pelo resultado com títulos e valores mobiliários que beneficiaram as receitas.

As perdas esperadas, influenciadas pela nova dinâmica de constituição a partir da adoção da Resolução 4.966/21, refletiram, principalmente, o aumento da inadimplência nas operações com produtores rurais. Diante desse cenário, agimos com transparência e implementamos medidas efetivas de enfrentamento, respondendo de forma rápida e decisiva, com a revisão de fluxos de cobrança, aprimoramento das garantias e priorização de desembolsos conforme a matriz de resiliência.

Em outubro, iniciamos as contratações do BB Regulariza Dívidas Agro e do Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais, conforme MP 1.314/2025, oferecendo soluções para liquidar ou amortizar dívidas de custeio, investimento e CPRs para os produtores rurais. Até dezembro, foram contratados R\$ 22,6 bilhões nas linhas da MP.

Avançamos também no Crédito do Trabalhador, que desde o seu lançamento já alcançou uma carteira de R\$ 14,3 bilhões e mais de 1,5 milhão de operações, fortalecendo a diversificação do mix da carteira com melhor relação risco-retorno, buscando nossa participação justa no mercado de crédito consignado.

Nossa atuação com o setor público se intensificou, fortalecendo nossa posição como parceiro institucional de referência e apoiando projetos estruturantes, a modernização da gestão pública e a ampliação da oferta de serviços à sociedade.

Reforçamos ainda a diversificação de receitas de prestação de serviços, com destaque para



administração de fundos, consórcios e comissões de seguros, previdência e capitalização, demonstrando nossa força comercial e importante sinergia e complementariedade junto às empresas do nosso conglomerado.

As Despesas Administrativas evoluíram em linha com a operação, reflexo da recomposição salarial dos funcionários e aos investimentos em tecnologia, inteligência artificial e cybersegurança.

Com isso, o lucro líquido de 2025 foi de R\$ 17,8 bilhões e o valor adicionado foi de R\$ 51,9 bilhões, considerando impostos, salários, dividendos e demais componentes.

Os resultados alcançados ao longo de 2025 evidenciam a capacidade do Banco do Brasil de atravessar os cenários com responsabilidade, disciplina e foco na execução. As iniciativas implementadas reforçaram nossa base operacional, financeira e de capital, posicionando o BB para um novo ciclo de crescimento sustentável.

Mantemos nosso compromisso de gerar valor de forma consistente para clientes, colaboradores, acionistas e demais públicos de relacionamento, sempre com visão de longo prazo e atuação responsável.





Principais destaques do Período

Crédito do Trabalhador

Nossa carteira de crédito consignado privado do Crédito ao Trabalhador alcançou a marca de R\$ 14,3 bilhões, com mais de 1,5 milhão de operações desde seu lançamento em março de 2025.

BB no Ranking Bacen de Reclamações

Completamos 14 trimestres consecutivos na melhor posição entre os cinco principais bancos dos conglomerados financeiros, reforçando o compromisso com a excelência no relacionamento com os clientes.

Renegociação de dívidas rurais com base na MP 1.314/2025

Em outubro iniciamos a operacionalização do BB Regulariza Dívidas Agro e do Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais, que são linhas criadas pela MP 1.314/2025 e que prevê condições especiais para liquidação ou amortização de dívidas de custeio, investimento e CPR de produtores rurais. Até dezembro/2025 foram contratados R\$ 22,6 bilhões, beneficiando mais de 15 mil clientes produtores rurais.

Desembolsos com PEAC FGI e Pronampe

Em 2025, reforçamos a atuação nas linhas de crédito com fundos garantidores, priorizando operações com melhor relação risco-retorno. Os desembolsos para micro, pequenas e médias empresas, suportados pelo PEAC-FGI e pelo Pronampe, somaram mais de R\$ 20 bilhões no

período, crescimento de 63% comparado com 2024. Também avançamos na matriz de resiliência, ampliando operações com recebíveis e garantias.

BB Ventures

Ampliamos o escopo de atuação do nosso programa de Corporate Venture Capital, lançado em 2020, incluindo as temáticas bioeconomia, ASG e DEI (Diversidade, Equidade e Inclusão). Para sustentar essa nova fase, o BB Ventures passará a contar com um capital de até R\$ 500 milhões a partir de 2026.

Atuação Omnichannel

Em 2025, aprofundamos nossa atuação omnichannel, combinando rede física e canais digitais para entregar jornadas mais inteligentes, personalizadas e resolutivas, com 93% das transações já concentradas nos canais digitais e 35,8 milhões de clientes digitais — mantendo presença e proximidade. Esse avanço veio acompanhado da integração humano-digital via Central de Relacionamento do Banco do Brasil (voz e texto), videoatendimento digital e WhatsApp BB, fortalecendo nossa escala com toque humano e ampliando a resolutividade.

Evoluímos em modelos mais leves e flexíveis de atendimento e expandimos parcerias no Ponto BB e nos hubs de relacionamento, conectando negócios e serviços — movimentos que reforçam nossa estratégia de unir tecnologia e humanidade para antecipar necessidades e oferecer uma experiência hiperpersonalizada.



Reposicionamento Estilo

Em 2025, avançamos no fortalecimento do nosso modelo de Alta Renda com o reposicionamento do BB Estilo, que ganhou nova identidade visual e uma proposta de valor focada em benefícios ampliados e jornadas digitais personalizadas, reforçando sofisticação, brasiliade e exclusividade. Expandimos o High Estilo, que passou a contar com 21 agências especializadas, ao mesmo tempo em que evoluímos o portfólio com o lançamento do Cartão Estilo – Altus Liv e evolução do aplicativo. Além disso, ampliamos nossa presença em experiências exclusivas para fortalecer relacionamento e engajamento do cliente alta renda.

BB Empresas

Aprimoramos também o modelo de atendimento às Micro e Pequenas Empresas em 2025, consolidando uma atuação mais consultiva, especializada e orientada por dados. Com a maior rede de atendimento do país, 7,4 mil profissionais dedicados e atendimento humano por canais de voz e texto para 100% dos clientes negociais do varejo. A evolução das jornadas digitais, o reforço da inteligência analítica e o lançamento do nosso primeiro agente conversacional de IA generativa para clientes PJ fortalecem uma experiência integrada, humana e resolutiva. Além disso, o reposicionamento estratégico do BB Empresas, construído em cocriação com nossos clientes, reafirma nosso compromisso de estar ao lado de quem empreende no Brasil. Essas evoluções ampliam o engajamento e impulsionam o crescimento dos negócios no segmento.

Mesa de comercialização de créditos de carbono

Durante a COP30, em Belém, lançamos nossa mesa de comercialização de créditos de carbono, e com isso, nos tornamos o primeiro grande banco brasileiro a permitir que empresas com metas de emissão adquiram créditos de projetos de preservação florestal ou de energia limpa. Estima-se que mais de cinco mil grupos econômicos precisarão gerenciar seus inventários de emissões e o BB atua para atender essa demanda, tanto na negociação de créditos quanto na originação de projetos de descarbonização.

Parceria BEI Global

Também durante a COP30, assinamos com o Banco Europeu de Investimentos (BEI Global) um compromisso para uma captação de € 350 milhões para impulsionar negócios liderados por mulheres e projetos de energia renovável na região da Amazônia Legal.

Empreendedorismo Feminino

Reconhecemos o empreendedorismo feminino como força indispensável ao crescimento econômico e à transformação social. Atendemos 1,3 milhão de empresas lideradas por mulheres, o que representa 41% dos clientes MPE (Micro e Pequenas Empresas) e 36% da carteira de crédito destinada a pequenos negócios. Em 2025, desembolsamos R\$ 1 bilhão em linhas exclusivas para mulheres, como o Giro e o FCO Mulher Empreendedora, reafirmando o compromisso do BB em apoiar e impulsionar negócios liderados por mulheres.



Acionistas

Contamos com uma base de 1,6 milhão de acionistas, sendo 99,1% de pessoas físicas locais. Ao final de dezembro, 34% das nossas ações em *free float* estavam em poder de destes clientes, 19% em poder de investidores PJ locais e 47% em poder de investidores residentes no exterior. Nossas ações (BBAS3) representaram 2,85% do Ibovespa no último quadrimestre. No último pregão do mês de dezembro, as BBAS3 estavam cotadas a R\$ 21,92.

Em setembro, realizamos o BB Day, em Nova Iorque, compartilhando resultados, estratégias e perspectivas com o mercado. O evento híbrido contou com a presença de investidores institucionais, analistas, representantes de bancos de relacionamento e agências de *rating*, e foi transmitido ao vivo pelo canal do BB no YouTube. A gravação do evento está disponível nesse [link](#).

Em 2025, o *payout* foi de 30%, totalizando R\$ 5,2 bilhões distribuídos em Juros Sobre Capital Próprio (JCP), o que corresponde a R\$ 0,907 por ação.

Estratégia e Governança Corporativa

A Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB) orienta o posicionamento de longo prazo da instituição, traduzindo nossa visão de futuro, prioridades e escolhas estratégicas. Com horizonte de cinco anos e revisão anual, a ECBB 2026-2030 reafirma nosso propósito – ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos – e nossos valores, consolidando o compromisso do BB com a geração de valor sustentável, a inovação e a responsabilidade socioambiental.

A atualização da estratégia corporativa incorporou a abordagem de cenários e futuros possíveis, fortalecendo nossa capacidade de antecipação e adaptação em um ambiente marcado por maior complexidade, transformação digital acelerada, evolução regulatória e desafios climáticos. O processo contou com participação ampla dos funcionários, análises técnicas, tendências de mercado e visão integrada do cliente, assegurando que a estratégia permaneça viva, orientada por dados e conectada às necessidades da sociedade.

Nossa cultura organizacional permanece como eixo central do que somos, impulsionando o desenvolvimento contínuo, a diversidade, a inclusão e a segurança psicológica. São nossos funcionários e colaboradores que dão vida à estratégia, tornando possível a entrega de valor, a inovação e a proximidade que nos definem.

A Governança Corporativa assegura transparência, equidade, *accountability* e responsabilidade na condução dos negócios. Desde 2006, estamos listados no Novo Mercado da B3, segmento com o mais elevado padrão de governança corporativa. Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva; e pelo Conselho Fiscal (CF).

O CA, órgão que fixa a orientação geral dos negócios do BB e de suas subsidiárias e controladas, possui membros independentes, conforme dispõem as boas práticas de governança corporativa, inclusive o Regulamento do Novo Mercado da B3, a legislação aplicável e o art. 18, §7º, do Estatuto Social. O CA possui,



além disso, diversidade de gênero, raça e formação e conta, em sua composição atual, com 50% de liderança feminina, prática que é fortalecida por regras e indicadores de representatividade racial e de gênero que elevam a atuação e a diversidade da Governança Corporativa do Banco

Tecnologia que Transforma

Em 2025, nossa tecnologia seguiu transformando vidas e negócios, contribuindo para a geração de valor para nossos clientes, para a sociedade e para o mercado. Com um parque tecnológico robusto e eficiente e atentos aos movimentos do mercado, mantivemos nosso protagonismo. Evoluímos nossa forma de trabalhar, aprimoramos os canais digitais, ampliamos o uso de Inteligência Artificial e Analítica, aperfeiçoamos nossas soluções de educação financeira e expandimos a integração com diversos ecossistemas, reforçando o posicionamento do Banco do Brasil como referência em inovação no sistema financeiro.

Investimos continuamente em tecnologia e segurança para sustentar o crescimento orgânico, a resiliência operacional e a evolução dos nossos serviços. Esses investimentos viabilizaram avanços relevantes em arquitetura em nuvem, segurança cibernética, modernização de sistemas e escalabilidade das soluções, assegurando confiabilidade, agilidade e flexibilidade às operações do Banco, em linha com as melhores práticas do mercado financeiro. Desde 2016, esses esforços totalizam R\$ 43,7 bilhões em investimentos em tecnologia, sendo R\$ 6,8 bilhões destinados somente em 2025.

Somos um banco tecnológico e digital

Em 2025, mais de 93% das transações realizadas pelos nossos clientes ocorreram por meio de canais digitais, refletindo a preferência crescente por interações simples, seguras e resolutivas. A base de clientes ativos nos canais digitais atingiu 35,8

milhões, enquanto 42,7 milhões de clientes únicos utilizaram ao menos um de nossos canais. O Super App BB consolidou-se como principal ponto de contato digital e plataforma de ecossistema, reunindo serviços financeiros e não financeiros em uma experiência integrada, com elevados índices de satisfação nas principais lojas de aplicativos. Ao longo de 2025, 34,1 milhões de usuários acessaram em algum momento o App BB, evolução de 12% em relação à 2024. Seguimos entre os líderes em satisfação, com notas de 4,7 no Google Play e 4,8 na Apple Store.

Evoluímos, também, jornadas relevantes no WhatsApp BB, que se consolidou como um canal estratégico de relacionamento, incorporando funcionalidades como pagamentos Pix com uso de recursos de Inteligência Artificial, além de soluções digitais para renegociação e regularização de dívidas. A nova Central de Soluções de Dívidas permitiu a realização de processos de recuperação de forma 100% digital, com crescimento expressivo no volume financeiro e na quantidade de operações iniciadas no aplicativo, reforçando uma jornada moderna, acessível e eficiente.

Reafirmamos nossa liderança em Inteligência Artificial e Analítica, com um ecossistema de dados robusto e orientado a resultados. Contamos, atualmente, com mais de 1.800 soluções catalogadas, incluindo mais de 1.000 modelos de IA, que apoiam decisões estratégicas, aprimoram a experiência dos clientes, impulsionam o crescimento de receitas e elevam a eficiência operacional. Essas soluções estão presentes em frentes como encarteiramento inteligente,



personalização de ofertas, crédito, investimentos, agronegócios, gestão de riscos, sustentabilidade e governança.

Inovação no DNA dos nossos negócios

Seguimos promovendo a inovação aberta por meio do BB Ventures, nosso Programa de Corporate Venture Capital, que fortalece a integração com startups e acelera o desenvolvimento de novos negócios. Desde sua criação, mais de 1.000 startups foram mapeadas e, atualmente, o portfólio conta com 53 investidas. As integrações vêm gerando ganhos de eficiência, lançamento de novas soluções e melhoria da experiência do cliente, consolidando o BB como protagonista no ecossistema de inovação.

Estamos acelerando ainda mais a transformação digital ao expandir a metodologia ágil para toda a

organização. O Movimento de Aceleração Digital (MAD), que já promove uma profunda transformação cultural e tecnológica, foi estrategicamente ampliado e tem como objetivo contar, até o final de 2026, com mais de 10 mil funcionários em todas as unidades estratégicas do Banco.

Ao integrar tecnologia e negócio em torno de uma visão comum, nos tornamos mais leves, adaptáveis e preparados para surpreender, encantar e entregar valor real no tempo do cliente. Mais do que implementar novas tecnologias, estamos promovendo um novo jeito de trabalhar, orientado por dados, colaboração e foco no cliente.

Essas iniciativas reforçam o compromisso do BB com a eficiência, a inovação e a sustentabilidade do negócio, oferecendo aos clientes uma experiência digital memorável.

Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Adotamos as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança, orientadas à identificação, avaliação e gestão de riscos e oportunidades. Essas premissas estão incorporadas na Agenda 30 BB, materializada nos Compromissos BB 2030 – que estabelecem diretrizes de longo prazo para um mundo mais sustentável – e no Plano de Sustentabilidade do Banco, que orienta a execução das iniciativas e entrega de resultados.

Os Compromissos BB 2030 estabelecem metas em três frentes estratégicas: finanças sustentáveis; governança ambiental, social e climática; e impactos positivos na cadeia de valor. Essas frentes refletem nosso engajamento com as prioridades globais de desenvolvimento sustentável e reforçam a incorporação da agenda ASG à condução dos negócios, à gestão de riscos e à geração de valor de longo prazo para clientes, acionistas e sociedade.

Nesse contexto, assumimos objetivos claros e mensuráveis, com destaque para a constituição de uma carteira com R\$ 500 bilhões em crédito sustentável até 2030, incluindo R\$ 200 bilhões direcionados à agricultura sustentável, R\$ 30 bilhões para financiamento de energias renováveis e R\$ 5 bilhões para o fomento da bioeconomia.



Em setembro de 2025, lançamos, juntamente com os novos Compromissos, a 10ª versão do Plano de Sustentabilidade, com 100 ações estratégicas para o período de 2025 a 2027, vinculadas a 20 desafios em sustentabilidade. Ao longo de duas décadas de evolução dessa Agenda, aprimoramos práticas e negócios sustentáveis, com esforços voltados à gestão responsável dos recursos naturais, ao respeito aos direitos humanos e à geração de valor para a sociedade e o meio ambiente.

Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável			
Finanças Sustentáveis	Governança social, ambiental e climática	Impactos Positivos na Cadeia de Valor	
<p> Carteira de Crédito Sustentável R\$ 500 bilhões de saldo até 2030. Dez/25: R\$ 415,1 bi</p> <p> Energia Renovável R\$ 30 bilhões até 2030. Dez/25: R\$ 22,3 bi</p> <p> Agricultura Sustentável R\$ 200 bilhões até 2030. Dez/25: R\$ 172,1 bi</p> <p> Estratégia Bioeconomia R\$ 5 bilhões até 2030. Dez/25: R\$ 3,0 bi</p> <p> Eficiência Municipal e Estadual¹ R\$ 100 bilhões desembolsados até 2030. Dez/25: R\$ 62,8 bi</p>	<p> Produtos de Investimento Sustentável R\$ 30 bilhões em fundos de investimentos sustentáveis² até 2030. Dez/25: 13,5 bi</p> <p> Recursos Sustentáveis R\$ 100 bilhões em captações de recursos sustentáveis até 2030. Dez/25: 61,6 bi</p>	<p> Emissões de GEE 100% de compensação do escopo 1. Jun/25: 100% 100% de utilização de energia renovável³ a partir de 2023. Jun/25: 100% 42% as emissões diretas (escopo 1) reduzidas até 2030⁴. Jun/25: -29% Reducir em 42% a intensidade de emissões GEE da carteira de empréstimos corporativos até 2040. Jun/25: -3%</p> <p> Diversidade 50% de mulheres em cargo de liderança até 2030. Dez/25: 28,88% 50% de pretos, pardos, indígenas e outras etnias sub-representadas em cargos de liderança até 2030. Dez/25: 30,49%</p>	<p> Inclusão Financeira 1,4 milhão de empresas lideradas por mulheres apoiadas com soluções financeiras até 2030. Dez/25: 1,07 mi Ampliar a cidadania financeira para 7,5 milhões de clientes jovens das gerações Alfa⁵ e Z⁶ até 2030. Dez/25: 6,06 mi</p> <p> Inclusão Social 1 milhão de pessoas impactadas por ações realizadas no âmbito da bioeconomia até 2030. Dez/25: 107 mil</p> <p> Investimento Social Privado R\$ 1 bilhão investidos em educação, cuidado com meio ambiente, inclusão, ajuda humanitária, incentivo ao voluntariado e tecnologias sociais por meio da Fundação BB até 2030. Dez/25: R\$ 763 mi</p> <p> Reflorestamento e Conservação Ambiental 2 milhões de hectares conservados e/ou de reflorestamento até 2030. Dez/25: 1,05 mil ha 1,5 milhão de hectares de áreas degradadas recuperados até 2030. Dez/25: 558,5 mil ha</p>

(1) Agricultura, cultura, defesa civil, educação, eficiência energética e iluminação pública, esporte e lazer, infraestrutura vária, universidade, cultura, esporte e lazer, varejo, turismo, indústria, serviços, telecomunicações, energia eólica, hidrelétrica e solar, além de investimento em alteração regulatória dos fundos de investimento sustentáveis; (2) Unhas próprias, mercado livre e RECs; (4) Em relação ao ano-base 2022; (5) geração Alfa: nascidos a partir de 2010; (6) geração Z: nascidos entre 1997 e 2010.

Captações Sustentáveis

Alcançamos R\$ 45 bilhões em captações destinadas a investimentos em iniciativas ASG. Os recursos foram obtidos por meio da emissão de Bonds com perfil ASG e de operações com instituições multilaterais, bancos de investimento e bancos comerciais internacionais.

Anunciamos durante a COP 30, em Belém, R\$ 3 bilhões em captações destinadas a promover pequenos negócios e empreendedorismo feminino, energia renovável e bioeconomia na região amazônica.

Com relação ao programa Eco Invest Brasil, o BB alcançou R\$ 2,4 bilhões em contratos, atingindo 50% do valor previsto para o primeiro leilão, que direciona recursos para economia circular, eficiência energética, bioeconomia e infraestrutura verde. No último trimestre de 2025, o Banco começou a receber os recursos referentes ao segundo leilão, destinado à recuperação produtiva de áreas degradadas, cujo objetivo é viabilizar a recuperação de 275 mil hectares e atingir R\$ 6,8 bilhões em investimentos.



Negócios Sustentáveis

Em linha com os compromissos de longo prazo do BB e visando auxiliar os clientes na transição para uma economia mais sustentável, em 2025, o saldo da Carteira de Crédito Sustentável alcançou R\$ 415,1 bilhões em operações de crédito sustentáveis, crescimento de 7,3% em 12 meses. Este montante foi contratado em linhas de crédito com foco ambiental e social ou para financiar atividades e segmentos com impacto socioambiental positivo, reforçando o papel do BB no desenvolvimento do país e na construção de um futuro mais sustentável.

A Carteira de Crédito Sustentável é submetida a uma avaliação independente, que considera as principais taxonomias ASG nacionais e internacionais na classificação dos clientes e das linhas de crédito que compõem a carteira. A metodologia é revisada continuamente para incorporar as melhores práticas e referências pioneiras dos últimos anos e de agregar os novos produtos com atributos ASG.

Mercado de Carbono

Reforçamos a nossa atuação no mercado voluntário de carbono, apoiando clientes na criação de projetos com alta adicionalidade ambiental, inventários de emissões de GEE, planos de descarbonização e oferta de créditos de carbono para compensação de emissões não mitigadas. Também promovemos a intermediação entre compradores e vendedores de créditos e oferecemos linhas específicas para projetos de energia renovável e eficiência energética.

Até dezembro de 2025, o Banco apoiou a preservação ou reflorestamento de mais de um milhão de hectares por meio de projetos de carbono e operações de crédito. Os projetos de

conservação florestal (REDD+) aliam preservação ambiental à geração de renda.

Bioeconomia e Cadeia de Valor

Temos contribuído com o desenvolvimento da biodiversidade no país, disponibilizando recursos financeiros, atendimento especializado, linhas de crédito com condições atrativas e serviços de consultoria financeira para auxiliar agricultores familiares, associações e cooperativas que atuam com Bioeconomia. Nossa abordagem envolve escuta ativa e atendimento personalizado, com forças-tarefas dedicadas a levar serviços bancários a regiões remotas. Combinamos tecnologia e tradição para superar barreiras logísticas e culturais.

Com essa atuação, nos consolidamos como um dos principais financiadores de produtos florestais e biodiversidade, com R\$ 3 bilhões destinados a projetos de bioeconomia na Amazônia legal, impactando positivamente mais de 100 mil pessoas.

Além disso, com o propósito de impulsionar negócios no ecossistema corporativo e nos posicionarmos como parceiro estratégico de médias e grandes empresas, oferecemos assessoria especializada e soluções personalizadas que promovem geração de valor sustentável em toda a cadeia produtiva. Ao conectar grandes empresas, MPMEs, cooperativas, produtores rurais e consumidores finais, fortalecemos as relações comerciais entre todos os elos da Cadeia de Valor, por meio de convênios e soluções que ampliam o acesso ao crédito, aumentam a eficiência dos fluxos financeiros e contribuem para maior sustentabilidade das operações.



Diversidade, Equidade e Inclusão

Continuamos engajados com a Diversidade. Atualmente, as mulheres representam 44% do Conselho Diretor (CD) e 50% do Conselho de Administração (CA). Além disso, dois membros se autodeclararam negros no CD e um no CA. Dois membros do CD e um do CA se autodeclararam pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. Por fim, o CA também inclui um membro autodeclarado como pessoa com deficiência (PCD). Estabelecemos ainda metas para ampliar a diversidade em toda liderança do Banco. Nossa objetivo é alcançar 50% de mulheres nessas posições até 2030, registrando um avanço de 25,9% em dezembro de 2023 para 27,5% em dezembro de 2024 e 28,9% em dezembro de 2025.

A seguir demonstramos a evolução da quantidade de mulheres que ocupam cargos na Administração do BB:

	dez/24		dez/25	
	Quantidade de mulheres	%	Quantidade de mulheres	%
Conselho de Administração	4	50%	4	50%
Conselho Diretor	4	44%	4	44%
Diretoria Executiva	9	28%	8	25%

 = Percentual de mulheres por nível hierárquico

Possuímos um dos quadros de funcionários mais diversos do mercado, chancelado pela B3, por meio do iDiversa. Não fazemos distinção de gênero na remuneração. O salário-base para ingresso, as verbas vinculadas ao exercício de funções e as verbas pessoais são definidos e calculados sem qualquer diferenciação entre homens e mulheres.

No próximo quadro, pode-se observar a quantidade e proporção de mulheres em cada nível hierárquico no BB.

	dez/24		dez/25	
	Quantidade de mulheres	%	Quantidade de mulheres	%
Total Banco	35.390	41%	34.689	41%
Operacional	18.612	45%	17.681	46%
Gerencial	11.735	37%	11.334	37%
Assessoria	4.338	35%	4.313	34%
Técnico	683	54%	714	54%
Especialista ¹	22	13%	647	37%

 = Percentual de mulheres por nível hierárquico

¹ Em janeiro/25, o cargo de Supervisor de Atendimento nas agências do Varejo foi convertido em Especialista de Atendimento

Ao longo de 2025, fortalecemos nossa atuação em agendas de diversidade, inclusão e sustentabilidade, por meio da participação e promoção de eventos estratégicos que ampliam o diálogo com diferentes públicos e reforçam o posicionamento do Banco do Brasil como agente de impacto positivo na sociedade.

Em outubro, estivemos presentes na 3^a edição do Future in Black, principal encontro de negócios e liderança protagonizado por lideranças negras da América Latina. No mesmo mês, lançamos a primeira edição do Prêmio Chico Vive, iniciativa que valoriza o legado de Chico Mendes e reconhece esforços em prol da preservação ambiental e dos direitos das comunidades tradicionais.

Também em outubro, atentos ao marcador de gerações, participamos do Rec'n'Play 2025, em Recife, fortalecendo o relacionamento com o público jovem por meio da Praça .BB, que combinou ações de educação financeira e experiências digitais, contribuindo para o rejuvenescimento da base de clientes e o fortalecimento da marca nos territórios.

Em novembro, celebramos o Mês da Consciência Negra com uma série de iniciativas em todo o país, que não se restringem a esse mês, mas se intensificaram em função da relevância da data, reforçando o compromisso com a diversidade, a inclusão e a equidade étnico-racial. Por meio de posicionamento da marca, a experiência com vários



públicos impulsionou o relacionamento com outros marcadores sociais de forma transversal ao de raça e etnia. Destacam-se o Festival Gastronomia Preta, no CCB Rio de Janeiro, que reuniu milhares de pessoas e valorizou o empreendedorismo negro, e a participação no Afropunk Brasil, em Salvador, um dos maiores festivais de cultura negra do mundo, com ativações voltadas à experiência do público e à valorização da cultura que nos conecta.

No mesmo mês, apoiamos a Expo Favela Innovation Brasil, promovendo o empreendedorismo periférico. Com ações comerciais para apresentar soluções financeiras e serviços para o público MEI, estivemos em rodas de negócios junto com empreendedores para ajudar no impulsionamento

dos negócios e orientar quanto aos direcionamentos para geração de valor para os empreendedores, trazendo mais autonomia, independência financeira e gerando impacto social. Por fim, sediamos, em Brasília, o encontro Diálogos Antirracistas para a Democracia – Empregabilidade Verde e Equidade Racial, ampliando o debate sobre transição ecológica justa e inclusão no mundo do trabalho.

Em dezembro, participamos da etapa final do Pink Economy Experience, no Rio de Janeiro, iniciativa que destacou a potência criativa das comunidades negras, indígenas e LGBTQIAPN+, reafirmando a diversidade como motor de transformação social e econômica.

Principais Prêmios e Reconhecimentos

Março

Fomos duplamente premiados no **Agile Trends 2025**, um dos maiores eventos de agilidade e inovação do país. Os dois cases reconhecidos demonstram avanços significativos em automação, cultura ágil e transformação digital: Agiliza – Portal de automação e Self-Healing; Movimento Aceleração Digital – Criação e implementação de Framework ágil em um banco de 216 anos.

Fomos reconhecidos em três categorias no **Prêmio IA em Finanças 2025**, promovido pela revista Global Finance, que destaca as instituições financeiras mais inovadoras no uso de inteligência artificial, as categorias:

- CONSUMER BANKING: Best Banks By Country – Brazil;
- CORPORATE BANKING: Best Banks By Country – Brazil;
- CORPORATE BANKING: Best Banks By Region – Latin America.

Fomos reconhecidos na categoria **Inovação do prêmio 100+ Inovadoras no Uso de TI 2025**, promovido pelo IT Forum, com o case Pix por Aproximação

Fomos um dos vencedores do **Celent Model Bank Award 2025**, recebendo destaque na categoria "AI Innovation for Small Business" pelo uso de Inteligência Artificial Generativa para oferecer insights personalizados de conta a micro e pequenas empresas, por meio da ARI – Área de Recomendações Inteligentes. A premiação se soma a outras duas: Global Finance – The Innovators (América Latina) e AI in Finance Awards nas categorias Enhanced Customer Experience e Personalized Financial Advice.

O BB Private foi reconhecido como **o melhor private bank do País para sustentabilidade**, na premiação **Euromoney Private Banking Awards 2025**, organizado pelo conceituado veículo especializado Euromoney. Trata-se de mais um reconhecimento inédito para o BB Private,



materializando nosso compromisso com ações que fortaleçam a sustentabilidade em nossos negócios.

Abril

Recebemos o prêmio de **Melhor Instituição Pública** do ano, durante o II Fórum de PPPs Sociais, pelo Centro de pesquisa PSP Hub – Infrastructure and Urbanism Studies e Hiria Nurnbergmesse Business. A premiação consagra o protagonismo do BB no fortalecimento do ecossistema de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões.

Maio

No **Prêmio Reconhecimento BNDES 2025**, fomos reconhecidos nas categorias "Finame 60 anos" e "Destaque Empresarial" pelo desempenho no desembolso de linhas de crédito com recursos do banco de desenvolvimento. O evento reuniu os principais agentes financeiros do país.

Pelo segundo ano consecutivo, tivemos reconhecimento pela atuação da diretora jurídica Lucinéia Possar, vencedora do The Latin American Lawyer Women Awards, na categoria In House Counsel of the Year Banking & Finance (Advogada Interna do Ano em Bancos & Finanças).

Junho

Recebemos a 11ª conquista no **Prêmio Broadcast Analistas**, reafirmando sua posição de destaque no mercado financeiro.

Agosto

Fomos amplamente reconhecidos pelo voto dos analistas sell-side no ranking Latin America Executive Team, da Extel, obtendo destaque em diversas categorias individuais e institucionais. Alcançamos a 2ª colocação nas categorias Melhor Equipe de Relações com Investidores, Melhor Programa de Relações com Investidores, Melhor Evento para Investidores e Melhor Conselho de Administração.

Setembro

Fomos premiados com dois ouros e um bronze no **Stevie Awards 2025**, uma das principais premiações globais voltadas à inovação em serviços. Os reconhecimentos envolvem iniciativas que melhoram a experiência dos clientes e valorizam o trabalho das equipes de atendimento. Na categoria Excelência em Acessibilidade, recebemos o ouro pelo case "App BB – Inclusão Digital". A funcionalidade de aumento de fonte e ampliação das áreas de toque no aplicativo já está ativa para mais de 1 milhão de clientes. Já o case "SAC BB – Pessoas cuidando de Pessoas" também recebeu ouro, na categoria Melhor Inovação em Práticas de Gestão.

Outubro

Alcançamos uma marca histórica ao conquistar a 27ª posição no ranking **World's Best Companies 2025**, elaborado pela revista TIME em parceria com a Statista, nos dando a melhor colocação dentre as empresas brasileiras no ranking. Este reconhecimento global reafirma nosso compromisso com práticas ESG e inclusão.

Também em outubro, o BB foi reconhecido em primeiro lugar em duas categorias na 10ª edição do **Prêmio Best Performance**: "Excelência em Comunicação Interna e Cultura Organizacional" com a Temporada CEI – Compliance, Ética e Integridade; e "Excelência na Gestão de Clientes: Retenção" com o case "Acordos que Conectam: Transformando litígios em valor com produtos bancários".

Dezembro

Conquistamos o título de **Melhor Prática e Iniciativa de RI – Large Cap** no **Prêmio APIMEC IBRI**, reforçando nosso compromisso com transparência e excelência no relacionamento com investidores.

No mesmo mês, fomos reconhecidos como **Corporate Startup Star** em premiação realizada



pela **Mind The Bridge e pela Câmara de Comércio Internacional**, em Paris. O reconhecimento destaca o BB entre as 100 melhores empresas do mundo na aplicação de práticas de excelência em Inovação Aberta e na promoção de colaborações estratégicas entre corporações e startups. Esse reconhecimento é resultado do empenho coletivo e do engajamento de diversas unidades do BB, que atuam de forma integrada para fortalecer a cultura de inovação, com foco na geração de valor para os clientes e resultados sustentáveis.

Ainda em dezembro, recebemos o **Prêmio Transparência Pública 2025** pela nossa solução

Gestão Ágil — uma plataforma digital que centraliza, em um único ambiente, informações sobre repasse de recursos públicos, execução financeira, documentos de despesa e prestação de contas, proporcionando mais transparência, padronização e eficiência aos programas governamentais. Concedido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) e pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, o prêmio reconhece trabalhos e ações de destaque voltados à promoção da transparência e ao fortalecimento dos mecanismos de fiscalização na gestão administrativa, patrimonial e fiscal dos recursos públicos no Brasil.

Auditoria Independente

O BB segue rigorosamente todas as legislações e regulamentações aplicáveis à auditoria independente, assegurando transparência e conformidade nos processos. A KPMG Auditores Independentes Ltda. é a empresa contratada para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras.

Com relação aos serviços de não auditoria prestados por ela no âmbito do BB, não representam conflito de interesse, tampouco comprometem sua independência na execução dos trabalhos. As informações sobre os honorários dos serviços de não auditoria são divulgadas anualmente em nosso Formulário de Referência, em conformidade com a Resolução CVM 162/2022.

Esclarecimentos Adicionais

Possuímos R\$ 1,0 bilhão (consolidado) de créditos tributários não ativados, apresentado na nota explicativa 22 – Tributos (subitem “f”). Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Publicamos, anualmente, os investimentos realizados em políticas públicas em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível no site ri.bb.com.br.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.



Esse Relatório da Administração foi preparado com base nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif). Para mais informações, o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional estão disponíveis no site ri.bb.com.br.

Agradecimentos

Agradecemos profundamente a todos os nossos funcionários que demonstram todos os dias comprometimento, dedicação e capacidade de inovar. Seu empenho em se adaptar, criar e aprimorar soluções e manter o foco no relacionamento de excelência com nossos clientes é essencial para o atingimento do nosso propósito. Estendemos nosso agradecimento aos clientes e acionistas, cuja confiança é fundamental. Reforçamos nosso compromisso com a geração de valor de forma sustentável, equilibrando resultados consistentes com responsabilidade social, ambiental e ética em todas as nossas ações.

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2025





Índice.....	2
Demonstrações Contábeis.....	2
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	10
1 – O Banco e suas operações.....	10
2 – Apresentação das demonstrações contábeis	11
3 – Resumo das principais práticas contábeis	18
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis	31
5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias	34
6 – Informações por segmento.....	35
7 – Caixa e equivalentes de caixa.....	38
8 – Depósitos no Banco Central do Brasil	39
9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	40
10 – Títulos e valores mobiliários	42
11 – Instrumentos financeiros derivativos	48
12 – Carteira de crédito	55
13 – Outros ativos	70
14 – Investimento	72
15 – Imobilizado	76
16 – Intangível.....	77
17 – Recursos de clientes.....	79
18 – Recursos de instituições financeiras	82
19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	85
20 – Outros passivos	87
21 – Provisões e passivos contingentes	89
22 – Tributos	94
23 – Patrimônio líquido	97
24 – Receitas de prestação de serviços	102
25 – Despesas Administrativas.....	103
26 – Outras receitas e outras despesas	104
27 – Partes relacionadas.....	105
28 – Benefícios a empregados	109
29 – Valor justo dos instrumentos financeiros.....	119
30 – Gerenciamento de riscos e de capital	124
31 – Garantias financeiras prestadas e outros compromissos	139
32 – Transferência de ativos financeiros.....	140
33 – Resultado recorrente e não recorrente	142
34 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes.....	143
35 – Outras informações	144
36 – Eventos subsequentes	147
Relatório dos Auditores Independentes	148
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	156
Manifestação do Conselho de Administração.....	158
Parecer do Conselho Fiscal	159
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras.....	160
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	161
Membros da Administração.....	162



Balanço patrimonial

	Nota	Banco Múltiplo	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025
Ativo			
Disponibilidades	7	17.192.762	19.737.849
Ativos financeiros ao valor justo no resultado		8.297.752	12.277.786
Títulos e valores mobiliários	10.b	3.669.173	7.620.302
Instrumentos financeiros derivativos	11	4.628.579	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		631.884.974	640.022.346
Títulos e valores mobiliários	10.c	631.884.974	640.022.346
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.655.274.123	1.692.398.143
Depósitos no Banco Central do Brasil	8	120.016.133	120.016.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	187.012.603	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	10.d	72.422.703	82.141.286
Carteira de crédito	12	1.204.776.235	1.229.907.027
Outros ativos financeiros	13	71.046.449	70.850.381
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(102.776.536)	(103.790.491)
Carteira de crédito	12	(98.004.759)	(98.738.685)
Demais ativos financeiros	9 e 13	(4.771.777)	(5.051.806)
Ativos fiscais		97.419.480	101.077.006
Correntes		11.548.781	12.408.456
Diferidos (créditos tributários)	22	85.870.699	88.668.550
Investimentos		41.173.368	20.526.343
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	41.064.231	20.388.708
Outros investimentos		143.790	143.790
Perdas por redução ao valor recuperável		(34.653)	(6.155)
Imobilizado	15	16.967.411	17.521.224
Imobilizações de uso		27.335.964	27.959.857
Direito de uso		4.377.166	4.680.985
Depreciação acumulada		(14.723.055)	(15.094.171)
Perdas por redução ao valor recuperável		(22.664)	(25.447)
Intangível	16	11.953.028	12.034.747
Ativos intangíveis		22.251.907	22.811.545
Amortização acumulada		(10.259.346)	(10.707.374)
Perdas por redução ao valor recuperável		(39.533)	(69.424)
Outros ativos não financeiros	13	37.388.944	39.815.755
Total do ativo		2.414.775.306	2.451.620.708
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo no resultado		4.476.749	4.474.734
Instrumentos financeiros derivativos	11	4.476.749	4.474.734
Passivos financeiros ao custo amortizado		2.135.779.671	2.149.141.134
Recursos de clientes	17	860.648.320	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	18	755.054.062	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	326.682.384	331.537.120
Outros passivos financeiros	20	193.394.905	192.627.318
Provisões		36.048.625	37.198.751
Cíveis, fiscais e trabalhistas	21	29.455.991	29.889.800
Outras provisões		6.592.634	7.308.951
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros compromissos	31	789.283	793.913
Passivos fiscais		16.230.257	21.179.813
Correntes		1.721.395	6.425.409
Diferidos	22	14.508.862	14.754.404
Outros passivos não financeiros	20	36.862.963	46.727.068
Total do passivo		2.230.187.548	2.259.515.413
Patrimônio líquido			
Capital	23.b	120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	4.100.000
Reservas de capital	23.d	1.416.070	1.417.307
Reservas de lucros	23.d	83.087.465	82.301.417
Outros resultados abrangentes	23.h	(19.658.517)	(19.658.517)
Ações em tesouraria	23.l	(257.260)	(258.497)
Participação dos não controladores	23.i	--	4.203.585
Total do patrimônio líquido	23	184.587.758	192.105.295
Total do passivo e patrimônio líquido		2.414.775.306	2.451.620.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do resultado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Receitas da intermediação financeira		167.197.042	293.379.482	172.557.957	304.392.156
Carteira de crédito	12.b	96.061.398	171.525.305	98.813.368	176.834.366
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	22.152.789	39.586.907	22.190.357	39.634.541
Títulos e valores mobiliários	10.f	44.092.180	74.702.534	46.659.021	80.392.964
Instrumentos financeiros derivativos	11.e	(675.778)	(3.041.823)	(671.364)	(3.102.107)
Aplicações compulsórias	8.b	5.490.511	9.990.143	5.490.511	9.990.143
Outros ativos financeiros		75.942	616.416	76.064	642.249
Despesas da intermediação financeira		(116.659.664)	(196.421.687)	(117.909.971)	(198.953.205)
Recursos de instituições financeiras	18.d	(54.911.411)	(86.179.568)	(53.422.984)	(83.469.233)
Recursos de clientes	17.c	(37.029.745)	(69.743.610)	(39.538.480)	(74.478.420)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.d	(22.316.452)	(40.735.273)	(22.642.705)	(41.431.049)
Outras despesas de captação	20.b	(2.402.056)	236.764	(2.305.802)	425.497
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(36.922.811)	(65.649.161)	(37.346.015)	(66.387.625)
Carteira de crédito	12.h	(36.663.346)	(65.396.706)	(37.199.708)	(66.079.855)
Garantias financeiras prestadas e outros compromissos		82.895	203.101	82.497	202.377
Demais ativos financeiros	9.b, 10.f, 13.c	(342.360)	(455.556)	(228.804)	(510.147)
Resultado da intermediação financeira		13.614.567	31.308.634	17.301.971	39.051.326
Outras receitas/despesas operacionais		(5.853.288)	(12.260.941)	(5.522.291)	(11.684.777)
Receitas de prestação de serviços	24	9.917.309	19.512.469	17.697.842	34.813.063
Despesas de pessoal	25.a	(11.905.125)	(23.915.798)	(13.037.027)	(26.236.694)
Outras despesas administrativas	25.b	(7.898.573)	(15.511.758)	(7.637.319)	(14.976.597)
Despesas tributárias	22.c	(3.134.116)	(6.205.932)	(4.592.063)	(8.967.623)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	8.816.055	16.950.697	4.433.986	8.316.631
Outras receitas/despesas	26	(1.648.838)	(3.090.619)	(2.387.710)	(4.633.557)
Provisões		(6.624.478)	(12.396.367)	(6.663.835)	(12.478.640)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	21.b	(6.624.478)	(12.383.701)	(6.663.686)	(12.465.825)
Outras		--	(12.666)	(149)	(12.815)
Resultado operacional		1.136.801	6.651.326	5.115.845	14.887.909
Resultado não operacional		160.430	165.164	286.507	423.841
Resultado antes dos tributos e participações		1.297.231	6.816.490	5.402.352	15.311.750
Imposto de renda e contribuição Social	22	7.954.867	13.584.491	5.264.711	8.094.589
Participação de empregados e administradores no lucro		(984.560)	(2.249.194)	(998.895)	(2.272.210)
Participação dos não controladores	23.i	--	--	(1.667.504)	(3.326.116)
Lucro líquido		8.267.538	18.151.787	8.000.664	17.808.013
Lucro líquido atribuível aos acionistas					
Controladores		8.267.538	18.151.787	8.000.664	17.808.013
Não controladores		--	--	1.667.504	3.326.116
Lucro por ação	23.e				
Número médio ponderado de ações – básico e diluído		5.708.696.148	5.708.696.148		
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		1,45	3,18		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	8.267.538	18.151.787	8.000.664	17.808.013
Participação dos acionistas não controladores	--	--	1.667.504	3.326.116
Lucro líquido atribuível aos acionistas	8.267.538	18.151.787	9.668.168	21.134.129
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	1.423.585	3.875.953	1.456.410	3.760.810
Ganhos/(perdas) não realizados	2.543.108	6.944.636	2.695.020	7.104.861
(Ganhos)/perdas realizados – reclassificados para o resultado	(103.642)	(196.227)	(200.041)	(528.584)
Efeito tributário	(1.015.881)	(2.872.456)	(1.038.569)	(2.815.467)
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto				
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao VJORA	(32.444)	168.957	(16.528)	391.122
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	(6.640)	(65.182)	(6.640)	(65.182)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	249.539	316.162	366.991	472.524
Efeito tributário	(132.076)	(266.735)	(192.742)	(413.661)
Hedge de investimento líquido no exterior				
Ganhos/(perdas) não realizados	(12.318)	206.700	(12.318)	206.700
Efeito tributário	5.543	(93.014)	5.543	(93.014)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(770.559)	(2.118.593)	(960.883)	(2.622.711)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	156	148.480	(35.455)	115.373
Ganhos/(perdas) não realizados	8.579	268.831	(64.469)	206.446
Efeito tributário	(8.423)	(120.351)	29.014	(91.073)
Planos de benefício definido	2.782.353	(516.068)	2.782.353	(516.068)
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	5.291.254	(934.621)	5.291.254	(934.621)
Efeito tributário	(2.508.901)	418.553	(2.508.901)	418.553
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	3.507.139	1.656.660	3.386.731	1.235.893
Resultado abrangente do período	11.774.677	19.808.447	13.054.899	22.370.022
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	11.774.677	19.808.447	11.507.804	19.464.673
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	--	1.547.095	2.905.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas estatutárias				
Saldos em 30/06/2025		120.000.000	1.416.070	15.715.601	61.025.581	(23.165.656)	(257.260)	--	174.734.336
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	1.256.235	--	--	1.256.235
Ajuste de avaliação patrimonial – Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	2.782.353	--	--	2.782.353
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(770.559)	--	--	(770.559)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	(3.652)	--	--	(3.652)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	(6.775)	--	--	(6.775)
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	(3.251)	--	--	(3.251)
Outros		--	--	--	--	252.788	--	(14.291)	238.497
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	8.267.538	8.267.538
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	413.377	7.077.705	--	--	(7.491.082)	--
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(1.144.799)	--	--	(762.165)	(1.906.964)
Saldos em 31/12/2025		120.000.000	1.416.070	16.128.978	66.958.487	(19.658.517)	(257.260)	--	184.587.758
Mutações do período		--	--	413.377	5.932.906	3.507.139	--	--	9.853.422
Saldos em 31/12/2024		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.892.443)	(262.046)	--	180.878.517
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		--	--	--	--	577.266	--	(11.530.338)	(10.953.072)
Saldos em 01/01/2025		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.315.177)	(262.046)	(11.530.338)	169.925.445
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	3.897.188	--	--	3.897.188
Ajuste de avaliação patrimonial – plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(516.068)	--	--	(516.068)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(2.118.593)	--	--	(2.118.593)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	(35.850)	--	--	(35.850)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	113.686	--	--	113.686
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	(7.251)	--	--	(7.251)
Outros		--	--	--	--	323.548	--	27.443	350.991
Transações com pagamento baseado em ações		--	5.476	--	--	--	4.786	--	10.262
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	18.151.787	18.151.787
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	907.590	4.979.137	--	--	(5.886.727)	--
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(4.421.674)	--	--	(762.165)	(5.183.839)
Saldos em 31/12/2025		120.000.000	1.416.070	16.128.978	66.958.487	(19.658.517)	(257.260)	--	184.587.758
Mutações do período		--	5.476	907.590	557.463	1.656.660	4.786	11.530.338	14.662.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Nota	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Participação dos não controladores	Total
					Reserva legal	Reservas estatutárias					
Saldos em 30/06/2025		120.000.000	5.100.000	1.417.065	15.715.601	60.509.574	(23.165.656)	(258.255)	--	4.230.670	183.548.999
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	--	1.256.235	--	--	(47.537)	1.208.698
Ajuste de avaliação patrimonial – Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	2.782.353	--	--	--	2.782.353
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(770.559)	--	--	(190.324)	(960.883)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(3.652)	--	--	--	(3.652)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(6.775)	--	--	--	(6.775)
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(3.251)	--	--	--	(3.251)
Outros		--	--	--	--	--	252.788	--	(14.291)	117.453	355.950
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	242	--	--	--	(242)	--	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	(2.856)	(2.856)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	8.000.664	1.667.504	9.668.168
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(3.167)	--	(3.167)
Resultado não realizado		--	--	--	--	(270.041)	--	--	270.041	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	413.377	7.077.705	--	--	(7.491.082)	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.571.325)	(1.571.325)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(1.144.799)	--	--	(762.165)	--	(1.906.964)
Saldos em 31/12/2025		120.000.000	4.100.000	1.417.307	16.128.978	66.172.439	(19.658.517)	(258.497)	--	4.203.585	192.105.295
Mutações do período		--	(1.000.000)	242	413.377	5.662.865	3.507.139	(242)	--	(27.085)	8.556.296
Saldo em 31/12/2024		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.892.443)	(263.523)	--	4.501.238	190.072.748
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		--	--	--	--	--	577.266	--	(11.530.338)	(87.858)	(11.040.930)
Saldos em 01/01/2025		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.315.177)	(263.523)	(11.530.338)	4.413.380	179.031.818
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)
Ativos financeiros ao valor justo	23.h	--	--	--	--	--	3.897.188	--	--	(72.876)	3.824.312
Ajuste de avaliação patrimonial – plano de benefícios, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(516.068)	--	--	--	(516.068)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(2.118.593)	--	--	(504.118)	(2.622.711)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(35.850)	--	--	--	(35.850)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	113.686	--	--	--	113.686
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(7.251)	--	--	104	(7.147)
Outros		--	--	--	--	--	323.548	--	27.443	156.123	507.114
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	5.236	--	--	--	5.026	--	--	10.262
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	(231.165)	(231.165)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	17.808.013	3.326.116	21.134.129
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(35.267)	--	(35.267)
Resultado não realizado		--	--	--	--	(379.041)	--	--	379.041	--	--
Destinações: - Reservas	23.d	--	--	--	907.590	4.979.137	--	--	(5.886.727)	--	--
- Dividendos	23.f	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.883.979)	(2.883.979)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(4.421.674)	--	--	(762.165)	--	(5.183.839)
Saldos em 31/12/2025		120.000.000	4.100.000	1.417.307	16.128.978	66.172.439	(19.658.517)	(258.497)	--	4.203.585	192.105.295
Mutações do período		--	(1.000.000)	5.236	907.590	178.422	1.656.660	5.026	11.530.338	(209.795)	13.073.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Banco Múltiplo	Consolidado
		Exercício/2025	Exercício/2025
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações			
Lucro líquido		18.151.787	17.808.013
Ajustes ao lucro líquido		46.363.104	63.528.052
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		65.649.161	66.387.625
Depreciações e amortizações		4.748.534	4.908.807
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		(8.082.710)	(9.369.942)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		(77.348)	(90.270)
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	(16.950.697)	(8.316.631)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		(215.775)	(211.278)
Despesas com provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	21	12.383.701	12.465.825
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	28.d.4/f	(3.210.025)	(3.210.025)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		6.496.668	7.550.260
Resultado dos não controladores		--	3.326.116
Imposto de Renda e Contribuição Social		(13.584.491)	(8.094.589)
Outros ajustes		(793.914)	(1.817.846)
Lucro líquido ajustado		64.514.891	81.336.065
Variações Patrimoniais			
(Aumento) Redução em depósitos no Banco Central do Brasil		(4.318.545)	(4.318.545)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		187.806.166	187.124.397
(Aumento) Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(3.668.845)	(7.619.642)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		4.255.654	4.236.070
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de perdas esperadas		(63.163.911)	(66.942.152)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		68.118.296	68.413.156
(Aumento) Redução em outros ativos		525.355	(370.909)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.646.066)	(6.479.491)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		34.752.388	31.620.456
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		12.711.484	14.653.108
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		4.657.945	(296.309)
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		(142.214.316)	(138.700.303)
(Redução) Aumento em outros passivos		(1.891.412)	(3.862.064)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES		160.439.084	158.793.837
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
Compra de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		(362.054.620)	(373.112.342)
Venda de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		216.371.712	232.845.235
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		(37.711.723)	(45.323.381)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		4.311.818	16.192.932
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		13.311.084	8.369.146
Aquisição de imobilizado de uso		(3.474.653)	(3.626.371)
Alienação de imobilizado de uso		13.163	13.403
Aquisição de intangíveis		(3.441.486)	(3.500.092)
Aporte de capital na Broto S.A.		(15.000)	(15.000)
Alienação de participação na Galgo S.A.		--	3.458
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(172.689.705)	(168.153.012)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		4.062.034	4.062.034
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	(2.694.118)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(6.680.889)	(6.680.889)
Liquidação de arrendamentos		(1.309.310)	(1.309.310)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(3.928.165)	(6.622.283)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Início do período		81.150.329	83.167.243
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(6.496.668)	(7.550.260)
Fim do período		58.474.875	59.635.525
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(16.178.786)	(15.981.458)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do valor adicionado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		2º Semestre de 2025	Exercício/2025	2º Semestre de 2025	Exercício/2025
Receitas		132.087.915	231.843.621	144.141.084	256.038.965
Receitas da intermediação financeira		167.197.042	293.379.482	172.557.957	304.392.156
Receitas de prestação de serviços		9.917.309	19.512.469	17.697.842	34.813.063
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(36.922.811)	(65.649.161)	(37.346.015)	(66.387.625)
Outras receitas/(despesas)		(8.103.625)	(15.399.169)	(8.768.700)	(16.778.629)
Despesas da intermediação financeira		(116.659.664)	(196.421.687)	(117.909.971)	(198.953.205)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(4.811.770)	(9.270.575)	(4.444.035)	(8.550.146)
Materiais, água, energia e gás	25	(206.067)	(439.270)	(229.243)	(483.040)
Serviços de terceiros	25	(441.739)	(850.571)	(211.471)	(444.041)
Comunicações	25	(191.566)	(401.325)	(229.171)	(473.408)
Processamento de dados	25	(1.171.295)	(2.261.084)	(892.711)	(1.702.184)
Transporte	25	(32.591)	(81.538)	(44.323)	(104.820)
Serviços de vigilância e segurança	25	(721.479)	(1.434.201)	(743.036)	(1.475.746)
Serviços do sistema financeiro	25	(219.351)	(447.456)	(270.631)	(561.865)
Propaganda e publicidade	25	(295.915)	(528.443)	(320.765)	(571.121)
Manutenção e conservação de bens	25	(636.493)	(1.272.052)	(427.420)	(873.253)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		(9.261)	77.348	3.661	90.270
Outras		(886.013)	(1.631.983)	(1.078.925)	(1.950.938)
Valor Adicionado Bruto		10.616.481	26.151.359	21.787.078	48.535.614
Despesas de amortização/depreciação		(2.583.275)	(4.748.534)	(2.670.595)	(4.908.807)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		8.033.206	21.402.825	19.116.483	43.626.807
Valor Adicionado Recebido em Transferência		8.816.055	16.950.697	4.433.986	8.316.631
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		8.816.055	16.950.697	4.433.986	8.316.631
Valor Adicionado a Distribuir		16.849.261	100%	38.353.522	100%
Valor Adicionado Distribuído		16.849.261	100%	38.353.522	100%
Pessoal		11.524.850	68,39%	23.274.701	60,68%
Salários e honorários		6.177.654	12.220.920	6.976.289	13.852.223
Participação de empregados e administradores no lucro		984.560	2.249.194	998.895	2.272.210
Benefícios e treinamentos		2.719.414	5.200.212	2.860.032	5.477.559
FGTS		481.239	942.046	500.870	981.257
Outros encargos		1.161.983	2.662.329	1.268.570	2.888.238
Impostos, Taxas e Contribuições		(3.254.345)	-19,31%	(3.968.755)	-10,35%
Federais		(3.812.898)	(5.097.346)	(295.182)	1.994.648
Estaduais		286	831	286	831
Municipais		558.267	1.127.760	1.255.084	2.434.481
Remuneração de Capitais de Terceiros		311.218	1,85%	895.789	2,34%
Aluguéis	25	311.218	895.789	317.457	907.862
Remuneração de Capitais Próprios		8.267.538	49,07%	18.151.787	47,33%
Juros sobre capital próprio da União		953.482	2.591.920	953.482	2.591.920
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		953.482	2.591.919	953.482	2.591.919
Dividendos de acionistas não controladores		--	--	1.571.325	2.883.979
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--	--	3.167	35.267
Lucro retido		6.360.574	12.967.948	6.090.533	12.588.907
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--	--	96.179	442.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1- O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis nº 4.595/1964, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei nº 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 217 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, segurança, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.



2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil “Cosif”, conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, estão sendo apresentadas “adicionalmente” às demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil internacional – IFRS, as quais foram elaboradas segundo o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e estão sendo emitidas e divulgadas simultaneamente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos períodos do ano de 2025, elaboradas conforme o padrão contábil “Cosif”, não apresentam informações comparativas de períodos anteriores, conforme dispensa do artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 10/02/2026.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024, exceto nos casos indicados no item “g” desta Nota.

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os ativos e passivos das agências e controladas no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular as perdas e os ganhos cambiais incidentes sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais (Notas 14.a e 18.d).

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O resultado atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Os fundos não exclusivos e abertos, oriundos de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, são destinados a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento, sendo consolidados apenas nos meses em que a BB Asset ainda detém o controle. Deste modo, não estão apresentados no quadro a seguir.

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	31/12/2025
				% de Participação
Segmento bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%
Segmento investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%
Segmento gestão de recursos				
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ¹	Corretora	Brasil	Real	68,26%
BB Seguros Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%
Segmento meios de pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%
Outros segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%
BB Marketplace Intermediação de Negócios e Serviços S.A. ³	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ¹	Tecnologia da informação	Brasil	Real	100,00%
Fundos de investimento				
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	55,08%

1 – Refere-se ao percentual de participação considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

2 – Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

3 – Denominação e objeto social anterior: BB Tur Viagens e Turismo Ltda., empresa de turismo.



As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 28 – Propriedade para Investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021



O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 – Reconhecimento das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 48
Res. CMN nº 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27
Res. CMN nº 4.817/2020 – Mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.	CPC 18 (R2) e CPC 45
Res. CMN nº 4.966/2021 – Conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).	CPC 48

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas

g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01/01/2025

g.1) Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os critérios contábeis estabelecidos pela normativa foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 aborda uma nova classificação e mensuração para os ativos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. A norma estabelece três categorias de classificação para ativos financeiros:

Custo amortizado (CA): Quando os fluxos de caixa contratuais possuem características de "somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal" e o objetivo do modelo de negócios é coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Valor Justo em outros resultados abrangentes (VJORA): Quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de "somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal" e o objetivo do modelo de negócios é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.

Valor Justo no resultado (VJR): Ativos que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. Estão relacionados, de forma geral, aos ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não possuem características de "somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal" ou quando o modelo de negócios possui o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

O Banco analisou as diversas modalidades de produtos financeiros (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito) que constam no portfólio oferecido aos seus clientes (pessoas físicas e pessoas jurídicas), para identificar as características contratuais dos fluxos de caixa, além do objetivo da Administração (modelo de negócio) diante desses produtos. A Administração pretende manter esses ativos para recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, ou seja, continuarão sendo mensurados ao custo amortizado. Os demais ativos financeiros adquiridos pelo Banco possuem variadas finalidades, mediante as necessidades da atividade bancária. Esses produtos incluem aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos públicos, cotas de fundos de investimento, dentre outros. Esses produtos foram analisados, tanto em relação às características contratuais



dos fluxos de caixa, quanto ao objetivo da Administração diante desses ativos. As novas classificações e mensurações foram efetuadas em conformidade com essas análises.

O Banco concluiu que os novos requerimentos não apresentaram impacto significativo na classificação e mensuração de seus ativos financeiros. As categorias que eram mensuradas ao custo amortizado de acordo com as normas anteriores (aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, carteira de crédito e outros ativos financeiros), substancialmente continuam a ser mensuradas desta forma. Igualmente para as categorias que são mensuradas ao valor justo no resultado (títulos para negociação e derivativos) e ao valor justo em outros resultados abrangentes (títulos disponíveis para venda).

O Banco classificou determinadas operações com característica de concessão de crédito (essencialmente títulos e valores mobiliários na forma de debêntures, notas promissórias, cédulas de produto rural, certificados de direitos creditórios do agronegócio e certificados de recebíveis imobiliários) na categoria custo amortizado, em uma classe denominada “Títulos com características de concessão de crédito”, vinculada à carteira de crédito. Em 1º de janeiro de 2025, o montante de R\$ 58.383 milhões anteriormente classificado como “Títulos disponíveis para venda” passou a ser classificado na categoria “Custo amortizado”, com consequente reversão dos ajustes de marcação a mercado na ordem de R\$ 114 milhões, líquidos de efeitos tributários.

O Banco optou por designar ao VJORA, de forma irrevogável, alguns instrumentos patrimoniais de outras entidades, dado que para esse grupo de instrumentos financeiros o Banco não atua em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno pela venda do instrumento, contemplando ativos que já compunham a carteira da instituição há um longo período de tempo (principalmente cotas de fundos de investimentos e ações).

A Resolução também estabeleceu novos critérios contábeis para a classificação, reconhecimento e mensuração dos contratos de câmbio, os quais passaram a seguir o regramento contábil aplicável aos instrumentos financeiros derivativos. Nesse sentido, os valores anteriormente registrados no ativo e passivo do Banco como direitos e obrigações relacionadas às operações de câmbio (valores nacionais) passaram a compor contas de compensação, e nas posições patrimoniais e de resultado passam a ser apresentados unicamente os ajustes a valor justo da carteira de câmbio.

(ii) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

De acordo com os novos requerimentos, as perdas esperadas associadas ao risco de crédito deverão ser apuradas com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura.

A metodologia para cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito no Banco do Brasil engloba a avaliação dos instrumentos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos classificados nesse estágio são aqueles considerados em situação de normalidade e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a sua contratação, apresentando atraso no pagamento de principal ou de encargos inferior ou igual a 30 dias. Mediante avaliação, o Banco pode incluir nesse estágio instrumentos com atraso de até 60 dias, desde que existam evidências de que não ocorreu aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado no reconhecimento inicial. A perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo do risco de crédito (ASR) Os ativos classificados nesse estágio apresentam atraso superior a 30 dias (ou 60 dias, mediante avaliação) no pagamento de principal ou de encargos, ou outro critério que indique aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado na alocação inicial do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito até o final da vida do ativo.

Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – superior a 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente o instrumento financeiro sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Os impactos observados sobre as provisões decorrem das diferenças entre a metodologia anterior de cálculo das provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e a nova metodologia de cálculo da provisão com base em perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PEARC). Os principais fatores que contribuem para essa diferença



são a ampliação do escopo de instrumentos passíveis de apuração de provisão com base em perdas esperadas e a incorporação da reestruturação como critério de marcação de ativo problemático.

Na adoção inicial da norma, o incremento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre os instrumentos financeiros, líquido dos efeitos fiscais, foi de R\$ 8.832 milhões

(iii) Taxa efetiva de juros

O Banco adotou a metodologia diferenciada para as operações de crédito e para as outras operações com característica de concessão de crédito classificadas como custo amortizado, aplicando-a prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2025, assim, os custos de transação e os valores recebidos passaram a ser incorporados aos instrumentos financeiros somente a partir daquela data.

Não foram adotados conceitos de materialidade nessa temática, assim, todas as receitas e custos vinculados aos ativos financeiros, independente dos valores, serão considerados na taxa efetiva de juros.

(iv) Cessação do reconhecimento de juros (stop accrual)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, vigente até 31/12/2024, vedava o reconhecimento, no resultado do período, de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentassem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. A Resolução CMN nº 4.966/2021 veda o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito (estágio 3), ou seja, quando estiver em atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos, ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(v) Contabilização de Hedge (hedge accounting)

O Banco aplicará os novos requerimentos de hedge contábil somente a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme art. 75 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(vi) Ajuste a valor presente de ativos financeiros reestruturados

O Banco utilizará a taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados até 31 de dezembro de 2026, conforme faculta o art. 71-A da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(vii) Conciliação do Patrimônio Líquido – Adoção inicial da Resolução CMN 4.966/2021

Conciliação do Patrimônio Líquido	Banco Múltiplo	Consolidado
Patrimônio Líquido em 31/12/2024	180.878.517	190.072.748
Ajustes decorrentes da adoção inicial, líquidos de efeitos fiscais		
Classificação e mensuração de ativos financeiros	114.182	114.182
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(8.832.022)	(8.832.022)
Outros ajustes ¹	(2.235.232)	(2.235.232)
Participação dos não controladores	--	(87.858)
Patrimônio Líquido em 01/01/2025	169.925.445	179.031.818

1 - Inclui, principalmente, os ajustes de uniformização de critério contábeis efetuados nos saldos das participações em empresas controladas e controladas em conjunto.

g.2) Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo.

Para os arrendadores, haverá mudança na contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro, porém sem alterar a forma de apresentação, uma vez que essas operações já são apresentadas pelo valor presente



dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, em cumprimento à Resolução BCB nº 2/2020.

O Banco optou pela adoção da Resolução CMN Nº 4.975/2021 na abordagem prospectiva. Os contratos firmados ou renovados a partir de 1º de janeiro de 2025 serão reconhecidos de acordo com a nova regulamentação, de forma prospectiva, conforme facultado pelo § 5º do art. 2º da referida Resolução, não gerando impactos materiais nos ativos do Banco.

Como arrendador, o Banco possui contratos de arrendamentos financeiros por meio de sua subsidiária BB Leasing. A nova norma mantém o tratamento contábil dessas operações substancialmente inalterado.

Como arrendatário, o Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Os imóveis arrendados são reconhecidos no balanço patrimonial como Ativo imobilizado – De direitos de uso e o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento consta em Outros passivos – Passivos de arrendamento.

No cálculo do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso foram considerados os fatos e as circunstâncias relevantes para exercer ou não as opções de renovação e/ou rescisão antecipada, mensurando-os ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto as taxas incrementais representadas pelo custo das captações institucionais.

g.3) Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022

A Lei 14.467/2022 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas (operações com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos) e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou recuperação judicial.

Em relação aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, cujas perdas não foram deduzidas até aquela data e que não tenham sido recuperadas, a referida Lei estabelece que essas perdas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um e oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um e cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (Nota 22.f) foi respaldada em estudo técnico elaborado em 31/12/2025 que considerou em suas projeções os novos critérios de dedutibilidade das perdas incorridas segundo os fatores estabelecidos com base no período de inadimplemento. Nesse estudo, foi considerada também a regra de transição descrita no artigo 6º da referida Lei para as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024.

Normas aplicáveis em períodos futuros

g.4) Resolução CMN nº 5.185, de 21 de novembro de 2024

A norma altera a Resolução CMN 4.818/2020 que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Segundo a referida norma, a partir do exercício de 2026, o Banco deverá divulgar o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02, como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas anuais.

g.5) Resolução CMN nº 5.252, de 25 de setembro de 2025

A norma estabelece conceitos e critérios contábeis relacionados à mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. A referida norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.



3 – Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras.

d) Instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de sua aquisição, originação ou emissão, isto é, na data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Classificação e reclassificação

Modelo de negócios: Refere-se a como a entidade gerencia os fluxos de caixa de seus ativos financeiros. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.

Após observação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, a fim de verificar se os fluxos de caixa resultam de:

- recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- venda de ativos financeiros; ou
- ambos.

Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos representam somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Se os termos contratuais expõem o Banco a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa não relacionados a um acordo de empréstimo básico, o fluxo de caixa não representa somente pagamento de principal e juros. Havendo qualquer desenquadramento nessa característica, o instrumento financeiro será mensurado ao valor justo no resultado.



Somente pagamento de principal e juros: Quando os termos contratuais dos instrumentos financeiros são consistentes com um acordo de empréstimo básico, no qual se considera como valor do dinheiro no tempo, o risco de crédito, os custos da operação, a margem de lucro e outros riscos relacionados a empréstimos.

Os ativos financeiros são reclassificados quando há alterações nos modelos de negócios para a gestão dos seus fluxos de caixa, sendo que essa reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente ao de apuração do resultado contábil. É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

d.1) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

De maneira geral, os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo no resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Custo amortizado (CA) – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, adicionado aos custos de transação e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando a taxa efetiva de juros. As receitas e os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. As receitas financeiras auferidas são registradas na demonstração do resultado do exercício em receitas da intermediação financeira.

Para fins de aplicação do conceito de taxa efetiva de juros às operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas nessa categoria, o Banco utiliza metodologia diferenciada para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação e aos valores recebidos na originação do instrumento, sem incorporação de critérios de materialidade.

A metodologia diferenciada consiste na:

- apropriação de receitas no resultado do período, pro rata temporis, considerando a taxa de juros contratual original; e
- apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação do instrumento financeiro de forma linear, conforme as características do contrato.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Aplicações interfinanceiras de liquidez – São constituídas por aplicações no mercado aberto (aplicações em operações compromissadas) e aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, incluindo juros, deduzido pela perda esperada, quando aplicável.

Aplicações em operações compromissadas: O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- revendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra; e
- revendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

Operações de crédito – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

O valor contábil da carteira de crédito é reduzido por uma conta redutora de perda esperada, sendo esse valor reconhecido no resultado como “Perdas esperadas associadas ao risco de crédito”, que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.



O Banco não reconhece receita de qualquer natureza ainda não recebida (à exceção da receita gerada pela recuperação de ativos baixados como prejuízo, prevista em normativo) relativas a operações de crédito com problema de recuperação de crédito, ou seja, vencidas há mais de 90 dias ou caracterizadas dessa forma por critérios qualitativos, são apropriadas ao resultado somente quando do seu efetivo recebimento.

O reconhecimento de receitas é retomado a partir do período em que a operação de crédito deixa de ser caracterizada como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) – Um ativo será classificado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento de seus fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios. Esses ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação sendo que os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos em contrapartida aos outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais e títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

São incluídos nessa categoria os instrumentos patrimoniais de outras entidades que, no reconhecimento inicial, o Banco opta por designar de forma irrevogável, ao valor justo em outros resultados abrangentes, desde que os ativos não sejam geridos com o objetivo principal de gerar retorno pela venda do instrumento.

Valor justo no resultado (VJR) – Serão classificados nessa categoria os ativos financeiros que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. De forma geral, são mensurados nessa categoria ativos cujos fluxos de caixa contratuais não possuem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal ou quando a Administração os mantém com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais e títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

- swaps, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e commodities e no risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;
- derivativos não qualificados para hedge accounting, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e
- derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.



d.2) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto os derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado.

Constituem-se também em exceção para classificação como custo amortizado, os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro; e compromissos de crédito e créditos a liberar, os quais devem ser reconhecidos e mensurados conforme disposições específicas.

Os principais passivos mensurados na categoria ao custo amortizado são:

Recursos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam, em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida.

Recursos de instituições financeiras (captações no mercado aberto) – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. As captações no mercado aberto se encontram subdivididas em:

- carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

Após o reconhecimento inicial, as garantias financeiras prestadas são mensuradas pelo maior valor entre:

- a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida.

e) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros – São baixados quando:

- os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; ou
- o ativo for transferido e a transferência se qualificar para baixa.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

O ativo financeiro é baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que o Banco recupere o seu valor.

Passivos financeiros – São baixados quando a obrigação especificada no contrato expirar, for liquidada, cancelada ou extinta.



f) Instrumentos financeiros para proteção (hedge)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica hedge accounting para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de hedge, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, incluindo a natureza do risco, o objetivo e a estratégia de designar o hedge, se utilizando de instrumentos financeiros derivativos para essa finalidade. Além disso, o banco determina, avalia e acompanha, de forma contínua, a metodologia e as estratégias a serem utilizadas para apurar sua efetividade e garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, que os instrumentos de hedge compensem, nas mesmas proporções, as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge, com o objetivo de mitigar os fatores de risco.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto hedge;
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura. O Banco utiliza a metodologia completa, com parâmetros de risco, para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a maioria dos seus instrumentos financeiros.

O Banco observa ainda os níveis de provisão estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os níveis de provisão dessas operações corresponderão ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na regulamentação, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas, sobre o valor contábil bruto do ativo.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos classificados neste estágio são aqueles considerados em situação de normalidade e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a sua contratação, apresentando atraso no pagamento de principal ou de encargos inferior ou igual a 30 dias. Mediante avaliação, o Banco pode incluir nesse estágio instrumentos com atraso de até 60 dias, desde que existam evidências de que não ocorreu aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado no reconhecimento inicial. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando a probabilidade de o ativo financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito (ASR) – Os ativos classificados neste estágio apresentam atraso superior a 30 dias (ou 60 dias, mediante avaliação) no pagamento de principal ou de encargos, ou outro critério que indique aumento significativo do risco de crédito em relação ao apurado na alocação inicial do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.



Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos enquadrados neste estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – superiores a 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não honrará integralmente a obrigação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Os instrumentos financeiros da mesma contraparte (para carteira não varejo) são realocados para o estágio 3 quando algum instrumento financeiro dessa contraparte é caracterizado como ativo problemático, na mesma database do balancete em que ocorreu essa caracterização, exceto quando o instrumento financeiro, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior àquele instrumento que foi caracterizado como ativo problemático.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente, considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

O Banco utiliza modelos econometríticos, informações qualitativas e cenários macroeconômicos prospectivos, elaborados internamente, para estimativa da perda esperada de crédito. As principais variáveis macroeconômicas usadas como insumos para projeção são o Produto Interno Bruto (PIB), a taxa Selic real, a taxa de câmbio e o Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Os valores finais projetados para perda esperada de crédito consideram o conjunto de premissas, diferentes análises econometríticas, análise qualitativa e julgamental.

Determinação de aumento significativo no risco de crédito – A migração do estágio 1 para o estágio 2 ocorre quando há um aumento significativo do risco (ASR) de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. O ASR compreende, em geral, atrasos superiores a 30 dias, agravamento acentuado dos parâmetros de risco e existência de reestruturação de outras obrigações da contraparte.

Operações renegociadas – Instrumentos provenientes de acordos que impliquem alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

Operações reestruturadas – Instrumentos decorrentes de renegociações que, de maneira geral, impliquem concessões significativas à contraparte em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração, dentre outros casos que indiquem renegociações com risco agravado.

Descumprimento dos pagamentos contratuais – A migração para o estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais há mais de 90 dias, se enquadra em uma reestruturação, ou algum outro critério qualitativo (ex.: falência, insolvência civil ou recuperação judicial). Essa classificação somente se altera quando o ativo é baixado ou quando atinge o critério de cura da operação.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada realizado pelo Banco é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizado uma combinação de três parâmetros:

- Probabilidade de descumprimento;
- Perda dado o descumprimento; e
- Exposição no momento de descumprimento.

O cálculo da perda esperada utiliza-se de técnica de mensuração compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócios da instituição, considerando a ponderação de cenários prospectivos, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico, fornecendo os insumos necessários para uma gestão proativa dos riscos e negócios. A estimativa de perda esperada considera, entre outras informações:

- as características do cliente refletidas nas informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação (visão Lifetime), segmento do cliente e cenário macroeconômico (visão prospectiva);
- aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos.



A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva, mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando no mínimo:

- as características de risco de crédito da contraparte;
- as características de risco de crédito do instrumento, considerando a modalidade do instrumento e o tipo de garantias ou colaterais relacionados com o instrumento, quando existente;
- o estágio em que o instrumento está alocado;
- o atraso no pagamento de principal ou de encargos;
- o risco de crédito e a alocação em estágios de outros instrumentos da mesma contraparte; e
- os demais aspectos relevantes, a exemplo do segmento econômico e da localização geográfica da contraparte e do período de aquisição ou de originação e do prazo do instrumento, que sejam definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo, considerando, no mínimo: o valor do instrumento; a exposição total da instituição à contraparte; e cujo gerenciamento seja realizado de forma massificada.

Probabilidade de descumprimento (“PD” – Probability of Default) – É a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte (descumprimento) no horizonte de tempo observado. Para instrumentos financeiros que não tiverem um aumento significativo de risco de crédito, é observado o descumprimento ao longo de 12 meses (PD 12 meses). Para aqueles que tiverem aumento significativo de risco de crédito, caracterizados pela alocação nos estágios 2 ou 3, a PD é ajustada para considerar o comportamento do descumprimento pelo período contratual máximo do ativo (PD Lifetime). Além disso, as PD são ajustadas, a partir de ponderações de cenários econômicos, para melhor refletir o comportamento de descumprimentos no período do exercício subsequente, levando em conta a situação econômica e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento (visão prospectiva “Forward Looking”).

Perda dado o descumprimento (“LGD” – Loss Given Default) – A perda, dado o descumprimento, é uma estimativa baseada no histórico de perdas contábeis observadas ponderadas pelas respectivas taxas de descumprimento dos diferentes portfólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento do descumprimento.

A LGD é construída com base nas informações estatísticas e características das operações, os custos de recuperação do instrumento, eventuais garantias ou colaterais, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares e a concessão de vantagens à contraparte, entre outras.

Exposição no momento de descumprimento (“EAD” – Exposure at Default) – É a estimativa de exposição da operação (saldo base) no caso de o cliente entrar em situação de descumprimento. Para os créditos a liberar, essa exposição pode ser efetiva (parte do limite já utilizada) e/ou contingente (parte do limite disponível, mas ainda não utilizada). No caso de limites não canceláveis unilateralmente, o Banco utiliza a metodologia de Fator de Conversão em Crédito (FCC), que corresponde a uma estimativa com base em observação histórica da utilização dos limites até o momento do eventual descumprimento, como forma de obter uma projeção do saldo que será utilizado pelo cliente quando o descumprimento ocorrer.

A provisão para perda esperada de crédito é determinada com base na expectativa de risco dos contratos com características semelhantes (agrupamentos de risco e produtos, setor econômico e eventuais garantias envolvidas) e a estimativa de perda futura. A visão do Banco sobre as condições econômicas atuais e futuras é incorporada na estimativa de perdas de crédito, mediante a aplicação de cenários macroeconômicos ponderados.

Níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito – O Banco observa os níveis de provisões estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da responsabilidade da Instituição pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os registros de provisão para perda incorrida (PI) e de provisão para perda esperada (PE) são realizados de forma segregada.



O Banco utiliza pontualmente análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, que consideram aspectos relevantes do conhecimento de especialistas, com base em indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco possui cálculo de perda esperada para exposições off-balance, como garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis. Nesses casos, o Banco avalia a expectativa de utilização desses saldos pelo tomador. Uma conta de provisão é criada no passivo, sendo a contrapartida reconhecida no resultado do período.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro líquido – CSLL ¹	20,00%
PIS/Pasep ²	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins ²	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5,00%

1 - Alíquota aplicada aos bancos, sendo que, para as demais empresas financeiras e as não financeiras dos ramos de seguros, previdência e capitalização a alíquota é de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

2 - Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

Conforme art. 6º da Lei nº 14.467/2022, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tinham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

As perdas incorridas de que trata o art. 2º da Lei nº 14.467/2022 relativas ao exercício de 2025 não poderão ser deduzidas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. Tais perdas não deduzidas deverão ser adicionadas ao saldo das perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025, mencionadas no parágrafo anterior, e excluídas do lucro líquido à mesma razão e no mesmo prazo da dedução desse saldo, observada a opção permitida pela Lei e citada no parágrafo anterior.

i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada, controlada em conjunto ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.



Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são amortizados, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com as projeções de resultado anual constantes nos estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios, e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a:

- desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e
- softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras despesas administrativas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, o Banco avalia se os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua ativação pelo valor recuperável, qualificando as informações que justificam essa análise.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor ou estão integralmente depreciados e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco controla esses bens por meio de cadastro sistematizado e realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Intangível

Direitos de gestão de folhas de pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.



Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Investimentos e ágio na aquisição de investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

k) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendatário – O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que, de acordo com regulação vigente, são assim considerados:

Ativos de direito de uso – Referem-se essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática das operações administrativas e bancárias decorrentes de acordos de arrendamentos operacionais. De maneira geral, esses contratos são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação se utilizando, como principais parâmetros de reajuste, os índices oficiais de inflação do País.

Passivos de arrendamento – Decorrem do direito de uso dos ativos mencionados acima e representam o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento, descontadas por uma taxa de juros equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado os recursos necessários para obter um ativo similar ao de direito de uso, considerando um ambiente econômico, prazo e garantia semelhantes. O Banco utilizou a taxa incremental que representa o custo de suas captações institucionais equivalente a uma Letra Financeira Subordinada. Foram utilizadas taxas de descontos unificadas, considerando uma carteira de prazos e contratos semelhantes.

As parcelas contratualmente definidas são projetadas até os seus términos. Os pagamentos variáveis, atrelados a índices são remensurados quando da alteração do valor da parcela, por ocasião dos reajustes anuais nas datas de aniversário dos contratos. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

As despesas de juros sobre os passivos de arrendamento estão evidenciadas na Nota 26. A Nota 15 evidencia a movimentação do ativo de direito de uso. As saídas de caixa totais para arrendamentos estão informadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os demais itens arrendados, além dos imóveis mencionados acima, são essencialmente equipamentos, cujos contratos possuem duração de até 12 meses. Para esses itens, foi adotado o expediente prático, sendo reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento. As despesas decorrentes desses arrendamentos de curto prazos estão evidenciadas na Nota 26.



I) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022 e pela Resolução CMN nº 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- sua natureza e complexidade;
- o andamento dos processos;
- a opinião dos advogados do Banco; e
- a experiência do Banco com processos similares.



Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

n) Ativos mantidos para venda

Investimentos mantidos para venda

Referem-se aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto que o Banco espera realizá-los pela sua venda, estejam disponíveis para venda imediata e sua alienação seja altamente provável. A partir do momento em que o Banco decide vendê-los, esses ativos são mensurados pelo menor valor entre:

- o valor contábil líquido, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável; e
- o valor justo, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil líquido do ativo e o valor justo líquido de despesas de venda é reconhecida no resultado do período.

Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período

o) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

p) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.



q) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o Banco do Brasil Americas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para o Real, preliminarmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.817/2020.

As investidas no exterior que possuem o Real como a moeda funcional tem suas demonstrações contábeis convertidas com base nos saldos diários de cada subtítulo contábil, considerando a variação diária da taxa de câmbio, e seus efeitos são reconhecidos em contrapartida ao resultado da investida.

Para as investidas no exterior que possuem moeda funcional diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do respectivo balancete ou balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média do período, e seus efeitos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido da investidora.

r) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 33.

s) Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias são reconhecidas quando os serviços são prestados ou disponibilizados aos clientes, por valor que reflete a contraprestação que se espera receber, de acordo com o cumprimento das obrigações de desempenho. As receitas relativas a serviços prestados ao longo do tempo são reconhecidas de forma linear durante a vigência dos contratos, enquanto aquelas relacionadas a serviços ou eventos específicos são reconhecidas quando da sua ocorrência.

Neste sentido, as principais carteiras de contrato do Banco se referem aos seguintes serviços: administração de fundos; comissões de seguros, previdência e capitalização; conta corrente; taxa de administração de consórcio; rendas de cartões; cobrança; e arrecadações.

Por sua vez, as obrigações de desempenho gerais envolvem, respectivamente: viabilizar a movimentação de recursos por meio de depósitos, cheques, saques, ordens de pagamento e/ou transferências; viabilizar a compra de bens e serviços em estabelecimentos credenciados bem como saques em moeda nacional/estrangeira; receber valores por meio da liquidação de boletos de pagamento que podem ser pagos em qualquer banco; administrar recursos aplicados em fundos de investimento; realizar operações com títulos em bolsa de valores; arrecadar tributos e demais receitas a favor de instituições públicas.



4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Periodicamente, o Banco revisa a composição da carteira de instrumentos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações não registradas no balanço patrimonial (off-balance), o Banco constitui provisão para perdas esperadas referentes a compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis, bem como para garantias financeiras prestadas, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas associadas ao risco de crédito, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada associada ao risco de crédito, podem ser obtidas nas Notas 3.g, 9, 10, 12, 13 e 31.

b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.



c) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- alterações nas taxas de juros;
- mudanças nos índices de inflação;
- processos ou disputas judiciais adversas;
- riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- mudanças nas condições econômicas internas e externas.

e) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- taxas de juros assumidas;
- tábuas de mortalidade;
- índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- índice de inflação de preços;
- índice anual de reajustes salariais; e
- método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.



f) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias

Não ocorreram aquisições, vendas e reestruturações societárias relevantes no período.



6 – Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	Exercício/2025	
	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	348.215.574	13.681.853
Receitas da intermediação financeira	292.840.832	11.551.324
Carteira de crédito	173.551.367	3.282.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez	37.496.371	2.138.170
Títulos e valores mobiliários	74.201.833	6.191.131
Instrumentos financeiros derivativos	(3.015.020)	(87.087)
Aplicações compulsórias	9.990.143	--
Outros ativos financeiros	616.138	26.111
Outras receitas	55.374.742	2.130.529
Receitas de prestação de serviços	33.264.079	1.548.984
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	8.316.631	--
Demais receitas	13.794.032	581.545
Ativo não-circulante¹	49.717.519	364.795

1 - Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	Exercício/2025								
	Informações Gerenciais por Segmento								
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado	
Receitas da intermediação financeira	303.686.933	679.505	432.342	256.591	457.827	834.114	(1.955.156)	304.392.156	
Carteira de crédito	176.848.128	--	--	--	--	--	(13.762)	176.834.366	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	39.927.303	182	363.414	--	444.874	827.211	(1.928.443)	39.634.541	
Títulos e valores mobiliários	79.373.594	686.667	69.226	256.567	12.958	6.903	(12.951)	80.392.964	
Instrumentos financeiros derivativos	(3.094.763)	(7.544)	--	--	--	--	--	(3.102.107)	
Aplicações compulsórias	9.990.143	--	--	--	--	--	--	9.990.143	
Outros ativos financeiros	642.528	--	(298)	24	(5)	--	--	642.249	
Despesas da intermediação financeira	(200.789.438)	(301.585)	--	--	--	(701.197)	2.839.015	(198.953.205)	
Recursos de instituições financeiras	(85.981.450)	(301.585)	--	--	--	(12.262)	2.826.064	(83.469.233)	
Recursos de clientes	(74.478.420)	--	--	--	--	--	(74.478.420)	--	
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(40.755.065)	--	--	--	--	(675.984)	--	(41.431.049)	
Outras despesas de captação	425.497	--	--	--	--	(12.951)	12.951	425.497	
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(66.273.718)	6.137	--	--	--	(120.044)	--	(66.387.625)	
Outras receitas	35.273.980	804.645	4.151.737	11.925.958	2.179.332	7.225.631	(4.056.012)	57.505.271	
Receitas de prestação de serviços	20.881.942	530.655	4.140.695	5.636.203	47.006	5.627.725	(2.051.163)	34.813.063	
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	1.039.519	25.809	--	5.324.689	1.926.614	--	--	8.316.631	
Demais receitas	13.352.519	248.181	11.042	965.066	205.712	1.597.906	(2.004.849)	14.375.577	
Outras despesas	(66.008.476)	(222.206)	(688.114)	(1.216.239)	(100.989)	(3.702.336)	3.172.153	(68.766.207)	
Despesas de pessoal	(25.319.834)	(42.092)	(165.202)	(96.388)	(4.721)	(615.091)	6.634	(26.236.694)	
Outras despesas administrativas	(11.385.536)	(43.673)	(109.268)	(128.502)	(1.643)	(443.434)	2.044.266	(10.067.790)	
Amortização	(2.705.829)	--	--	(119)	--	(4.537)	--	(2.710.485)	
Depreciação	(2.101.351)	--	--	--	--	(96.971)	--	(2.198.322)	
Despesas tributárias	(7.010.247)	(76.430)	(296.914)	(721.872)	(42.244)	(819.916)	--	(8.967.623)	
Demais despesas	(17.485.679)	(60.011)	(116.730)	(269.358)	(52.381)	(1.722.387)	1.121.253	(18.585.293)	
Provisões	(12.414.936)	(32.670)	(4.457)	(3.412)	(192)	(22.973)	--	(12.476.640)	
Cláus, fiscais e trabalhistas	(12.402.121)	(32.670)	(4.457)	(3.412)	(192)	(22.973)	--	(12.465.825)	
Outras	(12.815)	--	--	--	--	--	--	(12.815)	
Resultado antes dos tributos e participações	(6.525.655)	933.826	3.891.508	10.962.898	2.535.978	3.513.195	--	15.311.750	
Imposto de Renda e Contribuição Social	13.283.336	(403.652)	(1.538.048)	(1.924.038)	(196.964)	(1.126.045)	--	8.094.589	
Participação de empregados e administradores no lucro	(2.249.196)	(1.454)	(3.369)	(3.234)	--	(14.957)	--	(2.272.210)	
Participação dos não controladores	(459.535)	--	--	(2.867.845)	--	1.264	--	(3.326.116)	
Lucro líquido	4.048.950	528.720	2.350.091	6.167.781	2.339.014	2.373.457	--	17.808.013	
Saldos patrimoniais									
Aplicações interfinanceiras de liquidez	192.039.280	2.939	3.423.612	8.851.938	2.912.825	9.132.180	(26.879.458)	189.483.316	
Títulos e valores mobiliários	724.347.388	2.221.189	566.810	2.040.988	504.543	707.423	(604.407)	729.783.934	
Carteira de crédito	1.229.989.092	--	--	--	--	--	(82.065)	1.229.907.027	
Investimentos	27.741.706	1.097.589	--	8.196.501	5.104.738	--	--	(21.614.191)	20.526.343
Demais Ativos	279.006.258	1.634.164	547.459	3.344.558	3.882.964	8.205.125	(14.700.440)	281.920.088	
Total do ativo	2.453.123.724	4.955.881	4.537.881	22.433.985	12.405.070	18.044.728	(63.880.561)	2.451.620.708	
Passivo	2.262.644.094	4.175.411	3.109.682	12.615.097	2.473.070	15.160.334	(40.662.275)	2.259.515.413	
Recursos de clientes	898.035.687	--	--	--	--	--	(98.238)	897.937.449	
Recursos de instituições financeiras	751.015.219	2.903.486	--	--	--	82.065	(26.961.523)	727.039.247	
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	322.821.923	--	--	--	--	8.715.197	--	331.537.120	
Provisões	36.526.707	151.154	34.280	60.463	606	429.630	(4.089)	37.198.751	
Demais Passivos	254.244.558	1.120.771	3.075.402	12.554.634	2.472.464	5.933.442	(13.598.425)	265.802.846	
Patrimônio líquido	190.479.630	780.470	1.428.199	9.818.888	9.932.000	2.884.394	(23.218.286)	192.105.295	
Total do passivo e patrimônio líquido	2.453.123.724	4.955.881	4.537.881	22.433.985	12.405.070	18.044.728	(63.880.561)	2.451.620.708	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7 – Caixa e equivalentes de caixa

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Disponibilidades	17.192.762	19.737.849
Disponibilidades em moeda nacional	10.238.077	10.239.446
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.954.685	9.498.403
Aplicações interfinanceiras de liquidez¹	41.282.113	39.897.676
Aplicações em operações compromissadas – revendas a liquidar – posição bancada	285.257	313.853
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.996.856	39.583.823
Total	58.474.875	59.635.525

1 – Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8 – Depósitos no Banco Central do Brasil

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Depósitos a prazo	53.187.224	53.187.224
Depósitos de poupança	42.454.209	42.454.209
Depósitos à vista	20.349.251	20.349.251
Conta de pagamento instantâneo	3.843.247	3.843.247
Depósitos de moeda eletrônica	182.202	182.202
Total	120.016.133	120.016.133

b) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Exigibilidade sobre recursos a prazo	3.757.059	6.605.870	3.757.059	6.605.870
Depósitos de poupança	1.733.452	3.384.273	1.733.452	3.384.273
Total	5.490.511	9.990.143	5.490.511	9.990.143



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Aplicações em operações compromissadas	128.120.273	128.352.536
Revendas a liquidar - posição bancada	1.138.774	1.383.241
Títulos públicos federais - no país	--	16.000
Títulos de responsabilidade da União no exterior	1.138.774	1.168.051
Outros títulos no exterior	--	199.190
Revendas a liquidar - posição financiada	126.981.499	126.969.295
Títulos públicos federais - no país	126.981.499	126.965.499
Outros títulos	--	3.796
Aplicações em depósitos interfinanceiros¹	58.892.330	61.130.780
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	187.012.603	189.483.316
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(18.626)	(18.797)
Perda esperada em aplicações em depósitos interfinanceiros	(18.626)	(18.634)
Perda esperada em aplicações em operações compromissadas	--	(163)
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez líquida de perdas esperadas	186.993.977	189.464.519

1 - Inclui no Consolidado o montante de R\$ 6.375.652 mil referente a aplicações no exterior determinadas pelas autoridades monetárias locais.

b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Rendas de aplicações em operações compromissadas	20.105.976	40.255.915	20.116.164	40.285.945
Posição financiada	19.963.268	40.059.867	19.963.269	40.059.868
Posição bancada	142.708	196.048	152.895	226.077
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.752.474	3.436.616	1.779.854	3.454.220
Variação cambial	294.339	(4.105.624)	294.339	(4.105.624)
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	22.152.789	39.586.907	22.190.357	39.634.541
(Constituição)/reversão de perda esperada	(1.319)	(2.483)	19.729	8.517
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	22.151.470	39.584.424	22.210.086	39.643.058



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Estágios

31/12/2025	Banco Múltiplo			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	128.120.273	--	--	128.120.273
Aplicações em depósitos interfinanceiros	58.892.330	--	--	58.892.330
Total	187.012.603	--	--	187.012.603
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(18.626)	--	--	(18.626)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	186.993.977	--	--	186.993.977

31/12/2025	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações em operações compromissadas	128.352.536	--	--	128.352.536
Aplicações em depósitos interfinanceiros	61.130.780	--	--	61.130.780
Total	189.483.316	--	--	189.483.316
Perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez	(18.797)	--	--	(18.797)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	189.464.519	--	--	189.464.519



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10 – Títulos e valores mobiliários

a) Classificação contábil dos títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Valor justo no resultado	3.669.173	7.620.302
Valor justo em outros resultados abrangentes	631.884.974	640.022.346
Custo amortizado	72.422.703	82.141.286
Total	707.976.850	729.783.934

b) Valor justo no resultado (VJR)

Banco Múltiplo	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	3.669.768	1.059	(1.722)	3.669.105
Títulos públicos federais	3.145.059	961	--	3.146.020
Títulos privados de entidades não financeiras	524.709	98	(1.722)	523.085
Instrumentos de patrimônio	60	8	--	68
Cotas de fundos de investimento	60	8	--	68
Total	3.669.828	1.067	(1.722)	3.669.173

Consolidado	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	6.647.486	38.810	(3.902)	6.682.394
Títulos públicos federais	3.560.060	816	--	3.560.876
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	204.502	46.640	--	251.142
Títulos privados de instituições financeiras	28.581	(55)	--	28.526
Títulos privados de entidades não financeiras	2.854.343	(8.591)	(3.902)	2.841.850
Instrumentos de patrimônio	849.303	88.605	--	937.908
Ações	131.593	89	--	131.682
Cotas de fundos de investimento e outros títulos	717.710	88.516	--	806.226
Total	7.496.789	127.415	(3.902)	7.620.302



c) Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)

Banco Múltiplo	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	631.206.760	(1.600.962)	(5.265)	629.600.533
Títulos públicos federais	622.475.348	(1.454.257)	--	621.021.091
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.272.141	(72.644)	(1.763)	4.197.734
Títulos privados de instituições financeiras	1.345.929	26.593	(1.571)	1.370.951
Títulos privados de entidades não financeiras	3.113.342	(100.654)	(1.931)	3.010.757
Instrumentos de patrimônio¹	2.000.760	283.681	--	2.284.441
Ações	118.257	150.807	--	269.064
Cotas de fundos de investimento	1.882.503	132.874	--	2.015.377
Total	633.207.520	(1.317.281)	(5.265)	631.884.974

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Consolidado	31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	639.406.438	(1.559.295)	(138.494)	637.708.649
Títulos públicos federais	622.680.662	(1.482.454)	--	621.198.208
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	5.943.722	(30.200)	(98.407)	5.815.115
Títulos privados de instituições financeiras	1.358.661	26.946	(1.710)	1.383.897
Títulos privados de entidades não financeiras	9.423.393	(73.587)	(38.377)	9.311.429
Instrumentos de patrimônio¹	2.035.778	277.919	--	2.313.697
Ações	152.090	131.487	--	283.577
Cotas de fundos de investimento	1.883.688	146.432	--	2.030.120
Total	641.442.216	(1.281.376)	(138.494)	640.022.346

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

d) Custo amortizado

Banco Múltiplo	31/12/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	38.359.911	33.692.352	408.271	--	72.460.534
Títulos públicos federais	13.863.518	23.245.529	408.271	--	37.517.318
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	24.496.393	10.446.823	--	--	34.943.216
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(27.907)	(9.924)	--	--	(37.831)
Total	38.332.004	33.682.428	408.271	--	72.422.703



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	31/12/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	46.831.319	35.238.298	408.271	--	82.477.888
Títulos públicos federais	15.053.269	24.610.601	408.271	--	40.072.141
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	31.773.004	10.627.058	--	--	42.400.062
Títulos privados de instituições financeiras	5.046	--	--	--	5.046
Títulos privados de entidades não financeiras	--	639	--	--	639
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(315.369)	(21.233)	--	--	(336.602)
Total	46.515.950	35.217.065	408.271	--	82.141.286

Em linha com a sua gestão de riscos e em função de dinâmicas de negócios, o Banco revisou sua estratégia de gestão de ativos financeiros e determinados modelos de negócios relacionados ao portfólio de títulos públicos pré-fixados. Como resultado, foram reclassificados papéis da categoria “valor justo em outros resultados abrangentes” para a categoria “custo amortizado” no montante de R\$ 32.929.465 mil, com efeito líquido positivo no patrimônio líquido de R\$ 1.146.778 mil, sem efeitos no resultado do período.

e) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários, líquida das perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Carteira própria	203.643.114	239.200.468
Vinculados a compromissos de recompra	483.580.584	469.525.174
Vinculados a prestação de garantia	20.753.152	21.058.292
Total	707.976.850	729.783.934

f) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Títulos de renda fixa	41.666.767	70.020.622	41.959.301	70.705.258
Títulos de renda variável	93	93	57.324	58.447
Títulos e valores mobiliários no exterior	2.445.769	4.552.645	4.614.194	9.334.224
Aplicações em fundos de investimentos	14	48	31.004	55.347
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários	(26.600)	52.262	(9.105)	162.987
Variação cambial	6.137	76.864	6.303	76.701
Receitas com títulos e valores mobiliários	44.092.180	74.702.534	46.659.021	80.392.964
(Constituição)/reversão de perda esperada	18.761	423.803	179.104	504.978
Resultado com títulos e valores mobiliários	44.110.941	75.126.337	46.838.125	80.897.942



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Instrumentos de dívida classificados por estágios

Banco Múltiplo	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	3.664.280	--	5.488	3.669.768
Títulos públicos federais	3.145.059	--	--	3.145.059
Títulos privados de entidades não financeiras	519.221	--	5.488	524.709
Valor justo em outros resultados abrangentes	631.206.625	--	135	631.206.760
Títulos públicos federais	622.475.348	--	--	622.475.348
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.272.141	--	--	4.272.141
Títulos privados de instituições financeiras	1.345.929	--	--	1.345.929
Títulos privados de entidades não financeiras	3.113.207	--	135	3.113.342
Custo amortizado	72.460.534	--	--	72.460.534
Títulos públicos federais	37.517.318	--	--	37.517.318
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	34.943.216	--	--	34.943.216
Perdas esperadas	(43.526)	--	(1.292)	(44.818)
Total	707.287.913	--	4.331	707.292.244

Consolidado	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	6.627.388	14.610	5.488	6.647.486
Títulos públicos federais	3.560.060	--	--	3.560.060
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	189.892	14.610	--	204.502
Títulos privados de instituições financeiras	28.581	--	--	28.581
Títulos privados de entidades não financeiras	2.848.855	--	5.488	2.854.343
Valor justo em outros resultados abrangentes	637.793.594	1.612.709	135	639.406.438
Títulos públicos federais	622.680.662	--	--	622.680.662
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	4.331.013	1.612.709	--	5.943.722
Títulos privados de instituições financeiras	1.358.661	--	--	1.358.661
Títulos privados de entidades não financeiras	9.423.258	--	135	9.423.393
Custo amortizado	76.477.958	5.999.930	--	82.477.888
Títulos públicos federais	40.072.141	--	--	40.072.141
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	36.400.132	5.999.930	--	42.400.062
Títulos privados de instituições financeiras	5.046	--	--	5.046
Títulos privados de entidades não financeiras	639	--	--	639
Perdas esperadas	(122.853)	(354.853)	(1.292)	(478.998)
Total	720.776.087	7.272.396	4.331	728.052.814



h) Movimentação entre os estágios dos títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	444.775.593	1.716.753	306.170	446.798.516
Transferidos para o estágio 1	--	--	(10)	(10)
Oriundos do estágio 3	10	--	--	10
Outras movimentações ²	262.555.836	(1.716.753)	(300.537)	260.538.546
Saldo em 31/12/2025	707.331.439	--	5.623	707.337.062

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

Consolidado	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	458.273.964	14.410.466	319.247	473.003.677
Transferidos para o estágio 1	--	--	(10)	(10)
Oriundos do estágio 3	10	--	--	10
Outras movimentações ²	262.624.966	(6.783.217)	(313.614)	255.528.135
Saldo em 31/12/2025	720.898.940	7.627.249	5.623	728.531.812

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

i) Movimentação entre os estágios das perdas com títulos e valores mobiliários

Banco Múltiplo	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	(81.877)	(156.752)	(61.387)	(300.016)
Outras movimentações ²	38.351	156.752	60.095	255.198
Saldo em 31/12/2025	(43.526)	--	(1.292)	(44.818)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.

Consolidado	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025¹	(121.911)	(995.023)	(65.619)	(1.182.553)
Outras movimentações ²	(942)	640.170	64.327	703.555
Saldo em 31/12/2025	(122.853)	(354.853)	(1.292)	(478.998)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 – Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Banco Múltiplo	Saldo em 01/01/2025 ¹	(Constituição)/ Reversão	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2025
Valor justo no resultado	(3.813)	2.091	--	(1.722)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(274.087)	240.746	28.076	(5.265)
Custo amortizado	(22.116)	180.966	(196.681)	(37.831)
Total	(300.016)	423.803	(168.605)	(44.818)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Consolidado	Saldo em 01/01/2025 ¹	(Constituição)/ Reversão	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2025
Valor justo no resultado	(12.130)	8.228	--	(3.902)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(518.070)	256.449	123.127	(138.494)
Custo amortizado	(652.353)	240.301	75.450	(336.602)
Total	(1.182.553)	504.978	198.577	(478.998)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

11 – Instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	31/12/2025			31/12/2025		
	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo
Ativo						
Operações a termo ¹	1.096.510	(246.884)	849.626	1.121.430	(244.364)	877.066
Opções	887.148	(375.988)	511.160	887.148	(375.988)	511.160
Swap	2.235.990	547.524	2.783.514	2.235.990	547.524	2.783.514
Outros derivativos ²	490.993	(6.714)	484.279	492.476	(6.732)	485.744
Total	4.710.641	(82.062)	4.628.579	4.737.044	(79.560)	4.657.484
Passivo						
Operações a termo ¹	(3.127.329)	1.526.760	(1.600.569)	(3.127.455)	1.526.760	(1.600.695)
Opções	(983.261)	169.746	(813.515)	(983.261)	169.746	(813.515)
Swap	(1.157.644)	(175.785)	(1.333.429)	(1.157.644)	(175.785)	(1.333.429)
Outros derivativos ²	(719.266)	(9.970)	(729.236)	(719.219)	(7.876)	(727.095)
Total	(5.987.500)	1.510.751	(4.476.749)	(5.987.579)	1.512.845	(4.474.734)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características:

- (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma commodity etc.);
- (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
- (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.



Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Dessa forma, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de valor justo e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em: análise de cenários econômicos; análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista; simulação de resultados esperados; simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.



a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor Justo
Contratos de Futuros				
Compromissos de Compra	71.533.036	--	72.831.474	--
Risco de taxa de juros	43.695.170	--	43.695.170	--
Risco de moedas	27.711.790	--	29.010.228	--
Outros riscos	126.076	--	126.076	--
Compromissos de Venda	40.492.600	--	40.505.425	--
Risco de taxa de juros	29.990.599	--	29.990.599	--
Risco de moedas	7.070.272	--	7.083.097	--
Outros riscos	3.431.729	--	3.431.729	--
Contratos de operações a termo¹				
Posição Ativa	20.830.739	849.626	21.393.178	877.066
Risco de taxa de juros	234.821	10.293	234.821	10.293
Risco de moedas	19.219.579	628.553	19.782.018	655.993
Outros riscos	1.376.339	210.780	1.376.339	210.780
Posição Passiva	33.567.596	(1.600.569)	33.582.674	(1.600.695)
Risco de taxa de juros	2.314.775	(135.615)	2.314.775	(135.615)
Risco de moedas	31.155.392	(1.461.676)	31.170.470	(1.461.802)
Outros riscos	97.429	(3.278)	97.429	(3.278)
Contratos de opções				
Posição comprada	24.116.314	511.160	24.116.314	511.160
Risco de moedas	24.116.314	511.160	24.116.314	511.160
Posição vendida	24.014.075	(813.515)	24.014.075	(813.515)
Risco de taxa de juros	3.543	(7)	3.543	(7)
Risco de moedas	23.562.873	(808.203)	23.562.873	(808.203)
Outros riscos	447.659	(5.305)	447.659	(5.305)
Contratos de swap				
Posição ativa	40.149.749	2.783.514	40.149.749	2.783.514
Risco de taxa de juros	25.589.130	2.258.294	25.589.130	2.258.294
Risco de moedas	14.560.619	525.220	14.560.619	525.220
Posição passiva	19.197.847	(1.333.429)	19.197.847	(1.333.429)
Risco de taxa de juros	9.462.293	(691.990)	9.462.293	(691.990)
Risco de moedas	9.735.554	(641.439)	9.735.554	(641.439)
Outros contratos de derivativos²				
Posição ativa	5.111.233	484.279	4.469.467	485.744
Risco de moedas	5.111.233	484.279	4.441.955	484.279
Outros riscos ³	--	--	27.512	1.465
Posição passiva	8.118.788	(729.236)	8.107.534	(727.095)
Risco de moedas	8.118.788	(729.236)	8.107.534	(727.095)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

3 – Refere-se a operações de CDS (Credit Default Swap) cujo risco transferido totaliza o montante do valor de referência do contrato da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nocional)

Valor de referência – Posição ativa Vencimento em Dias	Banco Múltiplo					Consolidado				
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/12/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/12/2025
Contratos de futuros	9.555.733	44.905.875	6.245.350	10.826.078	71.533.036	10.854.171	44.905.875	6.245.350	10.826.078	72.831.474
Contratos de operações a termo	4.997.937	9.680.087	4.378.598	1.774.117	20.830.739	5.560.376	9.680.087	4.378.598	1.774.117	21.393.178
Contratos de opções	2.740.903	11.155.407	3.976.940	6.243.064	24.116.314	2.740.903	11.155.407	3.976.940	6.243.064	24.116.314
Contratos de swap	5.600.301	5.829.247	6.481.021	22.239.180	40.149.749	5.600.301	5.829.247	6.481.021	22.239.180	40.149.749
Outros contratos de derivativos	2.951.848	1.821.918	337.467	--	5.111.233	2.609.355	1.522.645	337.467	--	4.469.467

Valor de referência – Posição passiva Vencimento em Dias	Banco Múltiplo					Consolidado				
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/12/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/12/2025
Contratos de futuros	15.470.015	10.157.073	3.615.555	11.249.957	40.492.600	15.482.840	10.157.073	3.615.555	11.249.957	40.505.425
Contratos de operações a termo	4.049.335	14.369.906	8.255.530	6.892.825	33.567.596	4.064.413	14.369.906	8.255.530	6.892.825	33.582.674
Contratos de opções	3.303.721	10.322.834	4.134.190	6.253.330	24.014.075	3.303.721	10.322.834	4.134.190	6.253.330	24.014.075
Contratos de swap	1.302.105	1.337.205	2.314.911	14.243.626	19.197.847	1.302.105	1.337.205	2.314.911	14.243.626	19.197.847
Outros contratos de derivativos	2.702.220	4.277.832	1.138.736	--	8.118.788	2.690.966	4.277.832	1.138.736	--	8.107.534

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nocional)

	Banco Múltiplo					Consolidado				
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa										
B3	111.513.173	--	10.096.425	--	--	111.513.173	--	10.096.425	--	--
Exterior	512.463	--	--	--	--	1.823.726	--	--	--	--
Balcão										
Instituições financeiras	--	3.158.067	--	33.507.117	13.230.021	--	3.735.584	--	33.507.117	12.577.001
Clientes	--	51.240.268	38.033.964	25.840.479	--	--	51.240.268	38.033.964	25.840.479	--



d) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro	15.367.583	15.367.583

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Contratos de futuro	(734.030)	577.114	(727.623)	566.498
Contratos de operações a termo	(416.672)	(4.928.941)	(398.593)	(4.913.040)
Contratos de opções	(272.528)	(1.826.193)	(272.528)	(1.826.193)
Contratos de swap	732.014	3.152.179	732.014	3.152.179
Outros derivativos	15.438	(15.982)	(4.634)	(81.551)
Total	(675.778)	(3.041.823)	(671.364)	(3.102.107)

f) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

O Banco realiza estruturas de Hedge de valor de mercado e de Hedge de investimento líquido no exterior com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros e o risco cambial apresentados por operações próprias. O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge, do instrumento de hedge e a metodologia a ser utilizada para avaliar a sua efetividade desde a concepção da estrutura de hedge contábil.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Por decisão da Administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de hedge.

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros e swaps).

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco avalia e acompanha as estratégias para garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto de hedge;
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.

f.1) Hedge de valor de mercado

A estratégia de hedge de valor de mercado do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.



A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregá as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor de mercado como segue:

- O Banco possui uma carteira ativa de crédito na modalidade de Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada. Para gerenciar este risco, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor mercado dos créditos correspondente, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos, recursos de instituições financeiras e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar este risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros; e
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por operações de emissões de títulos. Para gerenciar esse risco, contrata swap de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor de mercado

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Instrumentos de hedge¹		
Ativo	2.215.676	2.215.676
Contratos de swap	2.215.676	2.215.676
Passivo	(517.308)	(517.308)
Contratos de swap	(468.551)	(468.551)
Contratos de futuro	(48.757)	(48.757)
Itens objeto de hedge		
Ativo	4.236.075	4.236.075
Aplicações interfinanceiras	4.187.393	4.187.393
Operações de crédito	48.682	48.682
Passivo	(5.916.737)	(5.916.737)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários no exterior	(4.208.772)	(4.208.772)
Recursos de instituições financeiras	(1.707.965)	(1.707.965)

1 – Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor de mercado, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.



Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(85.490)	(415.642)	(85.490)	(415.642)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	82.490	408.177	82.490	408.177
Efeito Líquido	(3.000)	(7.465)	(3.000)	(7.465)

f.2) Hedge de investimento líquido no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Américas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado no máximo a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido no exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Instrumentos de hedge		
Passivo	(1.710.908)	(1.710.908)
Contrato de futuro	(1.710.908)	(1.710.908)
Itens objeto de hedge		
Ativo	1.701.698	1.701.698
Investimento líquido no exterior	1.701.698	1.701.698

Em estruturas de proteção de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica de "Outros resultados abrangentes – Hedge de investimento líquido no exterior" (Nota 23.h). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	12.318	(206.700)	12.318	(206.700)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	(12.318)	206.700	(12.318)	206.700
Efeito Líquido¹	--	--	--	--

1 – O impacto no resultado decorrente da parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil foi uma perda de R\$ 4.670 mil no 2º semestre/2025 e uma perda de R\$ 617 mil no Exercício/2025.



12 – Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Operações de crédito	1.000.256.981	1.022.471.407
Empréstimos e direitos creditórios descontados	377.847.057	388.276.355
Financiamentos	197.501.887	198.692.549
Financiamentos rurais	373.579.404	373.579.404
Financiamentos imobiliários	51.239.535	61.834.001
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	89.098	89.098
Outros créditos com características de concessão de crédito	204.519.254	206.285.614
Títulos com características de concessão de crédito	101.820.642	101.820.642
Operações com cartão de crédito	60.951.339	62.717.699
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	26.324.947	26.324.947
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.379.771	7.379.771
Diversos	8.042.555	8.042.555
Operações de arrendamento mercantil	--	1.150.006
Total da carteira de crédito	1.204.776.235	1.229.907.027
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(98.004.759)	(98.738.685)
Perdas esperadas com operações de crédito	(90.110.675)	(90.599.522)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito	(7.894.084)	(7.952.641)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil	--	(186.522)
Total da carteira de crédito líquida de perdas	1.106.771.476	1.131.168.342

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



b) Resultado da carteira de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado de operações de crédito	95.134.294	183.260.701	97.770.901	188.367.098
Empréstimos e direitos creditórios descontados	45.016.583	86.716.252	47.198.304	90.787.603
Financiamentos rurais	17.661.989	34.275.097	17.661.989	34.275.097
Financiamentos	12.506.226	23.716.060	12.609.872	23.851.601
Títulos com características de concessão de crédito	8.311.883	16.421.376	8.311.883	16.421.376
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992	3.789.770	7.052.116	3.789.770	7.052.116
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ¹	3.238.054	6.342.171	3.200.376	6.479.936
Financiamentos imobiliários	2.892.018	5.346.043	3.280.936	6.107.783
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	884.932	1.843.486	884.932	1.843.486
Diversos	832.839	1.548.100	832.839	1.548.100
Resultado de arrendamento mercantil	--	--	115.363	201.605
Resultado de venda ou transferência de ativos financeiros ²	(788.144)	(608.867)	(788.144)	(608.867)
Ajuste de hedge de valor justo da carteira de crédito	269	3.305	269	3.305
Variação cambial da carteira de crédito	1.714.979	(11.129.834)	1.714.979	(11.128.775)
Total	96.061.398	171.525.305	98.813.368	176.834.366

1 - Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 454.779 mil no 2º Semestre/2025 (com impacto no resultado de R\$ 250.128 mil, líquido de tributos) e R\$ 1.085.635 mil no Exercício/2025 (com impacto no resultado de R\$ 597.099 mil, líquido de tributos). Os valores das carteiras cedidas eram de R\$ 1.414.116 mil e R\$ 4.082.281 mil, respectivamente.

2 - Inclui despesas no montante de R\$ 1.424.675 mil (R\$ 783.571 mil, líquido de tributos) no 2º Semestre/2025 e R\$ 1.764.246 mil (R\$ 970.335 mil, líquido de tributos) no Exercício/2025, oriundas de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R\$ 401.635 mil no 2º Semestre/2025 e R\$ 477.854 mil no Exercício/2025, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Os valores contábeis brutos dessas operações eram de R\$ 2.798.521 mil e R\$ 3.300.687 mil, respectivamente.



c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2025	%	31/12/2025	%
Setor público	101.671.109	8,4	101.671.109	8,3
Administração pública	79.495.304	6,6	79.495.304	6,5
Petroleiro	16.865.575	1,4	16.865.575	1,4
Serviços	3.641.104	0,3	3.641.104	0,3
Energia Elétrica	12.804	--	12.804	--
Demais atividades	1.656.322	0,1	1.656.322	0,1
Setor privado	1.103.105.126	91,6	1.128.235.918	91,7
Pessoa física	726.490.981	60,3	733.923.573	59,7
Pessoa jurídica	376.614.145	31,3	394.312.345	32,0
Agronegócio de origem vegetal	55.040.344	4,5	55.627.408	4,5
Serviços	49.231.211	4,1	52.571.121	4,3
Energia Elétrica	25.548.046	2,1	25.725.650	2,1
Mineração e metalurgia	23.835.257	2,0	24.405.973	2,0
Transportes	20.572.499	1,7	21.059.441	1,7
Automotivo	18.741.559	1,6	20.878.392	1,7
Agronegócio de origem animal	19.885.686	1,6	20.358.676	1,7
Insumos agrícolas	17.540.950	1,5	17.553.981	1,4
Comércio varejista	16.382.496	1,4	16.989.899	1,4
Químico	16.021.750	1,3	16.363.756	1,3
Combustíveis	15.224.998	1,3	16.132.820	1,3
Imobiliário	10.915.749	0,9	13.239.738	1,1
Instituições e serviços financeiros	10.831.473	0,9	13.135.940	1,1
Eletroeletrônico	12.957.876	1,1	13.055.080	1,1
Atividades específicas da construção	12.902.877	1,1	12.941.431	1,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	10.026.392	0,8	11.495.420	0,9
Papel e celulose	9.897.602	0,8	10.059.686	0,8
Têxtil e confecções	8.594.525	0,7	8.661.359	0,7
Madeireiro e moveleiro	7.362.819	0,6	7.419.285	0,6
Construção pesada	5.678.017	0,5	6.251.618	0,5
Telecomunicações	4.951.908	0,4	5.324.959	0,4
Demais atividades	4.470.111	0,4	5.060.712	0,3
Total	1.204.776.235	100,0	1.229.907.027	100,0

d) Classificação por carteiras de provisão e prazos de vencimento

	Banco Múltiplo						31/12/2025	
	C1	C2	C3	C4	C5			
Operações em curso normal								
Parcelas vincendas								
01 a 30	1.041.395	3.726.639	20.776.954	1.174.767	48.505.896	75.225.651		
31 a 60	1.014.828	2.178.728	17.238.534	460.309	14.245.084	35.137.483		
61 a 90	1.184.177	1.666.101	16.348.850	639.296	9.014.065	28.852.489		
91 a 180	7.099.972	6.989.430	56.316.347	3.893.652	23.553.762	97.853.163		
181 a 360	18.337.104	15.016.271	85.777.528	3.084.246	31.176.744	153.391.893		
Acima de 360	142.659.175	92.123.402	272.176.691	34.970.800	186.575.256	728.505.324		
Parcelas vencidas								
Até 14 dias	94.069	930.577	2.567.996	26.334	583.777	4.202.753		
Subtotal	171.430.720	122.631.148	471.202.900	44.249.404	313.654.584	1.123.168.756		
Operações em curso anormal								
Parcelas vincendas								
01 a 30	15.566	71.470	340.191	636	372.873	800.736		
31 a 60	16.097	77.339	361.163	701	401.799	857.099		
61 a 90	16.850	71.897	332.980	535	322.327	744.589		
91 a 180	51.896	301.149	1.084.520	2.638	1.012.749	2.452.952		
181 a 360	103.072	865.394	2.613.637	6.067	1.844.991	5.433.161		
Acima de 360	3.848.299	3.535.540	11.081.190	1.653.190	10.357.372	30.475.591		
Parcelas vencidas								
01 a 14	7.578	32.410	207.024	482	153.644	401.138		
15 a 30	84.381	162.891	1.610.332	2.311	917.925	2.777.840		
31 a 60	67.754	250.584	3.400.577	5.189	649.153	4.373.257		
61 a 90	52.917	214.358	2.600.461	74.945	494.734	3.437.415		
91 a 180	90.493	639.529	7.880.599	399.450	1.940.473	10.950.544		
181 a 360	75.001	618.660	7.683.638	17.935	5.067.787	13.463.021		
Acima de 360	52.481	378.122	1.968.083	15.928	3.025.522	5.440.136		
Subtotal	4.482.385	7.219.343	41.164.395	2.180.007	26.561.349	81.607.479		
Total	175.913.105	129.850.491	512.367.295	46.429.411	340.215.933	1.204.776.235		

	Consolidado						31/12/2025	
	C1	C2	C3	C4	C5			
Operações em curso normal								
Parcelas vincendas								
01 a 30	1.041.395	3.836.527	21.430.741	1.174.767	53.830.782	81.314.212		
31 a 60	1.014.828	2.232.365	16.957.786	460.309	15.066.748	35.732.036		
61 a 90	1.184.177	1.700.684	16.326.506	639.296	9.638.740	29.489.403		
91 a 180	7.099.972	7.123.430	56.216.048	3.893.652	24.899.349	99.232.451		
181 a 360	18.337.104	15.228.088	85.766.500	3.084.246	32.605.273	155.021.211		
Acima de 360	142.659.175	93.757.762	281.687.720	34.970.800	189.060.004	742.135.461		
Parcelas vencidas								
Até 14 dias	94.069	932.397	2.872.091	26.334	630.141	4.555.032		
Subtotal	171.430.720	124.811.253	481.257.392	44.249.404	325.731.037	1.147.479.806		
Operações em curso anormal								
Parcelas vincendas								
01 a 30	15.566	71.743	340.192	636	372.872	801.009		
31 a 60	16.097	77.604	361.163	701	401.799	857.364		
61 a 90	16.850	72.148	332.980	535	322.327	744.840		
91 a 180	51.896	301.866	1.084.520	2.638	1.012.749	2.453.669		
181 a 360	103.072	866.716	2.613.637	6.067	1.844.991	5.434.483		
Acima de 360	3.848.299	3.537.288	11.081.190	1.653.190	10.357.372	30.477.339		
Parcelas vencidas								
01 a 14	7.578	32.590	207.024	482	153.644	401.318		
15 a 30	84.381	163.570	1.894.871	2.311	974.911	3.120.044		
31 a 60	67.754	250.988	3.477.460	5.189	701.614	4.503.005		
61 a 90	52.917	214.651	2.612.617	74.945	545.787	3.500.917		
91 a 180	90.493	640.334	7.925.435	399.450	2.027.858	11.083.570		
181 a 360	75.001	620.237	7.698.790	17.935	5.168.828	13.580.791		
Acima de 360	52.481	380.342	1.987.062	15.928	3.035.059	5.468.872		
Subtotal	4.482.385	7.230.077	41.616.941	2.180.007	26.917.811	82.427.221		
Total	175.913.105	132.041.330	522.874.333	46.429.411	352.648.848	1.229.907.027		



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira de crédito e perdas esperadas por estágios

31/12/2025	Banco Múltiplo							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	877.348.543	(13.423.335)	31.054.966	(11.112.626)	91.853.472	(65.574.714)	1.000.256.981	(90.110.675)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	317.245.223	(4.073.460)	12.638.526	(4.127.826)	47.963.308	(34.361.641)	377.847.057	(42.562.927)
Financiamentos	190.312.731	(534.672)	1.804.849	(355.925)	5.384.307	(4.169.901)	197.501.887	(5.060.498)
Financiamentos rurais	324.775.989	(8.764.137)	15.083.143	(6.592.428)	33.720.272	(26.017.313)	373.579.404	(41.373.878)
Financiamentos imobiliários	44.925.908	(51.063)	1.528.180	(36.447)	4.785.447	(1.025.859)	51.239.535	(1.113.369)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	88.692	(3)	268	--	138	--	89.098	(3)
Outros créditos com características de concessão de crédito	190.243.549	(960.517)	4.392.472	(689.814)	9.883.233	(6.243.753)	204.519.254	(7.894.084)
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	(244.930)	2.054.894	(308.573)	8.332.680	(5.182.849)	101.820.642	(5.736.352)
Operações com cartão de crédito	58.879.078	(646.010)	1.763.864	(270.274)	308.397	(211.935)	60.951.339	(1.128.219)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	(49.786)	327.931	(46.812)	895.352	(595.167)	26.324.947	(691.765)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.379.666	(13.359)	105	(53)	--	--	7.379.771	(13.412)
Diversos	7.450.073	(6.432)	245.678	(64.102)	346.804	(253.802)	8.042.555	(324.336)
Total da carteira de crédito	1.067.592.092	(14.383.852)	35.447.438	(11.802.440)	101.736.705	(71.818.467)	1.204.776.235	(98.004.759)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

31/12/2025	Consolidado							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	898.787.258	(13.620.072)	31.422.920	(11.144.738)	92.261.229	(65.834.712)	1.022.471.407	(90.599.522)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	327.155.724	(4.103.521)	12.831.998	(4.154.366)	48.288.633	(34.572.077)	388.276.355	(42.829.964)
Financiamentos	191.421.019	(534.777)	1.858.162	(356.175)	5.413.368	(4.186.861)	198.692.549	(5.077.813)
Financiamentos rurais	324.775.989	(8.764.137)	15.083.143	(6.592.428)	33.720.272	(26.017.313)	373.579.404	(41.373.878)
Financiamentos imobiliários	55.345.834	(217.634)	1.649.349	(41.769)	4.838.818	(1.058.461)	61.834.001	(1.317.864)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	88.692	(3)	268	--	138	--	89.098	(3)
Outros créditos com características de concessão de crédito	191.862.482	(977.070)	4.513.407	(713.798)	9.909.725	(6.261.773)	206.285.614	(7.952.641)
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	(244.930)	2.054.894	(308.573)	8.332.680	(5.182.849)	101.820.642	(5.736.352)
Operações com cartão de crédito	60.498.011	(662.563)	1.884.799	(294.258)	334.889	(229.955)	62.717.699	(1.186.776)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	(49.786)	327.931	(46.812)	895.352	(595.167)	26.324.947	(691.765)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.379.666	(13.359)	105	(53)	--	--	7.379.771	(13.412)
Diversos	7.450.073	(6.432)	245.678	(64.102)	346.804	(253.802)	8.042.555	(324.336)
Operações de arrendamento mercantil	962.901	(2.907)	2.079	(487)	185.026	(183.128)	1.150.006	(186.522)
Total da carteira de crédito	1.091.612.641	(14.600.049)	35.938.406	(11.859.023)	102.355.980	(72.279.613)	1.229.907.027	(98.738.685)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



f) Movimentação entre os estágios da carteira de crédito por modalidades

Estágio 1

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/(liquidação)/variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	851.291.251	63.930.599	(9.178.785)	(28.694.522)	--	877.348.543
Empréstimos e direitos creditórios descontados	306.906.792	27.213.160	(4.713.428)	(12.161.301)	--	317.245.223
Financiamentos	180.345.260	11.601.651	(694.225)	(939.955)	--	190.312.731
Financiamentos rurais	320.344.031	25.400.448	(5.382.223)	(15.586.267)	--	324.775.989
Financiamentos imobiliários	43.588.835	(266.999)	1.610.519	(6.447)	--	44.925.908
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	106.333	(17.661)	572	(552)	--	88.692
Outros créditos com características de concessão de crédito	212.802.824	(16.262.613)	(3.704.377)	(2.592.285)	--	190.243.549
Títulos com características de concessão de crédito	105.393.112	(9.601.592)	(2.054.406)	(2.304.046)	--	91.433.068
Operações com cartão de crédito	53.424.254	8.031.371	(984.479)	(1.592.068)	--	58.879.078
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	31.123.116	(5.324.191)	(407.357)	(289.904)	--	25.101.664
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	9.455.006	(2.075.340)	--	--	--	7.379.666
Diversos	13.407.336	(7.292.861)	(258.135)	1.593.733	--	7.450.073
Total da carteira de crédito	1.064.094.075	47.667.986	(12.883.162)	(31.286.807)	--	1.067.592.092

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 2

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/(liquidação)/variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	35.775.315	2.815.464	9.178.785	(16.714.598)	--	31.054.966
Empréstimos e direitos creditórios descontados	14.585.212	1.640.262	4.713.428	(8.300.376)	--	12.638.526
Financiamentos	1.555.775	109.628	694.225	(554.779)	--	1.804.849
Financiamentos rurais	15.843.531	1.080.699	5.382.223	(7.223.310)	--	15.083.143
Financiamentos imobiliários	3.789.685	(14.853)	(1.610.519)	(636.133)	--	1.528.180
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	1.112	(272)	(572)	--	--	268
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.365.614	(490.455)	3.704.377	(1.187.064)	--	4.392.472
Títulos com características de concessão de crédito	509.277	(97.703)	2.054.406	(411.086)	--	2.054.894
Operações com cartão de crédito	1.676.945	(136.291)	984.479	(761.269)	--	1.763.864
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	146.398	(220.442)	407.357	(5.382)	--	327.931
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	105	--	--	--	105
Diversos	32.994	(36.124)	258.135	(9.327)	--	245.678
Total da carteira de crédito	38.140.929	2.325.009	12.883.162	(17.901.662)	--	35.447.438

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Estágio 3

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/(liquidação)/variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	80.112.628	9.272.581	28.694.522	16.714.598	(42.940.857)	91.853.472
Empréstimos e direitos creditórios descontados	47.832.232	7.697.130	12.161.301	8.300.376	(28.027.731)	47.963.308
Financiamentos	7.623.720	(102.865)	939.955	554.779	(3.631.282)	5.384.307
Financiamentos rurais	20.427.844	1.484.643	15.586.267	7.223.310	(11.001.792)	33.720.272
Financiamentos imobiliários	4.228.675	194.244	6.447	636.133	(280.052)	4.785.447
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	157	(571)	552	--	--	138
Outros créditos com características de concessão de crédito	14.261.855	(3.611.055)	2.592.285	1.187.064	(4.546.916)	9.883.233
Títulos com características de concessão de crédito	9.210.390	(3.132.560)	2.304.046	411.086	(460.282)	8.332.680
Operações com cartão de crédito	308.160	495.047	1.592.068	761.269	(2.848.147)	308.397
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.971.557	(344.424)	289.904	5.382	(1.027.067)	895.352
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	2.771.748	(629.118)	(1.593.733)	9.327	(211.420)	346.804
Total da carteira de crédito	94.374.483	5.661.526	31.286.807	17.901.662	(47.487.773)	101.736.705

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 1

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/(liquidação)/variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	870.685.079	66.427.715	(9.456.946)	(28.868.590)	--	898.787.258
Empréstimos e direitos creditórios descontados	315.597.669	28.733.154	(4.889.513)	(12.285.586)	--	327.155.724
Financiamentos	181.258.492	11.860.995	(738.166)	(960.302)	--	191.421.019
Financiamentos rurais	320.344.031	25.400.448	(5.382.223)	(15.586.267)	--	324.775.989
Financiamentos imobiliários	53.378.554	450.779	1.552.384	(35.883)	--	55.345.834
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	106.333	(17.661)	572	(552)	--	88.692
Outros créditos com características de concessão de crédito	215.093.116	(16.806.117)	(3.810.314)	(2.614.203)	--	191.862.482
Títulos com características de concessão de crédito	105.393.112	(9.601.592)	(2.054.406)	(2.304.046)	--	91.433.068
Operações com cartão de crédito	55.714.546	7.487.867	(1.090.416)	(1.613.986)	--	60.498.011
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	31.123.116	(5.324.191)	(407.357)	(289.904)	--	25.101.664
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	9.455.006	(2.075.340)	--	--	--	7.379.666
Diversos	13.407.336	(7.292.861)	(258.135)	1.593.733	--	7.450.073
Operações de arrendamento mercantil	654.239	310.065	(2.015)	612	--	962.901
Total da carteira de crédito	1.086.432.434	49.931.663	(13.269.275)	(31.482.181)	--	1.091.612.641

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Estágio 2

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/(liquidação)/variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	35.984.052	2.784.804	9.456.946	(16.802.882)	--	31.422.920
Empréstimos e direitos creditórios descontados	14.684.903	1.625.210	4.889.513	(8.367.628)	--	12.831.998
Financiamentos	1.568.358	124.574	738.166	(572.936)	--	1.858.162
Financiamentos rurais	15.843.531	1.080.699	5.382.223	(7.223.310)	--	15.083.143
Financiamentos imobiliários	3.886.148	(45.407)	(1.552.384)	(639.008)	--	1.649.349
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	1.112	(272)	(572)	--	--	268
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.422.460	(528.722)	3.810.314	(1.190.645)	--	4.513.407
Títulos com características de concessão de crédito	509.277	(97.703)	2.054.406	(411.086)	--	2.054.894
Operações com cartão de crédito	1.733.791	(174.558)	1.090.416	(764.850)	--	1.884.799
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	146.398	(220.442)	407.357	(5.382)	--	327.931
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	105	--	--	--	105
Diversos	32.994	(36.124)	258.135	(9.327)	--	245.678
Operações de arrendamento mercantil	1.611	35	2.015	(1.582)	--	2.079
Total da carteira de crédito	38.408.123	2.256.117	13.269.275	(17.995.109)	--	35.938.406

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 3

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/(liquidação)/variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	80.208.186	9.376.373	28.868.590	16.802.882	(42.994.802)	92.261.229
Empréstimos e direitos creditórios descontados	47.874.972	7.834.824	12.285.586	8.367.628	(28.074.377)	48.288.633
Financiamentos	7.625.210	(107.159)	960.302	572.936	(3.637.921)	5.413.368
Financiamentos rurais	20.427.844	1.484.643	15.586.267	7.223.310	(11.001.792)	33.720.272
Financiamentos imobiliários	4.280.003	164.636	35.883	639.008	(280.712)	4.838.818
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	157	(571)	552	--	--	138
Outros créditos com características de concessão de crédito	14.269.585	(3.607.173)	2.614.203	1.190.645	(4.557.535)	9.909.725
Títulos com características de concessão de crédito	9.210.390	(3.132.560)	2.304.046	411.086	(460.282)	8.332.680
Operações com cartão de crédito	315.890	498.929	1.613.986	764.850	(2.858.766)	334.889
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.971.557	(344.424)	289.904	5.382	(1.027.067)	895.352
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	2.771.748	(629.118)	(1.593.733)	9.327	(211.420)	346.804
Operações de arrendamento mercantil	9.992	174.064	(612)	1.582	--	185.026
Total da carteira de crédito	94.487.763	5.943.264	31.482.181	17.995.109	(47.552.337)	102.355.980

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



g) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Estágio 1

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Constituição/(reversão)/variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	4.583.365	5.194.057	1.116.148	2.529.765	--	13.423.335
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.592.867	(536.496)	282.134	1.734.955	--	4.073.460
Financiamentos	324.007	(39.094)	130.961	118.798	--	534.672
Financiamentos rurais	1.579.702	5.972.412	625.427	586.596	--	8.764.137
Financiamentos imobiliários	86.784	(202.760)	77.623	89.416	--	51.063
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	5	(5)	3	--	--	3
Outros créditos com características de concessão de crédito	632.191	(476.304)	2.735	801.895	--	960.517
Títulos com características de concessão de crédito	218.625	(121.508)	(14.448)	162.261	--	244.930
Operações com cartão de crédito	327.500	313.107	23.290	(17.887)	--	646.010
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	38.285	1.667	(2.825)	12.659	--	49.786
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	28.324	(14.965)	--	--	--	13.359
Diversos	19.457	(654.605)	(3.282)	644.862	--	6.432
Total da carteira de crédito	5.215.556	4.717.753	1.118.883	3.331.660	--	14.383.852

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 2

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Constituição/(reversão)/variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	7.914.198	8.508.243	(1.116.148)	(4.193.667)	--	11.112.626
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.707.310	3.082.664	(282.134)	(2.380.014)	--	4.127.826
Financiamentos	295.414	326.043	(130.961)	(134.571)	--	355.925
Financiamentos rurais	3.606.449	5.257.864	(625.427)	(1.646.458)	--	6.592.428
Financiamentos imobiliários	305.022	(158.328)	(77.623)	(32.624)	--	36.447
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	3	--	(3)	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	368.609	546.766	(2.735)	(222.826)	--	689.814
Títulos com características de concessão de crédito	137.243	262.519	14.448	(105.637)	--	308.573
Operações com cartão de crédito	206.016	210.199	(23.290)	(122.651)	--	270.274
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	19.636	15.555	2.825	8.796	--	46.812
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	53	--	--	--	53
Diversos	5.714	58.440	3.282	(3.334)	--	64.102
Total da carteira de crédito	8.282.807	9.055.009	(1.118.883)	(4.416.493)	--	11.802.440

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Estágio 3

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	59.812.834	47.038.835	(2.529.765)	4.193.667	(42.940.857)	65.574.714
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.409.230	25.335.083	(1.734.955)	2.380.014	(28.027.731)	34.361.641
Financiamentos	5.899.670	1.885.740	(118.798)	134.571	(3.631.282)	4.169.901
Financiamentos rurais	14.768.507	21.190.736	(586.596)	1.646.458	(11.001.792)	26.017.313
Financiamentos imobiliários	2.735.427	(1.372.724)	(89.416)	32.624	(280.052)	1.025.859
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.806.810	4.562.928	(801.895)	222.826	(4.546.916)	6.243.753
Títulos com características de concessão de crédito	4.290.454	1.409.301	(162.261)	105.637	(460.282)	5.182.849
Operações com cartão de crédito	227.807	2.691.737	17.887	122.651	(2.848.147)	211.935
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.508.642	135.047	(12.659)	(8.796)	(1.027.067)	595.167
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	779.907	326.843	(644.862)	3.334	(211.420)	253.802
Total da carteira de crédito	66.619.644	51.601.763	(3.331.660)	4.416.493	(47.487.773)	71.818.467

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 1

Consolidado	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	4.871.363	5.101.840	1.117.845	2.529.024	--	13.620.072
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.611.245	(524.642)	283.563	1.733.355	--	4.103.521
Financiamentos	324.733	(40.178)	131.459	118.763	--	534.777
Financiamentos rurais	1.579.702	5.972.412	625.427	586.596	--	8.764.137
Financiamentos imobiliários	355.678	(305.747)	77.393	90.310	--	217.634
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	5	(5)	3	--	--	3
Outros créditos com características de concessão de crédito	660.459	(490.611)	5.527	801.695	--	977.070
Títulos com características de concessão de crédito	218.625	(121.508)	(14.448)	162.261	--	244.930
Operações com cartão de crédito	355.768	298.800	26.082	(18.087)	--	662.563
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	38.285	1.667	(2.825)	12.659	--	49.786
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	28.324	(14.965)	--	--	--	13.359
Diversos	19.457	(654.605)	(3.282)	644.862	--	6.432
Operações de arrendamento mercantil	3.108	(1.798)	6	1.591	--	2.907
Total da carteira de crédito	5.534.930	4.609.431	1.123.378	3.332.310	--	14.600.049

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Estágio 2

Consolidado	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	7.914.728	8.555.199	(1.117.845)	(4.207.344)	--	11.144.738
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.709.207	3.121.142	(283.563)	(2.392.420)	--	4.154.366
Financiamentos	296.463	328.309	(131.459)	(137.138)	--	356.175
Financiamentos rurais	3.606.449	5.257.864	(625.427)	(1.646.458)	--	6.592.428
Financiamentos imobiliários	302.606	(152.116)	(77.393)	(31.328)	--	41.769
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	3	--	(3)	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	380.460	562.159	(5.527)	(223.294)	--	713.798
Títulos com características de concessão de crédito	137.243	262.519	14.448	(105.637)	--	308.573
Operações com cartão de crédito	217.867	225.592	(26.082)	(123.119)	--	294.258
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	19.636	15.555	2.825	8.796	--	46.812
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	53	--	--	--	53
Diversos	5.714	58.440	3.282	(3.334)	--	64.102
Operações de arrendamento mercantil	230	493	(6)	(230)	--	487
Total da carteira de crédito	8.295.418	9.117.851	(1.123.378)	(4.430.868)	--	11.859.023

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 3

Consolidado	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2025
Operações de crédito	59.769.569	47.381.625	(2.529.024)	4.207.344	(42.994.802)	65.834.712
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.388.955	25.598.434	(1.733.355)	2.392.420	(28.074.377)	34.572.077
Financiamentos	5.897.896	1.908.511	(118.763)	137.138	(3.637.921)	4.186.861
Financiamentos rurais	14.768.507	21.190.736	(586.596)	1.646.458	(11.001.792)	26.017.313
Financiamentos imobiliários	2.714.211	(1.316.056)	(90.310)	31.328	(280.712)	1.058.461
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.810.303	4.587.406	(801.695)	223.294	(4.557.535)	6.261.773
Títulos com características de concessão de crédito	4.290.454	1.409.301	(162.261)	105.637	(460.282)	5.182.849
Operações com cartão de crédito	231.300	2.716.215	18.087	123.119	(2.858.766)	229.955
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.508.642	135.047	(12.659)	(8.796)	(1.027.067)	595.167
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	779.907	326.843	(644.862)	3.334	(211.420)	253.802
Operações de arrendamento mercantil	9.829	174.660	(1.591)	230	--	183.128
Total da carteira de crédito	66.589.701	52.143.691	(3.332.310)	4.430.868	(47.552.337)	72.279.613

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



h) Síntese da movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Saldo inicial¹	(88.843.363)	(80.118.007)	(89.248.016)	(80.420.049)
(Constituição)/reversão de perdas esperadas	(36.663.346)	(65.396.706)	(37.199.708)	(66.079.855)
Variação cambial - provisões no exterior	(105.820)	22.181	57.949	208.882
Baixas para prejuízo	27.607.770	47.487.773	27.651.090	47.552.337
Saldo final	(98.004.759)	(98.004.759)	(98.738.685)	(98.738.685)

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

i) Créditos renegociados

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Saldo inicial	86.725.094	83.503.359
Renegociações	6.865.431	16.740.489
Reestruturações	13.559.554	26.105.933
(Recebimento) e apropriação de juros	(15.506.840)	(27.381.459)
Baixas para prejuízo	(11.873.630)	(19.198.713)
Saldo final¹	79.769.609	79.769.609
(%) Reestruturados em relação ao saldo final da carteira renegociada		54,0%

1 - Inclui o valor de R\$ 74 mil referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 64.495.573 mil dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

j) Concentração das operações de crédito

	31/12/2025	% da Carteira
Maior devedor	16.865.580	1,4
10 maiores devedores	70.206.927	5,8
20 maiores devedores	108.349.035	9,0
50 maiores devedores	164.877.583	13,7
100 maiores devedores	203.608.832	16,9

k) Direcionamento de recursos para aplicação em operações de crédito rural

Fontes de recursos sujeitas a cumprimento de exigibilidade	Safra 2024/2025 ¹				
	Volume para cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (a)	Volume em cumprimento da exigibilidade da fonte de recursos (b)	Percentual de cumprimento da exigibilidade (b)/(a)	Custos diretos e indiretos de observância ²	Custos por descumprimento das exigibilidades ²
Obrigatorios dos depósitos à vista	34.849.830	35.385.723	101,5%	--	--
Poupança rural	120.410.980	121.442.917	100,9%	--	--
Letras de crédito do agronegócio – LCA ³	102.768.577	109.338.854	106,4%	--	--

1 - Refere-se à posição em 30/06/2025, encerramento da safra 2024/2025.

2 - Sem ocorrência nas últimas 5 safras.

3 - A fonte LCA possui dinâmica distinta das demais sujeitas ao cumprimento de exigibilidade, no que se refere ao período de captação conforme disposto no Manual do Crédito Rural - MCR do Bacen. O volume para cumprimento dessa exigibilidade corresponde às captações realizadas no período de junho a maio do ano seguinte e, portanto, podem sofrer alteração ao longo do período da safra.

A exigibilidade é entendida como sendo o dever que tem a instituição financeira de manter aplicado em operações de crédito rural, o valor correspondente a percentual definido pelo Bacen, para cada ano agrícola (período compreendido entre 01 de julho do ano e 30 de junho do ano seguinte). O cálculo é realizado sobre a base de saldos médios diários das captações das referidas fontes sujeitas a cumprimento de exigibilidade. Atualmente, para o ano agrícola ou safra 2024/2025, tem-se definidos os seguintes percentuais de cumprimento das exigibilidades: Poupança – 65%, Depósitos à Vista – 31,5% e LCA – 50%.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

I) Exposição máxima dos instrumentos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito

Banco Múltiplo	31/12/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	623.581.392	122.297.111	87.260	745.965.763	26.580.924	279.844	--	26.860.768	68.957.958	44.562	--	69.002.520	719.120.274	122.621.517	87.260	841.829.051
Varejo PF	303.539.529	120.261.234	87.260	423.888.023	11.993.639	279.482	--	12.273.121	38.613.723	43.716	--	38.657.439	354.146.891	120.584.432	87.260	474.818.583
Produtor rural	320.041.863	2.035.877	--	322.077.740	14.587.285	362	--	14.587.647	30.344.235	846	--	30.345.081	364.973.383	2.037.085	--	367.010.468
Pessoas jurídicas	444.010.700	106.730.042	17.451.419	568.192.161	8.866.514	116.062	4.955	8.987.531	32.778.747	13.295	589.398	33.381.440	485.655.961	106.859.399	18.045.772	610.561.132
Atacado	312.478.697	79.337.110	16.483.337	408.299.144	3.740.071	28.573	157	3.768.801	20.033.848	6.189	585.925	20.625.962	336.252.616	79.371.872	17.069.419	432.693.907
Varejo MPE	91.275.302	25.946.372	968.082	118.189.756	4.896.471	87.089	4.798	4.988.358	12.071.951	7.106	3.473	12.082.530	108.243.724	26.040.567	976.353	135.260.644
Produtor rural	40.256.701	1.446.560	--	41.703.261	229.972	400	--	230.372	672.948	--	--	672.948	41.159.621	1.446.960	--	42.606.581
Total	1.067.592.092	229.027.153	17.538.679	1.314.157.924	35.447.438	395.906	4.955	35.848.299	101.736.705	57.857	589.398	102.383.960	1.204.776.235	229.480.916	18.133.032	1.452.390.183
%	81,3%	17,4%	1,3%	100,0%	98,9%	1,1%	0,0%	100,0%	99,4%	0,0%	0,6%	100,0%	83,0%	15,8%	1,2%	100,0%

Consolidado	31/12/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	637.488.377	122.297.111	87.768	759.873.256	27.309.860	279.844	--	27.589.704	69.600.402	44.562	--	69.644.964	734.398.639	122.621.517	87.768	857.107.924
Varejo PF	317.446.514	120.261.234	87.768	437.795.516	12.722.575	279.482	--	13.002.057	39.256.167	43.716	--	39.299.883	369.425.256	120.584.432	87.768	490.097.456
Produtor rural	320.041.863	2.035.877	--	322.077.740	14.587.285	362	--	14.587.647	30.344.235	846	--	30.345.081	364.973.383	2.037.085	--	367.010.468
Pessoas jurídicas	454.124.264	110.432.665	17.466.745	582.023.674	8.628.546	116.062	4.955	8.749.563	32.755.578	13.295	589.398	33.358.271	495.508.388	110.562.022	18.061.098	624.131.508
Atacado	313.078.069	83.039.733	16.254.993	412.372.795	3.459.812	28.573	157	3.488.542	19.994.360	6.189	585.925	20.586.474	336.532.241	83.074.495	16.841.075	436.447.811
Varejo MPE	100.789.494	25.946.372	1.211.752	127.947.618	4.938.762	87.089	4.798	5.030.649	12.088.270	7.106	3.473	12.098.849	117.816.526	26.040.567	1.220.023	145.077.116
Produtor rural	40.256.701	1.446.560	--	41.703.261	229.972	400	--	230.372	672.948	--	--	672.948	41.159.621	1.446.960	--	42.606.581
Total	1.091.612.641	232.729.776	17.554.513	1.341.896.930	35.938.406	395.906	4.955	36.339.267	102.355.980	57.857	589.398	103.003.235	1.229.907.027	233.183.539	18.148.866	1.481.239.432
%	81,4%	17,3%	1,3%	100,0%	98,9%	1,1%	0,0%	100,0%	99,4%	0,0%	0,6%	100,0%	83,0%	15,8%	1,2%	100,0%



13 – Outros ativos

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Financeiros	71.046.449	70.850.381
Devedores por depósitos em garantia	38.220.956	39.250.337
Fundos de Destinação do Superávit – Previ (Nota 28.f)	12.367.543	12.367.543
Rendas a receber	13.303.385	11.410.337
Títulos e créditos a receber ¹	3.238.860	3.408.244
Negociação e intermediação de valores	1.314.155	1.899.056
Fundo de Compensação de Variações Salariais	598.591	598.591
Demais	2.002.959	1.916.273
Não financeiros	37.388.944	39.815.755
Ativos atuariais (Nota 28.e)	31.774.493	31.774.493
Devedores diversos	3.736.712	4.361.550
Despesas Antecipadas	1.261.336	1.416.294
Mantidos para venda – Recebidos	197.488	197.772
Mantidos para venda – Próprios	116.920	128.556
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	5.349	54.286
Demais	296.646	1.882.804

1 - Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 86.967 mil, provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN nº 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei nº 8.427/1992, R\$ 981.569 mil.

b) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Rendas a receber	(4.030.649)	(4.030.649)
Títulos e créditos a receber	(572.972)	(852.825)
Demais	(149.530)	(149.535)
Total	(4.753.151)	(5.033.009)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Saldo inicial¹	(4.438.268)	(3.915.265)	(4.668.969)	(4.095.408)
(Constituição)/reversão	(359.802)	(876.876)	(427.637)	(1.023.642)
Variação cambial - provisões no exterior	--	--	(18.214)	(46.362)
Baixas para prejuízo/outros ajustes	44.919	38.990	81.811	132.403
Saldo final	(4.753.151)	(4.753.151)	(5.033.009)	(5.033.009)

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14 – Investimento

a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Banco Múltiplo	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro líquido Exercício/2025	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil 01/01/2025	Movimentações – Exercício/2025			Saldo contábil 31/12/2025
				Ordinárias	Preferenciais			Dividendos/ JCP	Outros eventos ²		
No país											
BB Elo Cartões Participações S.A.	7.734.513	9.907.668	2.303.622	17.703	--	100,00%	9.766.442	(2.144.270)	(18.126)	2.303.622	9.907.668
BB Seguridade Participações S.A ^{3 4}	6.269.692	9.820.327	9.035.709	1.325.000	--	68,25%	6.220.033	(5.951.980)	267.419	6.166.531	6.702.003
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.843.998	283.474	3.000	--	100,00%	4.830.296	(269.772)	--	283.474	4.843.998
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.678.984	1.854.092	1.096.653	600.952	50,00%	6.025.787	(605.000)	(8.341)	927.046	6.339.492
BB Banco de Investimento S.A.	417.788	780.473	759.875	3.790	--	100,00%	810.909	(776.272)	(14.039)	759.875	780.473
BB Tecnologia e Serviços ⁴	299.749	648.378	160.975	2	2	100,00%	501.637	(45.464)	31.230	160.975	648.378
BB Administradora de Consórcios S.A.	727.543	1.142.448	1.756.804	14	--	100,00%	1.074.390	(1.688.746)	--	1.756.804	1.142.448
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	1.191.207	1.428.199	2.346.712	100.000	--	100,00%	1.429.795	(2.346.742)	(1.566)	2.346.712	1.428.199
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	24.333	35.392	398.158	--	100,00%	24.333	(35.392)	--	35.392	24.333
Outras participações	--	--	--	--	--		374.680	(75.107)	17.357	72.914	389.844
No exterior⁵											
Banco Patagonia S.A.	2.727	5.460.100	2.330.409	578.117	--	80,39%	5.222.866	(475.126)	(2.231.800)	1.873.402	4.389.342
BB Cayman Islands Holding	1.187.451	1.338.027	211.486	211.023	--	100,00%	1.463.450	(174.450)	(162.459)	211.486	1.338.027
Banco do Brasil AG	403.143	857.188	(21.739)	638	--	100,00%	891.762	--	(12.835)	(21.739)	857.188
Banco do Brasil Securities LLC	27.903	422.924	7.421	5.000	--	100,00%	467.512	(8.873)	(43.136)	7.421	422.924
Banco do Brasil Americas	1.053.710	1.806.736	228.576	36.250	--	100,00%	1.694.154	--	(115.994)	228.576	1.806.736
BB USA Holding Company	--	728	(35)	--	--	100,00%	861	--	(98)	(35)	728
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							50.708	--	(8.258)	--	42.450
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas ⁵							--	--	161.759	(161.759)	--
Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto											
(Provisão para perdas)							40.849.615	(14.597.194)	(2.138.887)	16.950.697	41.064.231
							(34.743)	--	90	--	(34.653)

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 47.898.750 mil.

4 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

5 - O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro líquido Exercício/2025	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil 01/01/2025	Movimentações - Exercício/2025			Saldo contábil 31/12/2025
				Ordinárias	Preferenciais			Dividendos/ JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência	
Coligadas³ e controladas em conjunto⁴											
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.678.985	1.854.092	1.096.653	600.952	50,00%	6.025.787	(605.000)	(8.340)	927.046	6.339.493
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁵	414.000	9.501.112	1.314.345	88.000	2.613.402	30,00%	2.719.319	(263.568)	280	394.303	2.850.334
Cielo S.A. ⁶	5.700.000	11.107.831	1.888.055	778.320	--	29,17%	2.691.534	--	(2.070)	550.757	3.240.221
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁷	3.529.257	6.986.692	1.758.371	879	1.759	74,99%	5.203.321	(1.647.628)	365.235	1.318.673	5.239.601
BB Mapfre Participações S.A. ⁷	1.469.848	2.984.035	5.065.161	944.858	1.889.339	74,99%	2.214.645	(3.801.054)	25.773	3.798.364	2.237.728
Brasilcap Capitalização S.A. ⁷	403.000	1.026.257	268.362	107.989	159.308	66,77%	536.641	(63.937)	33.324	179.179	685.207
Elo Participações Ltda. ⁸	347.309	2.468.102	1.963.501	173.620	--	49,99%	2.254.069	(2.026.237)	24.418	981.554	1.233.804
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	1.425.605	1.463.161	42.732	1.954.245	--	49,99%	768.615	(61.095)	(2.469)	26.383	731.434
Outras Participações							472.962	(93.356)	(24.400)	140.372	495.578
Resultado não realizado ⁹							(2.826.147)	--	161.455	--	(2.664.692)
Total							20.060.746	(8.561.875)	573.206	8.316.631	20.388.708
(Provisão para perdas)							(10.488)	--	4.333	--	(6.155)

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

4 - O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

5 - Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49%, em virtude da Cielo S.A. deter 70,00% de participação direta na Cateno.

6 - Participação indireta do Banco na Cielo, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A, considerando ainda as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria, bem como as participações indiretas detidas pela Livelo e pela Elo Participações Ltda.

7 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

8 - A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01/11/2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradesco.

9 - Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS S.A.

b) Informações qualitativas das principais coligadas e controladas em conjunto

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ¹
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

1-Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.

c) Informações financeiras resumidas das principais coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

31/12/2025	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	58.825.166	453.243.360	111.786.970	3.444.825	259.029	1.433.582	459.710	6.105.601
Ativos não circulantes	79.483.296	19.205.216	9.688.939	7.613.443	3.091.442	6.152.357	1.258.722	7.815.008
Passivos circulantes	85.350.659	64.976.583	100.201.588	1.552.426	1.361	597.993	255.271	11.494.042
Passivos não circulantes	40.275.288	400.471.202	10.166.490	4.730	--	4.375.462	--	1.400.310
Passivos contingentes	577.555	24.962	151.740	4.730	--	19.185	--	1.390.970
Lucro Líquido – Exercício/2025	1.851.366	1.606.369	1.888.055	1.314.345	5.065.160	2.045.025	42.732	318.165
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	2.726	152.002	--	--	--	(81.524)	--	(49.803)
Lucro Líquido ajustado – Exercício/2025	1.854.092	1.758.371	1.888.055	1.314.345	5.065.160	1.963.501	42.732	268.362
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	927.046	1.318.673	550.757	394.303	3.798.364	981.554	26.383	179.179
Outros resultados abrangentes	421.759	487.011	169.676	--	(22.495)	--	184.694	(20.633)
Resultado abrangente total	2.275.851	2.245.382	2.057.731	1.314.345	5.042.665	1.963.501	227.426	247.729
Patrimônio líquido	12.682.515	7.000.791	11.107.831	9.501.112	3.349.110	2.612.484	1.463.161	1.026.257
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	(3.530)	(14.100)	--	--	(365.075)	(144.383)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	12.678.985	6.986.691	11.107.831	9.501.112	2.984.035	2.468.101	1.463.161	1.026.257
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	6.339.493	5.239.601	3.240.221	2.850.334	2.237.728	1.233.804	731.434	685.207
Resultado não realizado	--	--	--	2.219.620	--	--	445.072	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15 – Imobilizado

	Banco Múltiplo								
		01/01/2025	01/01 a 31/12/2025			31/12/2025			
	Taxa anual de depreciação	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	(Perda / reversão) por desvalorização	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso									
Edificações	4 a 10%	3.928.755	1.057.959	(436.842)	(7.992)	10.670.445	(6.111.087)	(17.478)	4.541.880
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.250.128	528.057	(377.619)	--	5.006.034	(2.605.337)	(131)	2.400.566
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	2.997.986	1.795.198	(722.405)	--	8.213.116	(4.142.337)	--	4.070.779
Imobilizações em curso	--	1.343.186	(51.516)	--	--	1.291.670	--	--	1.291.670
Terrenos	--	309.973	(13.005)	--	--	296.968	--	--	296.968
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	287.894	51.596	(53.031)	--	803.148	(511.634)	(5.055)	286.459
Instalações	10%	103.040	41.826	(21.530)	--	1.037.844	(914.508)	--	123.336
Veículos	10 a 20%	6.144	17	(806)	--	13.880	(8.525)	--	5.355
Obras de arte	--	2.225	(94)	--	--	2.131	--	--	2.131
Imobilizado em estoque	--	792	(64)	--	--	728	--	--	728
Total		11.230.123	3.409.974	(1.612.233)	(7.992)	27.335.964	(14.293.428)	(22.664)	13.019.872
Direito de uso									
Edificações		--	4.380.580	(433.041)	--	4.377.166	(429.627)	--	3.947.539
Total		11.230.123	7.790.554	(2.045.274)	(7.992)	31.713.130	(14.723.055)	(22.664)	16.967.411

	Consolidado								
	Taxa anual de depreciação	01/01/2025	01/01 a 31/12/2025			31/12/2025			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	(Perda / reversão) por desvalorização	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso									
Edificações	4 a 10%	3.943.393	1.071.156	(449.361)	(7.992)	10.717.889	(6.140.899)	(19.794)	4.557.196
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.384.830	625.502	(410.199)	12.933	5.335.112	(2.721.448)	(598)	2.613.066
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	3.099.421	1.826.347	(750.634)	--	8.426.242	(4.251.108)	--	4.175.134
Imobilizações em curso	--	1.346.202	(53.389)	--	--	1.292.813	--	--	1.292.813
Terrenos	--	312.247	(13.217)	--	--	299.030	--	--	299.030
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	294.136	57.714	(55.180)	--	817.490	(515.765)	(5.055)	296.670
Instalações	10%	109.976	45.596	(22.766)	--	1.051.010	(918.204)	--	132.806
Veículos	10 a 20%	8.684	56	(1.343)	--	16.790	(9.393)	--	7.397
Obras de arte	--	2.877	(125)	--	--	2.752	--	--	2.752
Imobilizado em estoque	--	790	(61)	--	--	729	--	--	729
Total		11.502.556	3.559.579	(1.689.483)	4.941	27.959.857	(14.556.817)	(25.447)	13.377.593
Direito de uso									
Edificações		--	4.652.470	(508.839)	--	4.680.985	(537.354)	--	4.143.631
Total		11.502.556	8.212.049	(2.198.322)	4.941	32.640.842	(15.094.171)	(25.447)	17.521.224

16 – Intangível

a) Movimentação e composição

	Banco Múltiplo			Consolidado				
	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Total	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	Outros ativos intangíveis ¹	Total
Taxa anual de amortização	Contrato	10%		Contrato	10%	Estudo técnico	Contrato	
Saldos em 01/01/2025	5.383.025	5.915.635	11.298.660	5.383.025	5.940.986	11.137	1.514	11.336.662
Movimentações								
Adições	1.723.742	1.717.753	3.441.495	1.723.742	1.724.307	61.027	--	3.509.076
Variação cambial	--	(2.232)	(2.232)	--	(3.283)	(14.068)	(560)	(17.911)
Baixas	(10.596)	(158.070)	(168.666)	(10.596)	(158.070)	--	--	(168.666)
Amortização	(1.908.473)	(793.096)	(2.701.569)	(1.908.473)	(800.877)	(404)	--	(2.709.754)
(Constituição)/ reversão de perdas	83.224	2.116	85.340	83.224	2.116	--	--	85.340
Saldos em 31/12/2025	5.270.922	6.682.106	11.953.028	5.270.922	6.705.179	57.692	954	12.034.747
Valor de custo	10.151.758	12.100.149	22.251.907	10.151.758	12.196.706	462.127	954	22.811.545
Amortização acumulada	(4.865.961)	(5.393.385)	(10.259.346)	(4.865.961)	(5.466.869)	(374.544)	--	(10.707.374)
Perdas por redução ao valor recuperável	(14.875)	(24.658)	(39.533)	(14.875)	(24.658)	(29.891)	--	(69.424)
Estimativa de amortização	5.270.922	6.682.106	11.953.028	5.270.922	6.705.179	57.692	--	12.033.793
2026	1.964.983	668.211	2.633.194	1.964.983	670.518	11.771		2.647.272
2027	1.676.187	668.211	2.344.398	1.676.187	670.518	11.685	--	2.358.390
2028	735.353	668.211	1.403.564	735.353	670.518	11.563	--	1.417.434
2029	674.635	668.211	1.342.846	674.635	670.518	11.376	--	1.356.529
Após 2029	219.764	4.009.262	4.229.026	219.764	4.023.107	11.297	--	4.254.168

1 - Inclui o valor referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.



b) Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios pelas expectativas de rentabilidade futura é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda do país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de crescimento a.a. ¹	Taxa de desconto a.a. ²
Banco Patagonia	7,50 %	32,28 %

1 - Crescimento nominal na perpetuidade.

2 - Média geométrica das projeções utilizadas nas avaliações econômicas, referenciada em Pesos Argentinos.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

No período apresentado, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios pelas expectativas de rentabilidade futura.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 – Recursos de clientes

a) Depósitos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Depósitos à vista	84.623.023	92.013.242
Pessoas físicas	40.099.199	40.099.199
Pessoas jurídicas	31.993.487	35.134.864
Vinculados ¹	7.944.070	7.946.524
Ligadas	625.098	4.941.733
Governos	2.732.283	2.732.283
Moedas estrangeiras	375.375	375.375
Instituições do sistema financeiro	479.603	409.157
Especiais do Tesouro Nacional	15.506	15.506
Domiciliados no exterior	168.209	163.897
Outros	190.193	194.704
Depósitos de poupança	215.188.602	215.188.602
Pessoas físicas	207.500.608	207.500.608
Pessoas jurídicas	7.377.227	7.377.227
Ligadas	296.947	296.947
Instituições do sistema financeiro	13.820	13.820
Depósitos a prazo	560.668.565	590.567.475
Judiciais	263.446.160	263.612.005
Moeda nacional	269.494.033	269.494.033
Moedas estrangeiras	14.155.857	43.888.922
Regime especial ²	7.802.204	7.802.204
Garantias de terceiros ³	3.572.481	3.572.481
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	221.971	221.971
Funproger (Nota 17.e)	828.782	828.782
Outros	1.147.077	1.147.077
Outros depósitos	168.130	168.130
Total	860.648.320	897.937.449

1 - Inclui o montante de R\$ 2.471.727 mil, referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro.

2 - Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

3 - Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.



b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	Banco Múltiplo					
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31/12/2025
Depósitos a prazo ¹	259.588.329	24.440.257	33.991.194	138.375.027	104.273.758	560.668.565
Depósitos de poupança	215.188.602	--	--	--	--	215.188.602
Depósitos à vista	84.623.023	--	--	--	--	84.623.023
Outros depósitos	168.130	--	--	--	--	168.130
Total	559.568.084	24.440.257	33.991.194	138.375.027	104.273.758	860.648.320

1 - Inclui o valor de R\$ 160.946.222 mil, relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	Consolidado					
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31/12/2025
Depósitos a prazo ¹	259.588.329	47.726.878	39.578.324	138.055.488	105.618.456	590.567.475
Depósitos de poupança	215.188.602	--	--	--	--	215.188.602
Depósitos à vista	92.013.242	--	--	--	--	92.013.242
Outros depósitos	168.130	--	--	--	--	168.130
Total	566.958.303	47.726.878	39.578.324	138.055.488	105.618.456	897.937.449

1 - Inclui o valor de R\$ 160.946.222 mil, relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Despesas com recursos de clientes

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Depósitos de poupança	(8.345.873)	(16.279.164)	(8.345.873)	(16.279.164)
Depósitos a prazo	(28.676.511)	(53.301.144)	(31.185.246)	(57.996.533)
Judiciais	(14.321.678)	(27.280.566)	(14.324.046)	(27.284.509)
Demais	(14.354.833)	(26.020.578)	(16.861.200)	(30.712.024)
Variação cambial de recursos de clientes	(7.361)	(163.302)	(7.361)	(202.723)
Total	(37.029.745)	(69.743.610)	(39.538.480)	(74.478.420)

d) Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)

	Resolução/ TADE ¹	Devolução de Recursos		31/12/2025		
		Forma ²	Data inicial	Disponível TMS ³	Aplicado TJLP e TLP ⁴	Total
Proger Urbano				28.347	188.544	216.891
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	28.347	188.544	216.891
Outros				1.014	4.066	5.080
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	1.014	4.066	5.080
Total				29.361	192.610	221.971

1 - TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

2 - RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

3 - Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

4 - Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.



O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nº 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23/11/1999 pela Lei nº 9.872/1999, alterada pela Lei nº 10.360/2001 e pela Lei nº 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat nº 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.



18 – Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Captações no mercado aberto (Nota 18.b)	632.211.590	609.233.273
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18.c)	84.362.178	84.822.811
Depósitos interfinanceiros	38.391.097	32.893.966
Obrigações por operações vinculadas a cessão	89.197	89.197
Total	755.054.062	727.039.247

b) Captações no mercado aberto

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Carteira própria	505.229.549	482.263.422
Letras Financeiras do Tesouro	459.170.642	439.758.808
Títulos privados	26.629.663	26.629.663
Títulos no exterior	11.116.469	7.656.375
Letras do Tesouro Nacional	8.312.775	8.218.576
Carteira de terceiros	126.982.041	126.969.851
Letras do Tesouro Nacional	59.359.209	59.343.209
Letras Financeiras do Tesouro	52.510.997	52.510.997
Notas do Tesouro Nacional	15.111.835	15.111.835
Títulos no exterior	--	3.810
Total	632.211.590	609.233.273

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos no exterior

	Banco Múltiplo					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	31/12/2025
Tomados junto a banqueiros	6.153.183	9.521.823	9.683.507	6.770.206	--	32.128.719
Importação	111.852	157.465	51.492	--	--	320.809
Total	6.265.035	9.679.288	9.734.999	6.770.206	--	32.449.528

	Consolidado					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	31/12/2025
Tomados junto a banqueiros	6.519.686	9.602.939	9.692.123	6.774.604	--	32.589.352
Importação	111.852	157.465	51.492	--	--	320.809
Total	6.631.538	9.760.404	9.743.615	6.774.604	--	32.910.161



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Obrigações por repasses

Do país - instituições oficiais

Programas	Taxa de atualização a.a.	Banco Múltiplo	Consolidado
		31/12/2025	31/12/2025
Tesouro Nacional		1.249.845	1.249.845
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 8,00% (se aplicado)	506	506
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC	Pré 1,00%	1.233.191	1.233.191
Outros		6.303	6.303
BNDES	Pré 0,50% a 10,72% TJLP + 0,50% a 5,00% IPCA TLP + 1,99% a 3,20% Selic + 2,08% Var. Camb. 1,70% a 1,80% TFBD 5,37% a 6,47%	15.869.546	15.869.546
Caixa Econômica Federal	Pré 4,85% (média)	25.522.638	25.522.638
Finame	Pré 0,70% a 10,72% TJLP + 1,60% a 2,10% Selic + 0,75% a 1,41% TFBD + 0,95% a 6,47%	7.647.495	7.647.495
Outras Instituições Oficiais		647.199	647.199
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 13,00% a 14,50% Funding 10,00% a 11,50%	647.171	647.171
Outros		28	28
Total		50.936.723	50.936.723

Do exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Recursos livres - Resolução BCB nº 278/2022	975.927	975.927
Total	975.927	975.927



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Despesas com recursos de instituições financeiras

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Captações no mercado aberto	(48.828.310)	(90.076.986)	(47.623.911)	(87.740.262)
Carteira de terceiros	(28.897.486)	(50.066.878)	(27.915.772)	(48.178.114)
Carteira própria	(19.930.824)	(40.010.108)	(19.708.139)	(39.562.148)
Depósitos interfinanceiros	(1.159.390)	(2.212.600)	(829.764)	(1.591.865)
Obrigações por Empréstimos	(1.082.228)	(2.278.669)	(1.147.786)	(2.445.474)
Obrigações por repasses	(2.112.195)	(4.107.400)	(2.112.195)	(4.107.400)
Caixa Econômica Federal	(912.751)	(1.803.101)	(912.751)	(1.803.101)
BNDES	(531.301)	(1.039.310)	(531.301)	(1.039.310)
Finame	(359.627)	(674.625)	(359.627)	(674.625)
Do exterior	(206.065)	(432.162)	(206.065)	(432.162)
Tesouro Nacional	(7.987)	(11.305)	(7.987)	(11.305)
Outras	(94.464)	(146.897)	(94.464)	(146.897)
Variação cambial dos recursos de instituições financeiras¹	(1.729.288)	12.496.087	(1.709.328)	12.415.768
Total	(54.911.411)	(86.179.568)	(53.422.984)	(83.469.233)

1-Variação cambial dos ativos e passivos das agências e controladas no exterior, reclassificada para as despesas com recursos de instituições financeiras com o objetivo de anular a variação cambial incidente sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais.



19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	280.797.197	289.751.933
Dívidas subordinadas (Nota 19.c)	45.885.187	41.785.187
Total	326.682.384	331.537.120

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/12/2025
Banco Múltiplo						280.797.197
Programa "Global Medium - Term Notes" ¹						17.212.145
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	290.309
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	398.464
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	604.569
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	700.724
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	4.132.061
	USD	500.000	4,88%	2022	2029	2.806.812
	USD	750.000	6,25%	2023	2030	4.139.934
	USD	750.000	6,00%	2024	2031	4.139.272
Certificados de Depósitos ²						5.295.722
Curto prazo			0,00% a 16,25%			5.173.363
Longo prazo			3,02% a 16,25%		2028	122.359
Certificados de Operações Estruturadas						275.050
Curto prazo			9,53% a 15,77% DI			271.674
Longo prazo			12,66% a 15,25% DI		2027	3.376
Letras de Crédito Imobiliário			69,00% a 97,50% DI 100% da TR + 7,72%			16.103.911
Curto prazo						4.410.417
Longo prazo					2028	11.693.494
Letras de Crédito do Agronegócio			0,96% a 99,50% DI 9,09% a 14,70% a.a.			213.144.186
Curto prazo						42.544.901
Longo prazo					2029	170.599.285
Letras Financeiras			100,00% do DI + 0,30% a 0,75%			28.766.183
Curto prazo						18.007.386
Longo prazo					2028	10.758.797
Banco Patagonia						262.538
Curto prazo	USD	47.222	6,25%	2025	2026	262.538
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ³						8.715.196
Securitização do Fluxo Futuro de Ordens de Pagamento do Exterior ³						
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	110.200
	USD	750.000	Sofr 3m + 2,75%	12/2022 e 04/2023	2029	3.298.903
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	758.909
Notas Estruturadas ³						
	USD	500.000	Sofr 6m + 2,93%	12/2014 e 03/2015	2034	2.780.707
	USD	320.000	Sofr 6m + 3,63%	2015	2030	1.766.477
Valor Eliminado na Consolidação ⁴						(22.998)
Total						289.751.933

1 - Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". As emissões estão apresentadas por seu valor outstanding, considerando as ocorrências de recompras parciais.

2 - Títulos emitidos no exterior em USD.

3 - Informações sobre as EPEs podem ser obtidas na Nota 2.e.

4 - Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.



c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido ¹	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/12/2025
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste ²						11.734.759
Letras Financeiras Subordinadas						30.015.161
		20.000	100%CDI + 2,75	2021	Perpétuo	21.360
		2.328.600	100%CDI + 2,60	2022	Perpétuo	2.440.658
		199.800	100%CDI + 2,50	2023	Perpétuo	217.327
		2.639.600	100%CDI + 2,25	2023	Perpétuo	2.761.931
		4.775.100	100%CDI + 1,20	2024	Perpétuo	5.396.182
		2.750.700	100%CDI + 1,90	2024	Perpétuo	3.149.014
		14.093.300	100%CDI + 1,30	2025	Perpétuo	15.693.687
		300.000	100%CDI + 1,25	2025	Perpétuo	335.002
Bônus Perpétuos						4.135.267
	BRL	4.100.000	5,50% ³	2012	Perpétuo	4.135.267
Total – Banco Múltiplo						45.885.187
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)						(4.100.000)
Total Consolidado						41.785.187

1 - Referem-se, nas captações em dólar, ao outstanding value, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

2 - Compõem o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

3 - A partir de 28/08/2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c.).

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas, o montante de R\$ 31.612.100 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR, vide Nota 30.f.

d) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(19.735.785)	(36.190.787)	(20.062.038)	(36.886.563)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(15.835.538)	(29.075.559)	(15.835.538)	(29.075.559)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(797.854)	(1.430.734)	(1.124.107)	(2.126.510)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(972.431)	(1.796.185)	(972.431)	(1.796.185)
Letras Financeiras	(2.105.480)	(3.850.843)	(2.105.480)	(3.850.843)
Certificados de Operações Estruturadas	(24.482)	(37.466)	(24.482)	(37.466)
Dívidas subordinadas	(2.580.667)	(4.544.486)	(2.580.667)	(4.544.486)
Bônus e letras financeiras perpétuos ¹	(2.580.667)	(4.544.486)	(2.580.667)	(4.544.486)
Total	(22.316.452)	(40.735.273)	(22.642.705)	(41.431.049)

1 - Inclui despesas no montante de R\$ 228.055 mil no 2º Semestre/2025 e R\$ 662.567 mil no Exercício/2025 referente ao bônus perpétuo emitido em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.723.600 mil), o qual o Banco exerceu a opção de resgate em outubro de 2025.



20 – Outros passivos

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Outros passivos financeiros	193.394.905	192.627.318
Operações com cartão de crédito/débito	57.621.672	58.285.771
Obrigações por adiantamentos de contratos de câmbio de importação	46.434.377	46.434.377
Passivos de arrendamento	4.166.194	4.381.612
Fundos financeiros e de desenvolvimento	62.189.713	62.189.713
Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO ¹	47.245.963	47.245.963
Marinha Mercante	4.962.643	4.962.643
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	5.277.364	5.277.364
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	2.852.672	2.852.672
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	1.459.293	1.459.293
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	85.722	85.722
Pasep	123.735	123.735
Outros	182.321	182.321
Negociação e intermediação de valores	4.371.897	404.306
Demais	18.611.052	20.931.539
Outros passivos não financeiros	36.862.963	46.727.068
Credores diversos	17.253.923	18.257.325
Passivos atuariais (Nota 28.e)	10.715.698	10.715.698
Comissões apropriar	--	6.130.044
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	5.180.176	5.180.176
Obrigações sociais e estatutárias	1.132.718	1.154.195
Obrigações por convênios oficiais	1.470.268	1.470.268
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	661.182	679.914
Rendas antecipadas	8.519	102.875
Demais	440.479	3.036.573

1 - A Resolução CMN n.º 4.955/2021 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 30.f). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 46.542.479 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 703.266 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Outras despesas de captação

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	(676.930)	(1.586.105)	(676.930)	(1.586.104)
Variação cambial de outros passivos	(286.542)	4.594.929	(193.455)	4.748.395
Demais	(1.438.584)	(2.772.060)	(1.435.417)	(2.736.794)
Total	(2.402.056)	236.764	(2.305.802)	425.497



21 – Provisões e passivos contingentes

a) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a falhas em produtos e serviços bancários; expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre cadernetas de poupança, depósitos judiciais e crédito rural; devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros; e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento, geralmente, a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor em discussão está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, e Planos Collor I e II), bem como repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e a regulamentação vigentes à época, os processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas a partir da situação processual de cada demanda e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a FEBRABAN e as entidades representativas dos poupadore firmaram acordo coletivo referente às demandas de planos econômicos em cadernetas de poupança, que foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadore puderam aderir ao acordo coletivo por meio de ferramenta disponibilizada pela FEBRABAN. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 (trinta) meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo mais uma vez homologado pelo STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 (trinta) meses, em votação no plenário virtual do STF, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023. Após, em nova sessão virtual, finalizada em 23/05/2025, o STF julgou o mérito da controvérsia e declarou a constitucionalidade dos Planos Econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Todavia, foi garantido aos poupadore o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo homologado pela Suprema Corte, desde que manifestem suas adesões no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.



No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e FEBRABAN (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários questionam o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos rurais após a implementação do mencionado plano econômico. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, condenado solidariamente a União, o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil.

Em 22/06/2021, o recurso extraordinário do Banco do Brasil foi inadmitido, sendo interposto novo recurso à Corte Especial do STJ. O recurso extraordinário (RE) do Banco do Brasil foi autuado sob o nº 1.445.162. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou constitucional a controvérsia e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Após, em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso no STF decretou a suspensão nacional do processamento de todas as demandas pendentes que tratem dessa mesma controvérsia, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP nº 94.008514-1. O RE nº 1.445.162 encontra-se pendente de julgamento final pelo STF.

Provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Demandas cíveis				
Saldo inicial	17.288.861	14.766.177	17.457.956	14.928.656
Constituição	5.284.478	11.456.794	5.339.413	11.571.182
Reversão da provisão	(1.597.567)	(3.900.754)	(1.646.581)	(3.990.819)
Baixa por pagamento	(2.000.521)	(3.854.247)	(2.003.126)	(3.869.295)
Atualização monetária e variação cambial	1.131.518	1.639.108	1.135.566	1.642.504
Saldo final	20.107.078	20.107.078	20.283.228	20.282.228
Demandas trabalhistas				
Saldo inicial	7.600.306	7.630.188	7.646.837	7.679.384
Constituição	2.190.492	3.910.308	2.204.601	3.934.600
Reversão da provisão	(555.295)	(1.425.965)	(557.370)	(1.437.045)
Baixa por pagamento	(1.651.102)	(2.891.513)	(1.656.723)	(2.901.584)
Atualização monetária e variação cambial	408.577	769.960	410.592	772.582
Saldo final	7.992.978	7.992.978	8.047.937	8.047.937
Demandas fiscais				
Saldo inicial	1.664.304	1.584.401	1.852.419	1.750.418
Constituição	149.965	365.097	160.317	396.181
Reversão da provisão	(442.402)	(549.046)	(450.107)	(560.483)
Baixa por pagamento	(70.335)	(162.716)	(71.249)	(163.604)
Atualização monetária e variação cambial	54.403	118.199	67.255	137.123
Saldo final	1.355.935	1.355.935	1.558.635	1.559.635
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	29.455.991	29.455.991	29.889.800	29.889.800



Cronograma esperado de desembolsos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	16.177.498	7.245.393	858.362	16.327.716	7.295.130	993.782
Acima de 5 anos	3.929.580	747.585	497.573	3.954.512	752.807	565.853
Total	20.107.078	7.992.978	1.355.935	20.282.228	8.047.937	1.559.635

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incerto o cronograma esperado de desembolsos.

Passivos contingentes - possíveis

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Demandas fiscais	12.258.057	13.366.086
Demandas cíveis	2.277.752	2.305.913
Demandas trabalhistas	72.912	98.390
Total	14.608.721	15.770.389

As principais discussões de perda possível se concentram na natureza fiscal, e estão detalhadas a seguir:

- Compensações não homologadas – R\$ 4.796.866 mil: litígios referentes a créditos indicados à compensação apurados a partir da dedução dos impostos sobre a renda pagos no exterior;
- ISSQN – R\$ 2.920.663 mil: discute-se a incidência de ISS sobre receitas diversas da instituição financeira; e
- Os demais assuntos são pulverizados.

Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Demandas Cíveis	19.823.420	19.869.516
Demandas Fiscais	9.646.279	10.499.731
Demandas Trabalhistas	8.740.303	8.770.296
Total	38.210.002	39.139.543



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Despesas com demandas cíveis, trabalhistas e fiscais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Cíveis	(4.818.738)	(9.195.148)	(4.828.398)	(9.222.867)
Trabalhistas	(2.043.774)	(3.254.303)	(2.057.823)	(3.270.137)
Fiscais	238.034	65.750	222.535	27.179
Total	(6.624.478)	(12.383.701)	(6.663.686)	(12.465.825)



22 – Tributos

a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Valores Correntes	95.976	13.930	(3.177.162)	(6.126.833)
IR e CSLL no país	139.705	131.636	(2.776.406)	(5.423.222)
Imposto de renda no exterior	(43.729)	(117.706)	(400.756)	(703.611)
Valores diferidos	7.858.891	13.570.561	8.441.873	14.221.422
Passivos fiscais diferidos	(486.679)	(793.745)	(317.745)	(737.741)
Operações de leasing – ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	(29.707)	(59.269)
Marcação a mercado	(134.664)	1.048.414	68.435	1.171.364
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(862.600)	(1.842.159)	(862.600)	(1.842.159)
Lucros do exterior	510.585	--	510.585	--
Resultado não realizado (BB-BI)	--	--	10.271	20.542
Outros	--	--	(14.729)	(28.219)
Ativos fiscais diferidos	8.345.570	14.364.306	8.759.618	14.959.163
Diferenças temporárias	8.177.423	14.655.143	8.421.921	14.987.794
Marcação a mercado	163.285	4.341	332.835	266.547
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	4.862	(295.178)	4.862	(295.178)
Total	7.954.867	13.584.491	5.264.711	8.094.589

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes dos tributos e participações	1.297.231	6.816.490	5.402.352	15.311.750
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(583.754)	(3.067.421)	(2.431.058)	(6.890.287)
Encargos JCP	858.134	2.332.728	858.134	2.332.728
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	3.959.742	7.676.482	1.995.745	3.723.873
Participação de empregados no lucro	436.598	999.230	439.257	1.004.456
Outros valores ¹	3.284.147	5.643.472	4.402.633	7.923.819
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	7.954.867	13.584.491	5.264.711	8.094.589

1- Referem-se, principalmente, às receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO.

c) Despesas tributárias

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Cofins	(2.215.599)	(4.367.950)	(2.850.039)	(5.580.662)
ISSQN	(471.137)	(935.040)	(730.508)	(1.438.690)
PIS/Pasep	(360.250)	(710.222)	(486.940)	(952.480)
Outras	(87.130)	(192.720)	(524.576)	(995.791)
Total	(3.134.116)	(6.205.932)	(4.592.063)	(8.967.623)



d) Passivos fiscais diferidos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	12.472.759	12.472.759
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.832.748	1.841.397
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144
Ajuste da carteira de leasing	--	144.348
Dependências no exterior	16.561	16.561
Outros	52.650	145.195
Total dos passivos fiscais diferidos	14.508.862	14.754.404
Imposto de Renda	7.497.325	7.706.197
Contribuição Social	5.976.462	5.995.064
Cofins	889.968	904.846
PIS/Pasep	145.107	148.297

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Banco Múltiplo			
	01/01/2025 ¹	Exercício/2025		31/12/2025
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	72.659.187	39.530.449	(27.139.676)	85.049.960
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	48.258.231	26.877.922	(19.660.736)	55.475.417
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	665.549	188.803	(486.029)	368.323
Provisões passivas - outras	17.097.580	9.351.310	(792.484)	25.656.406
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	498.439	946.199	(489.960)	954.678
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.209.237	2.138.540	(5.063.711)	1.284.066
Outras provisões	1.930.151	27.675	(646.756)	1.311.070
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	192.920	--	(8.719)	184.201
Total dos ativos fiscais diferidos	73.488.645	39.530.449	(27.148.395)	85.870.699
Imposto de Renda	40.722.545	20.687.409	(13.582.129)	47.827.825
Contribuição Social	32.216.819	17.608.790	(11.904.955)	37.920.654
Cofins	434.920	1.061.721	(1.391.505)	105.136
PIS/Pasep	114.361	172.529	(269.806)	17.084

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

	Consolidado			
	01/01/2025 ¹	Exercício/2025		31/12/2025
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	74.578.240	40.364.743	(27.143.289)	87.799.694
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	48.352.603	26.977.573	(19.693.748)	55.636.428
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	665.570	188.804	(486.042)	368.332
Provisões passivas - outras	17.489.134	9.352.800	(449.563)	26.392.371
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	498.439	946.199	(489.960)	954.678
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.353.130	2.270.565	(5.143.992)	1.479.703
Outras provisões	3.219.364	628.802	(879.984)	2.968.182
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	252.681	--	(20.363)	232.318
Total dos ativos fiscais diferidos	75.467.459	40.364.743	(27.163.652)	88.668.550
Imposto de Renda	42.010.192	22.278.372	(14.672.128)	49.616.436
Contribuição Social	32.733.423	16.777.357	(10.826.403)	38.684.377
Cofins	578.354	1.122.379	(1.394.784)	305.949
PIS/Pasep	145.490	186.635	(270.337)	61.788

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Créditos tributários no exterior	826.096	1.015.344
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	26.376
Diferenças temporárias	--	5.045
Total dos créditos tributários	826.096	1.046.765
Imposto de Renda	458.942	581.536
Contribuição Social	367.154	465.229

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31/12/2025, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2026	21.933.327	20.901.035	22.633.078	21.007.304
Em 2027	22.052.955	19.836.605	22.689.856	19.880.050
Em 2028	19.563.787	16.749.733	20.089.331	16.756.235
Em 2029	3.261.566	2.663.655	3.355.381	2.668.808
Em 2030	3.056.037	2.380.255	3.143.413	2.384.367
Em 2031	3.137.121	2.330.285	3.225.802	2.333.590
Em 2032	2.973.961	2.106.813	3.057.643	2.109.491
Em 2033	3.154.120	2.130.993	3.240.252	2.132.350
Em 2034	2.973.961	1.916.249	3.054.859	1.917.288
Em 2035	3.763.864	2.419.807	4.178.935	2.440.367
Total de Créditos Tributários em 31/12/2025	85.870.699	73.435.430	88.668.550	73.629.850

No Exercício/2025, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 27.148.395 mil (R\$ 27.163.652 mil no Consolidado), correspondente a 162,22% da respectiva projeção de utilização para o período de 2025, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2024.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31/12/2025, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²
Em 2026	0%	26%	0%	26%
Em 2027	0%	26%	0%	26%
Em 2028	0%	23%	0%	23%
A partir de 2029	100%	25%	100%	25%

1 - Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

2 - A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).



23 – Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	31/12/2025
Patrimônio líquido do Banco do Brasil	184.587.758
Valor patrimonial por ação (R\$) ¹	32,34
Valor de mercado por ação (R\$)	21,92
Patrimônio líquido consolidado	192.105.295

1 - Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, em conformidade com a Lei nº 12.793, de 02/04/2013, e Resolução CMN nº 4.955/2021, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

O Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 29/07/2025, o Banco devolveu ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à quarta parcela, cuja liquidação antecipada foi autorizada pelo Bacen em 20/05/2025.



d) Reservas de capital e de lucros

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Reservas de capital	1.416.070	1.417.307
Reservas de lucros	83.087.465	82.301.417
Reserva legal	16.128.978	16.128.978
Reservas estatutárias	66.958.487	66.172.439
Margem operacional	55.454.847	54.328.927
Equalização de remuneração do capital	11.503.640	11.843.512

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

e) Lucro por ação

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Lucro líquido (R\$ mil)	8.267.538	18.151.787
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	5.709.057.927	5.708.696.148
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	1,45	3,18

f) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	Exercício/2025
1) Lucro Líquido – BB Banco Múltiplo	18.151.787
No País	13.812.787
No Exterior	4.339.000
2) (±) Lucros/Prejuízos acumulados	27.443
3) (-) Reserva legal	(907.590)
4) Lucro Líquido Ajustado (item 1 + item 2 + item 3)	17.271.640
5) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	35.267
6) Base de cálculo dos dividendos (item 1 + item 3 + item 5)	17.279.464
7) Destinações	
Juros sobre o capital próprio – Payout ¹	5.183.839
Reservas estatutárias	16.509.475
Utilização de reservas estatutárias para remuneração do capital	(4.421.674)

¹ – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2025	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	852.492	0,149	11/03/2025	21/03/2025
Juros sobre o capital próprio complementares	1.908.077	0,334	02/06/2025	12/06/2025
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	516.306	0,090	02/06/2025	12/06/2025
3º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	410.587	0,072	01/12/2025	11/12/2025
4º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	261.630	0,046	02/12/2025	12/12/2025
Juros sobre o capital próprio complementares	1.234.747	0,216	23/02/2026	05/03/2026
Total destinado aos acionistas	5.183.839	0,907		
Juros sobre o capital próprio ¹	5.183.839	0,907		

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

g) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido		Patrimônio líquido
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	31/12/2025
Banco Múltiplo	8.267.538	18.151.787	184.587.758
Instrumento elegível a Capital Principal ¹	3.167	35.267	4.100.000
Resultado não realizado ²	(270.041)	(379.041)	(786.048)
Participação de não controladores	--	--	4.203.585
Consolidado	8.000.664	17.808.013	192.105.295

1 – Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de recursos de emissões de títulos e valores mobiliários. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido (Notas 2.e e 23.c).

2 – Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

h) Outros resultados abrangentes

	31/12/2025
Banco do Brasil	
Ativos financeiros ao valor justo	(1.267.857)
Hedge de investimentos no exterior	(37.076)
Variação cambial de investimentos no exterior	(11.044.288)
Ganhos/(Perdas) Atuariais – Planos de Benefícios	(6.217.529)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto	
Ativos financeiros ao valor justo	(160.967)
Hedge de fluxo de caixa	(42.115)
Ganhos/(Perdas) Atuariais – Planos de Benefícios	296
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	(1.001.774)
Outros resultados abrangentes	112.793
Total	(19.658.517)

i) Participação dos não controladores

	Lucro líquido		Patrimônio líquido
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	31/12/2025
BB Tecnologia e Serviços ¹	--	10	--
Fundos de Investimento	7	(1.274)	10.007
Banco Patagonia S.A.	192.789	459.535	1.076.692
BB Seguridade S.A.	1.474.708	2.867.845	3.116.886
Participação dos não controladores	1.667.504	3.326.116	4.203.585

1 – No 2º semestre/2025, o Banco do Brasil passou a deter a totalidade das ações emitidas pela BB Tecnologia e Serviços. O valor apresentado no Exercício/2025 refere-se à parcela no 1º semestre/2025.



j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31/12/2025	
	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	256.062.490	4,5
Ações em tesouraria ¹	22.455.806	0,4
Outros acionistas	2.586.898.660	45,1
Total	5.730.834.040	100,0
Residentes no país	4.406.347.986	76,9
Residentes no exterior	1.324.486.054	23,1

1 - Inclui, em 31/12/2025, 73.450 e 11.957 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset e no BB-Bl, respectivamente.

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ¹	
	31/12/2025	
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco)	45.282	
Diretoria Executiva (Inclui a Presidente do Banco)	292.753	
Comitê de Auditoria	4.030	

1 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.

k) Movimentação de ações em circulação/free float

	31/12/2025	
	Quantidade	% Total
Ações em circulação (free float) no início do período	2.842.288.271	49,6
Outras movimentações ¹	334.826	
Ações em circulação (free float) no fim do período ²	2.842.623.097	49,6
Total emitido	5.730.834.040	100,0

1 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

2 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	22.370.399	100,0	22.455.806	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	16.150.700	72,2	16.150.700	71,9
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	5.625.287	25,1	5.625.287	25,1
Programa de Remuneração Variável	594.286	2,7	679.693	3,0
Incorporações	126	--	126	--
Valor Contábil	(257.260)		(258.497)	



m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R\$ 28.683 mil no exercício/2025.

A BB Asset e o BB-BI, em decorrência da resolução supracitada, também aprovaram políticas de remuneração variável para suas diretorias, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco e do mercado de capitais, respectivamente. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio ¹	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2021					
	442.658	16,76	354.170	88.488	03/2026
Total de ações a distribuir				88.488	
Programa 2022					
	400.715	19,58	241.223	79.746	03/2026
				79.746	03/2027
Total de ações a distribuir				159.492	
Programa 2023					
	306.250	29,01	153.384	61.064	03/2026
				42.724	03/2027
				30.512	03/2028
				18.566	03/2029
Total de ações a distribuir				152.866	
Programa 2024					
	346.759	28,03	69.342	104.016	03/2026
				69.342	03/2027
				48.531	03/2028
				34.664	03/2029
				20.864	03/2030
Total de ações a distribuir				277.417	

1 – No programa 2024, refere-se ao custo médio ponderado das ações do Banco do Brasil, BB Asset e BB-BI.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 – Receitas de prestação de serviços

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Administração de fundos	3.294.791	6.371.430	5.451.098	10.515.988
Comissões de seguros, previdência e capitalização	152.683	316.419	2.980.190	5.952.089
Conta corrente	2.809.381	5.492.820	2.809.856	5.493.726
Taxas de administração de consórcios	--	--	1.839.088	3.519.226
Rendas de cartões	861.981	1.686.456	1.019.164	2.033.024
Operações de crédito e garantias prestadas	672.316	1.396.060	672.390	1.398.115
Cobrança	547.450	1.105.748	576.968	1.167.822
Arrecadações	499.770	1.002.592	482.011	969.237
Rendas do mercado de capitais	82.623	158.131	399.443	765.996
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais ¹	140.604	293.400	140.604	293.400
Interbancária	29.004	59.982	29.004	59.982
Outras	826.706	1.629.431	1.298.026	2.644.458
Total	9.917.309	19.512.469	17.697.842	34.813.063

1 – Inclui o montante de R\$ 25.215 mil no 2º Semestre/2025 e R\$ 48.565 mil no Exercício/2025 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais.

25 – Despesas Administrativas

a) Despesas de pessoal

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Proventos	(5.947.936)	(11.649.528)	(6.732.846)	(13.255.948)
Encargos sociais	(1.982.776)	(4.234.741)	(2.170.466)	(4.637.411)
Benefícios	(2.035.296)	(3.994.876)	(2.157.889)	(4.239.113)
Provisões administrativas de pessoal	(1.226.853)	(2.779.437)	(1.231.811)	(2.789.011)
Previdência complementar	(654.228)	(1.152.647)	(664.768)	(1.173.068)
Honorários de diretores e conselheiros	(28.147)	(51.881)	(41.872)	(76.765)
Treinamentos	(29.889)	(52.688)	(37.375)	(65.378)
Total	(11.905.125)	(23.915.798)	(13.037.027)	(26.236.694)

b) Outras despesas administrativas

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Amortização	(1.399.163)	(2.703.260)	(1.402.447)	(2.710.485)
Depreciação	(1.184.112)	(2.045.274)	(1.268.148)	(2.198.322)
Processamento de dados	(1.171.295)	(2.261.084)	(892.711)	(1.702.184)
Serviços de vigilância e segurança	(721.479)	(1.434.201)	(743.036)	(1.475.746)
Aluguéis	(311.218)	(895.789)	(317.457)	(907.862)
Manutenção e conservação de bens	(636.493)	(1.272.052)	(427.420)	(873.253)
Serviços técnicos especializados	(301.203)	(576.366)	(396.289)	(752.961)
Propaganda e publicidade	(295.915)	(528.443)	(320.765)	(571.121)
Serviços do sistema financeiro	(219.351)	(447.456)	(270.631)	(561.865)
Programa de Desempenho Gratificado – PDG	(201.571)	(519.512)	(201.571)	(519.512)
Comunicações	(191.566)	(401.325)	(229.171)	(473.408)
Água, energia e gás	(198.802)	(424.751)	(209.143)	(447.268)
Serviços de terceiros	(441.739)	(850.571)	(211.471)	(444.041)
Promoções e relações públicas	(150.232)	(261.261)	(184.340)	(307.546)
Viagem no país	(63.162)	(114.454)	(82.279)	(152.708)
Transporte	(32.591)	(81.538)	(44.323)	(104.820)
Material	(7.265)	(14.519)	(20.100)	(35.772)
Outras	(371.416)	(679.902)	(416.017)	(737.723)
Total	(7.898.573)	(15.511.758)	(7.637.319)	(14.976.597)



26 – Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas operacionais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Atualização de ativo atuarial	1.673.284	3.665.760	1.673.284	3.665.760
Atualização de depósitos em garantia	1.433.991	2.798.079	1.439.569	2.812.923
Recuperação de encargos e despesas	1.391.081	2.626.704	1.072.783	2.027.074
Operações com cartões	881.607	1.298.867	1.085.891	1.739.583
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 28.f)	384.837	1.038.757	384.837	1.038.757
Atualização de impostos a compensar	426.026	551.278	426.026	551.278
Clube de Benefícios BB	232.250	483.924	232.250	483.924
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	159.374	180.988	159.374	180.988
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	--	74.749	176.928
Reversão de provisões - outras	18.881	63.420	59.818	130.728
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	60.499	104.693	60.499	104.693
Dividendos recebidos	61.162	231.013	20.000	41.619
Rendas de títulos e créditos a receber	7.091	9.164	7.091	9.164
Outras	233.691	397.401	434.430	734.972
Total	6.963.774	13.450.048	7.130.601	13.698.391

b) Outras despesas operacionais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Operações com cartões	(1.731.605)	(2.839.774)	(1.852.846)	(3.101.405)
Serviços de terceiros	(628.300)	(1.255.809)	(908.778)	(1.784.848)
Bônus de relacionamento negocial	(870.964)	(1.695.491)	(870.964)	(1.695.491)
Descontos concedidos em renegociação	(878.371)	(1.469.570)	(878.371)	(1.469.570)
Atualização das obrigações atuariais	(707.307)	(1.377.093)	(707.307)	(1.377.093)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	--	(368.940)	(727.223)
Transporte de valores	(326.615)	(639.905)	(326.615)	(639.905)
Convênio INSS	(328.059)	(635.357)	(328.059)	(635.357)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(293.732)	(562.927)	(293.732)	(562.927)
Autoatendimento	(157.862)	(423.724)	(157.862)	(423.724)
Falhas/fraudes e outras perdas	(205.552)	(304.799)	(248.768)	(366.854)
Despesa como arrendatários e subarrendatários	(185.024)	(242.843)	(199.391)	(281.199)
Outras despesas de provisões operacionais	(794)	(1.454)	(46.346)	(88.214)
Perda por redução ao valor recuperável	(13.523)	(13.523)	(590)	(590)
Outras	(2.284.904)	(5.078.398)	(2.329.742)	(5.177.548)
Total	(8.612.612)	(16.540.667)	(9.518.311)	(18.331.948)



27 – Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Benefícios de curto prazo	34.803	69.059
Honorários e encargos sociais	20.771	39.364
Diretoria Executiva	20.629	39.050
Conselho de Administração	142	314
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	8.927	21.192
Outros ¹	5.105	8.503
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	495	604
Remuneração baseada em ações	--	15.138
Total	35.298	84.801

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/2024, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações de compra e venda de moeda estrangeira, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele órgão, conforme estabelece a legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;



- d) contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- e) disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o resarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No 2º Semestre/2025, foram resarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 574.541 mil no Banco Múltiplo e R\$ 257.971 mil no Consolidado. No Exercício/2025, esse montante foi de R\$ 1.075.342 mil no Banco Múltiplo e de R\$ 485.120 mil no Consolidado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 35.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- f) aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- g) aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- h) cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A;
- i) contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de software, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, outsourcing e monitoria de sistemas de segurança física e outsourcing de telefonia;
- j) valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito;
- k) Garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2025, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.180.000 mil.

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas nas Notas 19 e 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 28.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. O Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 69.439 mil no 2º Semestre/2025 e R\$ 133.792 mil no Exercício/2025.



c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2025
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.929.710

d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- Controladas: Empresas relacionadas na Nota 2.e;
- Coligadas e controladas em conjunto: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- Outras partes relacionadas: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos	1.887.571	6.126.344	11.469.452	6.209	37.203.719	56.693.295
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	4.517.680	1.913.661	--	5.900.166	12.331.507
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	81	9	253.451	--	1.591.857	1.845.398
Carteira de crédito ¹	--	997.170	8.112.906	6.209	19.370.790	28.487.075
Outros ativos ²	1.887.490	611.485	1.189.434	--	10.340.906	14.029.315
Garantias recebidas	207.061	--	--	--	2.501.538	2.708.599
Passivos	52.860.700	34.213.513	17.093.598	31.519	73.394.527	177.593.857
Recursos de clientes	3.777.713	202.928	407.858	2.971	11.117.284	15.508.754
Recursos de instituições financeiras	16.653	29.772.954	2.458.498	--	60.402.779	92.650.884
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.135.267	22.999	22.450	28.548	57.692	4.266.956
Outros passivos ² ³	44.931.067	4.214.632	14.204.792	--	1.816.772	65.167.263
Garantias prestadas e outras coobrigações	392.827	101.799	5.066.435	4.383	105.064	5.670.508
Demonstração do resultado					2º Semestre/2025	
Receitas da intermediação financeira	3.794.851	988.440	817.750	618	1.947.876	7.549.535
Despesas da intermediação financeira	(134.377)	(1.711.927)	(201.499)	(2.045)	(2.448.157)	(4.498.005)
Receitas de prestação de serviços	51.483	19.883	471.819	--	267.375	810.560
Outras receitas	3.267	368.465	287.629	--	358.878	1.018.239
Outras despesas	(1.230.040)	(1.209.132)	(1.015.939)	--	(351.863)	(3.806.974)
Demonstração do resultado					Exercício/2025	
Receitas da intermediação financeira	7.062.509	1.516.857	1.325.253	1.189	3.525.633	13.431.441
Despesas da intermediação financeira	(248.912)	(3.165.646)	(337.822)	(4.077)	(4.709.760)	(8.466.217)
Receitas de prestação de serviços	103.914	37.767	876.341	--	579.913	1.597.935
Outras receitas	6.956	792.966	587.989	--	365.341	1.753.252
Outras despesas ²	(2.645.223)	(2.342.639)	(1.538.103)	--	(625.726)	(7.151.691)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 20.438 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 1.645 mil no 2º semestre/2025 (R\$ 20.415 mil de reforço de provisão no Exercício/2025).

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos	1.887.571	14.722.005	6.209	37.204.601	53.820.386
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.913.661	--	5.900.166	7.813.827
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	81	253.451	--	1.592.374	1.845.906
Carteira de crédito ¹	--	8.112.906	6.209	19.370.790	27.489.905
Outros ativos ²	1.887.490	4.441.987	--	10.341.271	16.670.748
Garantias recebidas	207.061	--	--	2.501.538	2.708.599
Passivos	48.760.700	23.305.175	31.519	73.394.527	145.491.921
Recursos de clientes	3.777.713	407.858	2.971	11.117.284	15.305.826
Recursos de instituições financeiras	16.653	2.458.498	--	60.402.779	62.877.930
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	35.267	22.450	28.548	57.692	143.957
Outros passivos ³	44.931.067	20.416.369	--	1.816.772	67.164.208
Garantias prestadas e outras coobrigações	392.827	5.066.435	4.383	105.064	5.568.709
Demonstração do resultado				2º Semestre/2025	
Receitas da intermediação financeira	3.794.851	817.750	618	1.947.876	6.561.095
Despesas da intermediação financeira	(134.377)	(201.499)	(2.045)	(2.448.157)	(2.786.078)
Receitas de prestação de serviços	53.643	3.732.639	5	296.540	4.082.827
Outras receitas	3.267	411.961	--	358.878	774.106
Outras despesas	(1.226.876)	(1.016.052)	--	(356.271)	(2.599.199)
Demonstração do resultado				Exercício/2025	
Receitas da intermediação financeira	7.062.509	1.323.747	1.189	3.528.841	11.916.286
Despesas da intermediação financeira	(248.912)	(337.822)	(4.077)	(4.709.760)	(5.300.571)
Receitas de prestação de serviços	112.263	7.291.318	16	656.646	8.060.243
Outras receitas	6.956	836.653	--	365.341	1.208.950
Outras despesas ²	(2.603.914)	(1.538.227)	--	(632.338)	(4.774.479)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 20.438 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 1.645 mil no 2º semestre/2025 (R\$ 20.415 mil de reforço de provisão no Exercício/2025).

2 - As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



28 – Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
	Prevmais ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
	Multifuturo I ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

1 – Planos cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, conforme escolha do participante. Os benefícios de risco pertencem à modalidade de benefício definido.

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31/12/2025		
	N.º de participantes		
	Em atividade	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	86.919	121.572	208.491
Plano de Benefícios 1 – Previ	2.525	98.524	101.049
Plano Previ Futuro	74.410	5.036	79.446
Plano Informal	--	1.717	1.717
Outros Planos	9.984	16.295	26.279
Planos de Assistência Médica	88.528	104.848	193.376
Cassi	80.182	99.898	180.080
Outros Planos	8.346	4.950	13.296



Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.300.715	2.381.250
Plano de Benefícios 1 – Previ ¹	367.852	697.239
Plano Previ Futuro	700.138	1.246.846
Plano Informal	63.005	121.579
Outros Planos	169.720	315.586
Planos de Assistência Médica	1.247.396	2.375.815
Cassi	1.104.306	2.104.075
Outros Planos	143.090	271.740
Total	2.548.111	4.757.065

1 - Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 28.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 31/12/2025, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 1.013.337 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.162.681 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	833.142	2.165.024
Plano de Benefícios 1 – Previ	1.642.520	3.596.214
Plano Previ Futuro	(700.138)	(1.246.846)
Plano Informal	(51.190)	(102.145)
Outros Planos	(58.050)	(82.199)
Planos de Assistência Médica	(1.361.964)	(2.626.426)
Cassi	(1.226.154)	(2.365.608)
Outros Planos	(135.810)	(260.818)
Total	(528.822)	(461.402)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 28.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

**Plano Informal (Previ)**

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;
- (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.



b) Planos de assistência médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos "B" (Regulamento Complementar 1) e "C" (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas na data base 31/12/2025.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

31/12/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
Saldo inicial	(129.071.404)	(637.536)	(8.459.342)	(7.762.407)
Custo de juros	(17.594.917)	(82.895)	(1.157.512)	(1.060.976)
Custo do serviço corrente	(10.108)	--	(91.825)	(2.541)
Custo do serviço passado	--	(19.251)	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	17.045.504	121.579	987.804	986.275
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(9.942.316)	(46.739)	(445.235)	(497.952)
Ajuste de experiência	(1.442.634)	(9.801)	532	(17.242)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	--	--	11.435
Alterações premissas financeiras	(8.499.682)	(36.938)	(445.767)	(492.145)
Saldo final	(139.573.241)	(664.842)	(9.166.110)	(8.337.601)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(139.573.241)	--	(361.462)	(7.671.516)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	(664.842)	(8.804.648)	(666.085)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

31/12/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos ¹
Saldo inicial	182.839.230	--	--	7.714.673
Receita de juros	24.797.453	--	--	1.032.972
Antecipação de contraprestação ²	--	--	361.462	--
Contribuições recebidas	1.383.605	121.579	987.804	518.751
Participantes	686.366	--	--	196.857
Empregador	697.239	121.579	987.804	321.894
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(17.045.504)	(121.579)	(987.804)	(986.275)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	10.216.237	--	--	(608.605)
Saldo final	202.191.021	--	361.462	7.671.516

1 - Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmais (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano 1 (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

2-Reconhecimento do adiantamento das contribuições patronais sobre o 13º salário dos anos 2026 a 2028, como ativo garantidor do Plano de Associados da Cassi.

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

31/12/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
1) Valor justo dos ativos do plano	202.191.021	--	361.462	7.671.516
2) Valor presente das obrigações atuariais	(139.573.241)	(664.842)	(9.166.110)	(8.337.601)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	62.617.780	(664.842)	(8.804.648)	(666.085)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ¹	31.308.890	(664.842)	(8.804.648)	(780.605)

1 - Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos	Outros Planos
	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Custo do serviço corrente	(1.934)	(5.054)	--	--	(46.585)	(91.825)	(654)	(1.270)
Custo dos juros	(4.455.658)	(8.797.458)	(40.739)	(82.894)	(587.551)	(1.157.512)	(295.187)	(586.966)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	6.100.112	12.398.726	--	--	--	--	245.001	514.772
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(10.451)	(19.251)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(592.018)	(1.116.271)	(145.309)	(273.716)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	2.289	4.163
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	1.642.520	3.596.214	(51.190)	(102.145)	(1.226.154)	(2.365.608)	(193.860)	(343.017)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

31/12/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
Saldo inicial	(5.175.074)	(69.842)	(200.844)	(255.701)
Ajustes de avaliação patrimonial	131.525	(46.740)	(445.236)	(574.170)
Efeitos fiscais	(62.550)	21.033	200.356	259.714
Saldo final	(5.106.099)	(95.549)	(445.724)	(570.157)

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

31/12/2025	Duration ¹	Pagamentos de benefícios esperados ²				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	7,45	17.076.362	16.794.198	16.478.812	311.823.117	362.172.489
Plano Informal (Previ)	5,43	114.338	106.223	98.375	952.892	1.271.828
Plano de Associados (Cassi)	8,73	1.069.360	1.047.213	1.025.912	29.803.043	32.945.528
Regulamento Geral (Economus)	7,32	769.129	761.624	752.989	13.602.578	15.886.320
Regulamento Complementar 1 (Economus)	8,32	5.048	5.256	5.475	134.381	150.160
Plus I e II (Economus)	9,59	54.824	56.600	58.277	2.238.814	2.408.515
Grupo B' (Economus)	6,50	26.655	26.285	25.863	360.936	439.739
Prevmais (Economus)	7,97	37.823	37.649	37.464	843.232	956.168
Multifuturo I (Fusesc)	7,52	9.360	9.298	9.226	179.232	207.116
Plano I (Fusesc)	6,21	54.849	53.350	51.742	657.427	817.368
Plano BEP (Prevbep)	7,68	8.426	8.367	8.298	166.270	191.361

1 - Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

2 - Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.7) Composição dos ativos dos planos

31/12/2025	Plano 1 - Previ	Outros Planos
Renda fixa	140.057.720	7.117.660
Renda variável ¹	44.562.901	114.449
Investimentos imobiliários	10.857.658	198.082
Empréstimos e financiamentos	5.398.500	152.730
Outros	1.314.242	450.057
Total	202.191.021	8.032.978
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano		
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	8.734.652	19.794
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.192.927	30.249

1 - No plano 1 - Previ, inclui o valor de R\$ 5.207.747 mil referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

31/12/2025	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
Taxa de inflação (a.a.)	3,58%	3,60%	3,57%	3,58%
Taxa real de desconto (a.a.)	9,80%	9,74%	9,83%	9,79%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	13,73%	--	--	13,72%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	--	--	0,56%
Tábua de sobrevida	BR-EMSSb-2015	BR-EMSSb-2015	BR-EMSSb-2015	AT-2000 / AT-2012 / RP 2000
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previ. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

31/12/2025	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	9,80%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de Mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado	Valor Ajustado ¹
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

1 - A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço de fechamento da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do penúltimo dia de cada mês.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

31/12/2025	Ativos do Plano	Obrigações Atuariais	Efeito no Superávit/(Déficit)
Valor apurado - Previ	226.681.143	(214.204.323)	12.476.820
Ajuste no valor dos ativos do plano ¹	(24.490.122)	--	(24.490.122)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	74.631.082	74.631.082
Valor apurado - Banco	202.191.021	(139.573.241)	62.617.780

1 - Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado.

d.11) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31/12/2025.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2025	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.292.325)	2.367.881	2.102.774	(2.159.187)	466	(465)
Plano Informal (Previ)	(7.981)	8.185	15.845	(15.881)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(132.876)	137.369	106.207	(108.549)	518	(508)
Regulamento Geral (Economus)	(105.156)	108.481	97.584	(101.345)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.078)	1.113	(1.971)	2.007	--	--
Plus I e II (Economus)	(12.524)	13.020	16.168	(15.985)	--	--
Grupo B' (Economus)	(2.990)	3.074	4.347	(4.500)	--	--
Prevmais (Economus)	(5.577)	5.767	1.884	(1.861)	706	(701)
Multifuturo I (Fusesc)	(1.537)	1.606	884	(924)	156	(149)
Plano I (Fusesc)	(5.116)	5.742	7.774	(7.441)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.250)	1.292	938	(981)	--	--

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

31/12/2025	Ativo Atuarial	Passivo Atuarial
Plano 1 (Previ)	31.308.890	--
Plano Informal (Previ)	--	(664.842)
Plano de Associados (Cassi)	--	(8.804.648)
Regulamento Geral (Economus)	--	(433.310)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	11.481	--
Plus I e II (Economus)	--	(607.913)
Grupo B' (Economus)	--	(204.985)
Prevmais (Economus)	188.701	--
Multifuturo I (Fusesc)	93.519	--
Plano I (Fusesc)	133.578	--
Plano BEP (Prevbep)	38.324	--
Total	31.774.493	(10.715.698)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Destinações do superávit do Plano 1 - Previ

	2º Semestre/2025	Exercício/2025
Fundo de Utilização¹		
Saldo inicial	12.350.558	12.026.025
Contribuição ao Plano 1	(367.852)	(697.239)
Atualização	384.837	1.038.757
Saldo final	12.367.543	12.367.543

1 - Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

29 – Valor justo dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor justo:

	31/12/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo	2.364.436.124	2.358.614.695
Disponibilidades	19.737.849	19.737.849
Ativos financeiros	2.344.698.275	2.338.876.846
Depósitos no Banco Central do Brasil	120.016.133	120.016.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	189.483.316	189.915.180
Títulos e valores mobiliários	729.783.934	728.558.008
Instrumentos financeiros derivativos	4.657.484	4.657.484
Carteira de crédito	1.229.907.027	1.224.879.660
Outros ativos financeiros	70.850.381	70.850.381
Passivos financeiros	2.153.615.868	2.147.137.744
Recursos de clientes	897.937.449	896.808.990
Recursos de instituições financeiras	727.039.247	721.689.582
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	331.537.120	331.537.120
Outros passivos financeiros	192.627.318	192.627.318
Instrumentos financeiros derivativos	4.474.734	4.474.734

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros

Disponibilidades: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nessa rubrica equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo no resultado, ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes e demais ativos financeiros ao custo amortizado: Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida e patrimônio, derivativos. Considerando o conceito de valor justo, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para swaps, futuros e termo de moedas) e o modelo Black-Scholes (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo Black-Scholes é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (B3, SND – Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (B3, Broadcast e Reuters).



As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a Bloomberg e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

Depósitos no Banco Central do Brasil: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nesse grupamento equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Aplicações interfinanceiras de liquidez: O valor justo desse grupamento foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

Derivativos: A apuração do valor justo dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Carteira de crédito: O valor justo da carteira de crédito, para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como o próprio valor contábil, devido à equivalência entre eles. Para as operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros os fluxos de caixa futuros são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O spread de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada ponderado pelo prazo da operação. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

Recursos de clientes: O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

Recursos de instituições financeiras: O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.



Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo. Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não consideram qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários: o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Outros ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência a transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e o valor justo. A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor justo será dado pelo preço médio de negócio realizado no dia. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, é verificada a existência de preço indicativo divulgado pela Anbima ou, na falta deste, preço indicativo divulgado pela B3.

Caso não haja negócios e nem preços indicativos divulgados pela Anbima ou pela B3, o preço do título é calculado a partir de modelo matemático que considera a probabilidade de *default* associada a cada instrumento como o *spread* do risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	31/12/2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	656.536.207	631.105.518	25.096.194	334.495
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	640.022.346	627.293.500	12.655.319	73.527
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	7.620.302	3.812.018	3.595.998	212.286
Instrumentos financeiros derivativos	4.657.484	--	4.657.484	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez (objeto de hedge)	4.187.393	--	4.187.393	--
Carteira de crédito (objeto de hedge)	48.682	--	--	48.682
Passivo	10.391.471	--	10.391.471	--
Instrumentos financeiros derivativos	4.474.734	--	4.474.734	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (objeto de hedge)	4.208.772	--	4.208.772	--
Recursos de instituições financeiras (objeto de hedge)	1.707.965	--	1.707.965	--

Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo.

Descrição	Valor Justo em 01/01/2025	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 31/12/2025
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	294.129	(45.673)	--	(46.874)	(128.055)	--	73.527
Carteira de crédito (objeto de hedge)	46.193	2.489	--	--	--	--	48.682
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	34.798	96.886	76.138	(2)	--	4.466	212.286
Total	375.120	53.702	76.138	(46.876)	(128.055)	4.466	334.495



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis.

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, em especial ativos problemáticos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo. A Análise de sensibilidade é elaborada considerando as informações de mercado e dados produzidos pelo Banco utilizando método próprio de aplicação de choques nas curvas de mercado nos fatores de risco mais relevantes.



30 – Gerenciamento de riscos e de capital

a) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco; e
- (ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com o objetivo principal de coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais – carteira de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas efetivas de juros das operações contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.



Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	31/12/2025		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Carteira de negociação			
Taxa pré-fixada	(59.016)	(185.673)	(364.233)
Cupons de taxas de juros	(21.388)	(359)	(717)
Cupons de índices de preços	(184.117)	(320.059)	(594.607)
Cupons de moedas estrangeiras	(270.703)	(291.709)	(609.006)
Total	(535.224)	(797.800)	(1.568.563)
Carteira de negociação e bancária			
Taxa pré-fixada	(13.989.424)	(42.601.912)	(80.641.925)
Cupons de taxas de juros	(13.629.125)	(24.712.100)	(52.923.067)
Cupons de índices de preços	(455.321)	(728.816)	(1.382.330)
Cupons de moedas estrangeiras	(5.082.322)	(303.072)	(616.128)
Total	(33.156.192)	(68.345.900)	(135.563.450)

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de risco de liquidez, avaliamos o comportamento prospectivo de nossas carteiras de acordo com nossa composição de ativos e passivos.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do BB segrega a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

- projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente, cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no Plano de Recuperação do Banco;
- teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;
- indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia - EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e
- limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:
 - Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
 - Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);
 - Reserva de Liquidez;



- Colchão de Liquidez;
- Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
- Indicador de Concentração de Captações.

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (*Risk Appetite Statement*) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL), visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Comitê de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

Os passivos são apresentados a partir das linhas de produtos, tornando o quadro mais intuitivo quanto à origem das fontes de recursos. A segregação em prazos leva em consideração a significância de valores e os critérios de distribuição e esgotamento de saldos no tempo, refletindo a metodologia interna, tornando a informação mais aderente à realidade observada para os instrumentos em questão.

A composição das captações representadas em saldos, a partir de uma ampla base de clientes, constitui elemento importante na gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil.

As captações com maturidade definida que fazem parte da composição das fontes comerciais, representadas pelas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras financeiras, independentemente do período de carência, têm disponibilidade diária para o poupadão. Nesse caso, foi observado o comportamento de se respeitar os prazos contratuais, procedimento análogo ao adotado para os Depósitos a Prazo.

Já as operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela Tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez, enquanto que, para a implementação de estratégias de mercado de capitais, as captações têm características de médio e longo prazos.

Por fim, não obstante para os produtos Depósitos à Vista, Depósitos Judiciais e Poupança observar-se permanência mais longa na composição de captações do BB, seus saldos foram alocados no primeiro vértice, conforme tabela a seguir.



Composição das captações

Passivo	31/12/2025						
	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. Prazo	1.831.242	20.782.790	8.117.937	236.499.720	3.744	267.235.433	14,6%
LCA	11.535.470	19.679.049	11.892.557	170.593.039	--	213.700.115	11,7%
LCI	190.364	1.988.591	2.243.910	11.680.911	--	16.103.776	0,9%
Letras Financeiras	--	4.627.913	13.369.768	10.752.945	--	28.750.626	1,6%
Poupança	214.193.122	--	--	--	--	214.193.122	11,7%
Dep. Vista	75.986.157	--	--	--	--	75.986.157	4,0%
Dep. Judicial	273.087.477	--	--	--	--	273.087.477	14,9%
Captações de Tesouraria	8.219.620	17.613.876	16.144.716	10.118.511	5.851.612	57.948.335	3,2%
Dep. Prazo Fijo	3.113.144	2.488.549	1.671.139	6.669.468	--	13.942.300	0,8%
Outras captações comerciais	7.470.254	65.773	317.959	2.086.270	--	9.940.256	0,5%
Captações Comerciais ME	4.456.480	17.851.761	7.537.350	22.580.065	--	52.425.656	2,9%
Compromissadas	584.803.019	13.585.902	365.540	10.478.812	--	609.233.273	33,2%
Total	1.184.886.349	98.684.204	61.660.876	481.459.741	5.855.356	1.832.546.526	100,0%

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de posições próprias para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de *hedge* está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

c) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito do tomador, de contraparte (RCC), o risco país, o risco de conveniente (contratante por meio de convênio), o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

Política de crédito

A política específica de crédito do Banco contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado. É aprovada pelo Conselho de Administração, revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A política específica de crédito orienta sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.



Mecanismos de mitigação do risco de crédito

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente, avaliando, de forma prospectiva, o comportamento do portfólio sujeito ao risco de crédito considerado em diversos cenários, corporativamente definidos, inclusive estresse.

No Banco as estimativas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PEARC), consideram o ambiente macroeconômico, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático e a recuperação do crédito, incluindo concessões de vantagens, custos de execução e prazos. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos, com a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perdas esperadas, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

Deterioração do crédito

A perda esperada busca identificar as perdas considerando a probabilidade de ativo problemático dos próximos 12 meses ou durante a vida da operação, incluindo a visão prospectiva. Os instrumentos financeiros são avaliados em 3 estágios e sujeitos a análises quantitativas e qualitativas.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto sistematicamente e considera os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças nas características dos instrumentos e nas suas garantias que venham impactar a capacidade financeira do cliente.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, podem sofrer alterações ao longo do tempo, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo, premissas e valores quantitativos registrados a título de perda esperada associadas ao risco de crédito, podem ser obtidos nas Notas 3, 4, 9, 10, 12 e 13.

Cenários econômicos

A estimativa de perda esperada busca identificar a expectativa das perdas em crédito, ao longo de um dado horizonte de tempo, que influenciam o valor dos seus ativos, numa visão prospectiva, para que a instituição constitua provisões para fazer frente a essas perdas. No cálculo das provisões de crédito para instrumentos financeiros, de acordo com a perda esperada, o Banco relaciona variáveis de risco sistêmico (variáveis macroeconômicas). Essas variáveis são monitoradas e atualizadas, de modo que a provisão reflete adequadamente o risco de crédito vigente, garantindo maior aderência à realidade econômica e à qualidade da carteira.



Exposição máxima ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.535.295.821	1.572.718.612
Aplicações interfinanceiras de liquidez	187.012.603	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	72.460.534	82.477.888
Carteira de crédito	1.204.776.235	1.229.907.027
Outros ativos financeiros	71.046.449	70.850.381
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	8.299.474	12.281.388
Instrumentos de dívida e patrimônio	3.670.895	7.623.904
Derivativos	4.628.579	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo resultados abrangentes	631.890.239	640.160.840
Garantias financeiras prestadas e compromissos a liberar	247.613.948	251.332.405

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e se referem aos limites de crédito, ao crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Ativos recebidos em garantia

Tipo de operações	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Valor dos ativos	Valor justo das garantias	Valor dos ativos	Valor justo das garantias
Contratadas com garantias	730.613.537	683.831.952	730.613.537	683.831.952
Produtor rural	375.201.060	342.926.821	375.201.060	342.926.821
Pessoa física	53.901.893	53.217.004	53.901.893	53.217.004
Financiamento de veículos	2.443.188	2.344.507	2.443.188	2.344.507
Financiamento imobiliário	44.736.541	44.506.971	44.736.541	44.506.971
Demais	6.722.164	6.365.526	6.722.164	6.365.526
Pessoa jurídica	301.510.584	287.688.127	301.510.584	287.688.127
Atacado	125.331.420	113.846.680	125.331.420	113.846.680
Varejo/MPE	176.179.164	173.841.447	176.179.164	173.841.447
Contratadas sem garantias	194.202.966	--	194.202.966	--
Contratadas com outros mitigadores	279.959.732	--	305.090.524	--
Total	1.204.776.235		1.229.907.027	

As garantias vinculadas à carteira de crédito são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões,



- (iii) edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iv) labouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
- (v) recursos internalizados no Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário – CDB, fundos de renda fixa etc.);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);
- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Nas operações de crédito, é dada preferência às garantias que ofereçam alta liquidez à operação.

O valor justo das garantias corresponde ao valor efetivamente considerado para efeito de cobertura do saldo devedor da operação, após aplicação de determinado percentual de adiantamento sobre o valor do referido bem ou direito, conforme tabela a seguir:



Percentual de adiantamento de cobertura dos ativos recebidos em garantia

ATIVO	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ¹	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
Pledge Agreement - cash collateral ²	100%
Carta de crédito standby	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de aval para geração de emprego e renda	100%
Fundo de aval às micro e pequenas empresas	100%
Fundo de garantia de operações	100%
Fundo garantidor para investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval³	
Seguro de crédito	
Pledge agreement – securities⁴	
Fundos offshore – BB Fund⁵	
Semoventes bovinos⁶	
Pledge Agreement - cash collateral⁷	
Demais garantias⁸	
	50%

1 - Exceto os que possuam contrato de swap.

2 - Mesma moeda da operação.

3 - Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

4 - Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

5 - Exclusivo ou varejo.

6 - Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

7 - Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de hedge cambial.

8 - Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/finaciado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.



Exposições por região geográfica

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Mercado interno	1.164.210.171	1.164.472.166
Sudeste	462.927.894	463.032.072
Sul	196.191.748	196.235.899
Centro-Oeste	237.290.745	237.344.146
Nordeste	182.559.693	182.600.777
Norte	85.240.090	85.259.273
Mercado externo	40.566.064	65.434.861
Total do ativo	1.204.776.235	1.229.907.027

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 12 – Carteira de crédito.

d) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão dos riscos não financeiros, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Esta composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

Destacamos que, com o advento do uso da IA e IA Generativa no BB, houve a necessidade de aplicação do escopo da gestão do risco de modelo para além dos modelos tradicionais, dada a relevância em termos de estratégia para a Organização.

Dessa forma, o Risco de Modelo passou a ser avaliado como um risco de nível 1, saindo do escopo de categoria gerencial do risco operacional.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhados, monitorados e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política específica de gerenciamento de riscos e capital

O Banco define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN n.º 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.

Ferramentas de gestão e monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do Banco busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Em relação às ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se o acompanhamento sistemático dos eventos



e dos respectivos limites de perdas ao CEGRC. A partir do monitoramento do limite estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos das perdas e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais, ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Perdas Operacionais, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais.

e) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o *Chief Risk Officer* (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos



e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem	Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
	0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Apetite ¹	ICP Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA	VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA

¹ nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extração, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

- a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;
- a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação, social, ambiental e climático;
- a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e
- a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a



Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsídia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

f) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013.



Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 4.100.000 mil (R\$ 5.100.000 mil até junho/2025), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

A Resolução CMN nº 5.199/2024 alterou a Resolução CMN nº 4.955/2021 e incluiu no cálculo do Capital Principal o valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, observados os percentuais abaixo:

- 75%, até 31 de dezembro de 2025;
- 50%, até 31 de dezembro de 2026;
- 25%, até 31 de dezembro de 2027; e
- 0%, a partir de 1º de janeiro de 2028.

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	31/12/2025
PR - Patrimônio de Referência	204.528.805
Nível I	192.794.046
Capital Principal (CP)	165.281.946
Patrimônio líquido	184.878.402
Instrumento elegível a Capital Principal	4.100.000
Ajuste decorrente da aplicação da Resolução CMN 5.199/2024	8.018.074
Ajustes Prudenciais	(31.714.530)
Capital Complementar	27.512.100
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 19.c)	27.512.100
Nível II	11.734.759
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (normas anteriores à Basileia III) – Recursos captados do FCO (Nota 19.c) ¹	11.734.759
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.351.829.024
Risco de Crédito (RWACPAD)	1.090.837.455
Risco de Mercado (RWAMPAD)	40.709.562
Risco Operacional (RWAOPAD)	220.282.007
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ²	108.146.322
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ³	96.382.483
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ³	14,26%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ³	12,23%
Índice de Basileia (PR/RWA) ³	15,13%

1 - Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021, em 2025, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 40% (50% em 2024) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

2 - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

3 - Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).



Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31/12/2025
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(17.165.731)
Ativos intangíveis	(11.970.240)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ¹	(1.073.292)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(864.385)
Participação de não controladores ²	(583.688)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(52.779)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(4.415)
Total	(31.714.530)

1 - Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemelhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

2 - A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

g) Limite de imobilização e margem

	31/12/2025
Situação do limite de imobilização	19,82%
Margem em relação ao limite de imobilização	61.723.580

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

h) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	31/12/2025
Índice de Capital Principal (ICP) ¹	8,00%	12,23%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ¹	9,50%	14,26%
Índice de Basileia (IB) ¹	11,50%	15,13%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	19,82%

1 - Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico



Em 31/12/2025, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.

i) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, na modalidade perpétua, conforme definido em suas emissões, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:

- intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
- o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
- inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
- o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

O cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029. Dessa forma, em cumprimento ao cronograma e com base em autorização do Bacen e despacho do Ministério da Fazenda, o Banco procedeu a devolução da quarta parcela de R\$ 1 bilhão à União, em julho/2025, remanescendo o saldo de R\$ 4,1 bilhões.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os resarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



31 – Garantias financeiras prestadas e outros compromissos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Compromissos de crédito e crédito a liberar	229.480.916	233.183.539
Compromissos de crédito	216.736.304	220.438.927
Não canceláveis	166.962.507	168.156.922
Canceláveis	49.773.797	52.282.005
Crédito a liberar	12.744.612	12.744.612
Não canceláveis	253.471	253.471
Canceláveis	12.491.141	12.491.141
Garantias prestadas	18.133.032	18.148.866
Créditos abertos para importação contratados	1.429.582	1.567.203
Créditos de exportação confirmados	186.005	186.535

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo. As informações referentes às práticas de gerenciamento de risco e exposição máxima estão descritas na Nota 30.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.

Provisões para perdas esperadas classificadas por estágios

	Banco Múltiplo			
	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	165.495	24.794	444.628	634.917
Compromissos de crédito e créditos a liberar	137.921	15.985	460	154.366
Total	303.416	40.779	445.088	789.283

	Consolidado			
	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	165.621	24.577	444.628	634.826
Compromissos de crédito e créditos a liberar	142.614	16.013	460	159.087
Total	308.235	40.590	445.088	793.913



32 – Transferência de ativos financeiros

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e operações de crédito. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em Recursos de instituições financeiras.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	31/12/2025	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	466.906.681	453.427.816
Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos e valores mobiliários ¹	28.984.986	28.805.774
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	32.292	29.832
Total	495.923.959	482.263.422

1 – Inclui o saldo de R\$ 26.398.785 referente a títulos com característica de concessão de crédito.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	31/12/2025	
	Valor contábil	Valor Justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação¹		
Ativos financeiros transferidos	89.098	89.098
Passivos financeiros associados	89.197	89.197
Posição líquida	(99)	(99)

1 – Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos “Carteira de crédito” e “Recursos de instituições financeiras”, respectivamente.

Venda com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como operações de crédito, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como Recursos de instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

33 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

	Exercício/2025
Resultado recorrente	17.879.981
Resultado não recorrente	(71.968)
Adesão ao Programa de Transação Tributária (PTI) ¹	(1.192.474)
Efeito tributário e de PLR sobre os itens não recorrentes ²	1.120.506

1- Refere-se ao edital de transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica nº 27/2024, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), o qual prevê a elegibilidade à transação por adesão, dentre outras matérias, dos débitos em contencioso administrativo ou judicial relativos a incidência de contribuições previdenciárias sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados (PLR). Dentre as condições de pagamento dos débitos eleitos para adesão à transação tributária, o edital estabelece a aplicação do desconto de 65% sobre o valor total do débito ou da inscrição elegível à transação.

2 - O referido edital prevê que os descontos concedidos não serão computados na apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).



34 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes

31/12/2025	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo						
Disponibilidades	17.192.762	--	17.192.762	19.737.849	--	19.737.849
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	6.616.204	1.681.548	8.297.752	10.596.238	1.681.548	12.277.786
Títulos e valores mobiliários	3.669.173	--	3.669.173	7.620.302	--	7.620.302
Instrumentos financeiros derivativos	2.947.031	1.681.548	4.628.579	2.975.936	1.681.548	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	13.759.033	618.125.941	631.884.974	16.238.944	623.783.402	640.022.346
Títulos e valores mobiliários	13.759.033	618.125.941	631.884.974	16.238.944	623.783.402	640.022.346
Ativos financeiros ao custo amortizado	821.384.110	833.890.013	1.655.274.123	839.171.058	853.227.085	1.692.398.143
Depósitos no Banco Central do Brasil	120.016.133	--	120.016.133	120.016.133	--	120.016.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez	184.613.389	2.399.214	187.012.603	187.716.049	1.767.267	189.483.316
Títulos e valores mobiliários	38.332.004	34.090.699	72.422.703	46.515.950	35.625.336	82.141.286
Carteira de crédito	445.795.320	758.980.915	1.204.776.235	457.294.227	772.612.800	1.229.907.027
Outros ativos financeiros	32.627.264	38.419.185	71.046.449	27.628.699	43.221.682	70.850.381
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(41.030.130)	(61.746.406)	(102.776.536)	(41.518.436)	(62.272.055)	(103.790.491)
Carteira de crédito	(36.264.048)	(61.740.711)	(98.004.759)	(36.712.231)	(62.026.454)	(98.738.685)
Demais ativos financeiros	(4.766.082)	(5.695)	(4.771.777)	(4.806.205)	(245.601)	(5.051.806)
Ativos fiscais	37.951.433	59.468.047	97.419.480	39.585.687	61.491.319	101.077.006
Correntes	11.548.781	--	11.548.781	12.127.707	280.749	12.408.456
Diferidos (créditos tributários)	26.402.652	59.468.047	85.870.699	27.457.980	61.210.570	88.668.550
Investimentos	--	41.173.368	41.173.368	--	20.526.343	20.526.343
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	--	41.064.231	41.064.231	--	20.388.708	20.388.708
Outros investimentos	--	143.790	143.790	--	143.790	143.790
Perdas por redução ao valor	--	(34.653)	(34.653)	--	(6.155)	(6.155)
Imobilizado	--	16.967.411	16.967.411	--	17.521.224	17.521.224
Imobilizações de uso	--	27.335.964	27.335.964	--	27.959.857	27.959.857
Direito de uso	--	4.377.166	4.377.166	--	4.680.985	4.680.985
Depreciação acumulada	--	(14.723.055)	(14.723.055)	--	(15.094.171)	(15.094.171)
Perdas por redução ao valor	--	(22.664)	(22.664)	--	(25.447)	(25.447)
Intangível	--	11.953.028	11.953.028	--	12.034.747	12.034.747
Ativos intangíveis	--	22.251.907	22.251.907	--	22.811.545	22.811.545
Amortização acumulada	--	(10.259.346)	(10.259.346)	--	(10.707.374)	(10.707.374)
Perdas por redução ao valor	--	(39.533)	(39.533)	--	(69.424)	(69.424)
Outros ativos não financeiros	5.538.273	31.850.671	37.388.944	7.742.415	32.073.340	39.815.755
Total do ativo	861.411.685	1.553.363.621	2.414.775.306	891.553.755	1.560.066.953	2.451.620.708
Passivo						
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	3.308.842	1.167.907	4.476.749	3.306.827	1.167.907	4.474.734
Instrumentos financeiros derivativos	3.308.842	1.167.907	4.476.749	3.306.827	1.167.907	4.474.734
Passivos financeiros ao custo	1.514.546.837	621.232.834	2.135.779.671	1.530.828.891	618.312.243	2.149.141.134
Recursos de clientes	617.998.627	242.649.693	860.648.320	654.263.505	243.673.944	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	691.452.706	63.601.356	755.054.062	668.002.994	59.036.253	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	75.731.233	250.951.151	326.682.384	76.992.192	254.544.928	331.537.120
Outros passivos financeiros	129.364.271	64.030.634	193.394.905	131.570.200	61.057.118	192.627.318
Provisões	13.691.965	22.356.660	36.048.625	14.394.005	22.804.746	37.198.751
Cíveis, fiscais e trabalhistas	8.930.895	20.525.096	29.455.991	9.062.424	20.827.376	29.889.800
Outras provisões	4.761.070	1.831.564	6.592.634	5.331.581	1.977.370	7.308.951
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros	303.416	485.867	789.283	308.235	485.678	793.913
Passivos fiscais	3.757.498	12.472.759	16.230.257	8.479.712	12.700.101	21.179.813
Correntes	1.721.395	--	1.721.395	6.425.409	--	6.425.409
Diferidos	2.036.103	12.472.759	14.508.862	2.054.303	12.700.101	14.754.404
Outros passivos não financeiros	14.333.449	22.529.514	36.862.963	18.560.781	28.166.287	46.727.068
Total do passivo	1.549.942.007	680.245.541	2.230.187.548	1.575.878.451	683.636.962	2.259.515.413
Patrimônio líquido	--	184.587.758	184.587.758	--	192.105.295	192.105.295
Total do passivo e patrimônio líquido	1.549.942.007	864.833.299	2.414.775.306	1.575.878.451	875.742.257	2.451.620.708



35 – Outras informações

a) Administração de fundos de investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Asset.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)	Saldo
	31/12/2025	31/12/2025
Patrimônio Administrado	1.267	1.782.896.415
Fundos de investimentos	1.261	1.766.734.332
Carteiras administradas	6	16.162.083

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Ativo		
Grupo BB	62.116.604	61.233.426
Terceiros	109.830.719	161.788.093
Total do ativo	171.947.323	223.021.519
Passivo		
Grupo BB	33.974.110	32.495.716
Terceiros	126.104.697	169.188.574
Patrimônio líquido	11.868.516	21.337.229
Atribuível à controladora	11.868.516	20.260.537
Participação dos não controladores	--	1.076.692
Total do passivo	171.947.323	223.021.519

	Banco Múltiplo		Concolidado	
	2º Semestre/2025	Exercício 2025	2º Semestre/2025	Exercício 2025
Lucro líquido	963.595	2.047.311	2.084.381	4.798.536
Atribuível à controladora	963.595	2.047.311	1.891.591	4.339.000
Participações dos não controladores	--	--	192.790	459.536

c) Recursos de consórcios

	31/12/2025
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	1.157.049
Obrigações do grupo por contribuições	79.878.378
Consorciados - bens a contemplar	73.289.786
(Em Unidades)	
Quantidade de grupos administrados	428
Quantidade de consorciados ativos	1.791.702
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	250.625
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	132.983
	Exercício/2025
	273.565



d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei nº 10.470/2002 e pelo Decreto nº 10.835/2021.

	2º Semestre/2025		Exercício/2025	
	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período
Com ônus para o Banco				
Entidades sindicais	221	29.953	221	58.520
Outros órgãos/entidades	8	3.409	8	6.624
Sem ônus para o Banco²				
Governos Federal, Estadual e Municipal	239	--	239	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	598	--	598	--
Entidades dos funcionários	70	--	70	--
Entidades controladas e coligadas	849	--	849	--
Total	1.985	33.362	1.985	65.144

1 - Posição no último dia do período.

2 - No período de 01/01 a 31/12/2025, o Banco foi resarcido em R\$ 788.885 mil, referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de empregados, dirigentes e conselheiros

Remuneração mensal paga aos funcionários, à administração e aos conselheiros do Banco do Brasil (Em Reais):

	31/12/2025
Menor Salário	4.189
Maior Salário	70.090
Salário Médio	13.033
Valor médio dos benefícios oferecidos	6.360
Presidente	90.186
Vice-presidente	80.723
Diretor	68.414
Comitê de Auditoria - Titular	61.573
Comitê de Riscos e de Capital	61.573
Conselho Fiscal	7.847
Conselho de Administração	7.847

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31/12/2025

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	901.339	7.007
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ¹	63.720	204
Demais	72.460	129
Total	1.037.519	7.340

1 - Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.



g) MP nº 1.314/2025 – Crédito Rural

A Medida Provisória nº 1.314/2025, publicada em 5 de setembro de 2025, autorizou o uso de recursos do superávit financeiro da União e de recursos livres das instituições financeiras para operações de crédito rural destinadas à liquidação, amortização ou alongamento de dívidas de produtores rurais e cooperativas afetados por eventos adversos, especialmente climáticos.

Em atendimento à MP, o Banco do Brasil passou a operar as linhas BB Regulariza Dívidas Agro (recursos livres) e BNDES Liquidação de Dívidas Rurais (Fundo Social/BNDES). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das operações contratadas era de R\$ 22.556.901 mil.

h) Imposto Mínimo Global (Pilar 2)

Em 27 de dezembro de 2024, foi sancionada a Lei nº 15.079/2024, que introduz no Brasil o Adicional da CSLL destinado à implementação do Imposto Mínimo Global (Pilar 2), alinhado às Regras GloBE da OCDE, aplicável a grupos multinacionais com receita consolidada superior a € 750 milhões, faixa na qual se enquadra o conglomerado liderado pelo Banco.

A regulamentação brasileira adaptou conceitos da legislação internacional, incorporando elementos próprios das Regras GloBE que divergem de práticas tradicionais do sistema tributário nacional, incluindo ajustes específicos ao lucro GloBE e o tratamento do imposto de renda deferido nos tributos abrangidos.

A Administração tem acompanhado a regulamentação vigente no Brasil e no exterior e vem adequando processos internos e sistemas para atendimento às exigências do Pilar 2 nas jurisdições em que o Banco e suas controladas operam.

O Banco continuará acompanhando a evolução da regulamentação brasileira e as atualizações propostas pela OCDE, inclusive aquelas influenciadas pelo cenário geopolítico internacional, que podem afetar a implementação global do Pilar 2.

Até a presente data, não foram identificados impactos materiais a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis, permanecendo a Administração avaliando eventuais efeitos conforme novas orientações sejam emitidas.

i) Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e PLP 108/2024 já aprovado aguardando sansão presidencial, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033.

O Banco vem acompanhando as legislações já divulgadas, bem como a publicação de regulamentações infralegais que irão gerar impactos em sistemas e processos a partir de 2026.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

36 – Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes no período



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Conselho de Administração e aos Administradores
do Banco do Brasil S.A.
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”), identificadas como Banco Múltiplo e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (g), 12(g) e 12(h) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco registrou em 31 de dezembro de 2025 provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão de crédito.

A avaliação da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizada uma combinação de três parâmetros: (i) probabilidade de descumprimento (Probability of Default – PD); (ii) perda dado o descumprimento (Loss Given Default – LGD); e (iii) exposição no momento de descumprimento (Exposure at Default – EAD). A provisão para perdas esperadas considera as características do cliente (informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação, segmento do cliente e cenário macroeconômico); aspectos financeiros e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e quantificação do risco de crédito de forma coletiva. Ademais, o Banco utiliza pontualmente de análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, nestes casos, as premissas utilizadas envolvem indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco calcula a perda esperada até o final da vida do instrumento financeiro quando a operação apresenta aumento significativo de risco de crédito (Estágio 2) ou quando são classificados como ativos problemáticos (Estágio 3), para as demais operações a perda esperada é calculada para os próximos 12 meses (Estágio 1).

Devido à relevância e complexidade da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com características de concessão de crédito, principalmente como resultado das incertezas relacionadas às premissas e métodos utilizados no cálculo dos parâmetros mencionados acima, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados aos processos de: (i) desenvolvimento e aprovação dos modelos utilizados no cálculo da provisão para perdas esperadas; (ii) determinação das premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD e cenários macroeconômicos futuros; (iii) marcação de operações como ativos problemáticos e aumento significativo de risco de crédito; (iv) parametrização do cálculo da provisão considerando os níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito definidos pela Resolução BCB 352/23; v) alocação das operações de crédito e títulos com características de concessão por estágio; e (vi) aprovação do cálculo e análise de perda esperada sobre operações analisadas individualmente;
- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimento especializados em risco de crédito, realizamos: (i) avaliação qualitativa das metodologias de perda esperada através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos da Resolução CMN 4.966/21; e (ii) recálculo independente das PDs, EADs, LGDs, e cenários macroeconômicos ponderados, incluindo a aplicação dos percentuais mínimos definidos pela Res. BCB 352/23 e alocação por estágios;
- Avaliação, com base em amostragem, da perda esperada calculada individualmente, analisando as premissas e inspecionando a documentação relacionada utilizada pelo Banco; e
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e títulos com característica de concessão de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (m), 4 (h) e 21 (b) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é parte demandada em processos judiciais e administrativos de natureza tributária (fiscal), cível e trabalhista. Uma provisão para essas ações é registrada quando o Banco possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de caixa para liquidar a obrigação e o montante possa ser estimado com confiabilidade.

A mensuração desta estimativa envolve julgamentos da administração para a determinação dos métodos “Individualizado” e “Massificado”, bem como para a escolha das premissas a serem utilizadas em cada método, que se baseia em: valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais, classificação e grau de risco de perda da ação judicial, para a mensuração do valor e classificação da probabilidade de perda das ações.

Devido à relevância dos montantes e às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação da probabilidade de perda e o valor provável de desembolso, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados aos processos de: (i) definição e aprovação dos métodos e premissas utilizados na mensuração da provisão; (ii) revisão da probabilidade de perda e do valor atribuído às causas analisadas de forma individualizada pelos assessores jurídicos; (iii) análise periódica sobre a suficiência de provisão pelo Banco;

- Com o auxílio dos nossos especialistas internos com conhecimentos em estatística, avaliação dos parâmetros estatísticos utilizados para a mensuração do método “Massificado” e analisamos o cálculo do valor da provisão;
- Avaliação das premissas utilizadas no método “Individualizado”, por meio de amostragem, através de inspeção documental dos estudos técnicos preparados pelos assessores jurídicos do Banco, bem como a consistência das informações obtidas por meio de consultas em fontes externas oficiais;
- Avaliação da suficiência de provisão para as contingências, com base na análise do histórico de desembolsos ocorridos no exercício quando comparado com os respectivos valores provisionados;
- Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração das provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (k), 4 (g) e 29 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco é patrocinador de planos de previdência privada, relacionados a complemento de aposentadoria de seus empregados.

Nos planos de benefício definido, em que o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente sobre a entidade patrocinadora, a mensuração dos passivos atuariais, apresentado no balanço patrimonial em outros passivos, requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas para mensurar os passivos atuariais dos benefícios pós-emprego, relacionados aos planos de benefício definido, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos chave, relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas na mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;
- Recálculo, por amostragem, do passivo atuarial dos planos de benefício definido; e

Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos passivos atuariais dos planos de benefício definido, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Ambiente de Tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia do Banco possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, e de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Banco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e realizados pelos funcionários apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou em informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis gerados por esses sistemas e aplicativos.

Devido a elevada dependência do Banco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos que processam informações utilizadas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos esse assunto como um principal assunto para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação:

- Avaliação do desenho e da efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles internos chave, de acesso a sistemas e aplicações, tais como: de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
- Avaliação, com base em amostragem, sobre informações relevantes extraídas de determinados sistemas chave para elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
- Avaliação das áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, incluindo também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos;
- Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos que identificamos como chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos

em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informações suplementares em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que foram apresentadas separadamente pelo Banco do Brasil S.A., nesta data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria, não contendo qualquer modificação, com data de 10 de fevereiro de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 10 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-0


João Paulo Dal Piaz Alouche Contador CRC
1SP245785/O-2



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco do Brasil elaboradas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Bacen)

Segundo semestre de 2025

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud) é um órgão estatutário, cujas atribuições encontram-se definidas na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e no seu Regimento Interno. Assessoria o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco e a gestão de capital mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos, contábeis e de governança.

A KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2025, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 13/12/2024, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico: bb.com.br/ri.

Realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou, ao Conselho de Administração, informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.



Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a KPMG atua com efetividade e independência;
- d) os processos relativos a transações com partes relacionadas encontram-se em conformidade com a política específica do BB e com a legislação aplicável;
- e) os parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;
- f) as exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- g) as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BB em 31/12/2025, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2026.

COMITÊ DE AUDITORIA (COAUD)

Egídio Otmar Ames
Coordenador

Aramis Sá de Andrade

Rachel de Oliveira Maia

Marcelo Gasparino da Silva

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias



Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, que inclui a proposta de destinação do lucro líquido a ser submetida aos acionistas na assembleia geral ordinária, na forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 5.183.839.339,78 (cinco bilhões cento e oitenta e três milhões oitocentos e trinta e nove mil trezentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos) e constituição de reservas, sendo reserva legal no montante de R\$ 907.589.349,75 (novecentos e sete milhões quinhentos e oitenta e nove mil trezentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos) e reservas estatutárias no montante de R\$ 12.087.801.565,23 (doze bilhões oitenta e sete milhões oitocentos e um mil quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos), todos referentes ao exercício de 2025.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2026.

Anelize Lenzi Ruas de Almeida

assinada eletronicamente

Elisa Vieira Leonel

assinada eletronicamente

Fábio Franco Barbosa Fernandes

assinada eletronicamente

Fernando Florêncio Campos

assinada eletronicamente

Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira

assinada eletronicamente

Selma Cristina Alves Siqueira

assinada eletronicamente

Selma Cristina Alves Siqueira

assinada eletronicamente

Valmir Pedro Rossi

assinada eletronicamente

Tarciana Paula Gomes Medeiros

assinada eletronicamente



Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, os quais foram aprovados, em 10/02/2026, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes - KPMG, sem modificações, expedido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Brasília (DF), 10 de fevereiro de 2026.

Bernard Appy
Conselheiro

Andriei José Beber
Conselheiro

João Vicente Silva Machado
Conselheiro

Tatiana Rosito
Conselheira

Renato da Motta Andrade Neto
Presidente



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão
de Riscos

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e
Agricultura Familiar

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações
com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e
Tecnologia



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Membros da Administração

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
 Carla Nesi
 Felipe Guimarães Geissler Prince
 Francisco Augusto Lassalvia
 Gilson Alceu Bittencourt
 José Ricardo Sasseron
 Marco Geovanne Tobias da Silva
 Marisa Reghini Ferreira Mattos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
 Elisa Vieira Leonel
 Fábio Franco Barbosa Fernandes
 Fernando Florêncio Campos
 Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira
 Selma Cristina Alves Siqueira
 Tarciana Paula Gomes Medeiros
 Valmir Pedro Rossi

DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira
 Alberto Martinhago Vieira
 Alexandre Bocchetti Nunes
 Antonio Carlos Wagner Chiarello
 Carlos Eduardo Guedes Pinto
 Euler Antonio Luz Mathias
 João Vagnes de Moura Silva
 José Salvador Constantino Zarcos Filho
 Julio César Vezzaro
 Kamillo Tononi Oliveira Silva
 Larissa da Silva Novais Vieira
 Luciano Matarazzo Regno
 Marcelo Henrique Gomes da Silva
 Mariana Pires Dias
 Neudson Peres de Freitas
 Paula Sayão Carvalho Araujo
 Pedro Bramont
 Pedro Henrique Duarte Oliveira
 Rafael Machado Giovanella
 Rodrigo Costa Vasconcelos
 Rodrigo Mulinari
 Rosiane Barbosa Laviola
 Thiago Affonso Borsari

CONSELHO FISCAL

Andriei José Beber
 Bernard Appy
 João Vicente Silva Machado
 Renato da Motta Andrade Neto
 Tatiana Rosito

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
 Egídio Otmar Ames
 Marcelo Gasparino da Silva
 Rachel de Oliveira Maia
 Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Pedro Henrique Duarte Oliveira
 Contador Geral
 Contador CRC-DF 023407/O-3
 CPF 955.476.143-00

Anelise da Cunha Camilo Mariano
 Contadora CRC-DF 023877/O-0
 CPF 017.576.901-07